

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DIEGO HENRIQUE DA SILVA ALVES

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NO ENGAJAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE
ADOLESCENTES: PERCEPÇÕES A PARTIR DE INTEGRANTES DO COMITÊ
NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES/ CPA CONANDA

CURITIBA
2020

DIEGO HENRIQUE DA SILVA ALVES

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO NO ENGAJAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DE
ADOLESCENTES: PERCEPÇÕES A PARTIR DE INTEGRANTES DO COMITÊ
NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES/ CPA CONANDA

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Comunicação, no
Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor
de Artes, Comunicação e Design, da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA

2020

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Alves, Diego Henrique da Silva

Comunicação e educação no engajamento social e político de adolescentes: percepções a partir de integrantes do Comitê Nacional de Participação de Adolescentes / CPA Conanda./ Diego Henrique da Silva Alves. – Curitiba, 2020.

257 f: il. color.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Comunicação. 2. Pesquisa-ação. 3. Educação. I. Título.

CDD 302.2



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DIEGO HENRIQUE DA SILVA ALVES** intitulada: **Comunicação e educação no engajamento político de adolescentes: percepções a partir do Comitê Nacional de Participação de Adolescentes/CPA Conanda**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ CARLOS FERNANDES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Outubro de 2020.

Assinatura Eletrônica

14/10/2020 10:38:25.0

JOSÉ CARLOS FERNANDES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2020 15:45:46.0

MYRIAN REGINA DEL VECCHIO DE LIMA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/10/2020 10:25:09.0

MARCELO FERNANDO DE LIMA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - PPGDDR)

Dedico esta dissertação aos meus pais que, desde criança me fizeram compreender a importância dos estudos e da educação para mudar destinos e construir novas rotas, aos meus sobrinhos Mateus (*in memoriam*) e Gabriel, à minha avó Alzira Maria de Jesus (*in memoriam*) ao meu professor orientador José Carlos Fernandes, por sua paciência e companhia na jornada, e às cofundadoras do coletivo Parafuso Educomunicação, Juliana Cristina Cordeiro e Paula Setsuko Nishizima, por todas as aprendizagens, vivências, amizade e lutas em prol da promoção, defesa e garantia de direitos humanos.

O compromisso do comunicador envolve observação e reflexão de mundo, de modo que, percebendo-o, possa expressá-lo. Não lhe cabe, portanto, somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/ solidariedade com o público – os outros seres humanos.

Eron Brum e Jorge Kanehide Ijuim

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial àqueles(as) que sempre puderam estar mais próximos, como meus pais Ana Maria da Silva Alves e Levi Pereira Alves, minha irmã Maria de Lourdes Santana Oliveira e seu companheiro Ailton Cardoso de Oliveira, meus sobrinhos afilhados, e aos primos Julia Roques da Silva e Julio Roque da Silva.

Às cofundadoras do coletivo Parafuso Educomunicação, Juliana Cristina Cordeiro e Paula Setsuko Nishizima, e todos(as) os(as) demais prestadores(as) de serviços e voluntários(as) das nossas atividades ao longo da última meia década.

Aos(às) adolescentes participantes dos projetos “Educomunica! Curitiba”, “Educomunica! Paraná”, “Click Parafuso” e “Afro Educom”, todos executados diretamente pela Parafuso Educomunicação ou em parceria com alguma entidade responsável.

Aos(às) adolescentes e equipe técnica do Centro da Juventude de São José dos Pinhais, com os quais pudemos desenvolver diversas oficinas ao longo de 2019.

Aos(às) adolescentes e equipe técnica do projeto Agentes de Leitura, do Centro da Juventude Eucaliptos, de Curitiba, com os quais pudemos desenvolver diversas oficinas ao longo de 2018.

Às equipes das organizações sociais Centro Cultural Humaita, Associação Ninho da Águia, Centro de Promoção de Agentes de Transformação - Cepat, Fundação Luterana de Diaconia – FLD, Sindicato dos Servidores(as) Públicos Municipais de Curitiba – Sismuc, Fundação Telefônica Vivo e da Aliança Empreendedora, com as quais pudemos compartilhar sonhos coletivos e tivemos apoio para concretizá-los.

À equipe da Ajasmig – Associação de Jovens e Adolescentes de São Miguel do Guaporé, entidade onde comecei minha caminhada social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Àos(às) voluntários(as) e parceiros(as) do portal Universo Educom, pela generosidade em ceder suas produções intelectuais para veiculação nesse veículo de mídia livre.

Aos(às) membros(as) do G38 – Grupo de adolescentes vinculados(as) ao Conanda, que marcaram história ao representar adolescentes de todo o território

nacional nas discussões sobre políticas públicas para crianças e adolescentes, com posicionamentos qualificados e comprometidos com a causa.

Aos(às) membros(as) da primeira formação/ mandato do CPA/ Conanda – Comitê de Participação de Adolescentes por aceitarem participar desta pesquisa e por resistirem bravamente a um período de intensas investidas antidemocráticas contra o Conselho, que interferiram inclusive na dinâmica de atuação do próprio Comitê.

À consultora do CPA/ Conanda, Monique Batista Carvalho, e à equipe da Flacso Brasil, pelos relevantes trabalhos prestados em defesa da participação social de adolescentes no nosso país.

Aos(às) membros(as) da segunda formação/ mandato do CPA/ Conanda – Comitê de Participação de Adolescentes, por iniciarem seus trabalhos reoxigenados(as) e demonstrando bastante vontade de contribuir com ideias e soluções para os desafios da área da infância e da adolescência do nosso país.

Aos(às) conselheiros(as) do Conanda – Conaselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo aos que são aliados(as) à defesa incondicional da participação social de adolescentes em todas as esferas: municipal, estadual e nacional.

Às turmas de Mestrado do PPGCom UFPR com as quais pude trocar conhecimentos, angústias e constituir redes de apoio, com carinho especial àqueles(as) com quem pude ter maior proximidade e contato contínuo, como a Cíntia Silva, a Aline D'avila de Lima, a Fabia Ioscote, a Keyse Caldeira, a Louize Nascimento, a Débora Milla, o Erivelto Amarante, o James Klaus, a Chirlei Diana Kohls, a Patricia Goedert Melo, a Alice Lima, a Manoella Fortes Fiebig e o Ricardo Philippi.

A todos(as) os(as) professores(as) do PPGCom UFPR por todo o zelo com a construção das aulas, didática na abordagem dos conteúdos, curadoria de artigos a serem discutidos em sala, de modo especial aos(às) professores(as) com os quais tive mais oportunidades de estar próximo e dialogar de maneira mais próxima, como a Rosa Maria Cardoso Dalla Costa, a Myrian Del Vecchio, a Valquíria Michela John, o José Carlos Fernandes e o Rodrigo Botelho. Absolutamente todos(as) os(as) professores(as) tem um lugar especial na minha construção como pessoa, pesquisador(a) e me sinto privilegiado em ter integrado o Programa com tantos(as) profissionais competentes e que ajudaram a descobrir o meu melhor, bem como

reavaliar e reconstruir o que há de ruim ou que preciso melhorar. Até às professoras como Regiane Ribeiro e Luciana Panke, com as quais não tive aulas, guardo um sentimento de gratidão que não tem tamanho.

Aos(às) estudantes da Turma de Estágio de Docência, com os quais tive a oportunidade de escutar alguns anseios, desafios e sonhos.

Aos(às) professores(as) da Universidade Positivo, que ajudaram a lançar bases para os meus conhecimentos teóricos e práticos em comunicação.

Aos(às) companheiros(as) dos Conselhos Estaduais de Juventude (CEJUV PR) e de Direitos Humanos (COPEL PR), bem como aos do Conselho Municipal de Juventude de Curitiba, que se dedicam em defesa dos direitos humanos no Paraná.

Aos membros(as) do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com os(as) quais pudemos construir avanços importantes na garantia do direito à participação social de adolescentes no Paraná.

Aos companheiros(as) da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras(es) – Renajoc e dos Fóruns Nacional e Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESUMO

A Dissertação trata da inter-relação entre a comunicação e a educação como meios de promover e auxiliar na garantia do direito à participação social de adolescentes. Desse modo, se fundamenta teoricamente em estudos que abordam a prática da educomunicação, os conceitos gerais de participação social — e das especificidades existentes dessa participação quando se trata de adolescentes —, bem como das contribuições das novas mídias e tecnologias digitais da comunicação em prol de processos educativos em direitos humanos. Parte, contudo, de uma premissa em olhar para a educomunicação meio promissor de incentivo às juventudes a conhecerem a amplitude de seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que comunicam seus aprendizados, compartilham seus conhecimentos entre pares e com a sociedade de modo geral. O objetivo geral é discutir a importância, os efeitos e os desafios da participação social de adolescentes no Brasil, sobretudo em Conselhos de Direitos, que são espaços de participação social para a construção, defesa, promoção, garantia e fiscalização de políticas públicas, bem como para o exercício do controle social dessas políticas. Para isso, a Metodologia se vale da coleta e análise de diversas fontes de dados, tais como: a) Uma análise documental acerca de 21 materiais de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), escritos na década de 2008 a 2018, que ajudam a compreender o olhar desse órgão sobre a participação social de adolescentes; b) Uma análise descritiva acerca de sete ações desenvolvidas pelo pesquisador no Plano de Intervenção realizado a partir de uma Pesquisa-Ação, que buscou compreender as peculiaridades da promoção da participação social de adolescentes em espaços decisórios de Conselho, atingindo cinco grupos distintos — a saber, o Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda (CPA/ Conanda), o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEL PR), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (CEDCA PR), o Conselho Estadual de Juventude do Paraná (CEJUV PR) e o Conselho Municipal da Juventude de Curitiba (CMJ Curitiba) —; c) Uma análise descritiva de 18 relatos observacionais captados da Observação Participante de atividades presenciais do CPA/ Conanda, formado por um grupo oficial de adolescentes representantes de todos os Estados brasileiros, criado dentre outras coisas com a prerrogativa de apresentar ao Conanda propostas de pautas, resoluções, temas para deliberação e campanhas sobre os direitos da criança e do adolescente; d) Análises univariadas, bivariadas e multivariadas em torno das respostas às 58 perguntas de um questionário *online*, aplicado pelo pesquisador junto aos/ às adolescentes do CPA/ Conanda. Todos os resultados colhidos através desses diferentes dados coletados foram analisados a partir de uma adaptação da Metodologia da Análise Hermenêutico-Diáletica, à luz dos estudos de Maria Marly de Oliveira (2016). Os resultados evidenciam a necessidade e a potência do terreno de criação de narrativas pelos(as) próprios(as) adolescentes, como forma de promoção da participação social em Conselhos de Direitos, à luz das resoluções do Conanda que norteiam como devem se dar essas participações. Apontam ainda a ambígua relação entre uma certa descrença dos(as) adolescentes no poder da indústria midiática para a promoção da participação social de adolescentes ao mesmo tempo em que há um reconhecimento de que ela é fundamental para a difusão dessa prática. O fortalecimento da educação em direitos humanos nos espaços formais, como as escolas e universidades, bem como nos espaços não formais, como organizações da sociedade civil, coletivos autogestionados e movimentos sociais

demonstram-se saídas alternativas para a disseminação desse direito. As mídias livres, comunitárias e as mobilizações em redes sociais de ambientes *online* e *offline* acabam sendo outro mecanismo propício à propagação do direito à participação social, sobretudo através daquelas que oportunizam linguagens de predominância audiovisual, como vídeos, fotografias e *games*. Por fim, ressalta-se ainda a importância do registro documental da regulação acerca das conquistas e das manifestações em prol da participação social de adolescentes, como meio de fortalecer essa pauta e dar maior segurança e legitimidade jurídica para essa prática, o que coloca a educomunicação como paradigma estratégico a ser praticado para esses fins, por conta de sua natureza ancorada no tripé comunicação, educação e ação política.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Participação Social de Adolescentes. Educomunicação. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

This Dissertation deals with the interrelationship between communication and education as means to promote and assist in guaranteeing the adolescents' right to social participation. Thus, it is theoretically based on studies that address the practice of educommunication, the general concepts of social participation - and the specificities of this participation when it comes to adolescents - and the contributions of new media and digital communication technologies in favor of educational processes in human rights. However, it starts from a premise in looking at educommunication as a promising way of encouraging young people to know the places of their rights and duties, while they communicate their learnings, share their knowledge among themselves and with society. The general objective is to discuss the importance, effects and challenges of social participation of adolescents in Brazil, especially in Councils of Rights, places of social participation for the construction, defense, promotion, guarantee and inspection of public policies, for the exercise of social control of these policies. For this, the Methodology uses the collect and analysis of many data sources, such as: a) A document analysis of 21 materials from the National Council for the Rights of Children and Adolescents (Conanda), written in the 2008s to 2018, which help to understand the view of this body on the social participation of adolescents; b) A descriptive analysis about seven actions developed by the researcher in the Intervention Plan carried out from an Action Research, which sought to understand the peculiarities of promoting the social participation of adolescents in decision-making spaces of the Council, reaching five distinct groups - namely , the Conanda's Adolescent Participation Committee (CPA / Conanda), the Permanent Council for Human Rights of the State of Paraná (COPEP PR), the State Council for the Rights of Children and Adolescents of the State of Paraná (CEDCA PR), the Paraná State Youth Council (CEJUV PR) and the Curitiba Youth Council (CMJ Curitiba) -; c) A descriptive analysis of 18 observational reports collected from the Participating Observation of CPA / Conanda's face-to-face activities, formed by the official group of adolescents representing all Brazilian states, created among other things with the prerogative to present to Conanda proposals for guidelines, resolutions, topics for deliberation and communication campaigns about rights of children and adolescents; d) Univariate, bivariate and multivariate analyzes around the answers to 58 questions in an online questionnaire, applied by the researcher to the CPA / Conanda teenagers. All the results collected through these different collected data were analyzed based on an adaptation of the Hermeneutic-Dietetic Analysis Methodology, in the light of the studies by Maria Marly de Oliveira (2016). The results show the necessity and the power of the creation of narratives by the adolescents themselves, as a way of promoting social participation in Rights Councils, in the light of the Conanda resolutions that guide how these participations should take place. They also point out the ambiguous relationship between a certain disbelief among adolescents in the power of the media industry to promote the social participation of adolescents, at the same time that there is a recognition that it is fundamental for the dissemination of this practice. The strengthening of human rights education in formal spaces, such as schools and universities, as well as in non-formal spaces, such as civil society organizations, self-managed collectives and social movements, demonstrate alternative ways to disseminate this right. Free, community media and social media mobilizations in online and offline environments end up being another mechanism conducive to the spread of the right to social participation, especially through those that provide audiovisual predominance

languages, such as videos, photographs and games. Finally, the importance of documenting regulation of the achievements and demonstrations for the social participation of adolescents is also emphasized, as a means of strengthening this agenda and providing greater security and legal legitimacy for this practice, which places educommunication as a strategic paradigm to be practiced for these purposes, due to its nature anchored in the tripod of communication, education and political action.

Keywords: Communication. Education. Social Participation of Adolescents. Educommunication. Action Research.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS	75
GRÁFICO 2 –	AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	107
GRÁFICO 3 –	AUTODECLARAÇÃO DE GÊNERO DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	109
GRÁFICO 4 –	IDADES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA AO INGRESSARAM NO CPA	110
GRÁFICO 5 –	DIVERSIDADE GEOGRÁFICO-REGIONAL DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	111
GRÁFICO 6 –	CONTEXTOS DE MORADIA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	113
GRÁFICO 7 –	PANORAMA DE ADESÃO DE INTEGRANTES DO CPA À PESQUISA	114
GRÁFICO 8 –	PERCEPÇÕES SOBRE O GRUPO ETÁRIO MAIS ATUANTE EM PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, ATUALMENTE, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	116
GRÁFICO 9 –	POSSE DE TÍTULO ELEITORAL POR PARTICIPANTES DA PESQUISA	118
GRÁFICO 10 –	PRINCIPAIS ATORES PARA TORNAR ADOLESCENTES E JOVENS MAIS ENGAJADOS(AS), SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	119
GRÁFICO 11 –	PERCEPÇÕES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CONSELHOS DE DIREITOS	123
GRÁFICO 12 –	PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA MÍDIA PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	125
GRÁFICO 13 –	ANO DE NASCIMENTOS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	126
GRÁFICO 14 –	TEMPO DE USO DA WEB PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA ANTES E DEPOIS DO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19	130
GRÁFICO 15 –	MÍDIAS ESTRATÉGICAS PARA TORNAR ADOLESCENTES E JOVENS MAIS ENGAJADOS(AS) E PARTICIPATIVOS, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	131
GRÁFICO 16 –	REDES SOCIAIS MAIS ESTRATÉGICAS PARA ALCANÇAR ADOLESCENTES E FAZÊ-LOS(AS) REFLETIR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, SEGUNDO OS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	136
GRÁFICO 17 –	PERCEPÇÕES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE FOTOGRAFIA	140
GRÁFICO 18 –	GOSTO PELA GRAVAÇÃO DE VÍDEOS, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	150

GRÁFICO 19 –	CONSUMO DE CONTEÚDO CINEMATOGRAFÍCO PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	152
GRÁFICO 20 –	ONDE OS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS ASSISTEM FILMES	153
GRÁFICO 21 –	CONHECIMENTO SOBRE A LEI DO CINEMA NACIONAL NAS ESCOLAS PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	154
GRÁFICO 22 –	GÊNEROS DAS SÉRIES MAIS ASSISTIDAS PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	159
GRÁFICO 23 –	GOSTO PELA PRÁTICA DE JOGAR GAMES/ JOGOS DIGITAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA	162
GRÁFICO 24 –	CRENÇA NOS GAMES/ JOGOS DIGITAIS COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	163
GRÁFICO 25 –	TIPOS DE GAMES CAPAZES DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	164
GRÁFICO 26 –	TIPOS DE JOGOS ANALÓGICOS CAPAZES DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	165
GRÁFICO 27 –	PRÁTICAS DE LEITURA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	220
GRÁFICO 28 –	TIPOS DE CONTEÚDO QUE PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS GOSTAM DE LER	220
GRÁFICO 29 –	GÊNEROS TEXTUAIS QUE PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS GOSTAM DE ESCREVER	221
GRÁFICO 30 –	PRINCIPAL MOTIVO PARA LER, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA	221
GRÁFICO 31 –	PRINCIPAL MOTIVO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA NÃO LEREM MAIS DOS QUE JÁ LÊEM	222
GRÁFICO 32 –	PERCEPÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	222
GRÁFICO 33 –	PERCEPÇÕES SOBRE A ÁTUAÇÃO DAS PRÓPRIAS ESCOLAS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA QUANTO À PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	223
GRÁFICO 34 –	PERCEPÇÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	223
GRÁFICO 35 –	PERCEPÇÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ESTATUTO DA JUVENTUDE PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	224
GRÁFICO 36 –	PERCEPÇÕES SOBRE A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	224
GRÁFICO 37 –	PERCEPÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	225

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	INDICAÇÃO DOS VÍNCULOS ENTRE OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO COM MÉTODOS DE COLETA DE DADOS E MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS	38
TABELA 2 –	DESCRIPTIVO DOS MÉTODOS DE COLETA DOS DADOS..	49
TABELA 3 –	SISTEMATIZAÇÃO DOS DESAFIOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	59
TABELA 4 –	SISTEMATIZAÇÃO DA PROPORÇÃO DE QUESTÕES PARA CADA PARTE DO QUESTIONÁRIO	62
TABELA 5 –	LISTA DE DOCUMENTOS CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL, ENTRE A DÉCADA DE 2008 - 2018	74
TABELA 6 –	NATUREZA DOS DOCUMENTOS DO CONANDA QUE ABORDAM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2008-2018	79
TABELA 7 –	SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO REALIZADA PARA ESTA DISSERTAÇÃO	82
TABELA 8 –	SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA OBSERVAÇÃO SELETIVA, ÚLTIMA FASE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	99
TABELA 9 –	LISTAGEM DE PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEU RESPECTIVO ESTADO	112
TABELA 10 –	AS 20 MAIORES BILHETERIAS DO CINEMA NO BRASIL EM 2014	154

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO	35
QUADRO 2 –	PLANO DE INTERVENÇÃO TRAÇADO PARA COLETA DE DADOS A PARTIR DA PESQUISA-AÇÃO	47
QUADRO 3 –	MATRIZ GERAL DE DADOS DA ANÁLISE HERMENÊUTICO-DIALÉTICA	168

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PEÇA GRÁFICA DE TOPO DO QUESTIONÁRIO	61
FIGURA 2 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A PRIMEIRA PARTE DO QUESTIONÁRIO	62
FIGURA 3 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A SEGUNDA PARTE DO QUESTIONÁRIO	63
FIGURA 4 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A TERCEIRA PARTE DO QUESTIONÁRIO	63
FIGURA 5 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A QUARTA PARTE DO QUESTIONÁRIO	63
FIGURA 6 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A QUINTA PARTE DO QUESTIONÁRIO	64
FIGURA 7 – PARTE DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES JUNTO À CONSULTORA DO GRUPO, APÓS REUNIÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CEDCA PR	- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná
CEJUV PR	- Conselho Estadual de Juventude do Paraná
CMDCA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente....
CMDCAs	- Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.
CMJ	- Conselho Municipal da Juventude.....
Conanda	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ...
COPED PR	- Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná
CPA	- Comitê de Participação de Adolescentes
Educom	- Educomunicação
Fórum DCA PR	- Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná
IES	- Instituição de Ensino Superior
IESs	- Instituições de Ensino Superior
NCE	- Núcleo de Comunicação e Educação
NCEP	- Núcleo de Comunicação e Educação Popular
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
Unicef	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unifran	- Universidade de Franca, no Estado de São Paulo
UP	- Universidade Positivo
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: AS PROPULSORAS HISTÓRICAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E DEMOCRÁTICA	11
3	EDUCOMUNICAÇÃO: FERTILIDADE PARA A INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	18
3.1	AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO	21
3.2	AS ABORDAGENS TEMÁTICAS DA EDUCOMUNICAÇÃO	23
3.3	OS PROCESSO DE PRODUÇÃO EDUCOMUNICATIVOS	24
3.4	EDUCOMUNICAÇÃO E SEUS PROCESSOS	25
3.5	EDUCOMUNICAÇÃO, POR NATUREZA, PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	26
4	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	30
4.1	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, TEÓRICAS E CONCEITUAIS	30
4.2	OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	32
4.3	PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DECISÓRIOS: CONSELHOS DE DIREITOS	34
5	METODOLOGIA	36
5.1	MÉTODOS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	42
5.1.1	A pesquisa documental e o método da coleta de dados em fontes documentais	42
5.1.2	A pesquisa-ação e seus procedimentos de coleta de dados a partir do Plano de Intervenção	44
5.1.3	A Pesquisa participante e o método da observação participante	50
5.1.4	A Pesquisa quantitativa e o método da coleta de dados a partir de aplicação de questionário	54
5.2	MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS	64
5.2.1	Análise de dados colhidos através da pesquisa documental	66
5.2.2	Análise de dados colhidos através da pesquisa-ação	68
5.2.3	Método de análise de dados colhidos através da observação participante	70
5.2.4	Métodos da análise de dados colhidos através da pesquisa quantitativa	70

6	RESULTADOS	73
6.1	RESULTADOS ALCANÇADOS SEPARADAMENTE, NAS DIFERENTES FASES DA PESQUISA	73
6.1.1	Resultados da análise documental	73
6.1.2	Resultados da análise descritiva da pesquisa-ação	82
6.1.3	Resultados da análise descritiva da observação participante	98
6.1.4	Resultados das análises dos dados quantitativos	107
6.2	PERCEPÇÕES SOBRE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O VOTO, CONSELHOS DE DIREITOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	115
6.3	INTERFACES DA COMUNICAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: HÁBITOS DE CONSUMO, PRODUÇÃO MÍDIÁTICA E CAMINHOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE E COM ADOLESCENTES	123
7	CONCLUSÕES	167
7.1	COMUNICAÇÃO, CONSUMO E PRODUÇÃO MÍDIÁTICA DE ADOLESCENTES PARTICIPATIVOS(AS)	169
7.2	EDUCOMUNICAÇÃO: INTERFACES DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	171
7.3	COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	173
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	REFERÊNCIAS	181
	ANEXO 1 – COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	191
	APÊNDICE 2 – DOCUMENTO “10 PROPOSTAS DE PAUTAS PARA INTERLOCUÇÃO DO COPED PR E CNDH: PLATAFORMA DE DEMANDAS NACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS”	193
	APÊNDICE 3 – MATÉRIA SOBRE INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO PLANEJAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CURITIBA (CMJ CURITIBA)	197
	APÊNDICE 4 – MATÉRIA SOBRE SOLICITAÇÃO DA INCLUSÃO DA PAUTA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO PARANÁ (CEJUV PR)	200
	APÊNDICE 5 – MATÉRIA SOBRE MEDIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM QUE HÁ ANEXO CONTENDO INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NAS ATIVIDADES DO	

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ (COPED PR)	202
APÊNDICE 6 – MATÉRIA SOBRE APROVAÇÃO DO GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, NO ÂMBITO DE COMISSÃO ESPACIAL DO CEDCA PR	204
APÊNDICE 7 – MATÉRIA PRODUZIDA NO CONTEXTO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DO CPA/ CONANDA	207
APÊNDICE 8 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, SOBRE INCLUSÃO DE PAUTA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO PARANÁ (CEJUV PR).....	209
APÊNDICE 9 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, EM QUE HÁ O COMPROMISSO PÚBLICO DE DEFESA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CEJUV PR, COMPLEMENTANDO A PESQUISA-AÇÃO	211
APÊNDICE 10 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, DISSEMINANDO MATERIAL PRODUZIDO NO ÂMBITO DA PESQUISA-AÇÃO	214
APÊNDICE 11 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, FAZENDO A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE PARTE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	216
APÊNDICE 12 – PROPOSTA DE MODELO DE PLANO DE INTERVENÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA-AÇÃO	219
APÊNDICE 13 – OUTROS GRÁFICOS PRODUZIDOS A PARTIR DAS RESPOSTAS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA	220
APÊNDICE 14 – QUESTIONÁRIO ONLINE	226

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da premissa que a Comunicação e a Educação são campos de conhecimento e áreas estratégicas para a promoção da participação social de adolescentes, reconhecendo a Educomunicação, aliada à Educação em Direitos Humanos como práticas capazes de fomentar, discutir e trocar conhecimentos sobre participação com o público aqui estudado. Numa breve Introdução, que será melhor abordada adiante, a Educomunicação pode ser considerada um processo de educação midiática, baseada em aprender com, pela e para a mídia, através da leitura crítica dos meios, produção de conteúdo midiático e troca de conhecimentos através dos recursos multimídia. Como essas práticas, que interseccionam a Comunicação, a Educação e a Participação Social de Adolescentes pode se dar em inúmeros espaços e contextos empíricos, optou-se pelo recorte da participação social em Conselhos de Direitos, com foco especial no Conselho que discute os Direitos da Criança e do Adolescente – sobretudo pelo caráter político, social, econômico, cultural, ideológico, jurídico, educativo e de metalinguagem que esses órgãos colegiados possuem e/ou tem o potencial de possuir.

O objetivo geral do trabalho é discutir a importância, os efeitos e os desafios da participação social de adolescentes no Brasil, em Conselhos de Direitos, a partir da realização de pesquisa que vai considerar, dentre outras coisas, os apontamentos de um grupo de adolescentes representantes de todas as cinco regiões brasileiras que compõem o CPA – Comitê de Participação de Adolescentes (CONANDA, 2017).

Os objetivos específicos são: a) Descobrir como adolescentes percebem os processos de comunicação, educação e uso de tecnologias na construção e desenvolvimento de práticas de participação social; b) Conhecer os principais hábitos de consumo de mídia e de produção de conteúdo dos(as) adolescentes pesquisados(as) que possuam potencial de instigar seus pares à participação social; c) Compreender quais são as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes.

A pergunta que ajuda a compreender de forma sintética o problema que a pesquisa em andamento quer responder é: qual o papel da comunicação e da educação na promoção da efetiva participação social de adolescentes? E quais seriam as novas formas de participação a serem construídas para o

desenvolvimento pleno e eficaz desse direito tão pouco disseminado? Para responder a questões complexas como essas, um conjunto de procedimentos se faz necessário, o que leva a crer na necessidade de uma abordagem metodológica composta de múltiplas ações e facetas que ajudem a alcançar o objetivo principal, uma espécie de mosaico metodológico que podemos classificar como metodologia multimodal.

Para compreender melhor a essência deste trabalho, é fundamental discutir um conceito que será bastante utilizado: o de participação social de adolescentes. Para isso, os capítulos que contextualizam o tema deste trabalho irão aprofundar melhor esse conceito, que levará em consideração as definições construídas através de marcos legais, sobretudo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Essa segunda legislação, por exemplo, afirma que “o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” e que o “envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País”, bem como “integrar espaços públicos de decisão com direito a voz e voto”. Outro instrumento legal que considera-se um marco histórico nessa pauta e será aqui abordado é a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Ainda sobre a participação social, serão considerados os estudos do paraguaio Juan Díaz Bordenave (1994), do inglês Roger Hart (1992), do espanhol Joan Ferrés i Prats (2014) e da britânica Carole Pateman (1992) além da produção acadêmica de pesquisadores(as) que atuam em organizações da sociedade civil que estudam esse tema, como Veet Vivarta, da ANDI Comunicação e Direitos, autor que defende, dentre outras coisas, a necessidade de diferenciar participação – efetiva, inclusiva, verdadeira – de mera presença (VIVARTA, p. 43, 2011).

A conceituação de adolescência, em linhas gerais, envolve diversas correntes de pensamento, como as da Sociologia, da Psicologia e do Direito Brasileiro. A primeira, constantemente demonstra crítica e, às vezes, até certa aversão ao termo, por considerar que se trata de um grupo criado, sobretudo, como forma de segmentar as práticas de consumo em sociedades modernas, capitalistas em que prevaleça a produção industrial e hegemonização cultural; sendo assim, a adolescência é, de certa forma, criada para que novos produtos e serviços, específicos para essa faixa etária passem a existir de forma sistemática e contínua,

favorecendo conseqüentemente o surgimento de marcas, consolidando mercados de nicho e abrindo novas possibilidades comerciais e de fomento da indústria cultural focada nessa parcela da população. A corrente psicológica de conceituação de adolescência é bastante focada nas fases de desenvolvimento humano, apoiando-se nas mudanças das características físicas/ corporais, comportamentais e cognitivas, quando o ser humano está nessa fase; racionaliza-se e lista-se como adolescentes costumam agir nessa fase da vida, de que maneira suas práticas de consumo e de decisão são afetadas, quais relações passam a estabelecer com pais e amigos, como lidam com os estudos e demais responsabilidades etc. Tal corrente é criticada pela de cunho sociológico, pois, não leva muito em consideração as oportunidades e aspectos sociais da vida que possuem os(as) adolescentes de diferentes realidades econômicas, que têm acessos ao capital cultural – como por exemplo, a viagens e a práticas religiosas, artísticas etc.–, ao capital social – acesso e contato com diferentes pessoas, grupos, comunidades – e ao capital econômico-financeiro – acesso ao dinheiro, ao crédito/ empréstimo ou a determinados bens e serviços. Tais acessos vão influenciar, segundo a corrente sociológica as relações e interpretações que os(as) adolescentes têm com e do mundo; por isso vem se fortalecendo o uso do termo “juventudes” pelos adeptos a essa corrente conceitual mais sociológica, já que ele faz crítica à conceituação do que está por trás da criação do período “adolescência”.

Contudo, é importante ressaltar que este trabalho leva em consideração, sobretudo, o conceito sociológico de “juventudes”, mas que não faz uso exclusivo dessa expressão apenas por causa do peso que o direito brasileiro e da legislação vigente no país, compreendem como adolescente: as pessoas entre 12 até completarem os 18 anos. Sem essa perspectiva legalista, inclusive, seria impraticável a realização racionalizada desta pesquisa, uma vez que se calca em aspectos legais de Estatutos, Resoluções, Deliberações de Conselhos de Direitos, documentos similares e o trabalho construído por diversas instituições e organismos – nacionais e internacionais – do campo dos direitos da criança e do adolescente, utilizarem unicamente a idade do indivíduo para considerá-lo como tal.

Levando em consideração o que podemos chamar aqui de “Dimensões da Justificativa das Pesquisas Científicas”, vamos tratar brevemente das Justificativas em seus âmbitos Social, Acadêmico e Pessoal do(a) Pesquisador(a).

Primeiramente, em relação à **Justificativa Social**, torna-se fundamental

contextualizar que a época em que esta dissertação é escrita pode ser considerada como o pior momento para as políticas públicas de comunicação, educação e de fortalecimento da democracia e da participação social da história recente do país, em se tratando do período pós-redemocratização. Nesse sentido, o campo da comunicação, podemos elencar práticas que podem ser consideradas abusivas que atacam avanços construídos em parceria com movimentos sociais de direitos humanos, sobretudo aos direitos que são tão caros e objetos desta pesquisa: a comunicação, a educação, a cultura, a ciência e a democracia. Sendo assim, acredita-se que a presente Dissertação – ainda que esteja em fase de construção – será capaz de lançar luzes para uma pauta que tem ganhado força entre movimentos sociais de direitos da criança, do adolescente e das juventudes.

Quanto à **Justificativa Acadêmica**, acredita-se que a Dissertação será uma relevante contribuição, ao passo que existam frutíferas e interessantes pesquisas que falam sobre controle social, participação política, educação cívica, manifestações político-populares, porém pouco dão profundidade ao recorte etário de adolescentes – público considerado por este trabalho a partir da perspectiva legalista que nos é apresentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), abrangendo pessoas de 12 a 18 anos incompletos.

Diferentes pesquisas com as interlocuções educação e participação social de adolescentes são alvo de investigação, realizadas com adolescentes, sobretudo em relação aos aspectos educacionais, da educação ambiental e da educação em direitos humanos. Além dessas, figuram também as perspectivas da educação formal – majoritariamente vivenciadas por eles(as) nas escolas – e da educação não formal – vividas, sobretudo, na participação em atividades de organizações da sociedade civil, institutos, fundações, coletivos, movimentos sociais, entre outros. Verifica-se ainda que a educação não formal acaba sendo pouco tratada e aprofundada por compreender outro universo, muito cheio de nuances e possibilidades, se afastando dos objetivos elencados para esta pesquisa – como a participação social e suas interlocuções com a família e os diferentes contextos de vida nesse núcleo, bem como das influentes expressões de caráter religioso, espiritual, místico, energético ou transcendental. Dado esse breve cenário, aponta-se para os efeitos que apontamos para a participação política das pessoas, desde cedo, desde a adolescência, como algo a ser estudado – tanto por conta de uma espécie de exercício de futurismo, ou com menor pretensão como estudo de

tendência comportamental das influências para o engajamento político nas próximas gerações, quanto por causa de uma busca de compreender aspectos da participação social desses(as) adolescentes do presente que, já se tem como premissa, nascem das inter-relações Comunicação e Educação.

A Justificativa Pessoal é atribuída, sobretudo, ao acúmulo de experiências vivenciadas pelo pesquisador a partir de sua adolescência, sobretudo, na participação em atividades de organizações da sociedade civil e do movimento religioso progressista, influenciado - inicialmente - pelos ideais cristãos de justiça e solidariedade, que depois se somaram às lutas pelas causas sociais e populares. Por meio da perspectiva empírica, vivenciada em sua jornada, há uma forte crença na temática como sendo estratégica de ser abordada para subsidiar atuações sociais, acadêmicas e profissionais que já estão em curso atualmente – via atividades no coletivo Parafuso Educomunicação, portal Universo Educom e Renajoc – Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores(as) – bem como futuras atuações com as quais sonha para o futuro.

O compromisso do comunicador envolve observação e reflexão de mundo, de modo que, percebendo-o, possa expressá-lo. Não lhe cabe, portanto, somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/ solidariedade com o público – os outros seres humanos. (BRUM e IJUIM in PERUZZO e SILVA, 2003, p. 36)

Sentindo-se representado pela citação acima, que já foi utilizada em inúmeros artigos científicos de autoria do pesquisador que desenvolve essa dissertação, destaca-se que a compreensão de seu papel social enquanto jornalista, educador, pesquisador, empreendedor social e conselheiro estadual de Direitos Humanos – nos períodos de 2016 a 2019 e, no novo mandato, de 2019 a 2021 – e de Juventude – no período de 2019 a 2021 – no Paraná, também o coloca nessa posição de observar as realidades que o cercam e atuar pela sua transformação.

A Metodologia se vale da coleta e análise de dados, que culminam na adaptação da Metodologia da Análise Hermenêutico-Diáletica, à luz dos estudos de Maria Marly de Oliveira (2016), para sistematizar os resultados.

Os dados coletados compõem: uma **análise documental de 21 materiais** de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), escritos na década de 2008 a 2018, que ajudam a compreender o olhar

desse órgão sobre a participação social de adolescentes; uma **análise descritiva de sete ações** desenvolvidas pelo pesquisador no Plano de Intervenção realizado a partir de uma Pesquisa-Ação, que buscou compreender as peculiaridades da promoção da participação social de adolescentes em espaços decisórios de Conselho, atingindo cinco grupos distintos — são eles, o Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda (CPA/ Conanda), o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED PR), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (CEDCA PR), o Conselho Estadual de Juventude do Paraná (CEJUV PR) e o Conselho Municipal da Juventude de Curitiba (CMJ Curitiba) —; uma **análise descritiva de 18 relatos observacionais** captados da Observação Participante de atividades presenciais do CPA/ Conanda, grupo oficial de adolescentes representantes de todos os Estados brasileiros, criado dentre outras coisas com a prerrogativa de apresentar ao Conanda propostas de pautas, resoluções, temas para deliberação e campanhas sobre os direitos da criança e do adolescente; **análises univariadas, bivariadas e multivariadas** em torno das respostas às 58 perguntas de um questionário *online*, aplicado pelo pesquisador junto aos/ às adolescentes do CPA/ Conanda que aceitaram participar da pesquisa.

A **análise Hermenêutico-Dialética** contribuiu para sistematizar todos os resultados das demais análises supramencionadas, possibilitando uma interpretação objetiva das informações, o encadeamento das ideias e apontando para uma resposta ao problema identificado, bem como demonstrando o alcance dos objetivos geral e específicos.

A fundamentação teórica está dividida em três capítulos, abordando respectivamente as relações entre Comunicação, Educação e Participação Político-Social, a Educomunicação mais propriamente dita, enquanto paradigma proposto como eficaz na abordagem discursiva e prática da participação social com o público etário de adolescentes e jovens, bem como um capítulo específico para abordagem e tensionamento de conceitos de Participação e Participação Social e Política desde a Adolescência.

2. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: AS PROPULSORAS HISTÓRICAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E DEMOCRÁTICA

Os campos da comunicação social e da educação possuem um arcabouço teórico próprio, quando pensamos nessas áreas individualmente. Entretanto, há diversos casos em que esses dois campos se interseccionam e acabam, muitas vezes, sendo estudados ora sob a epistemologia da comunicação, ora pela ótica epistemológica da educação. Entende-se que existe um campo absolutamente específico para estudar a interface comunicação e educação, que é a Educomunicação que, por sua vez, vai encontrar nessa combinação a propulsão para ação política de seus agentes envolvidos(as).

Antes de abordarmos com maior profundidade a Educomunicação propriamente dita, faz-se necessário demarcar a importância da comunicação como ciência que se ancora em consonância com diversas outras ciências – sobretudo as humanas, as sociais e as sociais aplicadas. No livro *A ciência do comum*, o jornalista, sociólogo e professor universitário brasileiro Muniz Sodré discorre com densidade sobre aspectos sócio-históricos que envolvem a constituição da comunicação como campo de estudos, evidenciando como grandes pensadores trataram da comunicação em diferentes períodos da humanidade e, conseqüentemente, como essa área foi sendo costurada aos tecidos filosóficos, psicológicos, estético-semióticos, históricos, sociológicos, antropológico-culturais e até econômicos – no sentido de organização de ideias e relações sociais.

Sodré inicia sua reflexão propondo que se vislumbre a comunicação como uma ciência nem inter, nem trans, nem multi, nem poli nem meramente disciplinar, mas sim pós-disciplinar. Para efeitos de marco histórico-temporal, defende que a comunicação nasce – com o devido rigor científico – pela sociologia.

Embora a comunicação esteja inscrita no campo filosófico desde a Antiguidade, seja no quadro da técnica política de linguagem chamada retórica ou das questões ligadas à coesão comunitária, ela não surge da filosofia no século passado, e sim da sociologia, praticada tanto por norte-americanos quanto pelos já citados europeus que migraram para os Estados Unidos (SODRÉ, 2016, p. 81).

Da Antiguidade – levando em consideração as discussões greco-romanas filosóficas –, passando pela influência religiosa no período medieval, pelo cenário Moderno, no qual o capitalismo proporciona a produção em escala e ritmos

industriais, até chegar à Contemporaneidade das Eras da Informação e, posteriormente, da comunicação – com midiatização generalizada, correntes pós-humanistas e deslocamentos dos ideais de cultura, Sodré faz seu pensamento culminar na indicação do poder comunicacional para organizar o comum: “Comunicar é, assim, principalmente fazer – inclusive, fazer silêncio, no qual também o sentido está presente” (SODRÉ, 2016, p. 197).

A visão de comunicação como “a organização do comum” está ligada à noção de que praticamente todas as relações humanas são imbricadas, atravessadas e fluidas em termos comunicacionais, seja a relação interpessoal, a relação entre pessoa e grupos, pessoa e comunidades, pessoa e sociedades, pessoa e natureza, pessoa e matéria – máquinas, objetos e coisas palpáveis –, pessoa e elementos não palpáveis – como sentimentos, religião, espiritualidade e outras experiências transcendentais e bio-psíquicas, processos de educação, processos de organização política, econômica e financeira, processos de manifestações culturais etc.

Tanto nas relações humanas de caráter social, quanto nas relações homem – máquina e homem – natureza, é possível perceber que há dimensões comunicacionais envolvidas. Essas relações podem se dar em maior ou menor grau de intensidade e ainda em maior ou menor grau de consciência/percepção do indivíduo sobre a sua conexão com as diferentes camadas de percepção das dimensões comunicacionais em sua vida.

Convém ressaltar que essas relações humanas com os aspectos, dimensões e camadas comunicacionais são ainda mais potencializadas no período contemporâneo, dados os contextos de desenvolvimento de novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), bem como do processamento de um volume cada vez maior de dados – o fenômeno do *Big Data*. Podemos exemplificar essa questão citando que as condições de trânsito podem vir acompanhadas em tempo real, com alto nível de detalhamento – locais de acidente, existência de engarrafamento, *blitz* policiais, indicação de níveis de velocidade máxima permitida, localização de radares de fiscalização etc. –; níveis de chuva estabelecidos pelas técnicas de previsão de tempo com base em coleta de informações por equipamentos eletrônicos cruzados com série histórica temporal-climática naquele determinado período em anos anteriores; desenvolvimento de tecnologias vestíveis, como óculos de realidade virtual, relógios *smart*, pulseiras que agilizam processos de pagamento, moletons com fones de ouvido integrados,

mochilas com módulos fotovoltaicos que funcionam como sistema de carregamento de bateria a partir da energia solar, camisas que enviam informações sobre temperatura corporal, quantidade de abraços, frequência cardíaca etc.; passando por desenvolvimento de embalagens com alto potencial de interferir na decisão de compras; desenvolvimento de interface de plataformas, aplicativos, vídeos e *e-books* que terão maior chance de fazer as pessoas concluírem cursos EaD; desenvolvimento de experiências significativas de aprendizado em ambiente presencial etc. Há uma disseminação da cultura da convergência (JENKINS, 2011), que disponibiliza oportunidades de imersão no universo de uma determinada história ou narrativa – real ou ficcional – em diferentes meios, em ambientes *online* e *offline*. Todas essas relações são possíveis graças à comunicação e seus processos, teorias, ferramentas, mídias e tecnologias.

No livro *O poder da comunicação*, o sociólogo e pesquisador espanhol Manuel Castells defende que o poder é “o processo mais fundamental na sociedade, já que a sociedade é definida em torno de valores e instituições e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder” (CASTELLS, 2016, p. 57). Acrescenta que o poder age sobre as pessoas por meio de mensagens, da informação. Castells acaba destacando que ao compreender a maneira que a mente humana processa as mais diferentes mensagens vai influenciar a maneira como as pessoas agem na esfera política, seja em âmbito individual, seja numa dimensão política mais coletiva.

Com isso, é possível aferir que a comunicação pode ajudar a determinar comportamentos, decisões e condutas, sendo uma poderosa ferramenta de poder. Instituições – sejam familiares, religiosas, corporativas ou governamentais, por exemplo. Existe o poder da comunicação (seus sinais, símbolos, códigos, mensagens, ritos, processos) para a dominação; não que esse seja seu objetivo, mas sim sua potência, o que pode ser bastante perigoso, se olharmos com viés apocalíptico.

Por outro lado, visualizar a comunicação como meio de alcançar poder também tem um viés otimista. Essa dualidade entre usos da comunicação como algo bom e mau não é a melhor rota de análise. As perspectivas críticas e construtivistas são as mais indicadas. O filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação, Pierre Lévy (1999), em seu livro *Cibercultura*, por exemplo,

proporciona ao leitor o vislumbre do ciberespaço como ambiente propício para o desenvolvimento de uma inteligência coletiva. Segundo ele:

Com esse novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros inusitados, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos atores na produção e tratamento dos conhecimentos. Qualquer política de educação terá que levar isso em conta (LÉVY, 1999, p.167).

Ao tratar da inter-relação comunicação e democracia, Lévy aponta que a expansão do ciberespaço contribui para “aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas” (LÉVY, 1991, p. 185). Defende que haveria “valorização das competências locais, trocas de saberes e experiências, redes de ajuda mútua, maior participação da população nas decisões políticas” (LÉVY, 1999, p. 185-186). Há de se destacar que tais análises foram feitas em 1997, ano de lançamento de *Cyberculture* na França, quando a *web* já começava a despontar como importante fator de mudança das relações sociais, econômicas e culturais em diversas partes do mundo.

Apesar de tecer críticas sobre os efeitos da mídia no espaço público, indicando ter ciência das interferências e interesses, bem como das motivações comerciais e ideológicas, Martín-Barbero (2014) reconhece o papel de mediação diante dos contornos sociotecnológicos e comunicacionais da atualidade:

Em uma sociedade descentrada como atual – em que nem o Estado, nem a Igreja, nem os partidos políticos, podem mais vertebrar – e estruturalmente mediada pela presença de um ambiente tecnológico produtor de um fluxo incessante de discursos e imagens, o público encontra-se cada dia mais identificado como visível, e este com o encenado nos meios. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 106)

Henry Jenkins (2009) demonstra entusiasmo com as possibilidades da convergência midiática atuar como estratégia capaz de provocar novos comportamentos criativos e desenvolver capacidades narrativas nunca antes experimentadas, nas gerações que estão chegando, com acesso à tecnologias e formas não lineares de consumir histórias e conteúdos:

As crianças estão sendo preparadas para contribuir com uma cultura do conhecimento mais sofisticada. Até agora, nossas escolas ainda se concentram em gerar aprendizes autônomos; buscar informação com outras pessoas ainda é classificado como ‘cola’. No entanto, na vida adulta, estamos dependendo cada vez mais dos outros para nos fornecer informações que não conseguimos processar sozinhos (JENKINS, 2009, p. 184)

Ao tratar da interface comunicação e política – considerando aqui as facetas da comunicação expressas nas táticas de convergência midiática –, Jenkins projeta como as relações comunicacionais no campo político-eleitoral são afetadas pelas novas ações de comunicação, com a internet figurando como a grande arena influenciadora das massas. “A cultura popular influenciou o modo como as campanhas cortejaram seus eleitores”, analisa Jenkins (1999, p. 287).

No capítulo em que utiliza como base de discussão, pontua que nas eleições de 2004, nos Estados Unidos, “a nova mídia opera sob princípios diferentes daqueles que regiam a mídia de radiodifusão que dominou a política americana por tanto tempo: acesso, participação, reciprocidade e comunicação ponto a ponto, em vez de um-para-muitos” (1999, p. 288). O autor aborda o peso que as vozes alternativas, públicos menores e comunidades engajadas em torno de causas tiveram, atuando como novas forças diante de um sistema de mídia que imperava até então. Mal sabia que o que ele considerava como “públicos menores” acabariam tão suscetíveis às notícias falsas circuladas em redes sociais, cujo alcance se torna possível via impulsionamento financiado, fenômeno acentuado por legislações nem sempre muito claras ou fortalecidas para atuar na identificação e responsabilização de agentes que atuam de má fé em relação a essa problemática. O quadro todo tem o potencial de interferir, por exemplo, na escolha de candidatos(as) à presidência em países ditos democráticos.

O semiólogo, antropólogo e filósofo colombiano – que nasceu na Espanha –, Jesús Martín-Barbero, classifica como *incomunicação* a herança que a América Latina recebeu e cultivou de seus colonizadores, conforme explica no livro *A comunicação na educação*. “Aprisionados em uma história em que somente houve próceres e soldados, mas não povo, os dominados se verão incapazes de reconhecerem-se a si mesmos no processo histórico que fez deles primeiro escravos e depois dependentes” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 27). Quando faz a conexão entre processos de comunicação, educação e vivência política no espaço da cidade, frisa a necessidade de não descolar essas três dimensões, sobretudo, quando o que se busca é uma experiência educacional de jovens que realmente faça sentido para eles e produza bons reflexos em suas práticas sociais e cidadãs:

(...) o processo de aprendizagem escolar não pode se desligar do exercício da cidadania, que é tudo o contrário do ‘exercício escolar’, pois, em uma

sociedade cada dia mais moldada pela informação e seus ambientes de redes virtuais com suas novas habilidades cognitivas e comunicativas, o direito à palavra e à escuta públicas passa inevitavelmente hoje pelas transformações tecnoculturais da comunicação que estão possibilitando aos indivíduos e às coletividades majoritárias inserir suas culturas cotidianas orais, visuais e sonoras nas novas linguagens e nas novas escrituras, proporcionando às maiorias uma mudança cheia de contradições, mas não por isso menos configuradora de “aquela segunda oportunidade sobre a terra” invocada por García Márquez como direito dos povos (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 143).

Em *Participação e teoria democrática*, a filósofa britânica e pesquisadora de teoria política e feminismo, Carole Pateman (1992), discute os efeitos políticos da participação dentro de sistemas democráticos modernos, sobretudo em relação a uma participação que vá para além do ator de votar/eleger atores políticos. Em suas considerações, ela faz análises de duas correntes de pensamento: a democracia contemporânea e a teoria de democracia participativa.

A primeira é advinda de um pensamento mais elitista e a segunda de influências dos intelectuais Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill e G.H. Cole – estudiosos que, de maneira geral, veem a participação política como ato fundamental na constituição de um Estado verdadeiramente democrático. A grande contribuição de Pateman diz respeito a quando relaciona a participação no espaço de trabalho com seus efeitos e reflexos na participação política e social dos(as) indivíduos envolvidos(as). Fica evidente que a autora vê e defende que a apatia política pode ser superada quando trabalhadores(as) aprendem com a vivência de mudanças nas decisões administrativas de suas fábricas e outros espaços de trabalho, que só foram possíveis graças à abertura dessas instituições a processos de participação plena – ou, em menor grau, como os de participação parcial.

A organização desses(as) trabalhadores(as) em regimes associativistas ou ainda análogas ao cooperativismo é o modelo mais próximo do ideal que a autora sugere para o exercício da participação, como potencial de levar seus/suas integrantes a uma participação política em outras dimensões sociais. Pode-se afirmar que a teoria da democracia participativa “é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente” (PATEMAN, 1992, p. 60).

Observa-se até aqui é que os(as) autores(as) citados neste tópico tecem relações entre a comunicação, a educação e a política – seja enquanto múltiplos exercícios de cidadania, em processos eleitorais, na luta política por direitos a partir

do ambiente de trabalho, ou no que poderíamos chamar de um exercício do direito à cidade – sem recorrer necessariamente de forma direta à Educomunicação.

Não há nenhum problema. É desejável que essas temáticas sejam amplamente discutidas a respeito de diferentes prismas e angulações, até porque a própria Educomunicação nas as nega, e tampouco as rechaça. Outra observação importante é que nenhum dos(as) autores se refere diretamente à participação política de adolescentes – estão todos empenhados em fazer análises mais gerais citando, no máximo, as juventudes, o que já é um sinal de interesse para a presente pesquisa. Veremos mais adiante que as menções à participação social de adolescentes propriamente ditos(as) advém, sobretudo, de documentos de grandes organizações internacionais e nacionais. Maior aprofundamento dos motivos que levam a dar destaque especial à Educomunicação para o estudo da interface comunicação, educação e participação social de adolescentes é elucidado no tópico a seguir.

3. EDUCOMUNICAÇÃO: FERTILIDADE PARA A INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES

Empiricamente, é perceptível que há certa confusão acerca do termo “Educomunicação”. No âmbito do senso comum, não raro, o termo é apontado como sinônimo de uma metodologia formatada para ser aplicada com adolescentes estudantes a fim de torná-los(as) comunicadores(as) mirins. No entanto, Educomunicação não é metodologia – mas sim um paradigma –, tampouco tem como finalidade principal formar comunicadores(as) sociais ou jornalistas-mirins.

De maneira mais didática, podemos compreender a Educomunicação como uma ciência que investiga as relações entre a comunicação e a educação, o que não impede nem rechaça que outras ciências como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e a Pedagogia, por exemplo, também utilizem seus métodos e contribuições para estudarem as interfaces comunicação-educação. É comum encontrar pesquisas sobre os efeitos psicológicos que as cores, embalagens, telenovelas e narrativas comunicacionais geram em pessoas que consomem, visualizam ou têm acesso a esses determinados produtos. Do mesmo modo, filmes, revistas, jornais ou obras literárias podem ser estudados seja pelo viés da Semiótica, do Design Editorial, da Representação Social que fazem de determinados grupos por meio da análise de conteúdos, como as fotografias, construção do texto, a designação de papéis para determinadas fontes/entrevistados(as)/ personagens ou ainda na escolha dos títulos, espaço quantitativo que ocupam nas páginas etc.

Não obstante, um dos pesquisadores brasileiros de maior destaque nos estudos latinoamericanos em Educomunicação, Ismar de Oliveira Soares, apresenta o conceito como uma temática presente nos estudos de diferentes programas de graduação no Brasil:

A pesquisa sobre o conceito e o esforço para difundir sua prática têm caracterizado a ação de aproximadamente 60 centros de pesquisas de pós-graduação, nas áreas da comunicação, da educação e das ciências humanas, em todo o Brasil, com mais de 200 teses (de mestrado e doutorado) defendidas e disponibilizadas no banco de tese da CAPES, entre 1999-2016 (SOARES, 2012).

Em seu livro *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*, Ismar apresenta o conceito de Educomunicação de acordo com as considerações do NCE

USP - Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, mas também acrescenta contribuições conceituais desenvolvidas por ele mesmo, aprofundando-as ainda mais. O NCE USP, por exemplo, entende a educomunicação como campo de intervenção social que oferece suporte teórico-metodológico a ponto de permitir que agentes sociais compreendam a importância da ação comunicativa para o convívio humano, para a produção do conhecimento, bem como para a elaboração e implementação de projetos colaborativos de mudanças sociais (NCE USP, 2004). Ismar Soares, por sua vez, ajuda na ampliação da compreensão da Educomunicação ao demonstrar que a compreende a partir de inspirações advindas das Ciências da Natureza, destacando que o mesmo equilíbrio socioambiental que permite aos ecossistemas um saudável desenvolvimento está presente nas relações humanas em espaços educativos.

A educomunicação – enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas – não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente. Existem obstáculos que têm de ser enfrentados e vencidos. O obstáculo maior é, na verdade, a resistência às mudanças nos processos de relacionamento no interior de boa parte dos ambientes educativos, reforçada, por outro lado, pelo modelo disponível da comunicação vigente, que prioriza, de igual forma, a mesma perspectiva hegemonicamente verticalista na relação entre emissor e receptor. (SOARES, 2011 B, p. 37)

Apesar de não citar a Educomunicação explicitamente, o pedagogo brasileiro, escritor, professor universitário e doutor *honoris causa* em 28 universidades de vários países, Paulo Freire, fez inúmeras contribuições que são amplamente abraçadas pela comunidade científica das interfaces comunicação e educação. Freire defendia a educação como prática libertadora, o(a) educador(a) como mediador importante dos processos educativos e, em diversas de suas obras, fez menções ao campo comunicacional, seja ao falar da leitura de mundo, de mediatização, da fala, da escuta e da escrita ou prática da pesquisa/ investigação – para citar alguns exemplos.

Em uma de suas obras mais conhecidas, *Pedagogia do oprimido*, que escreveu durante o período em que se exilou no Chile, devido à ditadura militar no Brasil, afirmou que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2014, p. 95). O reconhecimento à obra de Paulo Freire – que teve seus livros publicados em mais de 20 idiomas (FERRARI, 2008) – é notável e influencia diferentes

pesquisadores(as), sobretudo os(as) latino-americanos(as) e, portanto, não pode deixar de ser levado em conta por quem se dedica à Educomunicação.

(...) a educomunicação defende – com base em Paulo Freire – a maneira dialógica e construtivista de “estar juntos” no mundo, começando pela escola. Exalta, assim, virtudes como a capacidade de escuta e a disposição em favorecer e multiplicar as ocasiões de manifestação de todos os pólos vivos do processo educativo (SOARES, 2011 A).

Freire, de certa forma, articulou comunicação, educação e participação Política de Adolescentes em suas obras, sobretudo ao tratar da educação como emancipação e práticas libertadoras e libertárias do(a) educando(a). É notável que ao tratar dessa relação com o(a) educando(o), não se refere apenas aos/ às estudantes adolescentes. Entretanto, para efeitos desta pesquisa, destacamos essa conexão com a faixa etária aqui estudada. Em outra obra, *Pedagogia da autonomia*, o autor defende que a educação exige e, ao mesmo tempo, é uma forma de intervenção no mundo – intervenção que pode ser compreendida no aspecto político, inclusive (FREIRE, 2015, p. 96). Para ele, é preciso ainda reconhecer que a educação é ideológica – não que deve se tornar processo de apresentação e imposição de uma única ideologia, nem que elas devam ser de caráter político-eleitoral, por exemplo, mas de que existe a necessidade de confrontar as diferentes correntes ideológicas sobre os mais variados assuntos abordados, de modo que o(a) educando(a) possa compreender quais são as ideologias existentes e possa fazer sua opção de pensamento – ainda que troque de opinião futuramente. “A educação não *vira* política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política” (FREIRE, 2015, p.108).

Há diferentes termos utilizados pelas diversas áreas do conhecimento que se aproximam do conceito ou da prática da Educomunicação; são eles: mídia-educação, mídia e educação, educação midiática, literacia midiática, edumídia, educomídia, alfabetização midiática, alfabetização midiática e informacional, tecnologias da informação e da comunicação na educação (TICs na educação), dentre outros. Apesar de reconhecer que a Educomunicação tem particularidades muito próprias, também é necessário destacar que todos esses outros termos e modos de designar as inter-relações entre comunicação e educação não precisam ser refutados. Apesar de não existir a necessidade de se deflagrar guerra conceitual, é preciso defender que a Educomunicação não se limita a esses termos citados – nem a tantos outros que circulam em publicações acadêmicas para se referir ao uso

de ferramentas, técnicas, tecnologias/dispositivos e práticas da comunicação para apoiar processos educativos.

Por não se tratar de uma metodologia, a Educomunicação se propõe a abraçar inúmeras técnicas, tendências, métodos e saberes que possam auxiliar em processos educativos. É possível, por exemplo, incorporar às práticas educacionais práticas e ações como o *design thinking*, a sala de aula invertida, gamificação na educação, educação baseada em criação, desenvolvimento e avaliação de projetos, educação baseada em resolução de problemas, ensino híbrido, EaD – Educação à distância, educação entre pares etc.

Visando melhor compreender as facetas da Educomunicação e como a sua multidimensionalidade contribui direta e sistematicamente com a promoção e defesa da participação social de adolescentes, de maneira mais genuína, nos aprofundaremos em seus diferentes aspectos a partir dos tópicos que estão adiante.

3.1 AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO

Ao sistematizar as áreas de educomunicação no ecossistema comunicativo escolar, Ismar Soares elenca as seis seguintes áreas:

A primeira destas “áreas” – mais antiga e fundante – é a própria (1) educação para a comunicação. Seguem outras, como (2) a expressão comunicativa através das artes; (3) a mediação tecnológica nos espaços educativos; (4) a pedagogia da comunicação; (5) a gestão da comunicação nos espaços educativos e, como não poderia faltar, (6) a reflexão epistemológica sobre a própria prática em questão (SOARES, 2011, p. 47).

A Educomunicação, nesse sentido, pode ser desenvolvida em instituições de ensino formal em todos os níveis – da educação básica ao ensino superior –, mas também em espaços educativos informais e não formais. Nos contextos educativos mais formais, ela pode ajudar o(a) educador(a) – que pode ser um(a) professor(a), facilitador(a), mediador(a) etc. – a fazer com que os(as) estudantes – sejam eles crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as) – compreendam melhor determinado objeto de estudo/reflexão ou ainda, para aprofundar ou complementar conhecimentos que esteja sendo alvo de atenção do grupo/ equipe/ comunidade.

Desse modo, a Educomunicação pode estar presente nos âmbitos da gestão educativa como um todo quando, por exemplo, a equipe pedagógica e todos(as) os(as) profissionais de uma escola adotam a Educomunicação em âmbito

institucional, mas também pode ser adotada por um(a) único(a) professor(a)/educador(a)/mediador(a) ao longo de toda a jornada das disciplinas/oficinas/*workshops* que leciona. Ou ainda: em ocasiões especiais/pontuais, sempre que julgar necessário. Em empresas, agências publicitárias, organismos de caráter público-governamental, consultorias, veículos de comunicação etc., a Educomunicação também pode ser desenvolvida, desde que, de fato, não deixe de ser aplicada com base em seus princípios teórico-epistemológicos, que estão sendo tratados aqui.

Em IESs – Instituições de Ensino Superior –, a Educomunicação pode ser desenvolvida nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na USP e na Unifran – Universidade de Franca, no estado de São Paulo, e na UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, no estado da Paraíba, existem cursos de Licenciatura em Educomunicação, evidenciando a presença da Educomunicação em instâncias de **ensino-aprendizagem**.

Em eventos acadêmico-científicos como o Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, ou o Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado pela ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação são recebidos periodicamente artigos em seus Grupos de Pesquisa/Grupos de Trabalho que abordam a Educomunicação, evidenciando o reconhecimento acadêmico do campo e a presença desse conhecimento na instância da **pesquisa**.

A prática da Educomunicação pode ter sua adoção verificada, por exemplo, pelo NCEP – Núcleo de Comunicação e Educação Popular da UFPR, vinculado ao Decom – Departamento de Comunicação, no estado do Paraná, que insere a educomunicação de forma contínua em suas práticas, projetos e ações, bem como no projeto “Leitura Crítica e Criativa da Realidade: oficinas de Educomunicação para a conscientização sobre a importância da RPPN Uru”, da Universidade Positivo, vinculado ao curso de Jornalismo, que insere a Educomunicação de maneira mais pontual dentro de suas atividades. Ambos os casos evidenciam a instância da **extensão** universitária em Educomunicação.

3.2 AS ABORDAGENS TEMÁTICAS DA EDUCOMUNICAÇÃO

As temáticas discutidas em processos educacionais também podem variar bastante e unir conteúdos curriculares das mais diferentes disciplinas da educação formal, mas também explorar temáticas que não são aquelas indicadas pelos livros didáticos. Praticamente tudo pode ser discutido, desde que se respeite a legislação vigente e não fira os direitos dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no processo, tampouco os direitos humanos de forma geral. Nesse sentido, pode se tornar uma ferramenta teórica e dar bases metodológicas para diferentes demandas educacionais que podem ser interdisciplinares, multidisciplinares, transdisciplinares ou transversais à educação.

Nesse sentido, pode abarcar, por exemplo, a Educação Ambiental – ou Educomunicação Socioambiental, como defende Ismar (SOARES, 2011, p. 77) –, Educação em Direitos Humanos, Educação em Saúde, Educação Socioemocional, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação para as Relações de Gênero, Educação Inclusiva e Especial, Educação para o Trânsito, Educação Cívica e Democrática etc. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais estipulam, por exemplo, que os temas transversais devam ser trabalhos na educação básica e compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. A nova BNCC – Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2018, que primeiramente tratou das novas diretrizes para o Ensino Fundamental e também apontou, na sequência, caminhos para o Ensino Médio, traz consigo a indicação do desenvolvimento das chamadas “Competências Gerais” – que também podem ser abordadas pelo viés da Educomunicação – também constitui indicador de temáticas a serem abordadas pela Educom.

Organizações e movimentos sociais que já incorporam a Educomunicação em suas práticas acabam associando esse paradigma/modelo teórico-prático para tratar de suas demandas, quer seja a equidade de gênero, o ensino da cultura africana e afrobrasileira, os direitos da criança e do adolescente, os direitos da juventude, a defesa socioambiental, o acesso à Justiça, o enfrentamento ao genocídio da juventude negra e tantos outros.

As abordagens temáticas são inúmeras, posto que a Educomunicação se torna caminho para discutir as mais diferentes questões. Caberá à figura do(a) educador(a) – e, quando se aplica, a equipe gestora de determinado projeto, programa ou entidade/instituição – fazer a mediação, planejamento, execução e

avaliação desse processo de acordo com o perfil do(s) grupo(s), turma(s), equipe(s) etc.

3.3 AS PRODUÇÕES EDUCOMUNICATIVAS

Os produtos que podem surgir da educomunicação são todos aqueles que a capacidade criativa de seus agentes for capaz de desenvolver. Muitas vezes se inspiram em formatos amplamente nos grandes meios de comunicação de massa - como telejornais, revistas, portais de notícias etc. -, mas sua força se encontra, sobretudo, na produção midiática livre, independente, alternativa, comunitária, popular, regional, marginal, periférica e educativa; isso não significa que todas essas características precisam ser contempladas na produção midiática educacional.

A Educomunicação sempre leva em conta o contexto em que ela será realizada. É somente a partir de uma pesquisa sobre para quem a comunicação está direcionada, qual é a linguagem e mídia mais adequada que se pode decidir quais serão os produtos gerados (VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO, 2011, p. 21).

Produções muito comumente encontradas nos campos da Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade & Propaganda, Rádio & TV), das Artes (Artes Visuais, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Música, Dança, Design Gráfico, Cinema, Fotografia etc.), das Áreas Técnicas da Comunicação (Produção Audiovisual, Produção Editorial, Produção Multimídia, Design de Interfaces, Desenvolvimento de Jogos) e da Educação (Design Educacional, Gestão Educacional, Planejamento Educacional, Avaliação Educacional, Produção de Material Didático-Pedagógico etc.) acabam sendo também produzidos no âmbito da Educomunicação.

Podem se tornar produtos educacionais os seguintes itens: cartazes, *folders*, panfletos, jornais impressos, jornais digitais, jornais-murais, jornais-murais ambulantes, revistas, *fanzines* impressos, *fanzines* digitais ou *e-zines*, portais de notícias, *websites*, facilitações gráficas, charges, histórias em quadrinhos, roteiros de cinema, roteiro de programas televisivos, roteiros de programas radiofônicos, *podcasts*, programas de rádio, radiodocumentários, radionovelas, exposições fotográficas, fotonovelas, painéis ou murais fotográficos, livros fotográficos, ensaios fotográficos impressos ou digitais, videoarte, vídeo reportagem, matérias em vídeo, *videocast*, vídeos de curta metragem, vídeos de média-metragem, vídeos de longa-

metragem, vinhetas, vídeos em *stop motion*, transmissões de vídeo ao vivo, dentre tantas outras possibilidades!

3.4 EDUCOMUNICAÇÃO E SEUS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

A área de intervenção da Educomunicação denominada Gestão da Comunicação perpassa, ou ainda, atravessa todas as outras áreas e isso não ocorre por acaso. Além de entender que a Educomunicação pressupõe planejamento, execução e avaliação, ela compreende também que tal gestão precisa ser democrática: não apenas na dimensão de escolha das temáticas a serem abordadas por determinado grupo ou equipe, por exemplo, mas em todos os processos e níveis possíveis, inclusive na gestão dos recursos – midiáticos, materiais, humanos etc. Portanto, ao invés de adultos(as) conceberem um projeto de Educomunicação para adolescentes, o ideal é que, desde a sua criação, seja levado em consideração, as opiniões, manifestações e ideias de seus agentes envolvidos(as).

Por isso, entendemos que a Educomunicação se torna um modo de ser e atuar, um estilo de vida. Para além da organização, das técnicas ou comportamento, a Educomunicação é ou deveria ser um modo de ser e estar em comunicação, em todas as situações e ambientes. Um desafio contemporâneo é ser cidadão nas redes presenciais e mediadas pelas tecnologias, promovendo valores que favoreçam uma cultura democrática (CORAZZA, 2016, p.105)

Ter nascido em terras latinoamericanas faz com que essa concepção teórico-prática, a Educomunicação, seja impregnada de sentidos oriundos dos contextos em que surgiu historicamente, seja no seu continente de origem, seja – posteriormente – em diferentes locais do mundo, como a América do Norte, Europa e África. No artigo *Contribuições da Educomunicação para uma cultura democrática*, a doutora brasileira formada pela ECA USP e religiosa da Congregação das Irmãs Paulinas, Helena Corazza, afirma existir uma intrínseca relação entre participação popular e um sadio desenvolvimento democrático:

Os pressupostos da Educomunicação têm suas raízes na comunicação popular e alternativa, no momento em que, na América Latina, buscava-se devolver a voz ao povo para uma participação efetiva. Uma cultura democrática requer que as pessoas tenham voz e vez, participando nos processos e decisões, organização, articulação para projetos conjuntos, inclusão das diversidades, entre elas, gênero, etnia, condição social (CORAZZA, 2016, p. 93)

A Educomunicação, por seu comprometimento social e político, primeiramente com os povos de onde se originou, surge atrelada ao anseio e prática da democratização da comunicação na América Latina. O professor universitário e pesquisador brasileiro Elson Faxina, exprime em seu artigo *La Democratización de las comunicaciones en América Latina* (sic) a necessidade da luta social para alcançar a tão desejada comunicação democrática:

Para construir uma comunicação dita democrática, devemos estar presentes em três grandes lutas. Duas são de ordem institucional: a democratização da distribuição dos canais e o controle social. Uma é de ordem de sociabilidade: a luta por uma nova comunicação, por um novo jornalismo (FAXINA, 2016, p. 57).

Reforçado o total entrelaçamento entre a Educomunicação e a democracia, tanto em sua criação histórica, quanto no seu desenvolvimento no campo da práxis e ainda na sua razão de existir, avançamos no tópico seguinte para o desfecho das reflexões deste capítulo: a Educomunicação apontada como ferramenta estratégica na promoção, defesa e garantia da participação social de adolescentes.

3.5 EDUCOMUNICAÇÃO, POR NATUREZA, PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES

O fazer educ comunicativo nasce ancorado nas práticas democráticas de gestão da comunicação em âmbito mais restrito – como acontece nos processos educativos de grupos que participam de atividades desse caráter – mas não se encerra em si. A Educomunicação também precisa impactar a sociedade para além do que acontece e é produzida na esfera grupal. Deve alcançar, na medida do possível, as dimensões comunitárias também; e – com as contribuições das tecnologias –, dimensões “glocais”, neologismo cujo significado está dado.

Os avanços tecnológicos e as transformações sociais acarretadas pela *cibercultura* e pela instauração de um novo ordenamento mundial fortemente atravessado pela centralidade da comunicação nos arranjos sociais fez com que os grandes veículos de comunicação e mídia hegemônica passassem a coexistir com novos modelos de produção, circulação e representações sociais. As mídias livres, veículos de comunicação alternativos, independentes e comunitários passaram a ganhar mais força e se estabelecer em espaços periféricos, escolares e sociais onde até então sub existiam com menor força, menor alcance e, de certa forma, com

limitado poder de impacto e repercussão – cenário que também se alterou com o advento de mídias sociais, popularização do uso de computadores, *notebooks*, *smartphones* e *tablets*, bem como com o acesso à banda larga, compartilhamento de sinal *wi-fi* e internet de alta velocidade:

Cresceu a demanda pela participação social nos meios de comunicação locais e comunitários. O poder de comunicação pela mídia, até pouco tempo extremamente centralizado e controlado pelos setores dominantes da sociedade, passa a ser democratizado, embora não represente ruptura na estrutura da grande mídia. A inclusão de novos atores e novas mídias representa uma mudança relevante. Alguns tipos de mídia local canalizam essa demanda ao se configurarem como espaço comunicacional dirigido por outros e novos atores – no sentido de serem diferentes dos da grande imprensa (PERUZZO In PERUZZO e ALMEIDA, 2003, p. 257).

Além de introduzir um novo campo de atuação social, promoveram o desenvolvimento regional e convergência de ideias, novas formas de pensamento e saberes científico populares, a expansão de possibilidades midiático comunicacionais. A comunicação na contemporaneidade também proporcionou que pudessem se desenvolver as figuras do(a) *prosumer*, do(a) *creator* (JENKINS, 2009). Em síntese, seriam as pessoas que não apenas consomem conteúdo num ambiente de midiatização permanente, mas que também produzem seus próprios conteúdos, constituem suas identidades, registram sua histórias com novos formatos, poéticas e narrativas, tecendo novas redes e favorecendo a troca e a circulação de conhecimentos – ou mera oferta de entretenimento e interação social, em alguns casos – nas mídias digitais ou redes sociais.

Dentre adolescentes, esses fenômenos também podem ser observado, pois mesmo com limitações econômicas, materiais, financeiras e de formação midiático-comunicacional, acabam tendo mais acesso do que as gerações anteriores a ferramentas que possibilitam contar suas histórias e defender suas causas e bandeiras através da rede mundial de computadores. Nessa seara, há um largo grupo de pesquisadores(as) das relações entre comunicação e educação que reconhecem tais práticas como competências e habilidades necessárias de serem desenvolvidas no século 21, inclusive, para que haja a criação de um ambiente social-democrático saudável:

Mesmo com todas as dificuldades, especialistas na área já reconhecem que a participação nas etapas de criação e produção de conteúdos – bem como na discussão e reflexão sobre produtos de comunicação – favorece processos de construção de conhecimento e de competências críticas, analíticas e investigativas. De acordo com a especialista brasileira em mídia e educação Márcia Stein, dominar as tecnologias de informação e comunicação e saber produzir conteúdos significa “poder influir conscientemente nas decisões públicas em sociedade”. (ANDI e AUÇUBA, 2011, p. 42)

A própria natureza conceitual da Educomunicação a configura como um meio estratégico para incentivar a participação social de adolescentes nos processos de construção de políticas públicas de comunicação e na defesa de outros direitos humanos de forma geral. A educomunicação acaba se tornando uma metalinguagem, ou seja, o uso de práticas da comunicação para defender e pautar políticas e boas práticas de comunicação:

Diferentemente da produção jornalística tradicional, a educomunicação permite um processo coletivo e colaborativo de produção. Possibilitando às crianças e aos adolescentes oportunidades de reflexão, aprendizado e experimentação não só das técnicas jornalísticas, como também dos temas abordados. “É uma ótima forma para crianças e adolescentes entenderem seus direitos e usar cada vez mais as mídias, que fazem parte de sua realidade, para contar essa história”, diz a adolescente paranaense Anne Ehlke, 17 [...]. (VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO, 2015, p. 13)

O envolvimento educativo-midiático de adolescentes em processos de produção de conteúdos para comunicação social e/ou comunicação comunitária pode ser compreendida, portanto, como um meio legítimo e eficaz de participação cidadã desse segmento. Afinal, ao integrar processos de ensino-aprendizagem sobre seus direitos – incluindo a dimensão do seu direito à comunicação – e sobre o que está por trás dos processos midiáticos o(a) adolescente passa a dominar melhor as linguagens inerentes a esse campo e se tornam mais sensíveis à pauta do direito humano à comunicação e de tantos outros direitos.

Não só a comunicação deve ser compreendida como um direito humano fundamental para crianças, adolescentes e jovens, mas também o direito à participação social. Segundo o Estatuto da Juventude – que também beneficia adolescentes de 15 a 17 anos - “o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2013). O mesmo Estatuto ressalta ainda que compreende essa participação juvenil como o “envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do

País”, além de integrar espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (BRASIL, 2013).

O Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou resoluções para a criação de um CPA – Comitê de Participação de Adolescentes em âmbito nacional, no qual recomenda que os estados e municípios façam o mesmo, observando diversidade regional, paridade de gênero, formação continuada em espaços físicos e virtuais, com atuação direta na participação em processos criativos de formulação e controle social de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes (CONANDA, 2017).

Contudo, alguns obstáculos a serem vencidos são a não percepção de que a política está presente no cotidiano da vida do(a) adolescente – ainda que em maior ou menor grau de efeitos na vida pessoal ou coletiva – e a ausência de estratégias que levem à concretude da participação adolescente em espaços de decisão e construção de políticas públicas para este segmento. Sobre uma suposta inconsciência da pauta política no dia a dia social, Lima *et al.* defendem:

Toda atividade que fazemos para influenciar a realidade em que vivemos, os acontecimentos e as decisões, é política. Você faz política quando negocia com o diretor da escola a realização de um campeonato ou a cor do uniforme. Quando conversa com seus pais sobre aquela festa que você quer ir. Quando participa de uma atividade comunitária ou de um protesto para defender seus interesses e da sua comunidade e influenciar nas decisões públicas. (LIMA *et al.*, 2016, p. 20)

Em relação às estratégias de disseminação de uma cultura de participação cidadã entre adolescentes, essas precisam ser melhor desenvolvidas. Teoricamente, a parte mais complexa desse processo – que se acredita ser a compreensão da importância do(a) adolescente ser escutado(a) e integrar os mais diferentes processos de participação social, que vão muito além do ato de votar aos 16 anos – vem sendo feito nos últimos anos. Mais adiante, na expressão dos resultados da pesquisa, serão mostrados dados de análise documental, que nos permitiram fazer essa afirmação.

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O processo de pesquisa bibliográfica e participação em eventos acadêmicos que discutem sobre os objetos desta pesquisa levaram a conhecer quatro autores(as) que se conectam quando o assunto é participação social de modo geral; um desses pesquisadores aborda a participação de crianças, adolescentes e jovens mais especificamente e outro se dedica diretamente à Educomunicação na interface com cultura de participação, por meio do que chama de “novas telas”.

Vejam os a seguir, quais seriam os níveis de participação que esses(as) autores(as) apresentam, quais são as possibilidades de utilização da *web* para promover a participação de adolescentes e ainda quais são as particularidades de processos de garantia e geração da participação de adolescentes de forma genuína.

4.1 NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Estão reunidas, a seguir, a indicação de níveis de participação segundo quatro diferentes autores, em ordem cronológica à publicação dos estudos.

Em 1970, a britânica Carole Pateman faz a mais sucinta – e, nem por isso, menos importante – das classificações de níveis de participação. Em seu livro *Participação e teoria democrática*, ela se refere ao contexto da participação de trabalhadores do setor industrial, mas que também podemos transpor – dadas as devidas proporções à sua contribuição teórica no campo político, para a participação democrática em âmbitos mais amplos do que nos processos decisórios em ambientes de trabalho. Para ela existem três tipos de participação: 1°. A pseudoparticipação; 2°. A participação parcial (PATEMAN, 1992, p. 97); 3°. A participação plena.

Em 1983, o paraguaio Juan Días Bordenave publica a primeira edição de *O que é participação*. Para ele, existem sete níveis de participação, que vão do menor grau para o maior. Esses graus são: 1. Informação ou Informação-Reação; 2. Consulta Facultativa; 3. Consulta Obrigatória; 4. Elaboração ou Recomendação; 5. Co-gestão; 6. Delegação; 7. Autogestão (BORDENAVE, 1994, p. 31).

Em 1992, o inglês Roger Hart tem a obra *La participacion de lós niños* publicada pelo Unicef, que inclui, o que chama de “escada da participação” – inspirado pela Metáfora da Escada do Ensaio Científico sobre a Participação dos Adultos, de Sherry Arnstein (1969). Ele cria novas categorias, adaptando-as para a

realidade de crianças, adolescentes e jovens. Os três primeiros níveis dizem respeito ao que considera como “não participação”: 1. Manipulação; 2. Decoração; 3. Participação Simbólica (HART, 1992, p. 10). Os níveis seguintes de sua escada compõem o que vai de chamar de “degraus de participação”. Há os degraus que o autor faz questão de separar como os da não participação, como: 1. Manipulação; 2. Decoração; 3. Participação Simbólica; e os que considerada, de fato, como participação: 4. Acompanhantes, mas informados; 5. Consultados e Informados; 6. Participação iniciada pelos adultos, com decisões compartilhadas com “los niños” – que, pela interpretação da obra como um todo, sabemos se referir a crianças, adolescentes e jovens; 7. Iniciada e dirigida por “los niños”; 8. Participação iniciada por “los niños”, com decisões compartilhadas com os adultos.

Em 2010, o espanhol Joan Férres i Prats – autor ao qual esta pesquisa bibliográfica dedica atenção especial –, apresentou epistemologia própria da Educomunicação, abordando os níveis de participação nessa seara tão específica. Ele também o faz com um recorte voltado para a questão da participação mediada pelas múltiplas telas do contemporâneo cenário digital – que se pode afirmar que sejam as dos *smartphones*, computadores, *tablets*, relógios inteligentes, *e-readers*, televisores, câmeras fotográficas, câmeras gravadoras de vídeo, *displays* de pesquisa e compras, *totens* sensíveis ao toque etc. Para ele, há sete níveis de participação vinculadas às novas telas – ou ainda, às novas formas de participação social. Os três primeiros níveis que cita em seu artigo *Educomunicação e cultura participativa*, compreendem o que classifica como “aparentemente primários de participação”. São eles: 1.º A participação mediante o jogo de interferências; 2.º A participação emocional; 3.º A participação Inconsciente (PRATS, 2014, p. 264-268). Os demais níveis seriam os “supostamente superiores”, a saber: 4.º Participação através da interatividade tecnológica; 5.º Participação mediante a relação; 6.º Participação na construção da inteligência coletiva; e 7.º Participação para a transformação do ambiente (PRATS, 2014, p. 268-270). Esse mesmo autor defende que “os cidadãos e cidadãs socialmente comprometidos deveriam ser capazes de tirar partido das possibilidades que a rede oferece, para sensibilizar e engajar o resto da cidadania em torno de causas humanitárias, sociais ou culturais” (PRATS, 2014, p. 276).

4.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM ESPAÇOS DECISÓRIOS: USO DA WEB E OCUPAÇÃO DE CONSELHOS DE DIREITOS

As possibilidades que as tecnologias digitais proporcionam, em termos do *cyberativismo*, *tech activism*, ativismo digital, participação *online*, governança digital, e-participação, e-democracia e tantas outras formas similares não significam, necessariamente, que adolescentes irão utilizar tais ferramentas para participação política, tampouco que isso irá se desenvolver próximo dos níveis mais altos de participação como visto no tópico anterior. O papel da educação cívica (PATEMAN, 1992) para promover a participação acaba sendo fundamental.

A concepção da participação como método de governo refere-se à articulação das instâncias de participação às rotinas e procedimentos da gestão, por meio do estabelecimento de normas e parâmetros claros, não apenas para ouvir a sociedade, mas também para garantir que os agentes públicos sejam responsivos a essa escuta (PATEMAN, 1992, p. 102).

Mesmo sendo entusiasta da Educomunicação e das novas telas como impulsionadoras da participação de adolescentes, Prats avalia com criticidade o atual cenário:

É ingênuo pensar que o simples surgimento de um ambiente tecnológico pode transformar os cidadãos em pessoas socialmente engajadas. O fato de dispor de ferramentas que propiciam a colaboração nunca será suficiente para engajar os cidadãos em uma problemática social ou cultural diante da qual adotam uma atitude indiferente (PRATS, 2014, p. 276).

A participação de adolescentes traz uma série de desafios e pressupõe um conjunto de estratégias a serem adotadas para promover a participação política, social e democrática desse grupo etário via mídias sociais digitais – pelo menos à porção que tem acesso às tecnologias e à internet. Entretanto, como ficam os(as) adolescentes que não possuem acesso a essas ferramentas e tecnologias? Não devem ser considerados(as) para atuarem como cidadãos nos ambientes digitais?

Sem dúvida, uma das contribuições da Educomunicação para uma cultura democrática é afirmar e aplicar estes valores numa sociedade neoliberal. Valores aplicados na sua metodologia, que vão na contramão do individualismo, da competição, do consumismo, das celebridades e aponta para o comunitário e o participativo (CORAZZA, 2016, 05).

E a participação social presencial de adolescentes? Como promover a participação desses indivíduos nos espaços públicos e, sobretudo, nos espaços decisórios que definem os rumos de suas vidas – Grêmios Estudantis, Associação de Moradores(as), Associação de Pais e Profissionais da Educação, Conselhos de

Direitos, Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Conferências etc. – cotidianamente? Tendo em vista as inúmeras possibilidades de participação social em espaços públicos e decisórios – bem como seus inúmeros desafios e limitações –, o presente trabalho foca na participação em Conselhos de Direitos.

Por natureza, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente deveriam ser espaços prioritários na efetivação do direito à participação, não apenas no incentivo e financiamento de iniciativas nessa área, mas também garantindo que meninas e meninos participem ativamente de suas decisões. Entretanto, mesmo sendo tema central nos Planos Decenais e aparecendo de forma recorrente entre as propostas aprovadas nas Conferências, a participação nos Conselhos ainda está longe de ser uma realidade no país, em especial nos níveis municipal e estadual. Há limitações de diferentes ordens, como falta ou desconhecimento de metodologias adequadas, entraves burocráticos e dificuldades na adaptação da linguagem e dinâmica das reuniões — obstáculos que só serão vencidos quando a participação for realmente priorizada e o Sistema de Garantia de Direitos se dispuser à superação de seu próprio adultocentrismo (MOREIRA, 2019, p. 3-4).

Sistematizando dados colhidos empiricamente no acompanhamento de atividades de Conselhos de Direitos – sobretudo os de Direitos da Criança e do Adolescente, de Direitos Humanos e da Juventude do Estado do Paraná – tais como reuniões presenciais, transmissão de reuniões via videoconferência, leitura de seus principais documentos – a saber, regimentos internos e decretos ou leis de criação desses espaços, nesse último caso, tanto em âmbito Estadual quanto os de abrangência Nacional, foi possível perceber até então dez características fundamentais desses conselhos: 1. São espaços de decisões democráticas; 2. Possuem participação paritária – composta por 50% de membros da sociedade civil organizada e 50% de representantes do poder público governamental; 3. Possuem caráter deliberativo/decisório ou, em alguns casos, caráter consultivo/de recomendação; 4. Diversidade representativa – com membros(as) de diferentes áreas do conhecimento e expertises, ainda que seja um conselho aparentemente monotemático; 5. Influenciam, em maior ou menor grau, a destinação orçamentária para ações no campo setorial do conselho em que se atua; 6. Podem criar Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas, Comissões, Comitês e/ou integrar esses espaços equivalentes para discutir questões que julgarem pertinente e que sejam afetas à política setorial do Conselho; 7. Promovem eventos de formação temáticos e mediam, em certos casos, a convocação de Conferências periódicas; 8. Editam e/ou solicitam a produção, edição, diagramação, impressão e disseminação de material

informativo; 9. Editam e/ou solicitam a produção, edição, diagramação, impressão e disseminação de material educativo, formativo ou instrucional; 10. Redigem, editam e publicam documentos como resoluções, deliberações, recomendações, moções, notas públicas, ofícios comuns, ofícios circulares, cartas abertas, cartas de apoio, atas, memórias e outros instrumentos com validade legal e peso institucional.

Todas as possibilidades sustentam a relevância e a necessidade de que haja participação de adolescentes nesses espaços, sobretudo por se tratar de um direito adquirido internacional e nacionalmente – como veremos em detalhes no tópico a seguir – e pelos benefícios que uma participação que respeite as especificidades dessa modalidade de participação desse grupo etário.

4.3 ESPECIFICIDADES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Se, por um lado, participação social de adolescentes não é apenas depositar esses indivíduos em cadeiras para que assistam, de braços cruzados, à reunião em que os(as) adultos(as) discutem e deliberam sobre as políticas públicas que dizem respeito às suas vidas, tampouco deve ser espaço para níveis baixos de participação – ou de não participação, como a manipulação, a participação decorativa ou mera participação simbólica –, quais seriam as recomendações para a participação de crianças e adolescentes em espaços públicos e/ou decisórios?

Desde 2009, a ONU – Organização das Nações Unidas aprovou durante a sua 51.^a Sessão, realizada em Genebra, um documento traduzido em seis idiomas, o *General Comment no. 12 (2009): The right of the child to be heard*. Nele, há um detalhamento de 33 páginas que, de certa forma, regulamenta o Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Todos os 193 países – também conhecidos como Estados Partes – da ONU são signatários dessa Convenção e, conseqüentemente, das disposições que constam no Comentário Geral n.º 12.

O jornalista, educador e pesquisador brasileiro Douglas Silva Moreira, no artigo/informe temático *Participação de crianças e adolescentes: um exercício de cidadania ativa*, resumiu didaticamente os nove aspectos indicados pela ONU para que a participação infanto-juvenil seja “efetiva e genuína”.

Organizamos as informações no quadro a seguir:

QUADRO 1 - CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO

CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	BREVE COMENTÁRIO EXPLICATIVO
Transparente	A criança ou adolescente deve receber informações completas sobre a forma, finalidade e possível repercussão da participação.
Voluntária	Ninguém deve ser obrigado a expressar opiniões contra sua vontade.
Respeitosa	As opiniões devem ser tratadas com respeito, considerando-se também o contexto socioeconômico, ambiental e cultural dos participantes.
Relevante	Deve permitir que os participantes abordem questões que considerem importantes de acordo com seus conhecimentos, habilidades e capacidades.
Amigável	Os ambientes e métodos devem ser adaptados e acessíveis.
Inclusiva	Deve oferecer oportunidades iguais para todos, sem discriminação por qualquer motivo, e incentivar a participação de crianças em contextos de vulnerabilidade.
Baseada em Formação	Adultos precisam de preparação e conhecimento prático para facilitar a participação e as próprias meninas e meninos também podem fazê-lo.
Segura	Todas as precauções para minimizar possíveis riscos e consequências negativas da participação devem ser tomadas.
Responsável	Os(as) participantes devem ser informados(as) sobre como suas opiniões foram interpretadas e utilizadas e como sua participação influenciou o resultado

Fonte: MOREIRA, 2019, p. 2 *apud* ONU, 2009.

Concluída a fundamentação teórica e um domínio mínimo de todas as questões que envolvem o uso da Comunicação e da Educação para promover a participação social de adolescentes em Conselhos de Direitos, bem como com constante atenção aos objetivos elencados para esta pesquisa, desenhou-se uma metodologia plural e multimodal para se alcançar os resultados desejados. O descritivo metodológico, com seus diversos e imbricados procedimentos, encontra-se detalhado a seguir.

5. METODOLOGIA

Este capítulo está dividido em duas partes principais: os métodos de coleta de dados — com a indicação de seus instrumentos de coleta — e os métodos de análise dos dados, sempre tendo como foco os métodos e procedimentos mais adequados às finalidades desta Dissertação.

Todos esses métodos e/ou procedimentos foram fundamentados teoricamente, de modo que seja possível perceber as peculiaridades de cada método adotado, à luz de apontamentos de pesquisadores(as) que se dedicam às temáticas da pesquisa qualitativa e dos métodos de pesquisa em comunicação.

A Metodologia adotada nesta Dissertação compreende um conjunto de procedimentos que resulta, predominantemente, na Análise Hermenêutico-Dialética para indicação dos Resultados. Para compor esse tipo de análise, se fez necessária a realização de diversos tipos de pesquisas para coleta de dados, bem como diferentes modos de análise desses dados coletados separadamente para, só então, munido dessas informações, ser possível realizar a Análise Hermenêutico-Dialética, articulando todas as ideias, alcançando os objetivos e, conseqüentemente, oferecendo elementos para responder ao problema de pesquisa, a ser apresentado posteriormente, por meio da indicação de resultados e conclusões.

Essa metodologia principal se ancora, sobretudo, nos conceitos apresentados por Taquette e Borges (2020, p. 129); para elas, “a análise final [da análise hermenêutico-dialética] compreende a articulação entre os achados da pesquisa e os referenciais teóricos, tentando responder às perguntas da pesquisa com base em seus objetivos”. Em resumo, os procedimentos apontados por elas, são os seguintes:

Sua operacionalização inclui como primeiro passo, a ordenação dos dados com leitura e releitura do material. E, seguida sua classificação/categorização a partir dos questionamentos que se fazem sobre eles, com base na fundamentação teórica da pesquisa. Faz-se leituras repetidas do texto para se perceber as estruturas relevantes do mesmo e com isso criam-se as categorias específicas (TAQUETTE; BORGES, 2020, p.128-129).

Oliveira (2016) também defende ideias similares ao propor o que chama de Metodologia Interativa Hermenêutico-Dialética. Para essa outra autora, é preciso apresentar os resultados da análise condensados em um quadro geral, depois em quadros específicos e só por último através de um texto corrido com maiores detalhes do resultado da análise. Ao quadro geral, ela dá o nome de “matriz

geral da categorização de dados” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 153), onde devem ser inseridas as:

- **Categorias Teóricas** — indicação das palavras-chave que caracterizam a fundamentação teórica da pesquisa —, com fonte em caixa alta negritada, localizadas no topo das colunas do quadro;
- **Categorias Empíricas** — indicação das palavras-chave que caracterizam os achados da coleta de dados —, com fonte em caixa alta e baixa negritada, localizada abaixo das Categorias Teóricas com as quais guarda correlação;
- **Unidades de Análise** — indicação de tópicos que caracterizam o resumo das respostas/ resultados obtidos —, listados com pontos ao início da frase, fonte predominantemente em caixa baixa, não negritada.

Os quadros aqui denominados como “específicos”, para fins didáticos, seriam os quadros que sistematizam a síntese dos resultados da análise de cada Categoria Empírica. Ou seja, além de construir o quadro com a Matriz Geral da Categorização de Dados, também se faz necessário construir quadros para cada categoria Empírica.

No próximo Capítulo, que vai apresentar os resultados da pesquisa, veremos em separado os resultados da análise de todos os dados em separado, bem como a construção dos quadros que subsidiaram a Análise Hermenêutico-Dialética, à luz dos apontamentos das autoras Taquette e Borges (2020), bem como de Oliveira (2016).

Como se trata de um tipo de análise que necessita de uma interpretação a partir de dados coletados pelo(a) pesquisador(a), à luz de uma fundamentação teórica e metodológica, cabe também destinar uma atenção especial aos dados considerados necessários de serem coletados e dos respectivos procedimentos de coleta em si. Dessa forma, a tabela a seguir foi criada para contribuir com uma melhor compreensão de como essas informações estão imbricadas e correlacionadas, indicando inclusive, como esses procedimentos de coleta têm conexão com os objetivos da pesquisa.

TABELA 1 – INDICAÇÃO DOS VÍNCULOS ENTRE OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO COM MÉTODOS DE COLETA DE DADOS E MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Objetivo específico da Dissertação	Tipo de pesquisa utilizada para coleta de dados	Instrumentos de coleta de dados	Métodos de análise dos dados
a) Descobrir como adolescentes percebem os processos de comunicação, educação e uso de tecnologias na construção e desenvolvimento de práticas de participação social.	Pesquisa quantitativa	Questionário <i>Online</i>	Análise univariada Análise Descritiva
	Pesquisa participante	Diário de campo Câmeras fotográficas Gravador de voz	Análise descritiva
b) Conhecer os principais hábitos de consumo de mídia e de produção de conteúdo dos(as) adolescentes pesquisados(as) que possuam potencial de instigar seus pares à participação social.	Pesquisa quantitativa	Questionário <i>Online</i>	Análise univariada Análise descritiva
c) Compreender quais são as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes.	Pesquisa documental	Campos de buscas de <i>sites</i> específicos (Conanda, Flacso Brasil, Diário Oficial do Estado do Paraná, E-Protocolo do Governo do Estado do Paraná, página do Coped PR no site da Sejuf PR etc.) Arquivo pessoal do pesquisador	Análise documental
	Pesquisa-ação	Diário de campo Arquivo pessoal do pesquisador Arquivo institucional do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom	Análise descritiva
	Pesquisa participante	Diário de campo Câmeras fotográficas Gravador de voz	Análise descritiva

Fonte: O autor (2020).

Feita essa apresentação generalizada dos métodos de pesquisas utilizados para coleta dos dados e dos instrumentos que foram utilizados para isso, cabe agora discorrer, ainda que objetivamente, sobre cada um desses métodos de coleta e de análise nas suas perspectivas teórico-metodológicas. Para isso, salienta-se que foram utilizadas quatro obras distintas, de cinco autores(as) de diferentes Grandes Áreas dos Conhecimento, todas lançadas a partir dos últimos quatro anos. Advindo das Ciências Sociais Aplicadas — mais especificamente da Comunicação Social —, foram considerados os estudos de Martino (2018); das Ciências Humanas — mais especificamente da Educação —, observou-se os estudos de Oliveira (2016); das Ciências Biológicas — mais especificamente da Medicina — foram considerados os estudos de Taquette e Borges (2020), sobretudo pela atenciosa abordagem acerca dos tipos de pesquisa; de uma Área Interdisciplinar, a Neurociência, foram levados em conta os estudos de Yin (2010). Separadamente, nenhum dos(as) autores(as) foi capaz de subsidiar por completo os desafios teórico-metodológicos que compuseram esta Dissertação, ou seja, a utilização desse arcabouço teórico para embasar a metodologia utilizada para garantir a ampla cobertura das peculiaridades de pesquisa aqui defendidas, as quais vale a pena serem citadas e explicitadas no decorrer deste capítulo.

As autoras Taquette e Borges (2020, p. 50-54), por apontarem de forma mais rigorosa e metódica a amplitude dos diferentes tipos de pesquisa e suas inerentes características, acabaram se tornando a principal referência quando a intenção é descrever em detalhes a natureza da Pesquisa apresentada. A partir da divisão apresentada por elas é que podemos afirmar que esta Dissertação trata-se de:

- a) Pesquisa predominantemente Qualitativa, quanto à abordagem;
- b) Pesquisa Aplicada, quanto aos seus fins;
- c) Pesquisa Explicativa, quanto aos objetivos;
- d) Pesquisa Documental, De Campo, Participante, Pesquisa-Ação, Quantitativa e Descritiva, quanto aos seus meios de desenvolvimento;
- e) Pesquisa de caráter Seccional, quanto ao seu período de referência.

Para Taquette e Borges (2020, p. 50), as pesquisas podem ser Qualitativas ou Quantitativas quanto à abordagem. No caso desta Dissertação, afirma-se que é uma pesquisa predominantemente qualitativa por se preocupar, segundo as autoras, com um nível de realidade que não pode ser medido apenas com números. Para elas, a abordagem da Pesquisa Qualitativa dialoga com o “universo dos significados,

motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não são captáveis ou perceptíveis exclusivamente por variáveis matemáticas. Lança mão de referenciais teóricos das Ciências Sociais”. Esta visão também está conectada com as ideias defendidas por Martino (2018, p. 99), ao afirmar que “pesquisas qualitativas estão preocupadas com os *significados* presentes nas ações humanas” e que “isso não significa abandonar o rigor dos números”. Ele também diz que é por esses motivos que a Área da Comunicação tende a optar pela realização de pesquisas qualitativas: “o rigor da pesquisa qualitativa é garantido pela atenção de quem precisa em conseguir informações, comparando, analisando e selecionando *ainda na fase de coleta de dados* para verificar a qualidade do que tem em mãos” (MARTINO, 2018, p. 102).

Oliveira (2016, p. 37), por sua vez, defende que a Pesquisa Qualitativa seja preferencialmente chamada de Abordagem Qualitativa, tratando-se de um “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Yin (2016, p. 7) destaca cinco principais características da pesquisa qualitativa, das quais vale a pena destacar a última que ele indica em sua lista:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os participantes) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social e humano; e
5. esforçar-se por usar *múltiplas fontes de evidência* em vez de se basear em um única fonte. (YIN, 2016, p. 7)

O destaque ao quinto item se dá pelo fato desta Dissertação ser composta, justamente, por um conjunto consideravelmente múltiplo de fontes de dados, obtidos por diferentes métodos.

Quanto à finalidade, diz-se que esta é uma Pesquisa Aplicada, pois, “visa produzir um conhecimento que possa ser efetivamente aplicado na vida real, ajudando a alterar um fenômeno identificado” (TAQUETTE; BORGES, 2008, p. 52). Isso pode ser verificado mais detalhadamente na apresentação dos resultados desta pesquisa, nas conclusões e por meio de alguns dos apêndices também. Para essas autoras, as pesquisas podem ser divididas entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, quanto aos seus fins. A pesquisa básica, ainda segundo elas, pode ser pura — “totalmente

teórica” — ou estratégica — com a “possibilidade de construção de um conhecimento que seja útil para estudos práticos” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 51).

Quanto aos seus objetivos, é possível afirmar que essa é uma Pesquisa Explicativa, já que ela “além da descrição, análise e interpretação do objeto em estudo, tenta-se identificar as causas dos fenômenos”, podendo também “propor modelos teóricos, relacionar ou propor hipóteses ou ideias por força da dedução lógica” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 52).

Quanto aos seus meios de desenvolvimento, esta Dissertação está baseada numa hibridização de meios, que vamos aqui tratar como Multimodal, por incluir processos típicos de pesquisas essencialmente teóricas e também de pesquisas fundamentalmente observacionais. Para Taquette e Borges (2020, p. 52-53), a Pesquisa Documental, meio aqui utilizado no processo de coleta de dados, seria uma Pesquisa Teórica e a Pesquisa de Campo, Pesquisa Participante e Pesquisa-Ação, também utilizadas na coleta de dados desta Pesquisa, seriam Pesquisas Observacionais. A fundamentação teórica acerca de cada um desses meios de Pesquisa está descritas mais adiante, ao tratar-se dos métodos de coleta de dados desta Dissertação.

Por último, é necessário mencionar que Taquette e Borges (2020, p. 53-54) dividem as Pesquisas entre “Estudos longitudinais ou horizontais” e “Estudos Transversais ou Seccionais”. À luz de suas indicações, afirma-se que esta Dissertação se alinha ao segundo tipo de pesquisa indicado pelas autoras, pois esses estudos “analisam um fenômeno num dado momento, sem ter intenções de explicar ou descrever o que aconteceu antes ou depois daquele momento estudado”, são contudo “estudos de prevalência ou incidência” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 54). Ou seja, trata-se de uma pesquisa de reflete um momento atual, sem outros estudos que dão continuidade a uma série histórica para verificação e comparação do andamento da questão e que, certamente, pode apresentar resultados complementares e até diferentes se feitas por outro(a) pesquisador(a), com entrevistados(as) e dados que tenham as mesmas características dos dados aqui coletados, refletindo outras vivências e momento histórico e social da constituição da participação social de adolescentes no país.

5.1 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Conforme verifica-se na Tabela 1, foram utilizados quatro tipos de pesquisas diferentes para a coleta de dados, que estão diretamente conectadas aos procedimentos de coleta de dados que lhes são inerentes. Desse modo, foi possível angariar informações em diferentes fontes e espaços, através da observação de situações em campo, da ação/ intervenção do pesquisador, além de documentos e da sistematização de dados fornecidos por um seleto grupo de participantes da pesquisa, de modo a apontar para resultados mais significativos, ancorados em dados e registros factíveis. Os tipos de pesquisas necessárias para a coleta de dados, bem como os instrumentos utilizados para coletar esses dados são abordados detalhadamente a seguir.

5.1.1 A pesquisa documental e o método da coleta de dados em fontes documentais

Para Oliveira (2018, p. 52), trata-se de um procedimento que “não se restringe apenas à coleta de informações de caráter científico, podendo utilizar jornais, revistas, catálogos, protocolos, atas de reuniões, fotografias, portarias etc”. Tais documentos são considerados fontes primárias de dados, que se caracterizam como “informações em documentos que não receberam *nenhum tratamento científico* [...]”. As fontes secundárias seriam aquelas oriundas “[...] de segunda mão, ou seja, informações já trabalhadas por outros pesquisadores, estudiosos [...]” (OLIVEIRA, 2018, p. 70).

Como um dos objetivos específicos desta pesquisa é compreender as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes, optou-se por fazer isso a partir da pesquisa documental enquanto método de coleta de dados, o que foi realizado logo no início do processo de pesquisa para esta dissertação. O procedimento, portanto, colaborou para compreender como o Conanda — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — pautou, na última década, a participação social de adolescentes nos documentos que expediu.

Taquette e Borges (2020, p. 94) defendem que esse tipo de pesquisa “[...] deve ser feita de forma organizada e ter seus passos registrados para que qualquer leitor dos seus resultados possa compreender qual o caminho percorrido”. O método de coleta dos dados com os procedimentos da pesquisa documental considerou as

recomendações das autoras, tais como a importância de: a) definição das fontes de consulta; b) indicação de palavras-chave utilizadas na busca; c) recorte temporal; d) critérios de inclusão e exclusão de fontes; e) descrição do passo a passo da revisão documental.

Desse modo, optou-se por fazer a coleta dos dados/documentos que tivessem as seguintes características:

- Documentos publicados no *site* oficial do Conanda, advindos tão somente das seções “Biblioteca”, “Resoluções” e “Notas Públicas”;
- Cujo conteúdo abordasse explicitamente as palavras-chave “participação social de adolescentes”, “participação social de crianças e adolescentes” ou ainda a associação cruzada/ menção no mesmo trecho do texto das expressões “participação social” e “adolescentes”;
- Recorte temporal de 2008 a 2018, abarcando portanto a última década, considerando a época da realização dessa fase de coleta de dados;
- Atendimento de critérios de inclusão, tais como documento assinado pelo Conanda, de expressa autoria do Conanda ou ainda que constasse algum símbolo visual capaz de denotar que o documento foi produzido/expedido/ expressamente apoiado/ realizado ou feito em parceria direta com o Conanda (como inserção da marca do Conanda em papel timbrado/capa/contracapa/ verso do documento ou alguma outra citação em espaço característico de autoria ou coautoria, como ficha catalográfica, expediente, cabeçalho, rodapé ou campo de assinatura, por exemplo).

No processo de coleta desses dados para posterior leitura e análise, identificou-se a necessidade de abrir uma exceção aos critérios de inclusão, de modo que, além do site do Conanda, também fossem incluídos documentos do site da Flacso Brasil — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais —, entidade até então responsável por promover eventos, atividades e ações de promoção e garantia da participação social de adolescentes junto ao Conanda. Percebeu-se que a Flacso produziu conteúdos documentais no âmbito da 10.^a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada entre os dias 24 e 27 de abril de 2016, em Brasília (DF), além de mediar atividades com adolescentes que acompanhavam ações do Conanda, o “G38”, grupo de 38 integrantes cuja atuação guarda algumas semelhanças com a estruturação do CPA.

Para Martino (2018, p. 142), “o desafio para a análise de documentos na pesquisa em Comunicação é definir o material”. Outro desafio, segundo ele, diz respeito “[...] à quantidade de material necessário para estudo. Nas pesquisas qualitativas, o ponto é escolher um *critério* que permita observar o material” (MARTINO, 2018, p. 143).

Com base nessa premissa, adotou-se os seguintes critérios de exclusão das fontes de dados: estarem hospedados em seções do *site* oficial que denotassem algum caráter jornalístico/noticioso, como nas opções de menu “Notícias”, “Boletins Informativos” e “Vídeos”, por entender que a análise desse material deveria ser feita por outros métodos mais específicos, tais como a Análise de Conteúdo, Análise Fílmica/ Cinematográfica e Análise Semiótica — de modo a não se distanciar da proposta de priorizar conteúdo com maior peso deliberativo ou oficial, além de demandar fundamentos teórico-metodológicos muito diversos e amplos na fase de análise, inviabilizando o cumprimento de toda a metodologia proposta em detrimento do tempo disponível. Além disso, uma pré-análise verificou haver pouquíssima produção de conteúdo na aba “Notícias” e a escassa menção à palavra-chave “participação social de crianças e adolescentes” nos arquivos da seção “Boletins Informativos”. Apenas uma edição do boletim fazia alusão a uma atividade que poderia ser considerada como promotora da participação social de adolescentes, mas que não reconhecia/ nomeava a ação como tal.

O instrumento de coleta dos dados foi, portanto, o campo de buscas dos *sites* do Conanda e da Flacso Brasil. O tratamento desses dados coletados segue descrito mais adiante, ao abordarmos os métodos de análise de dados.

5.1.2 A pesquisa-ação e seus procedimentos de coleta de dados a partir do plano de intervenção

Considerando um dos objetivos específicos desta pesquisa — o de compreender as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes —, buscou-se compreender esse processo não apenas no âmbito dos registros documentais acerca do assunto, mas também contando com a atuação direta do pesquisador.

Cabe destacar o papel da pesquisa-ação como algo que vai para além de contribuir com o processo investigativo-científico e chega ao âmbito da contribuição com a resolução coletiva de problemas ou, pelo menos, o avanço em direção aos

desafios identificados. Para Oliveira (2016, p. 74), esse tipo de pesquisa para levantamento de dados — que também reflete nos procedimentos de análise dos dados produzidos — “requer o compromisso do pesquisador com a população pesquisada a fim de buscar coletivamente alternativas para resolução dos problemas que afligem essas pessoas ou, mais precisamente, com a comunidade pesquisada”.

Taquette e Borges (2020, p. 53) ressaltam que na pesquisa-ação, o pesquisador “[...] se envolve diretamente com o objeto de estudo, para que ocorra uma mudança no meio. Ele identifica um problema, cria um plano de intervenção e depois analisa as alterações que ocorreram a partir do seu projeto” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 53). Os métodos de coleta de dados advindos da prática da pesquisa-ação para esta dissertação, compreenderam a realização de todas essas etapas metódicas.

Na identificação do problema, foi definida a necessidade de empreender esforços para a promoção da participação social de adolescentes que pudessem se desdobrar em resultado que gerassem algum impacto local, especificamente na cidade de Curitiba, e estadual, no Paraná. Sendo assim, inúmeras seriam as possibilidades de atuação para a realização da pesquisa-ação, cabendo ao pesquisador para além de identificar o problema, desenvolver um plano de intervenção que estabelecesse ações alinhadas com os objetivos da pesquisa e que se enquadrasse nas limitações teóricas, metodológicas e de tempo para a realização da pesquisa.

Não havendo modelos predefinidos por nenhum dos(as) autores(as) consultados acerca das metodologias de pesquisa qualitativa, foi criado um instrumental, para registro de planos de intervenção em contextos de pesquisa-ação, que pode ser visualizado nos apêndices desta dissertação e replicado por outros(as) pesquisadores(as) que sintam a necessidade deste instrumento de registro do seu plano de intervenção em práticas metodológicas de pesquisa-ação.

O referido plano foi produzido de modo a contemplar as necessidades identificadas pelo pesquisador, sendo composto por seis campos nos quais foram inseridas as seguintes informações:

- **1. Dados de identificação da pesquisa:** indicação de nome do pesquisador (a), nome do(a) professor(a) orientador(a); nome da Instituição¹ à qual a pesquisa está vinculada;
- **2. Identificação do problema:** menção ao problema que o plano de intervenção pretende resolver ou ajudar a resolver coletivamente. Em casos em que a pesquisa contar com diversos métodos de coleta e de análise de dados, como é o caso da pesquisa apresentada por esta dissertação, nem sempre o problema da pesquisa matriz/pesquisa principal será idêntica ao problema identificado a ser trabalhado pela pesquisa-ação;
- **3. Objetivos do plano de intervenção:** indicação do objetivo geral e dos objetivos específicos que vão nortear o plano de ação contido no plano de intervenção;
- **4. Prazo:** indicação de previsão do mês e ano de início, bem como do mês e ano final de realização da pesquisa. Eventualmente, a depender da natureza da pesquisa-ação e da quantidade de etapas, pode necessitar de maior detalhamento. Nesses casos, pode ser importante optar pela construção de um cronograma mensal, semanal ou diário de ações;
- **5. Descrição das ações:** indicação da lista de ações previstas para a pesquisa-ação. Podem contar apenas com a indicação genérica das ações que se pretende realizar, uma vez que nem sempre esta previsão será verificada no ato de executá-la junto a outros(as) interlocutores(as) nos processos de parceria. Pode ainda, caso seja identificada uma real necessidade, indicar metas quantitativas e qualitativas para cada uma das ações;
- **6. Instrumentos de registro:** indicação dos instrumentos previstos para coletar os dados durante a realização da pesquisa-ação, bem como dos instrumentos previstos para registrar e arquivar os registros de dados coletados;
- **7. Previsão de dados a serem coletados:** indicação de possíveis dados que podem ser produzidos e coletados a partir da realização da pesquisa-ação, uma vez que nem sempre esses dados já estarão disponíveis ou tratados,

¹ No caso de Pesquisas a serem realizadas por terceiros a partir da proposta de Plano de Intervenção aqui apresentada, pode-se indicar a Universidade, Instituto de Pesquisa, Agência, Empresa, Grupo de Pesquisa, Coletivo, Fórum, Rede ou outros agentes de pesquisa.

mas que precisarão ser coproduzidos com os grupos pesquisados e, portanto, serem gerados de forma inédita.

Acredita-se que todo esse processo de planejamento contribui para visualização das demandas, organização das ideias, identificação de viabilidade das ações ou não, previsão de prazos e dos recursos necessários à coleta de dados e sistematização dos resultados. Desse modo, um plano de intervenção foi produzido à luz do instrumental aqui proposto, especificamente para ajudar a visualizar o percurso traçado na coleta de dados, ficando da forma como demonstrado na tabela a seguir:

QUADRO 2 – PLANO DE INTERVENÇÃO TRAÇADO PARA COLETA DE DADOS A PARTIR DA PESQUISA-AÇÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO
<p>1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA Pesquisador: Diego Henrique da Silva Professor Orientador: José Carlos Fernandes Universidade Federal do Paraná Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) Título provisório do Trabalho: Comunicação e Educação no Engajamento político e social de adolescentes: percepções a partir do CPA/ Conanda</p>
<p>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA</p> <p>Como fomentar ações que coloquem o pesquisador em contato com a compreensão das particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes, dentro das limitações de tempo e espaços de atuação às quais já se tem algum acesso?</p>
<p>3. OBJETIVOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO <i>Objetivo geral do plano de intervenção</i> Empreender esforços para realizar ações de promoção da participação social de adolescentes, com potencial efetivo de se desdobrar em resultados factíveis, com impactos reais, verificáveis e quantificáveis em Conselhos Municipais e/ou Estaduais de Direitos aos quais o pesquisador consiga, de fato, intervir coletivamente para resolver ou ajudar a resolver o problema identificado.</p> <p><i>Objetivos específicos do plano de intervenção</i></p> <p>a) Definir conselhos de direitos e/ou outros espaços públicos de deliberação sobre políticas públicas de promoção da participação social em que a intervenção coletiva será feita; b) Descrever as ações previstas de serem realizadas nos espaços de realização desta pesquisa-ação; c) Listar e sistematizar os instrumentos e os métodos de coleta de dados que serão gerados a partir da Pesquisa-Ação.</p>

4. PRAZO

Julho de 2018 a Outubro de 2020.

5. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES**5.1 Ação 1**

Fomentar a implementação de Comitê de Participação Social de Adolescentes (e/ou construí-la coletivamente) junto a um ou mais Conselhos de Direitos situados na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.

5.2 Ação 2

Promover o trabalho em rede, articulando dois ou mais Conselhos de Direitos entre si, em prol da promoção da participação social de adolescentes.

5.3 Ação 3

Promover a produção de material de comunicação (ou conjunto de materiais) que aborde a temática da participação social de adolescentes em Conselhos de Direito, a ser construído em parceria com Conselhos de Direitos na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.

5.4 Ação 4

Identificar oportunidades e reais possibilidades de realizar uma ou mais ações em parceria com adolescentes do CPA/ Conanda, seja de modo presencial ou *online*, que ajude a promover a participação social de adolescentes e que esteja alinhado com necessidades, interesses e expectativas do grupo.

6. INSTRUMENTOS DE REGISTRO DO PROGRESSO DE PESQUISA**6.1 Previsão de instrumentos de coleta de dados**

1. Diário de Campo;
2. Câmera fotográfica;
3. Celular;
4. Computador/ *notebook* com acesso à internet.

6.2 Previsão de formatos de registro dos dados coletados

1. Notas de trabalho de campo;
2. Relatório de Pesquisa de Campo;
3. Linha do Tempo.

7. PREVISÃO DE DADOS A SEREM COLETADOS

1. Cópias de atas ou de memórias das reuniões;
2. Cópias de *e-mails* enviados e/ou recebidos;
3. Cópias de protocolos submetidos;
4. Cópias de ofícios emitidos e/ou recebidos;
5. Cópias de Planos de Trabalho produzidos, co-produzidos ou recebidos;
6. Cópias de Relatórios produzidos, co-produzidos ou recebidos;
7. Outros documentos que ajudem a comprovar os efeitos da pesquisa-ação;
8. Matérias/notícias/reportagens publicadas na imprensa produzidas ou co-produzidas pelo pesquisador ou por terceiros.

Fonte: O autor (2020).

Todas as ações previstas no Plano de Intervenção da Pesquisa-Ação (QUADRO 2) foram executadas e os resultados serão tratados no capítulo destinado a isso. A maneira como foi feita a análise dos dados coletados por meio dessa etapa de pesquisa serão descritos mais adiante, quando da apresentação dos procedimentos metodológicos adotados para esta dissertação.

Ressalte-se que a pesquisa-ação é considerada um tipo específico da pesquisa de campo. Taquette e Borges (2020, p. 53) afirmam que a pesquisa de campo “é aquela onde o pesquisador vai até o ambiente natural do seu objeto de estudo”. No entanto, segundo as autoras, na pesquisa de campo em seu modo genérico de se desenvolver, “[...] não existe controle das variáveis e o pesquisador se limita a observar, identificar e coletar dados sobre o que pretende estudar” (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 53). Na pesquisa-ação, não cabem apenas esses procedimentos descritos, inclui-se a intervenção do pesquisador junto ao grupo. Thiollent é mais um autor a reforçar a ideia da profunda inter-relação entre pesquisador e comunidade:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988, p. 15, citado por OLIVEIRA, 2016, p. 74).

Ainda que o plano de intervenção aqui produzido (QUADRO 2) estabeleça quais ações previstas para serem realizadas, os métodos de coleta de dados ainda carecem de maior detalhamento. A tabela a seguir contribui para cruzar as informações sobre ações previstas e procedimentos de coleta adotados.

TABELA 2 – DESCRITIVO DOS MÉTODOS DE COLETA DOS DADOS DESTA DISSERTAÇÃO

Ação	Etapas para a geração de dados a partir da pesquisa-ação	Método de coleta e/ou arquivamento dos dados
Fomentar a implementação de Comitê de Participação Social de Adolescentes (e/ou construí-la coletivamente) junto a um ou mais Conselhos de Direitos situados na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os Conselhos de Direitos Municipais ou Estaduais mais estratégicos para propor a Ação; 2. Avaliar possibilidades de parceria institucional com o coletivo Parafuso Educomunicação, para realização da ação; 3. Solicitar formalmente espaço para apresentação e defesa da ideia (ou identificar oportunidade de realizar esta ação); 4. Em caso de adesão da ação junto aos Conselhos de Direitos, adotar meios para acompanhamento e colaboração com o desenvolvimento da ação, registrando essas informações. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar existência de registros oficiais de que a ação foi iniciada, está em andamento, foi concluída ou, eventualmente, arquivada ou rechaçada; 2. Garantir o registro de cópia de documentos que ajudar a comprovar e dar credibilidade à realização da ação, bem como do envolvimento do pesquisador para a efetivação, encaminhamento ou colaboração com a ação; 3. De posse do documento coletado, arquivá-lo em ambientes digitais diferentes (<i>Google Drive</i>, Plataforma <i>Issuu</i>, <i>e-mail</i> etc.).

Promover o trabalho em rede, articulando dois ou mais Conselhos de Direitos entre si, em prol da promoção da participação social de adolescentes.	Idem.	Idem.
Promover a produção de algum material de comunicação (ou conjunto de materiais) que aborde a temática da participação social de adolescentes em Conselhos de Direito, a ser construído em parceria com Conselhos de Direitos na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.	Idem.	Idem.
Identificar oportunidades e reais possibilidades de realizar uma ou mais ações em parceria com adolescentes do CPA/Conanda, seja de modo presencial ou <i>online</i> , que ajude a promover a participação social de adolescentes e que esteja alinhado com necessidades, interesses e expectativas do grupo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Buscar meios de contato com o CPA/Conanda; 2. Avaliar possibilidades de realização de alguma atividade em conjunto, podendo ser no âmbito de alguma prática educacional ou não. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir o registro de cópia de documentos que ajudar a comprovar e dar credibilidade à realização da ação, bem como do envolvimento do pesquisador para a efetivação, encaminhamento ou colaboração com a ação; 2. De posse do documento coletado, arquivá-lo em ambientes digitais diferentes (Google Drive, Plataforma Issuu, e-mail etc.).

Fonte: O Autor (2020).

Os resultados de todas as ações previstas e seus desdobramentos estão descritos no capítulo que trata desse assunto.

5.1.3 A Pesquisa participante e o método da observação participante

A realização desse tipo de pesquisa está intimamente ligada a um meio específico de coleta de dados, devendo estar conectado ao objetivo do estudo. No caso desta dissertação, a pesquisa participante ajuda a coletar e analisar dados para atingir dois objetivos específicos, que são os de: descobrir como adolescentes percebem os processos de comunicação, educação e uso de tecnologias na construção e desenvolvimento de práticas de participação social, bem como o de compreender quais são as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes. O método de coleta de dados para

serem analisados e ajudar a encontrar as respostas é, portanto, a observação participante.

É notável a inviabilidade de realização de uma ampla pesquisa junto a adolescentes de todo o Brasil, para alcançar o objetivo supracitado. Ainda que fosse considerada uma amostragem robusta de adolescentes brasileiros(as), optou-se por realizá-la com um grupo muito específico, definido a partir de critérios que estão delimitados detalhadamente no tópico que aborda os métodos de coleta de dados a partir da pesquisa quantitativa, já que é composto pelo mesmo grupo.

Na pesquisa participante, “o pesquisador tem interação com o ambiente que envolve seu objeto de estudo, porém não se propõe a ter um plano para interferir na realidade existente” (OLIVEIRA, 2016, p. 53). A escolha pela incorporação desse tipo de pesquisa para compor esta dissertação surgiu a partir da identificação da necessidade de, além de entrevistar ou aplicar questionário junto a adolescentes, de ter contato com a forma em que eles(as) interagem quando estão reunidos ou desenvolvendo atividades coletivamente, uma vez que, para Martino (2018, p. 135), “na pesquisa em Comunicação, a observação é o acompanhamento sistemático da interação entre pessoas. É utilizada para conseguir, em primeira mão, dados de situações reais”.

Para Oliveira (2016, p. 81), o método da observação participante, típico da pesquisa participante, pode ocorrer de duas formas: a partir da observação natural, “[...] quando o observador é parte integrante do grupo”, e a partir da observação artificial, “[...] quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de fazer pesquisa”. Sendo assim, pode-se afirmar que foi utilizada a observação artificial, já que o pesquisador não integra o CPA do Conanda.

O método da observação participante, segundo Oliveira (2016, p. 82) pressupõe três etapas: “[...] a análise descritiva do fato ou fenômeno observado, uma delimitação dos fatos a serem observados segundo o objeto de estudo, e, por fim, uma seleção de dados que serão analisados segundo a delimitação feita na etapa anterior”. Spradley (1980, p.34), citado por Oliveira (2016, p. 81) denomina essas três etapas da observação participante supracitadas como “observação descritiva”, “observação focal” e observação “seletiva”.

Martino (2018) também aponta três etapas da observação de campo, seja essa “observação sem participação”, “com participação” ou ainda na “observação na pesquisa-ação”, que são muito similares às indicadas por Oliveira (2016) e

Sprandley (1980). Para o autor, essas três etapas são: a apresentação, em que o pesquisador explica os objetivos de sua presença, fala brevemente da pesquisa e, se for o caso, abre espaço para perguntas sobre o trabalho; na segunda etapa, “o centro do trabalho é o momento da observação”, em que são tomadas notas que não precisam ser extremamente detalhadas para não tomar o tempo e lugar da observação propriamente dita; por último, viria a etapa do diário de campo, um “[...] registro contínuo das coisas observadas durante a pesquisa de campo”, a ser feito logo após o término de cada período de observação para que os tópicos importantes não se percam da memória (MARTINO, 2018, p. 139-140).

Para esta dissertação foram adotadas as etapas apresentadas por Oliveira (2016), como método de coleta e registro dos dados. Desse modo, a partir da descrição do fato ou fenômeno a ser observado — defendido por essa autora como primeiro passo da observação participante —, a qual também pode ser tratada como “observação descritiva”, pode-se afirmar que se tratou de duas reuniões presenciais de adolescentes integrantes do grupo pesquisado. Essa comunidade, portanto, foi composta por um grupo de 33 adolescentes, integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As observações se deram durante a realização das duas reuniões presenciais durante o tempo livre disponível dentro da programação de um evento internacional, o *Encuentro de Niños, Niñas y Adolescentes – Subregión Sur*, ocorrido entre os dias 15 e 18 de Novembro de 2018, em duas diferentes salas de aula aleatórias do Colégio Marista São José, localizado no bairro Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro (RJ), na região Sudeste do Brasil. O pesquisador se encontrava no evento por ter sido convidado pelo FNDCA — Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — para participar na condição de educador, mobilizando participantes a realizarem atividades de educação durante o evento, produzindo fotografias, vídeos e textos, além de acompanhar e colaborar, na medida do possível, com a equipe de comunicação do evento.

As reuniões do CPA/ Conanda foram abertas à participação de qualquer pessoa que estivesse participando do evento, o que possibilitou a observação participante do pesquisador. No evento internacional, circularam e participaram mais de 180 adolescentes do Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, bem como de um número considerável de adultos(as), que não foi possível relatar com precisão

pelo fato do pesquisador não ter encontrado essa informação nos canais de comunicação da entidade executora do projeto que proporcionou a realização do evento. As duas reuniões observadas de maneira participativa ocorreram, respectivamente, nos dias 16 e 17 de Novembro de 2018, ambas no final da tarde, sempre após a realização das atividades previstas para aquele dia na programação oficial do evento.

Quanto à delimitação dos fatos observados — também denominada de “observação focal” —, optou-se por fazer a observação de três aspectos: os comportamentais em atividades coletivas; a menção ou prática do uso da comunicação/educação/tecnologias em processos de participação social e, por último, as particularidades dos processos de promoção da participação social que forem demonstradas em atos ou discutidas oralmente.

Para Yin (2016, p. 129), a delimitação do que deve ser observado se trata de um desafio das pesquisas observacionais, já que, segundo ele, “[...] muitos itens podem ser objeto de suas observações. A saliência desses itens depende do tema de sua pesquisa qualitativa”. Para Martino (2018, p. 135), a compreensão de uma situação, a partir da observação, se dá a partir da proximidade com o que está acontecendo, sendo ato desafiador, inclusive, sob a dimensão ética: “[...] observar não é se colocar em uma posição superior, como ‘observador’ neutro que apenas vê e julga — já fazemos isso o suficiente no cotidiano” (MARTINO, 2018, p. 135).

Em relação à terceira e última fase metodológica da observação participante, em que é feita seleção dos dados coletados — também chamada de “observação seletiva” —, foi realizada uma listagem dos principais aspectos prioritários observados a partir das delimitações definidas na etapa anterior/ “observação focal”, respeitando a seguinte distribuição:

- 05 relatos observacionais acerca dos aspectos comportamentais em atividades coletivas;
- 05 relatos observacionais acerca dos da menção ou prática do uso da comunicação/ educação/ tecnologias em processos de participação social;
- 08 relatos observacionais acerca das particularidades dos processos de promoção da participação social que forem demonstradas por meio de ações ou discussões durante a atividade observada.

O método de análise desses dados coletados e sistematizados, bem como os resultados dessa análise podem ser encontrados mais adiantes no respectivo tópico e capítulo destinado para esses fins.

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, a partir do método da observação participante, foram: o diário de campo, as câmeras fotográficas profissional e de celular do pesquisador, bem como o aplicativo de gravação de voz do celular pessoal do pesquisador. A partir disso, os dados coletados foram: a) duas notas de campo, uma para cada dia de observação participante; b) 14 fotografias, sendo seis do primeiro dia de observação participante e nove do segundo dia; c) quatro arquivos de áudio que, juntos, totalizam 02h03min12seg, captado apenas a título de consulta, para o caso de haver necessidade de revisitar o material ou conferir/ resgatar alguma informação relevante das atividades observadas. O conteúdo segue sob guarda do pesquisador, como mera salvaguarda de consulta científica, tendo também sido utilizado em parte para a produção de duas matérias jornalísticas sobre a atuação do CPA, publicadas no portal Universo Educom (www.universoeducom.org).

5.1.4 A Pesquisa quantitativa e o método da coleta de dados a partir de aplicação de questionário

Esse tipo de pesquisa se fez necessária a partir da identificação da necessidade de reunir informações acerca do grupo de adolescentes pesquisado, de modo a poder caracterizá-los(as), conhecer qual o seu perfil, além de levantar informações que pudessem ajudar a atingir dois objetivos específicos desta dissertação: os de descobrir como adolescentes percebem os processos de comunicação, educação e uso de tecnologias na construção e desenvolvimento de práticas de participação social, bem como de conhecer os principais hábitos de consumo midiático e de produção de conteúdo que possuam algum potencial de instigar seus pares à participação social

A pesquisa quantitativa possibilitou o cruzamento das informações coletadas com todos os demais resultados obtidos através dos demais métodos qualitativos de pesquisa citados anteriormente, a saber: a pesquisa documental, a pesquisa-ação, a pesquisa participante e, como qualquer pesquisa acadêmica, a pesquisa

bibliográfica utilizada para fundamentação teórica e fundamentação metodológica também.

O fato desta dissertação se basear predominantemente em métodos qualitativos não significa que não pode contar com dados quantitativos como aporte para complementar suas reflexões. Os(as) autores(as) consultados(as), inclusive, veem a integração quali-quantitativa sob perspectivas diferentes.

Para Taquette e Borges (2020, p. 54), “os métodos quantitativos e os métodos qualitativos são igualmente úteis e devem ser adequados ao objeto de pesquisa”, sendo encaradas como mais valorizadas nas pesquisas científicas mas que, aos poucos, cresce a tendência de valorização pelas pesquisas qualitativas.

Para Martino (2018, p. 104), as pesquisas acadêmicas em comunicação utilizam pesquisas quantitativas com menor frequência; e que, apesar de oferecerem resultados mais precisos, “[...] seu raio de ação é limitado no que diz respeito à interpretação, característica das Humanas”.

Oliveira (2016, p.40) vê diversos benefícios da interatividade entre dados qualitativos e quantitativos. Para ela, “fazer pesquisa não é acumular dados e quantificá-los, mas analisar causas e efeitos, contextualizando-os no tempo e no espaço, dentro de uma concepção sistêmica” (OLIVEIRA, 2016, p. 40).

Yin (2016, p. 264) adverte para a necessidade de um domínio amplo de conhecimentos ao utilizar, numa mesma pesquisa, métodos quali e quantitativos: “Uma base de conhecimentos variada é necessária para executar uma boa mistura de quaisquer dos métodos qualitativos e quantitativos”. O autor se refere a esses casos como “pesquisa com metodologia mista” e acredita que “nessas situações, a análise ideal também refletiria uma relação integrada entre os componentes [...] analisados e interpretados juntos, antes de chegar à(s) principal(is) conclusão(ões) de um estudo” (YIN, 2016, p. 262).

Para atender aos objetivos desta dissertação, foram definidos parâmetros alinhados a tais objetivos. Para Martino (2018, p. 105), esse é o primeiro passo numa pesquisa quantitativa em comunicação. Os parâmetros dizem respeito à população — “conjunto de pessoas ou documentos que podem interessar para uma pesquisa” —, à amostragem — “procedimentos usados para escolher, a partir da população, qual será a amostra”, e à Amostra — “parcela da população que vai, de fato, ser pesquisada” (MARTINO, 2018, p. 105).

Assim sendo, a população considerada para a Pesquisa Quantitativa foi a de adolescentes brasileiros(as) que fazem parte do primeiro mandato do CPA/ Conanda, na busca de coletar dados deles(as) quando o assunto é a inter-relação entre comunicação, educação e participação social. Para Martino (2018, p. 105), quando a população possui características semelhantes, podemos considerá-la como “homogênea”. A população desta Pesquisa, portanto, compreende o total de 47 adolescentes, que equivale ao número de integrantes do CPA/ Conanda, conforme aponta a Resolução que nomeia o primeiro mandato dos(as) membros(as) desse Comitê (MMFDH, 2018). Essa população, por sua vez, integra um universo absolutamente maior: o de adolescentes brasileiros(as) de modo geral. Um recente relatório da Fundação Abrinq apontou que “[...] em 2019, estimava-se que o Brasil tinha 69,3 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade residiam no Brasil”, representando 33% da população (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2019, p. 17).

A amostragem da pesquisa quantitativa, conforme apontado, se trata de um procedimento de escolha, portanto, não se refere à indicação de um número ou percentual mínimo de participantes. A amostragem dos(as) participantes se baseou, portanto, nos seguintes critérios:

- O(a) adolescente precisa ter sido nomeado oficialmente ao CPA/ Conanda, não cabendo a participação de adolescentes advindos de outros espaços de participação social, ainda que intimamente ligados à vivência em Conselhos de Direitos;
- O(a) adolescente precisa participar de forma absolutamente voluntária, baseada em informação acerca das implicações de sua participação e na pesquisa;
- O(a) adolescente precisa participar dentro de um prazo predeterminado, ainda que haja possibilidade do mesmo solicitar extensão do tempo caso isso seja necessário;
- O(a) adolescente precisa saber previamente que sua participação precisa se dar a partir de alto nível de engajamento com a pesquisa, sendo informado sobre o tempo que precisará investir e da necessidade de preenchimento de todos os campos sinalizados como obrigatórios;
- O(a) adolescente precisa dispor de meios, ferramentas e tecnologia necessárias à participação na pesquisa.

A escolha dos procedimentos acima listados se deu, em parte, inspirado em Martino (2018, p. 105), ao reforçar que “nas amostragens qualitativas o critério é a relevância”. Uma das consequências da amostragem, portanto, foi a delimitação do grupo de participantes que, de fato, estaria habilitado a participar da pesquisa.

A amostra compreende pouco mais de um terço da população definida. Sendo mais preciso, dos(as) 47 potenciais participantes, 24 chegaram a aceitar participar da pesquisa, culminando em 17 participações (36,17%) realmente efetivadas. O fato de nem todos(as) os(as) membros(as) do CPA/ Conanda terem participado é multifatorial intimamente ligados aos critérios de participação estabelecidos na amostragem, advindo de diversos motivos e circunstâncias, conforme listamos a seguir:

- O **primeiro e mais importante** é o da involuntariedade. Está ancorado em um dos princípios da própria participação social, já indicado na fundamentação teórica deste trabalho, que é o da “participação voluntária”, em que o indivíduo precisa querer/ aceitar se envolver com a prática da participação, bem como de ser respeitado caso decida não participar, seja desta pesquisa, seja de outras práticas de participação social em espaços de construção de políticas públicas como é o caso dos Conselhos de Direitos;
- O **segundo motivo** é o da impossibilidade de comunicação, dada pela inviabilidade de contato, que se dá quando o número de telefone é trocado, não há e-mail de referência, o indivíduo não é encontrado por meio de redes sociais digitais e a rede de contatos do pesquisador e dos demais adolescentes do CPA também não possui o contato atualizado de determinada pessoa. Nesse caso, não há sequer como o(a) adolescente saber da realização da pesquisa, já que não será convidado(a) nem terá ninguém que consiga avisá-lo(a) sobre a possibilidade de participação;
- O **terceiro motivo** é o da ausência de retornos ou de manifestações. Nesse caso, o(a) potencial participante recebe o convite por um ou mais canais de comunicação autênticos e/ou ativos, porém, por algum motivo que não é possível especificar, acaba não dando um retorno, nem de que irá participar, tampouco se avaliou o convite e decidiu não participar;
- O **quarto motivo** diz respeito à recusa com justificativa. Aqui, o potencial participante, além de indicar que não irá ou não conseguirá participar da pesquisa dentro das condições propostas (de prazo, de dedicação de tempo

para responder formulário etc.) decide voluntariamente justificar/ explicar o motivo da sua impossibilidade de participação;

- O **quinto e último** motivo seria o caso das não efetivações da participação. O(a) convidado(a) aceita participar da pesquisa, aceita as condições propostas, recebe as informações de como participar, porém, por algum motivo, não conclui/ efetiva sua participação.

Os casos acima relatados aconteceram concretamente e a descrição exemplificada de como aconteceram está descrita no capítulo reservado aos resultados.

O instrumento de coleta de dados definido para a pesquisa qualitativa foi o questionário. Nem as entrevistas individuais, pela ausência de tempo hábil para tanto e da necessidade de articular a agenda com até 47 participantes em potencial; nem as entrevistas em grupo ou oficinas, pelo fato dos(as) adolescentes da pesquisa quantitativa já terem sido observados em atividades coletivas presenciais — conforme apontado anteriormente no subcapítulo que aborda a pesquisa participante e a observação participante —; nem o grupo focal ou a etnografia, pela impossibilidade de ordem financeira, material e logística para providenciar a realização de uma pesquisa dessa natureza, que requer muito tempo de dedicação *in loco*, com adolescentes residentes em diferentes regiões do Brasil e estando em período pandêmico; tampouco as histórias de vida ou métodos biográficos similares, por não se alinharem aos conteúdos específicos que se gostaria de abordar e que estão dispostos nos objetivos de pesquisa: o que se pretende é obter dados quantitativos dos sujeitos, focados nas inter-relações entre comunicação, educação e participação social, para cruzá-los e/ou correlacioná-los com os demais dados qualitativos coletados por outros meios e realizar uma análise mais sistêmica dessas informações. Nesse sentido, diante de todas as limitações aqui detalhadas, o questionário acabou sendo a melhor opção.

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais. (OLIVEIRA, 2016, p. 83)

Para Martino (2018, p. 106), “enquanto nas entrevistas a espontaneidade e a liberdade dos entrevistados é o que conta, nos questionários a linearidade e a

uniformidade são os dados mais importantes[...]”. Segundo o autor, os questionários podem ser de respostas livres ou estimuladas, sendo que nos de respostas livres, “o entrevistado pode responder o que quiser” ao passo que nos de resposta estimulada, “são dadas alternativas previamente definidas, e o entrevistado só pode escolher um (ou algumas) delas” (MARTINO, 2018, p. 107). Dessa forma, pode-se afirmar que o questionário utilizado para a pesquisa quantitativa foi predominantemente de resposta estimulada. Isso se deu através de um processo decisório que levou em consideração o grande volume de questões elencados e o quão desafiador seria responder a todas essas questões para os(as) adolescentes, caso eles(as) tivessem que digitar cada uma das respostas. Foi a partir desse olhar que também optou-se por utilizar apenas questões objetivas, sendo parte delas fechadas — com apenas uma opção possível para ser assinalada — e de múltipla escolha — com mais de uma possibilidade de resposta a ser escolhida. Ao todo, foram produzidas 55 questões objetivas fechadas e três questões de múltipla escolha, totalizando 58 perguntas.

A escolha por questões predominantemente fechadas requer do pesquisador maior atenção quanto à inserção de opções de escolha. Martino (2018, p.107) indica que esse tipo de questionário restringe as respostas às alternativas existentes, “[...] o cuidado, neste caso, está justamente na formulação de alternativas que tenham um bom panorama de respostas”.

Munidos de todos esses cuidados metodológicos e procedimentais é que o questionário foi produzido. A tabela a seguir, ajuda a compreender, de maneira mais completa, todas as questões observadas em seu processo de produção:

TABELA 3 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DESAFIOS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

ETAPA	DESAFIOS
Produção do Questionário	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formulação das perguntas alinhadas aos objetivos de pesquisa; 2. Formulação das perguntas que possam compor um banco de dados para realização de pesquisas e eventuais produções editoriais futuras; 3. Definição do número de perguntas; 4. Produção de texto introdutório; 5. Identificação do pesquisador e instituições vinculadas à pesquisa;

	6. Indicação de contatos do pesquisador; 7. Divisão do Questionário em Partes Didáticas; 8. Ilustração do questionário com fotografias; 9. Produção de perguntas que possibilitam análises univariadas, bivariadas ou multivariadas, de acordo com as informações necessárias de serem levantadas; 10. Articulação de construção do questionário de modo a incorporar as importantes contribuições do professor orientador; 11. Produção de questões majoritariamente objetivas; 12. Redação de questões alinhadas à habilidade de maior compreensão dos(as) participantes.
Pré-Aplicação do Questionário	13. Contato com os(as) potenciais participantes; 14. Mobilização de adolescentes parceiros(as); 15. Pré-estabelecimento de prazos para participação.
Aplicação do Questionário	16. Abertura à renegociação de prazos para participação na pesquisa; 17. Alternativas para resolução conjunta de problemas de ordem tecnológica.
Pós-aplicação do questionário	18. Emissão e reunião de termos de consentimento livre e esclarecido; 19. Compromisso de realizar a divulgação científica da pesquisa; 20. Dar retornos acerca dos resultados da pesquisa aos adolescentes participantes.

Fonte: O autor (2020).

Contudo, o questionário produzido guarda as algumas características gerais que valem ser descritas aqui. Ele foi desenvolvido com a ferramenta *Google Forms*, disponibilizada gratuitamente pela empresa *Google* para aqueles que possuem conta de e-mail no serviço de correio eletrônico oferecido por ela, o *Gmail*.

Estruturalmente, o questionário está aberto em uma única página da *web*, na qual é possível fazer a leitura de todas as questões antes de iniciar o processo de preenchimento e inserção das respostas. Basicamente, há uma Introdução no início do questionário, seguindo por uma sequência de campos para preenchimento de dados pessoais, bem como da sequência de 58 perguntas, culminando ao final da página, na existência de um botão para submeter o formulário ao pesquisador.

FIGURA 1 – PEÇA GRÁFICA DE TOPO DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020).

No topo do questionário há uma peça gráfica com o título dado à Pesquisa Quantitativa, a indicação dos nomes do pesquisador e do professor orientador, uma fotografia produzida pelo pesquisador na ocasião da realização da Observação Participante e de parte da Pesquisa-Ação em que aparecem inúmeros membros(as) do Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda e a logos das instituições envolvidas/ parceiras da pesquisa.

O texto Introdutório contextualiza a finalidade da pesquisa e o que se espera dos(as) participantes que optarem participar dela, além de indicar número de questões, previsão de tempo estimado para responder às perguntas e contatos pessoais do pesquisador.

Quanto ao período de tempo estimado para responder ao questionário, foi indicado, no texto introdutório, a duração de uma a uma hora e meia. O cálculo realizado para se chegar a essa estimativa foi baseado em conferir aproximadamente um minuto para responder às questões objetivas fechadas, um minuto e meio para questões objetivas de múltipla escolha, além de mais alguns minutos para preenchimento dos campos destinados para inserção de dados de identificação do pesquisado.

O questionário está dividido em cinco partes, a saber: “Dados Básicos e de Identificação”, “Identidade e Autoconhecimento”, “Democracia e Participação Social”,

“Hábitos de Consumo e Produção Midiática”, “Educação em Direitos Humanos”, respeitando à seguinte proporção sistematizada na tabela abaixo:

TABELA 4 – SISTEMATIZAÇÃO DA PROPORÇÃO DE QUESTÕES PARA CADA PARTE DO QUESTIONÁRIO

Parte do Questionário	Quantidade de Campos e de Questões
Parte 1 - Dados Básicos e de Identificação	11 campos para inserção de dados
Parte 2 - Identidade e Autoconhecimento	4 campos para inserção e marcação de dados
Parte 3 - Democracia e Participação Social	23 questões
Parte 4 - Hábitos de Consumo e Produção Midiática	25 questões
Parte 5 - Educação em Direitos Humanos	10 questões

Fonte: O autor (2020).

Cada uma das partes da pesquisa foi subdividida por uma peça gráfica indicando a temática das perguntas daquela parte, ilustrada com fotografias em que membros(as) do CPA aparecem, como estratégia de personalizar o questionário e torná-lo ainda mais singular para os(as) participantes. As fotografias são todas de autoria do pesquisador, tendo parte delas tendo sido produzidas no processo de Observação Participante e parte em atividades do *Encuentro de Niñas, Niños y Adolescentes*, evento internacional em que o pesquisador teve contato com grande parte dos(as) membros(as) do CPA. As peças gráficas criadas para a divisão didática do questionário podem ser visualizadas a seguir.

FIGURA 2 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A PRIMEIRA PARTE DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020)

FIGURA 3 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A SEGUNDA PARTE DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020)

FIGURA 4 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A TERCEIRA PARTE DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020)

FIGURA 5 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A QUARTA PARTE DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020)

FIGURA 6 – PEÇA GRÁFICA PARA DEMARCAR A QUINTA PARTE DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor (2020)

O período temporal disponibilizado para participação na pesquisa durou ao todo 31 dias, sendo dados oficialmente 17 dias (de 13 a 30 de Agosto de 2020), com extensão do prazo para mais 14 dias (de 17 de Agosto a 13 de Setembro de 2020).

5.2 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

Com os dados coletados ao longo do processo de pesquisa, passou-se à etapa de realização da análise de todos eles. Yin (2016, p. 157) é, dos(as) autores(as) pesquisados(as), aquele que aponta um método de análise voltado às pesquisas qualitativas de modo geral. Ou seja, para ele há uma sequência de etapas de pesquisa que podem ser úteis a todas as análises de dados qualitativos. As cinco fases desse tipo de análise são: a compilação de dados, a decomposição de dados, a recomposição de dados, a interpretação de dados e a conclusão.

A primeira fase analítica, *compilar* dados para formar uma base de dados formal, exige uma organização cuidadosa e metódica dos dados originais. A segunda fase, *decompor* dados os dados, pode envolver um procedimento de codificação formal, embora não necessariamente. A terceira fase, *recompor*, é menos mecânica e se beneficia da capacidade dos pesquisador identificar padrões emergentes. Diversas formas de criar arranjos de dados podem ajudar a revelar tais padrões na terceira fase (YIN, 2016, p. 157). [...] *Interpretar* pode significar a arte de dar seu próprio significado a seus dados recompostos e arranjos de dados. Esta fase articula toda a análise e ocupa seu topo. (YIN, 2016, p. 185). [...] Uma Conclusão é algum tipo de declaração abrangente ou uma série de declarações que elevam os resultados de um estudo a um nível conceitual mais elevado ou conjunto mais amplo de ideias (YIN, 2016, p. 198).

Taquette e Borges (2020, p. 118) ponderam que os dados de pesquisa qualitativa em sua maioria são textuais e existem diversas técnicas de análise que podem ser utilizadas, “porém, nada impede que cada pesquisador crie uma nova técnica, faça adaptações nas já existentes ou as aperfeiçoe”.

Oliveira (2016, p. 92) defende o uso da Metodologia Interativa como proposta metodológica hermenêutico-dialética: uma forma de analisar dados qualitativos que, em resumo, pressupõem a escolha e a sistematização do conteúdo analisado em categorias teóricas, categorias empíricas e unidades de análise. Para esta Dissertação, a proposta de Oliveira (2016) se mostrou mais adequada aos objetivos aqui pretendidos. A proposta da autora muito dialoga também com as considerações sobre a Análise Hermenêutica e Dialética abordadas por Taquette e Borges (2020).

A práxis hermenêutica busca alcançar o sentido do texto penetrando no passado, na tradição, no outro, no diferente. A Dialética enfatiza a diferença, o contraste, a dissensão e a ruptura do sentido. Um método compensa as limitações do outro (TAQUETTE; BORGES, 2020, p. 127).

A explicação de Taquette e Borges (2020, p. 129) acerca do processo de análise hermenêutico-dialética se operacionaliza em quatro etapas, sendo elas “a ordenação dos dados com leitura e releitura do material”, a “classificação/categorização a partir dos questionamentos que se fazem sobre eles, com base na fundamentação teórica”, a criação de categorias específicas a partir de “[...] leituras repetidas do texto para perceber as estruturas relevantes do mesmo” e, por fim, a análise final que propõe “[...] articular o concreto com o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática”.

Na sequência, serão abordados todos os métodos de análise de dados utilizados separadamente, de acordo com cada tipo de pesquisa realizado para coletar tais dados, qual o seu embasamento teórico e o detalhamento dos procedimentos que possibilitaram encontrar os respectivos resultados. Ou seja, o capítulo aborda como se deram todas as diferentes análises de dados específicos e, depois disso, explica o método de análise geral, que articula todas as outras análises preliminares.

5.2.1 Análise de dados colhidos através da pesquisa documental

Com a realização da pesquisa documental e a consequente coleta de documentos, houve então a análise documental. Oliveira (2016, p. 90) acredita que “o acesso a documentos escritos – seja em formato de relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo em livros e documentos eletrônicos – em muito contribui para um conhecimento mais aprofundado da realidade”. A autora acredita que esse tipo de procedimento, inclusive, “requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2016, p. 70).

Podemos afirmar que Martino (2018) é omissos quanto a um método exclusivo para a análise documental. No entanto, aborda essa questão, dizendo que “na pesquisa em Comunicação, boa parte dos estudos é feita a partir da análise de documentos, embora o nome ‘análise documentos’ raramente seja usado [...]”, já que, ao realizar estudos de mídia, os documentos acabam sendo conteúdo documental que circula em meios de comunicação, tais como textos, sons, imagens de televisão, fotografias ou aplicativos digitais, por exemplo (MARTINO, 2018, p. 141).

O autor lança mão de três possibilidades de análise que, em certa medida, podem ser utilizadas para analisar documentos, a saber: a Análise de Conteúdo, a Análise de Discurso, a Análise de Narrativas — ou Estudo de Narrativas —, a Leitura e Análise de Imagens — para documentos como fotografias, peças gráficas, anúncios, e outros de natureza imagética em geral —, e, em certa medida até a própria Análise de Redes Sociais — em casos muito específicos em que documentos críveis, publicados em perfis oficiais e de credibilidade, venham a circular apenas nessas redes —. No entanto, por não reservar um método específico para a análise de documentos como os tratados aqui — como as resoluções de Conanda —, o pesquisador optou por considerar estudos que demonstrassem métodos e/ou técnicas que se relacionassem explicitamente sobre a análise documental mais propriamente dita.

Taquette e Borges (2020) também não se detém em expressar nenhum método específico para a análise documental de maneira explícita. No entanto, abordam como fazer revisão documental, como estratégia de coleta de dados. Em

consonância com isso, também propõem um processo de análise de dados em pesquisas qualitativas que, em certa medida, também poderiam ser utilizadas.

Yin (2016) demonstra apoiar a utilização e análise de documentos como meio de realização de pesquisas qualitativas. No entanto, não reserva um rigor metódico acerca da prática da análise documental. Defende que se tome notas dos achados importantes em documentos (YIN, 2016, p. 142); que se faça a cópia do material caso necessário (YIN, 2016, p. 143); e, quando áudios gravados forem o principal documento a ser coletado/ analisado, que sejam produzidos tomando cuidados específicos (YIN, 2016, p. 155). No entanto, não aponta nenhum conjunto de procedimentos específicos, apenas procedimentos genéricos como os citados no início deste sub-capítulo — 5.2 Métodos de Análise de Dados.

Contudo, passou-se a buscar autores(as) de apoio, sendo Cellard (2012) o escolhido como referência metodológica no campo da Análise Documental. Esse autor aponta para dois procedimentos principais: a Pré-Análise e a Análise. A Pré-Análise constitui-se cinco dimensões:

- **O contexto** — no qual se faz “o exame do contexto global, no qual foi produzido o documento” — (CELLARD, 2012, p.299);
- **O autor ou os autores** — para que se tenha, previamente “[...] uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever” (CELLARD, 2012, p. 300);
- **A autenticidade e a confiabilidade do texto** — analisando “[...] sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento”, assegurando também “[...] a qualidade da informação transmitida” (CELLARD, 2012, p. 301);
- **A natureza do texto** — onde é possível que o(a) pesquisador(a) perceba as diferentes nuances do conteúdo, já que “não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado aos seus superiores, em seu diário íntimo” (CELLARD, 2012, p.302);
- **Os conceitos-chave e a lógica interna do texto** — o autor recomenda “[...] avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados”, além de questionar “Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação?” (CELLARD, 2012, p. 303).

Na fase da análise, “o pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial” (CELLARD; 2012, p. 303). Em resumo, Cellard (2012, p. 303-304) propõe a leitura repetida dos documentos, a desconstrução e a reconstrução do material — feita através da ligação entre os fatos acumulados — e da descoberta de eventuais surpresas, a fim de “constituir construções significativas”.

Contudo, a análise documental foi realizada sobre documentos coletados no então *site* do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — o Conanda — e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — a Flacso Brasil —, cujos critérios de escolha foram descritos anteriormente, no subcapítulo “5.1 Métodos de Coleta de Dados e Instrumentos de Coleta de Dados” e os resultados apresentados mais adiante no Capítulo “6. Resultados”.

5.2.2 Análise de dados colhidos através da pesquisa-ação

O Plano de Intervenção da Pesquisa-Ação (ver QUADRO 2), além de ajudar a organizar o processo de coleta de dados já existentes ou verificáveis em campo, também possibilitou o planejamento acerca da produção de novos dados, já que a partir da intervenção do pesquisador junto a diferentes grupos, novos registros vão sendo produzidos, coproduzidos e registrados.

Portanto, a prática da pesquisa-ação, notou-se que é recomendável utilizar informações coletadas previamente e, ao mesmo tempo, coproduzindo e registrando novos dados de modo a garantir a aferição de sua validade e confiabilidade. Sendo assim, houve a preocupação do pesquisador em garantir o registro das informações através de medidas formais de registro e troca de informações, tais como o envio de *e-mails*, o envio de manifestações através de protocolos eletrônicos, a solicitação do registro de informações relevantes através de atas, a gravação de áudios em reuniões ou atividades que pudessem não vir a serem registradas em nenhum outro meio formal, e a emissão de ofícios.

Desse modo, como a pesquisa-ação pressupõe, em sua essência a demonstração/ apresentação de informações confiáveis sobre o processo de intervenção e atuação do(a) pesquisador(a) junto à comunidade pesquisada, a Análise de Dados a partir desse tipo de Pesquisa se deu de forma descritiva, relatando como foram realizadas cada uma das ações e, sempre que possível e/ou

necessário, indicando com quais atores sociais, em quais datas, com quais objetivos/ finalidades, com quais eventuais particularidades e em meio a quais oportunidades e/ou desafios.

Segundo Taquette e Borges (2020, p. 143) “uma pesquisa científica, seja ela quanti ou qualitativa, para ter validade e confiabilidade precisa demonstrar que foi desenvolvida com rigor metodológico e ser consistente do ponto de vista teórico-conceitual”. Foi pensando nisso que, há uma dedicação em registrar com detalhes os procedimentos de coleta e de análise dos dados de pesquisa. No caso da Pesquisa-Ação, em que as intervenções do pesquisador são muito diretas e o seu relato pode se tornar o único instrumento de registro da realidade, a subjetividade da sua produção pode ser colocada em cheque. Sendo assim, optou-se por criar meios de registrar os avanços e resultados através de documentos e instrumentos similares, ajudando a promover maior aferição sobre a confiança e validade dos dados.

A análise dos dados coletados, produzidos ou coproduzidos pela pesquisa-ação se constituiu numa análise descritiva, fundamentada em registros factíveis tais como as notas de campo e registros de caráter documental, como cópias de atas, e-mails, ofícios e protocolos. Desse modo, adotam-se os procedimentos da análise descritiva, em que a busca é por “[...] analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos”, como sugere Oliveira (2016, p. 68).

A análise descritiva se dá, portanto, sobre quais foram as ações realizadas no processo planejado em torno das quatro ações descritas no Plano de Intervenção, a saber:

- Fomentar a implementação de Comitê de Participação Social de Adolescentes (e/ou construí-la coletivamente) junto a um ou mais Conselhos de Direitos situados na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual;
- Promover o trabalho em rede, articulando dois ou mais Conselhos de Direitos entre si, em prol da promoção da participação social de adolescentes;
- Promover a produção de algum material de comunicação (ou conjunto de materiais) que aborde a temática da participação social de adolescentes em Conselhos de Direito, a ser construído em parceria com Conselhos de Direitos na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual;

- Identificar oportunidades e reais possibilidades de realizar uma ou mais ações em parceria com adolescentes do CPA/ Conanda, seja de modo presencial ou online, que ajude a promover a participação social de adolescentes e que esteja alinhado com necessidades, interesses e expectativas do grupo.

5.2.3 Método de análise de dados colhidos através da observação participante

O método escolhido para analisar os dados coletados por meio da observação participante e dos registros incluídos no diário de campo, também foi a análise descritiva, assim como ocorreu com a análise dos dados colhidos através da Pesquisa-Ação.

A diferença procedimental que cabe destacar aqui se dá por conta das finalidades/ objetivos das duas análises. Na análise descritiva da pesquisa-ação, a intenção era discorrer sobre quais foram as ações desenvolvidas pelo(a) pesquisador(a) junto à comunidade pesquisada, à luz no plano de intervenção, que pudessem dar elementos para compreender as particularidades de processos de garantia e promoção do direito à participação social de adolescentes, *in loco*, verificando isso na prática, a partir dos meios disponíveis, das articulações tecidas com diferentes atores sociais.

Na análise descritiva da observação participante, o objetivo é outro: descobrir como adolescentes percebem os processos de comunicação, educação e uso de tecnologias na construção e desenvolvimento de práticas de participação social, ou seja, observar os(as) adolescentes pesquisados(as) em campo, de modo a perceber sua atuação quando estão juntos em atividades presenciais, o que pode dar evidências não captadas através do questionário *online* aplicado a eles(as), por meio da pesquisa quantitativa.

5.2.4 Métodos da análise de dados colhidos através da pesquisa quantitativa

A análise dos dados quantitativos foi realizada com o uso de quatro métodos predominantes: o da análise univariada, análise bivariada, análise multivariada e o da Escala de Lickert.

Na análise univariada “podem ser examinadas as respostas para cada uma das perguntas, uma após a outra, variável por variável. É a tabulação simples dos dados” (FREITAS; MOSCAROLA, 2002, p. 14). Esse tipo de análise ocorreu nos

casos em que o pesquisador se detém a apresentar uma análise direta sobre dados específicos, a partir da resposta a perguntas de forma isolada. Para exemplificar, é possível abordar a análise univariada da resposta da pergunta 18 do Questionário *Online*, que quer saber se o(a) adolescente possui título eleitoral (Ver Gráfico 8). Optou-se por esse tipo de análise, uma vez que a intenção é meramente ter um retrato acerca da posse desse documento como um indicativo de conexão com esse mecanismo que possibilita a participação social e democrática em processos eleitorais. No entanto, caso esta dissertação tivesse outros objetivos, seria possível, por exemplo, a realização de análises bivariadas ou ainda multivariadas, em que poderiam ser cruzados dados correlacionando quais são os tipos de livros mais lidos pelos que possuem título eleitoral e quais os lidos mais lidos pelos(as) que ainda não possuem o título.

A análise bivariada, por sua vez, ocorre “[...] envolvendo a relação existente entre duas variáveis” (FREITAS; MOSCAROLA, 2002, p. 15). Nesses casos, a análise se dá ao cruzar informações sobre duas respostas diferentes que se correlacionam e ajudam a apontar para descobertas que surgem, justamente, no entrelaçamento dos dados que, em geral, dispõem sobre causa e efeito e/ou situação e consequência. Para exemplificar, é possível citar a possibilidade de análise que surge a partir do cruzamento das informações das perguntas 23 e 24 do Questionário (ver APÊNDICE 14, com o Questionário de Pesquisa, e o GRÁFICO 14), que indagavam sobre a quantidade de horas diárias o(a) adolescente acessava a internet para trabalho e estudos antes e depois da pandemia da Covid-19, respectivamente. A partir da análise das duas respostas é possível avaliar se o período pandêmico possui alguma relação com a quantidade de tempo que os(as) pesquisados(as) passam na web, o que pode contribuir com a verificação de eventuais variações do consumo midiático desse público.

A análise multivariada é muito útil em casos onde é preciso “[...] analisar globalmente um conjunto de perguntas (variáveis)”, articulando as informações de três ou mais dados coletados (FREITAS; MOSCAROLA, 2012, p. 14). Exemplo disso é a possibilidade de realizar uma análise que envolva as respostas das perguntas 29, 30, 31 e 32 do Questionário *Online*, que versam respectivamente sobre o gosto do(a) adolescente pela prática de jogar *games* (Ver Gráfico 22), a crença nos *games* e jogos digitais em geral como meio de promover a participação social de adolescentes (Gráfico 23), a indicação dos tipos de *games* com potencial de

promover a participação social (Gráfico 24) e, por fim, qual tipo de jogo ou brincadeira não digital poderia ser adaptada para se tornar um instrumento de aprendizado sobre a participação social e/ou de promoção da participação social de adolescentes. Dessa maneira, é possível construir uma análise que cruze as visões de adolescentes sobre eventual importância dos jogos como potencial ferramenta a ser utilizada no contexto da participação social de adolescentes, se eles(as) já tem familiaridade com o mundo dos *games*, se também veem nas brincadeiras e jogos não digitais um mecanismo para promoção da participação ou ainda se não vislumbram potencial algum na relação entre jogos e participação social e política.

A análise de dados a partir da Escala de Lickert se faz necessária partindo do pressuposto de que, em pesquisas qualitativas, as respostas precisam ir para além da superficialidade. Segundo Martino (2018, p. 108), “há toda uma escala de atitudes que podemos assumir além do ‘sim’ ou ‘não’, ‘concordo’ ou ‘não concordo’”. Mesmo em pesquisas quantitativas, medir os graus de intensidade dos posicionamentos dos(as) pesquisados(as) pode ser necessário, a depender dos objetivos da pesquisa. Conforme destaca Martino (2018, p. 108), “isso permite observar, segundo Lickert, os *juízos de valor* a respeito de um determinado tema” (MARTINO, 2018, p. 108). Para exemplificar, podemos observar a pergunta 40 do Questionário *Online* (Ver APÊNDICE 14 e o GRÁFICO 18), que indaga se o(a) adolescente gosta de gravar vídeos; dentre as respostas possíveis estão “Sim”, “Sim, mas tenho vergonha ou medo de publicar/postar”, “Mais ou menos” e “Não gosto de gravar vídeos”, ajudando a compreender uma gradação de motivos pelos quais os(as) adolescentes produzem ou deixam de produzir conteúdo audiovisual.

6. RESULTADOS

A análise de todos os dados coletados gerou resultados que serão apresentados neste capítulo, primeiramente de modo separado, a fim de possibilitar a visualização dos frutos colhidos através das diferentes fontes de dados e, posteriormente, de maneira sistêmica, amparada pela metodologia da análise hermenêutico-dialética, já que se trata de uma articulação de um considerável volume de informações.

Em síntese, os resultados apresentados estão distribuídos da seguinte forma:

- Uma análise documental acerca de 21 documentos de autoria do Conanda, escritos na década de 2008 a 2018, que versam sobre a participação social de adolescentes;
- Uma análise descritiva acerca de sete ações previstas no Plano de Intervenção da Pesquisa-Ação, que atingiu cinco grupos distintos — a saber, o COPED PR, o CEDCA PR, o CEJUV PR, o CMJ Curitiba e o CPA/Conanda;
- Uma análise descritiva de 18 relatos observacionais captados da Observação Participante de atividades presenciais do CPA/Conanda;
- Análises univariadas, bivariadas e multivariadas em torno das respostas às 58 perguntas integrantes do questionário *online*, aplicado junto a adolescentes do CPA/Conanda.

6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS SEPARADAMENTE, NAS DIFERENTES FASES DA PESQUISA

6.1.1 Resultados da Análise Documental

Primeiramente, é preciso destacar que o levantamento para a então realização da análise documental, resultou na seleção de 20 documentos, cujos critérios de escolha já foram explicados no capítulo de Metodologia. A seguir, é possível visualizar a tabela contendo todos os títulos considerados para a referida análise, que representam uma média de uma publicação por semestre durante o período de 10 anos.

TABELA 5 – LISTA DE DOCUMENTOS CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE DOCUMENTAL, ENTRE A DÉCADA DE 2008-2018

Ano	Tipo de Publicação	Título do Documento
2009	Nota Pública	Nota Pública Contra a Proibição de Circulação de Crianças e Adolescentes nas Ruas no período noturno, adotado em algumas cidades do País.
2011	Plano	Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.
2013	Resolução	Resolução nº 159 de 4 de Setembro de 2013 Dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos direitos de crianças e adolescentes em conformidade com Objetivo Estratégico 6.1 do Eixo 3 do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – PNDDCA.
2013	Resolução	Resolução nº 161 de 4 de dezembro de 2013 Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.
2013	Nota Pública	Nota Pública sobre manifestações com participação de crianças e adolescentes – 05/11/2013.
2015	Caderno/ Cartilha/ Guia	Cartilha Metodológica Território de Proteção – Caderno 1. Tecnologia Social Território de Proteção. Sua Trajetória. Aspectos Metodológicos e Institucionais.
2015	Caderno/ Cartilha/ Guia	Cartilha Metodológica Território de Proteção – Caderno 2: Proteção Familiar e Comunitária Indígena.
2015	Caderno/ Cartilha/ Guia	Cartilha Metodológica Território de Proteção – Caderno 3. Sistema de Garantia de Direitos: Fortalecimento, Integração, Sensibilização e Capacitação.
2015	Caderno/ Cartilha/ Guia	Cartilha Metodológica Território de Proteção – Caderno 4. Promoção do Protagonismo Juvenil Indígena.
2015	Caderno/ Cartilha/ Guia	Encontro Pela Absoluta Prioridade da Criança e do Adolescente – Caderno de Insumos
2016	Resolução	Resolução nº 180, de 20 de Outubro de 2016 Dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes.
2016	Relatório	Relatório Avaliativo – 25 anos do ECA.
2016	Caderno/ Cartilha/ Guia	Caderno de Participação dos Adolescentes – 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2016	Revista	Revista Conferindo – Cobertura educacional da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2017	Resolução	Resolução nº 191, de 7 de Junho de 2017 Dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.
2017	Resolução	Resolução nº 199, de 4 de Agosto de 2017 Aprova o documento “Orientações para Participação com Proteção do Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”.
2017	Resolução	Resolução nº 201, de 9 de Novembro de 2017 Altera o inciso II, do art. 4º da Resolução nº 191, de 7 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.
2017	Resolução	Resolução nº 202, de 21 de Novembro de 2017 Dispõe sobre a Convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

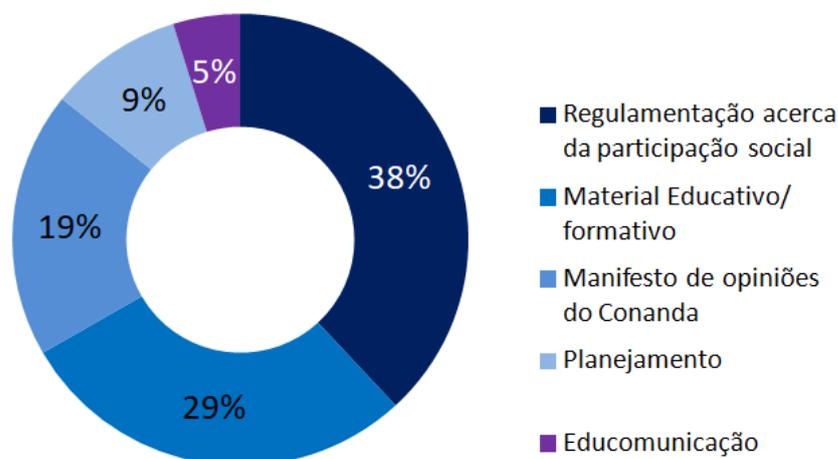
2017	Caderno/ Cartilha/ Guia	Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.
2018	Nota Pública	Nota Pública de Repúdio ao Não Respeito às Deliberações do Conanda a Implementação do Comitê de Participação de Adolescente - CPA - 26/07/2018.
2018	Nota Pública	Nota Pública pelos 28 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - 29/08/2018.

Fonte: O autor (2019).

Parte dos resultados da análise documental já foram apresentados no 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação — o Intercom 2019 — e publicada em artigo científico de autoria de Alves e Fernandes (2019), constando nos anais do referido evento.

Partindo para a apresentação dos resultados segundo as recomendações teórico-metodológicas de Cellard (2012), trataremos dos aspectos que o autor defende que precisam constar nesse tipo de análise: contexto, autores, autenticidade e confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave e a lógica interna do texto. A síntese quantitativa que orientou esta análise está contida no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS



Fonte: O autor (2018).

a) Contexto — Os documentos analisados foram produzidos em contextos, épocas e objetivos muito distintos ao longo do período verificado. Contudo, a análise aponta que a maior parte do contexto de produção dos documentos — equivalente à 38% do material analisado — foi com a finalidade de regulamentar expressamente como deveria se dar a participação social, compreendendo sobretudo, oito resoluções expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nesses casos, o órgão registrou em documentos as suas deliberações sobre: a importância dessa participação prever a igualdade de gênero, de modo que o grupo sempre garanta que, pelo menos a metade seja composta por meninas; os processos de participação social de adolescentes com segurança, seja durante o seu transporte, hospedagem em hotéis e alojamentos para participação em atividades formativas ou na utilização de plataforma da web para as ações do CPA/Conanda que venham a ser realizadas no ambiente virtual; a participação de adolescentes na Comissão Organizadora dos eventos denominados Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como nas atividades de rotina dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que costumam se reunir mensalmente ao longo do ano, em todo o território nacional.

O segundo principal contexto de produção dos documentos — compreendendo 29% do material analisado — diz respeito a seis materiais educativos/ formativos que tratam da participação social de adolescentes. Eles podem ser divididos em dois grupos: os materiais educativos absolutamente voltados à participação social de adolescentes — um tratava especificamente da participação juvenil indígena e o outro da participação de adolescentes durante a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — os outros quatro materiais produzidos no contexto de disseminação de conteúdo educativo abordaram a participação social de adolescentes apenas em parte do conteúdo, seja num capítulo específico ou num quadro/ Box inserido dentro da publicação.

O contexto de documentos levantados, que ocupa a terceira posição — composta por 20% do material analisado —, é o das manifestações públicas do Conanda, em que o referido Conselho vêm à público externar sua opinião acerca de grandes temáticas sociais que dizem respeito à graves violações de direitos humanos de crianças e adolescentes — tais como toques de recolher ao anoitecer em algumas cidades do Brasil, a desproteção infanto-adolescente em manifestações e a não garantia da implementação efetiva do Comitê de Participação de Adolescentes, mesmo com Resolução publicada a respeito do assunto — ou para enaltecer grandes conquistas, como a comemoração dos 28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse tipo de documento diz respeito a seis unidades/ volumes.

O quarto e penúltimo contexto de produção dos documentos — que diz respeito a 9% do todo analisado — são aqueles que caracterizam registros de planejamento das ações do Conanda em relação à garantia da participação social de adolescentes em espaços públicos decisórios, em especial os Conselhos de Direitos. Dois documentos versavam sobre essa questão: um deles é um Plano traçado para o período de uma década, de 2011 a 2020; o outro, foi um relatório avaliativo dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto de um pedido da ex-presidenta Dilma Rousseff:

O Relatório Avaliativo ECA 25 anos nasce em junho de 2015, quando, em reunião com a Presidenta da República, a Excelentíssima Sra. Dilma Rousseff propôs a elaboração de um balanço dos 25 anos do ECA. Em julho do mesmo ano, a Portaria SDH 315 instituiu grupo de trabalho intersetorial para elaboração do presente Relatório Avaliativo ECA 25 anos, sob a liderança da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Angélica Moura Goulart (*in memoriam*). O Relatório Avaliativo advém de um esforço coletivo de 15 ministérios e cinco órgãos especializados. Ele apresenta os principais avanços legais, as políticas e os serviços públicos, considerando ainda os desafios contemporâneos acerca da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes. O Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi o articulador na SDH para a operacionalização do GT, assumindo sua coordenação executiva. (CONANDA; SNDCA, 2016, p. 8)

O quinto e último contexto de produção documental analisado se refere a um único material — 5% dos documentos analisados —, confeccionado na perspectiva da educomunicação, em que adolescentes e jovens foram ativamente envolvidos nos processos comunicacionais de realização de entrevistas, produção fotográfica, planejamento editorial, redação de textos e outros meios de produção colaborativa para a construção da Revista Conferindo, produzida pela organização da sociedade civil Viração Educomunicação (2016), junto a adolescentes educadores(as) que participaram da 10ª edição da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Brasília. O texto de Editorial da revista, explica, dentre outras coisas, que as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, realizada entre os dias 24 e 27 de Abril de 2016 serão retratadas sob o olhar de adolescentes: "[...] a história das Conferências vai ser contada também na perspectiva de meninos e meninas, os sujeitos da política" (VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO, 2016, p. 3). As Conferências conjuntas que o texto se refere compreende uma iniciativa em que, pela primeira vez, o país reuniu em cinco conferências temáticas: a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e

do Adolescente, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (MMFDH, 2016).

b) Autores(as) — Os documentos, como delimitado na própria metodologia de análise, compreendem apenas aqueles produzidos pelo próprio Conselho Nacional dos Direitos da CRIANÇA e do Adolescente. No entanto, é possível agrupar os materiais em duas modalidades: as de autoria exclusiva e as de coautoria/ parceria.

Ao todo, foram 13 documentos — 62% do material — de autoria exclusiva do Conanda. Os outros oito documentos — 38% do montante — dizem respeito a produções documentais produzidas por terceiros, tendo o Conanda como um órgão parceiro, coautor ou apoiador; nesses casos, as coautorias dos documentos analisados é dividida com organizações da sociedade civil e ou instâncias governamentais, a saber:

- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/ Flacso Brasil;
- Instituto Tribos Jovens;
- Secretaria de Direitos Humanos, quando vinculada à Presidência da República, a SDH/ PR;
- Secretaria Especial de Direitos Humanos, quando vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- Viração Educomunicação.

c) Autenticidade e confiabilidade — Todos os documentos analisados demonstram ser de fontes fidedignas. Aqueles de autoria exclusiva do Conanda encontravam-se à época do levantamento e da realização da análise documental, em 2018, no então site próprio do referido Conselho, sob o endereço www.direitosdacrianca.org.br, hoje transferidos para a página do Conselho que está abrigada no site do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, sob o endereço www.direitosdacrianca.gov.br — que redireciona o usuário para uma outra página de endereço mais extenso, o <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda-1/>

Ademais, os documentos de autoria exclusiva do Conanda também podem ser encontrados no Diário Oficial da União, nas seções correlacionadas ao Ministério e/ou Secretaria Especial ao qual o órgão esteve vinculado ao longo da década.

Os documentos de coautoria ou produzidos em parceria com o Conselho, por sua vez, encontram-se em páginas institucionais das organizações sociais que assinam determinado documento com o Conselho, conforme listado em tópicos no item anterior — “b) Autores(as)”.

d) Natureza do texto — A análise identificou que a maioria dos documentos deles estão em formato de resoluções, portanto de natureza jurídica. Há também os de natureza:

- Técnica, onde foram abarcadas as diretrizes de atendimento, relatório e plano nacional decenal;
- Educativa, onde estão os materiais de caráter instrucional e/ou formativo;
- Posicionamento político, onde foram contabilizados as notas públicas;
- Educomunicativa, onde se encaixa a produção feita a partir de princípios colaborativos próprios da educomunicação, construídos com adolescentes, jovens e adultos(as) a partir do olhar e da inteligência coletiva do grupo envolvido.

A tabela a seguir ajuda a compreender melhor a distribuição da natureza dos documentos:

TABELA 6 – NATUREZA DOS DOCUMENTOS DO CONANDA QUE ABORDAM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2008-2018

Natureza dos documentos	Número de documentos	Proporção (em %)
Jurídica	7	33%
Educativa	6	29%
Posicionamento político	4	19%
Técnica	3	14%
Educomunicativa	1	5%

Fonte: o autor (2018).

e) Conceitos-chave e a lógica interna do texto — A leitura analítica de todos os documentos levantados ocorreu na íntegra, nos pouquíssimos casos em que o

documento trata apenas sobre a participação social de adolescentes e, com leitura focal nos casos em que apenas um capítulo, trecho ou parte específica do documento tratava desse assunto. Desse modo, é possível afirmar a percepção qualitativa acerca de alguns padrões e/ou tendências observadas quanto aos conceitos-chave desses documentos. O primeiro é a diminuição quantitativa do uso da expressão “protagonismo juvenil”, que demonstra dar mais espaço para o uso de “participação social de adolescentes” e “participação social de crianças e adolescentes”. Vale ressaltar que não foi verificado nenhum tratamento hostil à utilização do termo do protagonismo juvenil, que ainda aparece timidamente em alguns casos. No entanto, revela uma tendência que ajudou a fundamentar a necessidade da fundamentação teórica desta Dissertação se debruçar sobre esse conceito, fundamental para a pesquisa. Outra tendência pulsante encontrada foi a predominância quase que absoluta do tom garantista do direito à participação social. Ou seja, não há questionamento desse direito, tampouco relativização ou visão apocalíptica sobre ele. A participação social de adolescentes é sempre tratada como algo positivo, que deve ser incentivado, promovido e garantido. Há em alguns casos específicos, inclusive, a preocupação de indicar atenção às seguintes especificidades da participação social de adolescentes:

- **Diversidade social** — capaz de contemplar a representação de grupos sociais diversos, como de ciganos(as), de povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos(as), povos da floresta, indígenas, LGBT, negros(as), de povos de terreiro e de religiões de matrizes africanas;
- **Diversidade geográfica** — que inclua representantes de adolescentes de diferentes localidades, de modo a não deixar nenhuma região sem representação;
- **Equidade de Gênero** — que contemple um equilíbrio entre representações femininas e masculinas, ainda que não discuta em profundidade a diversidade de gênero para além dessas visões binárias e ainda que já contemple a importância da participação de adolescentes que se autodeclarem LGBT;
- **Baseada em legitimidade democrática e transparência** — com processos seletivos realizados de modo transparente, através de editais e chamadas públicas, amplamente publicizadas, com possibilidade de recurso das decisões, estabelecimento de critérios de elegibilidade etc.;

- **Aliando as interfaces de comunicação e mobilização social** — abordando a importância de que pelo menos parte dos(as) adolescentes envolvidos(as) em processos de participação social demonstrem capacidade de engajar uma comunidade em torno de causas sociais ligadas à infância e à adolescência, em plataformas virtuais/ de comunicação;
- **Ambiente seguro** — como as práticas de participação social pressupõe a garantia desse direito em harmonia com diversos outros direitos, há uma demonstração do cuidado para que, ao exercer o referido direito à participação social, que isso ocorra de forma a preservar o(a) adolescente de outras formas de violência, sejam elas físicas, psicológicas, morais, verbais, sexuais, negligências etc. O que se estende também ao campo da comunicação e da participação social, quando realizadas em ambientes digitais/ *offlines*.

Quanto à lógica interna dos textos, ao abordarem a participação social de adolescentes, nota-se que podem ser classificados em quatro grandes grupos, que são os de lógica instrumental/ inspiracional, instrucional, argumentativa/ persuasiva e multifacetada.

- **Lógica Instrumental e/ou Inspiracional** — a temática da participação é tratada com a finalidade de fornecer subsídios para quem quiser consultar fonte qualificada sobre o tema e, de algum modo, se inspirar ou, de algum modo, partir para a ação, promovendo o direito à participação de adolescentes dentro de suas limitações, potencialidades e possibilidades. Ou seja, o texto é como uma ferramenta que pode ser ou não utilizada pelo(a) leitor(a) para determinados fins. Foi uma lógica mais presente em documentos educativos e relatório avaliativo;
- **Lógica Instrucional** — a participação social é apresentada junto a genuínas contribuições procedimentais para ser exercida, com indicação de etapas, critérios e outros cuidados que precisam ser tomados. Foi uma lógica bastante utilizada em documentos como as Resoluções;
- **Lógica Argumentativa e/ou Persuasiva** — a participação social é abordada no documento, porém, de um modo a convencer o leitor(a) sobre algum aspecto ou viés muito específico, que necessita de maior atenção. Nesses casos, costuma haver explicações das motivações que levam à defesa de um

determinado olhar e fundamentação da apresentação daquela determinado posicionamento em instrumentos legais e técnico-profissionais para argumentar o que leva àquela manifestação. Foi uma lógica bastante comum nas Notas Públicas;

- **Lógica Multifacetada** — a participação social é tratada sob diversos aspectos, olhares e linguagens. Não está sob o holofote de um único objetivo muito específico, como ocorre nas lógicas citadas anteriormente. Compreende uma abordagem no âmbito das variedades, capaz de poder educar, entreter, informar, sensibilizar a depender que qual trecho o(a) leitor(a) está buscando ou tendo contato. Foi a lógica interna da revista educ comunicativa.

6.1.2 Resultados da Análise Descritiva da Pesquisa-Ação

A Pesquisa-Ação pode ser considerada bem sucedida, tendo em vista que todas as quatro ações previstas no Plano de Intervenção foram colocadas em práticas e geraram diversos resultados, que estão resumidos na tabela a seguir, bem como descritos mais detalhadamente logo na sequência.

TABELA 7 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO REALIZADA PARA ESTA DISSERTAÇÃO

Ação prevista no Plano de Intervenção	Síntese dos Resultados
Fomentar a implementação de Comitê de Participação Social de Adolescentes (e/ou construí-la coletivamente) junto a um ou mais Conselhos de Direitos situados na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.	<p>a) Aprovação da ação pelo CEDCA PR – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná;</p> <p>b) Aprovação da ação pelo CMJ Curitiba – Conselho Municipal da Juventude de Curitiba, por meio do seu Plano de Ação 2021;</p> <p>c) Aprovação da ação no Planejamento Institucional 2020-2021 do COPED PR – Conselho Permanente de Direitos Humanos no Estado do Paraná e inserção de conteúdo parcialmente alusivo a essa temática na minuta de anteprojeto de lei deste Conselho;</p> <p>d) Indicação da necessidade da SEJUF PR prever orçamento em 2021 para que o CEJUV possa contar com um CPA no âmbito de seu funcionamento.</p>

Promover o trabalho em rede, articulando dois ou mais Conselhos de Direitos entre si, em prol da promoção da participação social de adolescentes.	e) Articulação entre o COPED PR e o CEDCA PR, para dialogar sobre a promoção da participação social de adolescentes em Conselhos de Direitos.
Promover a produção de algum material de comunicação (ou conjunto de materiais) que aborde a temática da participação social de adolescentes em Conselhos de Direito, a ser construído em parceria com Conselhos na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual.	f) Aprovação de material de comunicação que promove a criação de CPAs em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente em todos os municípios do Paraná.
Identificar oportunidades e reais possibilidades de realizar uma ou mais ações em parceria com adolescentes do CPA/ Conanda, seja de modo presencial ou online, que ajude a promover a participação social de adolescentes e que esteja alinhado com necessidades, interesses e expectativas do grupo.	g) Contribuição com redação de minuta de Carta Aberta ao Conanda, contendo solicitação de demandas dos(as) adolescentes do CPA/ Conanda e escrita a partir de seus apontamentos, supervisão e edição final.

Fonte: O autor (2020).

A ação que corresponde ao fomento da implementação de Comitês de Participação Social de Adolescentes junto a um ou mais Conselhos de Direitos situados na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual, no Paraná, gerou quatro resultados elencados a seguir nos itens “a)” até o “d)”:

a) Aprovação da proposta pelo CEDCA PR — Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná.

Entre os anos 2013 e 2014, o pesquisador já participava de algumas atividades desenvolvidas pelo CEDCA PR, tais como eventos, assembleias ordinárias, reuniões pontuais de algumas câmaras setoriais do Conselho e acompanhamento de adolescentes participantes do Projeto de Articulação de Adolescentes como Ferramenta de Mobilização e Controle Social, desenvolvido pela organização Ciranda — Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência —, entidade onde atuava com produção jornalística, gestão de projeto e assessoria em comunicação. Já entre o período de 2015 a 2020, o pesquisador seguiu acompanhando atividades similares do CEDCA PR como demanda que exerce como cofundador do coletivo Parafuso Educomunicação e defensor de direitos humanos no Paraná.

Desse modo, estabeleceu-se um relacionamento de aproximadamente sete anos com o referido Conselho, de modo a compreender um pouco sobre a sua

dinâmica de funcionamento e de como propor, apresentar e defender ideias e propostas, articuladas com os planos do CEDCA, bem como com o cenário político-social estabelecido.

Sendo assim, o pesquisador aproveitou as informações estudadas através dos resultados da Análise Documental, das incumbências que recebeu após participar de um evento regional — no caso, a Etapa Sul da Caravana dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada entre os dias 20 e 22 de Fevereiro de 2018, em Porto Alegre —, bem como das normativas estabelecidas em 2017 pelo Conanda através da Resolução que recomendam aos Conselhos Estaduais que criem seus respectivos Comitês de Participação de Adolescentes. A partir disso, a ideia foi defendida em diversas reuniões da Câmara de Capacitação, Mobilização e Articulação e depois na Comissão Especial para criação do CPA Estadual no Paraná, culminando na aprovação da medida pelo Conselho no mês de Agosto de 2018 (CEDCA, 2018e). Na ata da Assembleia Ordinária do CEDCA PR naquele mês, foi registrada a aprovação da medida por parte do Conselho:

3.5- Protocolado sob nº 15.255.097-9 (retorno) – Discussão sobre a participação de adolescentes – CPA Estadual. Presente o representante do COPED, Diego, destacou a importância da criação do CPA Estadual, conforme diretriz dada através da Resolução n.º 191 do CONANDA. Débora (Fórum DCA) também esclareceu a importância da criação de comissão especial para este fim, a ser composta por membros diversos, que possam contribuir para a efetiva criação do CPA Estadual. Parecer da Câmara: A Câmara, após discussão do tema, sugere à plenária a composição da comissão especial, a fim de viabilizar a Comitê de Participação de Adolescente Estadual – CPA Estadual, no prazo de até 03 (três) meses, sem prejuízo de prorrogação, com a seguinte composição: SEED, COPED, Fórum DCA/PR, Central de Viagens da SEDS e um representante de cada Câmara do CEDCA. Parecer do CEDCA: Aprovado parecer da câmara. Retorna para a próxima plenária formação da comissão especial. (CEDCA, 2018c, p. 37)

As tratativas para a instalação de um Comitê de Participação de Adolescentes permanecem até a conclusão desta Dissertação, pode-se afirmar que ele ainda não está constituído aos moldes da recomendação da Resolução nº 191 do Conanda. No entanto, é preciso ponderar que esse cenário se estabeleceu diante de alguns desafios que surgiram — em especial, a necessidade de o Conselho precisar concentrar esforços para organizar e realizar a sua Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a de adotar medidas para garantir direitos da população infanto-adolescente no Paraná no período de pandemia da Covid-19 —. Mesmo assim, sempre que houve reuniões sobre participação social de

adolescentes e o pesquisador foi previamente convidado foram possibilitadas discussões que levaram ao avanço da pauta. Como principais destaques é possível citar:

- Compromisso assumido por integrantes do CEDCA PR com adolescentes delegados(as) de seus municípios para participar da etapa Estadual da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante uma encontro online ao vivo preparatório à referida Conferência, voltada especificamente para os(as) adolescentes. A atividade aconteceu via aplicativo *Google Meet*, no dia 28 de Agosto de 2018, não tendo sido gravada nem transmitida abertamente;
- Edição de um texto contendo a Resolução que cria o Comitê de Participação de Adolescentes do CEDCA PR, redigido à luz da Resolução nº 191 do Conanda, com adaptações à realidade paranaense durante a reunião da Comissão Especial de criação do CPA Estadual, durante reunião online realizada no dia 20 de Outubro de 2020, via aplicativo *Google Meet*.

b) Aprovação da proposta pelo CMJ Curitiba – Conselho Municipal da Juventude de Curitiba, por meio do seu Plano de Ação 2021

O atual pesquisador é membro titular do Conselho Municipal da Juventude de Curitiba, tendo sido eleito no dia 05 de março de 2020 através do coletivo Parafuso Educomunicação, ocupando a cadeira de representação de entidades e movimentos sociais de defesa dos direitos da juventude negra da capital. Desse modo, identificou duas oportunidades de apresentar a ideia de implementação de um CPA vinculado ao Conselho. A primeira delas foi na ocasião da discussão do novo Regimento Interno do Conselho Municipal. Os(as) conselheiros(as) receberam a proposta de regimento construída por uma das Comissões do Referido Conselho, no dia 29 de Julho de 2020, véspera da Assembleia Ordinária, através do grupo de Whatsapp. Dentre as sugestões feitas ao texto da Comissão, o pesquisador propôs a inclusão de um trecho indicando que a composição do CMJ Curitiba também pudesse prever a existência e funcionamento de um CPA, como relata o trecho da ata a seguir:

O conselheiro Diego indicou que recebeu a nova proposta de Regimento Interno, compartilhada com o grupo de Whatsapp do Conselho na noite anterior à esta Assembleia Ordinária, e que elencou algumas propostas de

edição do documento, conforme arquivo que enviou aos membros(as) do Conselho, durante a reunião, via Whatsapp, dentre as quais vale destacar: [...] c) inclusão de previsão, em regimento, da instituição de um CPA – Comitê de Participação de Adolescentes, à luz da Resolução nº 191 do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que as juventudes da faixa etária dos 15 aos 18 anos comecem a serem integrados em processos de participação democrática que afetam as suas vidas. O conselheiro Rennan apontou que o melhor caminho para essa questão era a instituição do CPA através de uma Resolução, o que foi aprovado. Diego se dispôs então a apresentar, aos(as) conselheiros(as) da Comissão de Alteração Legislativa, maiores informações sobre a Resolução do Conanda, bem como uma proposta de implementação do CPA, em um momento oportuno/ futuramente; [...]. (CMJ CURITIBA, 2020, p. 01-02)

Ainda que a alteração não tenha sido aprovada no texto do Regimento Interno do Conselho, pode ser considerado um avanço a aprovação da criação de um CPA através de uma Resolução a ser apresentada à Comissão de Alteração Legislativa do CMJ Curitiba. Tendo em vista que a aludida Comissão tem empreendido esforços para priorizar a construção do Plano Municipal da Juventude de Curitiba, a proposta de Resolução para implementação de um CPA neste Conselho deverá ser realizada em momento mais oportuno.

Contudo, cabe ainda destacar outro avanço em relação a esta ação: a aprovação do Planejamento de Trabalho do CMJ Curitiba, que contém dentre as suas ações todas as 31 propostas apresentadas pelo coletivo Parafuso Educomunicação, na pessoa do pesquisador. Dentre essas propostas, há uma específica para a criação do CPA, conforme mostra a transcrição de um trecho do documento institucional submetido ao CMJ:

Em atenção a uma importante demanda do CMJ Curitiba, de construir um planejamento de ações para os três semestres finais do atual mandato, produzimos este documento contendo as propostas do coletivo Parafuso Educomunicação para serem analisadas e votadas pelo CMJ. [...] 3. Trabalho conjunto com adolescentes. Implantação do CPA – Comitê de Participação de Adolescentes no CMJ Curitiba, à luz de recomendações nacionais (Resolução nº 191 do Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio de resolução e/ou lei municipal. (PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO, 2020, p. 02-03)

O mesmo documento também contempla outras duas propostas que incentivam o CMJ a articular a implementação de Comitês de Participação de Adolescentes em outros dois Conselhos Municipais: o Comper — de Política da Igualdade Étnico-Racial — e o Comtiba — Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba —.

c) Aprovação da proposta no Planejamento Estratégico 2020-2021 do COPED PR – Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná e inserção de conteúdo parcialmente alusivo a essa temática na minuta de anteprojeto de lei deste Conselho

Esta ação também foi bem sucedida tendo em vista que o COPED PR aprovou, em três ocasiões, diferentes documentos que fortalecem a participação social de adolescentes em suas atividades. Na primeira dessas ocasiões, por solicitação do pesquisador, aprovou que fosse indicado à Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná que reservasse orçamento para a execução de uma série de medidas em prol das políticas públicas de direitos humanos no Estado, dentre elas “VIII. Desenvolver projeto de participação social de adolescentes e jovens de todas as regiões do Estado para que conheçam a atuação do COPED PR e possam discutir soluções para a área dos direitos humanos no Estado” (PARANÁ, 2020a, p. 45). Tal indicativo foi publicado no Diário Oficial do Estado, dentro do texto da Resolução n° 002 do COPED.

Na segunda ocasião, numa reunião Extraordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, realizada em Agosto de 2018 exclusivamente para tratar do Planejamento Estratégico do Conselho. O Pleno acatou a solicitação do pesquisador, e uma meta específica sobre a participação social de adolescentes foi inserida no eixo de “Educação em Direitos Humanos” do Planejamento Estratégico do COPED 2020-2021, tendo sido publicado no escopo da Resolução n° 003 do Conselho, no Diário Oficial do Estado, com a seguinte redação:

3.5 Desenvolver projeto de participação social de adolescentes e jovens de todas as regiões do Estado para que conheçam a atuação do COPED PR e possam discutir soluções para a área dos direitos humanos no Estado, nos moldes de um Comitê de Participação de Adolescentes no Conselho (CPA/COPED). (PARANÁ, 2020b, p. 47)

A terceira ocasião identificada como oportunidade de fortalecer a participação social de adolescentes junto ao COPED, ocorreu na ocasião da discussão da minuta de anteprojeto de lei do Conselho. O COPED já é instituído por lei. No entanto, vários aspectos do texto atual da legislação que o cria não corresponde às tendências de boas práticas em Conselhos de Direito como, por exemplo, em relação à composição das representações do Poder Público, em que há uma falta de

participação de Secretarias de Estado importantes. Sendo assim, por proposição do pesquisador, após regime de votação, foi acatada a edição de um trecho do documento — mais especificamente de um inciso que integra um artigo que trata da competência, prerrogativas e composição do Conselho —, ficando com a seguinte redação:

II – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem o controle e a participação social sobre as políticas públicas para a promoção e proteção dos direitos humanos, garantindo inclusive a participação de crianças e adolescentes. (COPED, 2020, não publicado).

É preciso ressaltar que, neste caso, o pesquisador atuou no COPED a partir da sua participação enquanto membro do Conselho, eleito em processo regulamentado e público, indicado pelo coletivo Parafuso Educomunicação, uma das entidades que representam as Organizações da Sociedade Civil do Paraná, na condição de suplente. Portanto, a condição de membro do Conselho e o relacionamento estabelecido com esse espaço e seus membros(as), nos mandatos atual e anterior — quando ocupado na condição de titular —, podem ter contribuído para o alcance desse resultado.

d) Indicação da necessidade da SEJUF PR prever orçamento em 2021 para que o CEJUV possa contar com um CPA no âmbito de seu funcionamento.

Tal indicação foi realizada com êxito. No entanto, tornou-se infrutífera pelo fluxo de encaminhamento dado a essa questão. Para melhor compreensão, cabe explicar o ocorrido em ordem cronológica.

A primeira defesa, de tentar pautar a implementação de um Comitê de Participação de Adolescentes no âmbito do Conselho Estadual de Juventude do Paraná, o CEJUV PR, ocorreu através da solicitação de um ponto de pauta para ser discutido em reunião ordinária de Janeiro de 2020, protocolado formalmente por meios eletrônicos e disponibilizado aos membros(as) do Conselho através do canal de comunicação que se tinha disponível à época — o grupo oficial de *Whatsapp* do mandato atual do CEJUV —, com a seguinte redação:

4.3 Implantação de um Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) no CEJUV. À luz da Resolução nº 191 do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (que dispõe sobre a criação de CPAs em Conselhos de Direitos, mas que também recomenda que sejam criados em espaços de participação social de adolescentes em geral), avaliar as

possibilidades de criar um grupo permanente de adolescentes, com mandatos periódicos, para acompanhar e ajudar a construir as políticas públicas de juventude do Paraná junto ao CEJUV, bem como compartilhar os seus olhares em relação a esse grupo etário que também merece atenção do nosso Conselho e precisa ser sistematicamente escutado, levando em consideração a garantia das diversidades regionais, de representação de grupos marginalizados/ não socialmente integrados, pluralidade étnico-racial e de gênero. (PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO, 2020, p. 9)

O segundo momento identificado como estratégico para pautar a participação social de adolescentes se deu durante a Assembleia Ordinária realizada, especificamente na ocasião destinada à discussão da pauta sobre o orçamento a ser investido nas políticas públicas de juventude em 2021. Além de deliberar por indicar diversas ações, o Conselho também pactuou que os(as) membros(as) poderiam enviar novas propostas já apresentadas no mandato atual do Conselho, que poderiam ser melhor executadas caso contasse com orçamento destinado para isso. Por conta disso, o pesquisador enviou por e-mail e também submeteu solicitação formal, por meio de ofício protocolado digitalmente, o acréscimo da seguinte indicação de ação a ser custeada por meio de orçamento público, antes da finalização do prazo:

Formalização do compartilhamento da proposta original, do coletivo Parafuso Educomunicação, de indicações orçamentárias a serem feitas pelo CEJUV à SEJUF para o exercício de 2021, via LOA/ LDO, que foi apresentado à Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização na reunião do dia 24 de Julho de 2020. [...] EIXO IV – PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES E JOVENS 1. Promoção de Participação Social de Adolescentes no CEJUV, à luz de Resolução do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente, de 2017. Construção e Publicação de Edital de Financiamento de projeto proposto por entidade da sociedade civil. (PROTOCOLO, 2020, p. 2 e 7)

Contudo, mesmo seguindo os procedimentos pactuados em reunião *online* do Conselho, a qual o pesquisador tomou o cuidado de arquivar cópia do vídeo comprobatório dessa tratativa, capturado pela Secretaria Executiva através da plataforma *Skype*, a entidade Parafuso Educomunicação recebeu uma resposta que denota algumas arbitrariedades que não cabem ser discutidas aqui. A reprodução da resposta recebida, no entanto, é a seguinte:

Conselheiro Diego.
Agradecemos o contato e as sugestões enviadas. No entanto, o Plano de Propostas Orçamentárias que fora elaborado e devidamente aprovado em Plenária, na sua última reunião ordinária, com uma imensa contribuição sua,

fora encaminhado ao Setor Financeiro da SEJUF, no dia 29 de julho de 2020, ainda conforme deliberação da própria Plenária. Ato contínuo, conforme pactuado para o andamento célere do pedido, o Presidente do Colegiado se prontificou e afirmou que iria enviar o aludido documento após a reunião.

Contudo, a sua sugestão para a inclusão desses itens nos parece intempestiva, pois ocorreu após o envio do referido Ofício ao Setor Financeiro, nos termos do já acordado. Além disso, embora tenhamos aprovado alguns desses itens em reuniões passadas, tais conteúdos não foram incluídos no Plano de Propostas aprovado na Plenária na reunião ordinária supra mencionado. Destaca-se que, ainda que se considerada tempestiva a apresentação de tais pontos, para fins de envio ao competente setor financeiro, deveriam, também e de igual forma serem objeto de aprovação pelos demais conselheiros antes do envio, garantindo assim a ampla e irrestrita participação de todos nas discussões envolvendo o tema. Diante disso, restituímos o presente com a presente manifestação, pontuando para a surpresa causada quando do recebimento da referida demanda, tendo em vista ampla discussão já realizada sobre o tema².

A resposta recebida gerou uma réplica institucional que, em resumo, solicitava a gentileza da reconsideração do posicionamento expresso e o envio das propostas pesquisadas e reunidas pelo coletivo Parafuso Educomunicação ao Setor Financeiro da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná, em consideração à deliberação da Plenária.

O pesquisador também é membro do mandato atual do CEJUV — de Novembro de dezembro de 2019 a dezembro de 2021 —, na condição de suplente-complementar da cadeira de Movimentos Estudantis, onde atua por indicação do coletivo Parafuso Educomunicação, entidade eleita como uma das representações das Organizações da Sociedade Civil.

Com o objetivo de realizar a segunda ação prevista no Plano de Intervenção da Pesquisa-Ação — que era o de promover o trabalho em rede, articulando dois ou mais Conselhos de Direitos entre si, em prol da promoção da participação social de adolescentes — foi alcançado o resultado descrito a seguir:

e) Articulação entre o COPED PR e o CEDCA PR, para dialogar sobre a promoção da participação social de adolescentes em Conselhos de Direitos.

O pesquisador obteve êxito com essa a partir de três passos principais, que se deram ao longo de diversas tratativas e reuniões. O ponto de partida foi propor ao Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, o COPED PR, para iniciar

² SECRETARIA Executiva Cejuv. **CEJUV PR | Resultado de levantamento de ações para complementar plano de ação a ser contemplado com orçamento.** [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <parafusoeduc@gmail.com>. 30 jul. 2020.

diálogo institucional junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, o CEDCA PR para tratar sobre a importância da criação de um Comitê de Participação de Adolescentes, em âmbito estadual, vinculado ao CEDCA PR, como explica o seguinte trecho da ata de reunião realizada no dia 06 de Abril de 2018:

O Conselheiro Diego (Parafuso Educomunicação) discorreu sobre uma recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, no qual orienta a criação de Comitê de Participação de Adolescentes – CPA. Assim, sugeriu abrir um diálogo com o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, para discutir a efetivação desta proposta, informando que o Parafuso Educomunicação se colocaria à disposição do Conselho para fazer este diálogo junto com a Câmara de Capacitação, Mobilização e Articulação. Também, solicitou aprovação do Conselho para dar andamento ao ato. O Conselheiro Marcel sugeriu indicar o Conselheiro Diego por meio de Ofício para tratar da temática e CEDCA/PR. A sugestão foi aprovada. (DEDIHC, 2018, p. 3)

A partir do aval do COPED, o pesquisador que também é membro desse Conselho, foi até uma reunião da Câmara Setorial de Capacitação, Mobilização e Articulação do CEDCA para dialogar com o potencial Conselho parceiro. Na ocasião, o pesquisador comentou sobre a Resolução do Conanda que cria o CPA nacional e recomenda a criação de CPAs nos Estados e municípios. Por fim, foi recomendada a criação de um Grupo de Trabalho específico para tratar do assunto, já que a discussão no âmbito daquela Câmara Setorial seria mais difícil de ocorrer de forma mais aprofundada, uma vez que sempre há uma série de outras pautas a tratar. Por sugestão do pesquisador e membro do COPED, foi aprovado o convite de um(a) representante do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná — o Fórum DCA PR — para participar de uma reunião futura sobre o assunto junto à Câmara de Capacitação, como estratégia de sensibilizar os(as) conselheiros(as) do CEDCA PR a abraçarem a proposta, trazendo novos argumentos e olhares. O registro dessa participação ficou registrado em ata da seguinte forma:

3.7.1- Indicação de Conselheiro COPED/SEJU – CPA Diego Henrique da Silva, conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná – COPED, e membro do Coletivo Parafuso Educomunicação, apresentou proposta de criação de Grupo de Trabalho – GT responsável pela implantação e implementação do Comitê de Participação de Adolescente - CPA estadual, a ser composto por membros do COPED, CEDCA e Fórum DCA/PR, dentre outros membros interessados. Parecer da Câmara: Ciente. Aprovada a proposta de criação do GT, solicitando a indicação de representante do CEDCA em plenária. Parecer do CEDCA: Ciente. Pautar

assunto referente a criação de Comissão Especial do CEDCA para discussão em plenária no mês de maio. (CEDCA, 2018a, p.31)

A tratativa prevista para ocorrer conforme descrito no trecho de ata acima, marcada para a reunião da Câmara Setorial de Capacitação do CEDCA PR em maio de 2018, não se efetivou. O conselheiro do COPED e pesquisador, no entanto, foi convidado para a reunião da Câmara, realizada em Junho de 2018 e, na ocasião, reforçou a necessidade de criar um GT para tratar do assunto, já que estava percebendo que essa pauta estava se misturando com outra que também era tratando no âmbito daquela Câmara e alguns conselheiros(as) demonstraram não compreender que as demandas advindas do Conanda, sobre o CPA Nacional, não guardavam relação com a proposta apresentada: a de criar um CPA Estadual vinculada ao CEDCA PR.

Acredita-se que o fato da solicitação da criação de um Grupo de Trabalho de Trabalho para se debruçar sobre a criação de um CPA Estadual ter gerado algum tipo de ruído de comunicação pode ter se dado pelo fato dessa questão ter sido discutida num ponto de pauta que reuniu assuntos absolutamente distintos, como o “Protocolado sob nº 14.924.074-8 - Participações adolescentes CPA: - Informação Consultora CONANDA” e o Ofício. nº 182/2018 CONANDA, sobre a “Participação dos três adolescentes do Paraná CPA”. Ou seja, o pesquisador deduz, a partir de suas observações presenciais, que parte dos(as) membros(as) da Câmara Setorial, as questões relacionadas à participação de adolescentes no CPA/ CONANDA já estavam sendo encaminhadas, não havendo necessidade de implementação de um CPA vinculado ao CEDCA PR e mais: que os(as) três adolescentes selecionados pelo processo de seleção virtual nacional e o adolescente titular escolhido pelo Fórum DCA PR para representar o Estado do Paraná junto ao CPA/ Conanda já caracterizava a formação de um CPA Estadual. O registro da participação do pesquisador na aludida reunião ficou da seguinte maneira:

Protocolado sob nº 15.255.097-9 - Discussão sobre a participação de adolescentes – CPA Estadual: Trata-se proposta de criação para implementação de participação de adolescentes nas reuniões do CEDCA/PR. Parecer da Câmara: Ciente. Oficiar o COPED e o Fórum DCA/PR, quanto a participação de representantes para discussão junto a Câmara de Capacitação, Mobilização e Articulação, para criação do CPA Estadual na reunião do mês de Agosto/2018. Solicita-se ao representante do COPED e ao Fórum DCA/PR, que traga os subsídios e propostas de

encaminhamentos para próxima reunião. Parecer do CEDCA: Aprovado parecer da câmara, convidando também a Central de Viagem/SEDS e a Conselheira da SEED. (CEDCA, 2018b, p. 30)

Foi a partir da deliberação em Plenária, realizada no dia 14 de Setembro de 2018, que o CEDCA PR (2020) oficializou a composição de uma Comissão Especial a fim de viabilizar o CPA Estadual, fazendo constar dentre outros(as) importantes atores e entidades, a representação do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, atingindo mais ação do Plano de Intervenção.

A terceira e penúltima atividade da Pesquisa-Ação, que previa a promoção da produção de algum material de comunicação que abordasse a temática da participação social de adolescentes em Conselhos de Direito — a ser construído em parceria com Conselhos na cidade de Curitiba e/ou de âmbito estadual, no Paraná — teve como resultado o que está descrito no item a seguir:

f) Aprovação de material de comunicação que promove a criação de CPAs em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente em todos os municípios do Paraná.

Com a aprovação da criação de uma Comissão Especial no CEDCA PR para viabilizar a implementação de um CPA Estadual, chegou-se a um consenso de que a mobilização inicial deveria acontecer nos municípios, de modo a promover a participação de adolescentes nas atividades dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente — os CMDCAs. A ideia inicial era de construir algum documento tal qual uma nota técnica incentivando esses Conselhos Municipais a implementarem Comitês de Participação de Adolescentes e, ao mesmo tempo, dar dicas práticas de como fazer isso pode ser feito de forma objetiva.

O pesquisador, em parceria com o coletivo Parafuso Educomunicação e o portal Universo Educom, redigiu uma proposta de Guia com dicas para implementar um CPA no âmbito municipal, além de realizar a diagramação do referido material gráfico (ver APÊNDICE 1). A síntese do relato da apresentação da versão final do Guia diante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunido no dia 25 de Abril de 2019, é a seguinte:

3.4 – COMISSÃO ESPECIAL A FIM DE VIABILIZAR O COMITÊ DE 358 PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – COMISSÃO CPA: com a palavra, a conselheira Dinari Estrela teceu considerações sobre a reunião da Comissão CPA, explicando que nela esteve presente o senhor Diego Henrique da Silva, conselheiro do COPED - Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná pela Organização Parafuso Educomunicação, apresentando uma proposta para ser repassada aos municípios, para a criação de comitês de participação de adolescentes. O material contempla 10 (dez) passos que devem ser seguidos para a criação dos comitês. A comissão analisou o material e sugeriu algumas alterações. O material será projetado na plenária e submetido a aprovação do Conselho [...]. Antes de passar para o próximo ponto de pauta, a conselheira Dinari Estrela solicitou que fosse projetado o material ilustrativo, no formato de cartilha, elaborado pela Parafuso Comunicação (sic). O conselheiro do COPED, Diego Henrique da Silva, fez uso da palavra para falar sobre a apresentação, que apresenta o seguinte conteúdo: [...] (CEDCA, 2019d, p.11)

Houve preocupação institucional do então presidente do CEDCA PR acerca da inclusão das logos das entidades parceiras, em especial do coletivo Parafuso Educomunicação, portal Universo Educom e do próprio COPED, como relato neste trecho da ata:

[...] Após a apresentação, os conselheiros questionaram a utilização da logomarca do COPED-PR no material produzido, indagando se havia autorização daquele Conselho nesse sentido, entendendo por cautela, o CEDCA deve adiar a aprovação da cartilha. A conselheira Alexandra José sugeriu encaminhamento que foi colocado em votação, e aprovado a unanimidade pelo Conselho. Encaminhamento: enviar ofício para o COPED, indagando se houve aprovação do Conselho para utilização da sua logomarca no material produzido pela Parafuso Educomunicação (sic). Em havendo resposta positiva, encaminhar a cartilha para divulgação junto aos municípios. Passou-se para o próximo ponto de pauta. (CEDCA, 2019d, p.11)

Como é possível observar, essa ação prevista também foi exitosa, tendo em vista que o COPED, em sua Assembleia Ordinária, realizada em 24 de Maio de 2019 registrou expressamente aprovar a aplicação da logo do Conselho no Guia, como comprova o seguinte trecho da ata do referido Conselho:

11. Aplicação da Logo do COPED em material gráfico do CEDCA: O Conselheiro Diego apresentou material gráfico de duas páginas com o título “10 passos simples para criar o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) na sua cidade” e solicitou a aprovação dos(as) conselheiros(as) para a manutenção da logo do COPED no referido material, uma vez que ele foi produzido no âmbito da Comissão Especial de Criação do CPA, que também é composto pelo COPED. O conselheiro explicou que o CEDCA pretende enviar o material aos CMDCAs ? (sic) Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente de todo o Paraná. Foi aprovada, por

unanimidade, a aplicação da logo do COPED no material, bem como o envio formal desta decisão do COPED ao CEDCA. (DEDIHC, 2019d, p. 9)

Ainda que não tenha sido prevista a divulgação científica dos processos que envolveram a Pesquisa-Ação, ela foi realizada e pode ser verificada através de matérias publicadas no blog pessoal do pesquisador, bem como em páginas institucionais do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal de notícias Universo Educom (ver APÊNDICES 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

A quarta e última ação prevista no Plano de Intervenção da Pesquisa-Ação era a de identificar oportunidades e reais possibilidades de realizar uma ou mais ações em parceria com adolescentes do CPA/ Conanda, seja de modo presencial ou *online*, que ajudassem a promover a participação social de adolescentes e que estivesse alinhado com necessidades, interesses e expectativas do grupo. O resultado dessa ação está descrito no item a seguir:

g) Contribuição com redação de minuta de Carta Aberta ao Conanda, contendo solicitação de demandas dos(as) adolescentes do CPA/ Conanda e escrita a partir de seus apontamentos, supervisão e edição final.

A oportunidade surgiu na ocasião da realização de outra fase de pesquisa para esta Dissertação, mais especificamente na Observação Participante. Cabe ressaltar que a metodologia da observação participante guarda procedimentos próprios, teve finalidade distinta da pesquisa-ação e os relatos observacionais constam mais adiante. No entanto, ao atuar com a Observação Participante, houve a possibilidade de realizar uma ação concreta: colaborar com a redação de uma Carta dos integrantes nacionais do Comitê de Participação de Adolescentes endereçada ao Conanda. O pesquisador, por ter observado e tomado notas de campo das duas reuniões presenciais dos adolescentes durante um evento internacional realizado no Rio de Janeiro, em Novembro de 2018, se sentiu bastante confortável com a possibilidade de ajudá-los(as) e seguro do que estavam querendo dizer, já que o debate foi aberto e havia bastante clareza a respeito do que eles(as) estavam reivindicando. Dessa forma, com o próprio *notebook*, utilizando do software de edição de texto disponível naquele equipamento — o Wordpad, uma espécie de Bloco de Notas com recursos mais avançados —, foi sistematizando e contribuindo com a redação, conforme outros três adolescentes integrantes do Grupo de

Trabalho encarregado de redigir a carta foram orientando. Os detalhes acerca do contexto de produção de produção da carta e das deliberações sobre os pontos a serem abordados estão descritos em detalhes no subtópico “6.1.3 Resultados da Análise Descritiva da Observação Participante”, mais adiante.

Por ora, resta reproduzir a íntegra da carta coproduzida com os(as) integrantes do CPA/ Conanda:

CARTA ABERTA AO CONANDA
17 de novembro de 2018

Nós, adolescentes selecionados(as) e eleitos(as) ao Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CPA – CONANDA), reunidos(as) no dia 17 de novembro de 2018, no estado do Rio de Janeiro, durante o *Encuentro de Niñas, Niños y Adolescentes de la Subregión Sur*, através desta carta, solicitamos encaminhamentos em relação às seguintes questões:

1. Formalização da tomada de posse da gestão atual do CPA e garantia da participação permanente de adolescentes nas Assembleias do Conanda
Desde fevereiro de 2018 temos tido violado o nosso direito de participação nas reuniões do CONANDA, por conta do não cumprimento da Resolução nº 191 do CONANDA, em vigor desde 7 de Junho de 2017. Nesse sentido, solicitamos a tomada imediata de providências para garantir que todos(as) os(as) adolescentes, legitimamente eleitos(as) e/ou selecionados(as) sejamos empossados(as) e possamos cumprir integralmente nosso mandato, cuja vigência é de dois anos, a contar da data da posse. Sugerimos, inclusive, que a formalização da nossa posse seja realizada em dias que antecedem ou procedem a Caravana Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para garantir a participação de todos os membros da posse e da caravana.

2. Criação, manutenção e fortalecimento de CPAs em todos os Estados Brasileiros e no Distrito Federal
Integrantes do nosso grupo relatam a inexistência de CPAs em vários Estados. Portanto, não estão sendo realizadas reuniões mensais com a participação de adolescentes legitimamente eleitos(as), em processos democráticos, amplos e públicos, com uma composição que garanta diversidade regional, de gênero, étnico-racial e das diversidades que se alinhem às realidades de cada Estado.

3. Participação nas Comissões Organizadoras das Etapas Municipais, Estaduais e Nacional das Conferências de Direitos de Crianças e Adolescentes

O direito do CPA participar dos processos de organização da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente está sendo violado. Está previsto no Artigo 3º da Resolução nº 202, a participação de adolescentes nas comissões organizadoras das Conferências. Entretanto, as discussões sobre a Conferência Nacional DCA, por exemplo, já vêm ocorrendo no CONANDA e nós não estamos sendo ouvidos(as) nesse espaço. Tememos que eventuais metodologias adotadas, sem que sejamos consultados(as), prejudiquem a experiência de participantes adolescentes, pois as estratégias podem não ser atrativas, lúdicas, participativas e criativas. Em diversos Estados, a realidade é a parecida. Solicitamos, portanto, que o CONANDA reforce às unidades federativas que se garanta a participação

frequente de adolescentes nas comissões organizadoras e que fique formalizado o nosso repúdio aos Conselhos Estaduais de Direitos de Crianças e Adolescentes que não estejam incluindo adolescentes do CPA nesses processos de pensar a metodologia e a organização das conferências.

4. Pactuação e comprometimento dos Conselhos Estaduais na garantia de transporte e de quaisquer outras despesas que viabilizem a participação de adolescentes

Por meio de relatos de integrantes do nosso Comitê, percebemos que há diversos casos de falta de custeio de despesas essenciais para a participação em atividades como reuniões dos Conselhos Estaduais DCA, em eventos e viagens estratégicas como essa do *Encuentro de Niños, Niños y Adolescentes*, por exemplo. Sendo assim, solicitamos que todos os Conselhos Estaduais recebam as orientações do CONANDA, reforçando a necessidade de apoiarem os(as) adolescentes com o custeio das despesas necessárias para viabilizar sua participação. Importante ressaltar que isso vai de encontro à Resolução nº 199, que contém as Orientações para a Participação com Proteção do CPA.

5. Garantia do nosso direito à comunicação, à liberdade de expressão e criação de canais de divulgação de conteúdo na web e nas redes sociais

Solicitamos que não haja censura ou criação de entraves à criação de canais de divulgação das nossas pautas, demandas, manifestos, textos, fotos, vídeos, áudios etc. Sendo assim, aproveitamos para informar que queremos criar contas em redes sociais para divulgar nossas atividades e contamos com o apoio do CONANDA para isso.

Por fim, esperamos poder contar com a celeridade nos encaminhamentos e que esse ciclo de violações de direitos à nossa participação seja definitivamente encerrado.

A seguir, assinam os(as) integrantes do CPA. (CPA CONANDA, 2018, não publicado).

Apenas a produção da carta e o envio dela ao e-mail de um dos integrantes do CPA já seria um indicador de que a ação prevista no Plano de Intervenção foi executada. No entanto, ao efetuar busca às atas do Conanda, é possível aferir que a mesma foi, de fato, encaminhada ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, lida ao Pleno e, ao que tudo indica gerou desdobramentos. O trecho específico da ata que aborda a leitura da carta pela consultora que acompanha os(as) adolescentes do CPA durante a Assembleia do Conanda é o seguinte:

Em prosseguimento da pauta, a conselheira trata sobre o encontro do CPA no Rio de Janeiro, que contou com a participação da consultora da SNDCA Monique Carvalho, e do conselheiro Orlando. A consultora Monique, realizou relato do encontro e fez a leitura de uma carta que os adolescentes do CPA escreveram para o Conanda, com uma série de questionamentos relacionados ao funcionamento do Comitê: como a posse do grupo escolhido, a participação deles dentro da comissão organizadora da

conferência, eles relatam também a necessidade de pactuação com os CEDCAs para o apoio à participação dos adolescentes do CPA nas suas agendas, e o interesse na criação de redes sociais próprias. (MMFDH, 2018, p. 06)

A Pesquisa-Ação foi a fase da pesquisa de maior empenho de energias físicas do pesquisador e, ao mesmo tempo, a mais prazerosa, por perceber que ações de *advocacy*, defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes diante da dinâmica do universo dos(as) adultos(as) e práticas de comunicação — seja de produção gráfica, de redação de carta e outros tipos de documento ou de construção e fortalecimento de redes sociais não digitais — são capazes de promover muitos avanços, nos campos práticos e político-sociais da efetivação do direito à participação social de adolescentes em espaços decisórios estratégicos.

6.1.3 Resultados da análise descritiva da observação participante

Os resultados da observação participante — ou ainda, da observação seletiva: a última fase da observação participante — estão descritas mais adiante. Como forma de tornar mais didática e objetiva a apresentação de tais resultados, primeiramente, compilamos a síntese desses resultados em tópicos que estão listados e sistematizados na tabela a seguir.

TABELA 8 – SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA OBSERVAÇÃO SELETIVA, ÚLTIMA FASE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Delimitações previstas para a Observação Focal	Síntese dos resultados da Observação Seletiva
Aspectos comportamentais importantes em atividades coletivas	a) Valorização do encontro do grupo; b) Reunião em círculo; c) Respeito mútuo, mesmo com divergências políticas; d) Abertura para participação de outros(as) adolescentes e adultos(as); e) Código de movimentação corporal para retomar diálogo em momentos de dispersão.
Menção ou prática do uso da comunicação/ educação/ tecnologias em processos de participação social	f) Whatsapp do grupo; g) Necessidade de criação de canal de Youtube e outras redes sociais do CPA Conanda; h) Assinatura de lista de presença; i) Decisão por redigir Carta aberta ao Conanda, assinada pelo CPA, com reivindicações coletivas; j) Produção de foto do grupo.
Particularidades dos processos de promoção da participação social que forem demonstradas em atos ou discutidas oralmente	k) Indignação com ausência da efetividade do funcionamento do CPA; l) Indignação com ausência de uma posse formal; m) Mediação e acompanhamento de consultora; n) Votações para decisões estratégicas; o) Acordo com equipe de organização de evento; p) Reunião do segundo dia precedida por tempo para banho; q) Deliberação e delegação de adolescentes para produzir carta aberta ao Conanda; r) Críticas aos entraves da viabilização da participação social de adolescentes

Fonte: O autor (2020).

Importante recapitular que a análise descritiva — em que se faz a descrição das informações geral sobre o processo de escolha de quais atividades/ situações observar e com quais objetivos —, bem como a análise focal — em que há a delimitação de quais aspectos específicos o(a) pesquisador(a) ficará atento e tomando notas de campo em suas observações —, já foram realizadas e descritas no subcapítulo “5.2.3 Método de Análise de Dados colhidos através da Observação Participante”.

Em relação aos destaques da observação participante acerca dos aspectos comportamentais importantes em atividades coletivas, cinco relatos observacionais se mostraram relevantes:

a) Valorização do encontro do grupo — Os(as) adolescentes demonstraram estar contentes com a oportunidade de estarem reunidos(as) presencialmente, pela primeira vez, com uma quantidade expressiva de membros(as) do Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda, já que, segundo eles(as) o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nunca havia providenciado nenhuma atividade parecida, ao moldes do que prevê a Resolução 191 do referido Conselho, sobre realização de encontros anuais e a atividades de formação do grupo;

b) Abertura para participação de outros(as) adolescentes e adultos(as) — Não houve qualquer tipo de resistência, manifestação contrária ou atos simbólicos como fechamento da porta dos locais utilizados nos dois dias de reunião, deixando as atividades expressamente abertas à participação de qualquer pessoa que estivesse participando do Encuentro de Niñas, Niños y Adolescentes – Subregión Sur;

c) Respeito mútuo, mesmo com divergências políticas — Em um dado momento específico da primeira reunião observada pelo pesquisador, foram feitas críticas a membros(as) do CPA, cujos nomes não foram mencionados, por nutrirem apreço pela figura do então presidente da República, Jair Bolsonaro, por haver dito que o Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser jogado na latrina. As opiniões de dois adolescentes que se manifestaram a respeito dessa questão foram escutadas sem interrupções e foram ditas na perspectivas de manifestar o quanto achavam incoerente lutar por direitos de crianças e adolescentes ao comporem o CPA e, ao

mesmo tempo, ver companheiros do mesmo Comitê expressando algum tipo de apoio e/ou relação com algum viés que desse a entender concordância com ideias de um presidente que faz declarações ofensivas aos direitos humanos de crianças e adolescentes publicamente, no exercício de seu cargo. Após expressarem sua indignação, outros dois adolescentes tomaram a palavra de maneira diplomática e tom não ofensivo ou constrangedor para dizer que nenhum integrante do Comitê deveria ser desrespeitado quanto às formas de expressar suas ideias e que seria importante manter o bem-estar entre o grupo. Tanto os nomes dos adolescentes que expressaram a sua opinião de indignação com a incoerência de alguns integrantes do CPA, quanto os adolescentes que fizeram falas apaziguadoras diante da situação não são mencionados aqui neste relato por motivos éticos.

d) Reunião em círculo — Nos dois dias de reuniões observadas pelo pesquisador, foram escolhidas salas de aula em que a disposição em das carteiras e cadeiras estavam alinhadas em fileiras do fundo até a frente da sala, onde fica o quadro de giz. No entanto, em ambas as ocasiões, ao chegarem à sala, os(as) participantes já se organizaram para empurrar as carteiras que fossem necessárias e organizar as cadeiras em círculo, onde todos(as) pudessem se olhar e interagir de uma forma mais horizontal e não hierárquica. Contudo, ao final dessas atividades, o número de adolescentes do CPA que permanecia no local para reorganizar o espaço e deixá-lo mais parecido com a forma como foi encontrado diminuiu consideravelmente nas duas ocasiões, compreendendo a 1/5 — um quinto — dos(as) membros(as) do CPA, que contavam com a Judá de alguns adultos(as) e outros(as) participantes não integrantes do CPA;

e) Código de movimentação corporal para retomar diálogo em momentos de dispersão — O grupo definiu que, em momentos onde eventuais conversas paralelas começassem a prejudicar o diálogo em grupo, os(as) participantes interromperiam a fala, fariam silêncio e ergueriam as mãos, mantendo-as erguidas até que outros(as) percebessem e se juntassem à manifestação que só terminaria quando todos(as) da sala também passassem a fazer silêncio, erguer as mãos e a conversa coletiva fosse retomada do ponto em que parou.

Em relação aos destaques da observação participante acerca da menção ou prática do uso da comunicação/ educação/ tecnologias em processos de participação social, cinco relatos observacionais se mostraram relevantes, conforme listagem a seguir:

f) Existência e uso de Whatsapp do grupo para articulação entre os(as) membros(as) — Durante a reunião, ficou evidente a existência de um grupo de Whatsapp do Comitê de Participação de Adolescentes, espaço virtual para diálogos entre o grupo, tomada coletiva de decisões e circulação de informações de interesse dos(as) membros(as);

g) Identificação da necessidade de criação de canal de Youtube e de outras redes sociais do CPA Conanda — Um dos integrantes do CPA sugeriu a ideia de criação de um canal de Youtube que pudesse ser alimentado com vídeos enviados por membros(as) do Comitê, abordando questões ligadas aos direitos de crianças e adolescentes, bem como informações sobre o que o CPA anda realizando. A partir disso, o grupo teceu alguns comentários sobre quais outras redes sociais também poderiam ser utilizadas por eles(as), ao que se seguiu diálogos favoráveis à criação de um Instagram;

h) Assinatura de lista de presença — Durante uma das reuniões do CPA, realizada no dia 16 de Novembro de 2018, a consultora do Conanda fez circular uma lista de presença em que os(as) adolescentes poderiam preencher campos quatro campos: Nome, Estado, E-mail e Telefone. Dessa forma, o grupo formaliza a realização da reunião e gera documentação capaz de comprovar parte de suas atividades e gerar registros históricos;

i) Decisão por redigir Carta aberta ao Conanda, assinada pelo CPA, com reivindicações coletivas — Grupo percebeu a necessidade de reunir suas solicitações e questionamentos num único documento a ser remetido ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que providências e medidas pudessem ser tomadas. Através de diálogo e compilação das demandas apontadas pelos(as) participantes, foram elencadas diversas questões que depois foram incorporadas a uma Carta Aberta a ser remetida pelo Conanda;

j) Produção de foto do grupo — Ao final do segundo dia de encontro observado, em 17 de Novembro de 2018, a consultora do Conanda convidou todos(as) a se reunirem para fazer uma foto. O pesquisador desta Dissertação se predispôs a captar a imagem com a câmera profissional que estava utilizando na ocasião. O resultado principal foi a imagem a seguir.

FIGURA 7 – PARTE DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES JUNTO À CONSULTORA DO GRUPO, APÓS REUNIÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2020



Fonte: O Autor (2018).

Em relação aos destaques da observação participante acerca das particularidades dos processos de promoção da participação social que foram demonstradas em atos ou discutidas oralmente, sete relatos observacionais se mostraram relevantes, como apontado a seguir:

k) Indignação com ausência da efetividade do funcionamento do CPA — O primeiro dia de reunião observado pelo pesquisador se constituiu num conjunto de falas que, sua essência, se encaminharam para demonstrações de indignação acerca da não garantia do pleno funcionamento do Comitê de Participação de Adolescentes à luz do que previa a Resolução 191 do Conanda;

l) Apontamento da necessidade de uma posse formal — Os(as) membros(as) do CPA demonstraram perceber a necessidade da realização de uma atividade presencial do Conanda em que seus membros(as), de fato, pudessem tomar posse oficial de seus mandatos, o que só ocorreu de maneira formal/ expedição documental e não como os(as) adolescentes reivindicaram. O prazo máximo para homologação da última fase de resultados da seleção do primeiro mandato do CPA era 31 de Janeiro de 2018 (MMFDH, 2017). No entanto, a Resolução do Conanda, que designa os(as) membros(as) do primeiro mandato do CPA foi publicada só em 19 de Dezembro de 2018 (MMFDH, 2018b), um mês depois da produção da Carta Aberta dos adolescentes ao Conanda. A atual composição do CPA Conanda foi publicada em 06 de Novembro de 2020, atualizada em 09 de Novembro de 2020 (MMFDH, 2020), com cerimônia de posse realizada durante a programação de um evento nacional — a 11ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente —, realizada em 10 de Dezembro de 2020.

m) Mediação e acompanhamento de consultora — A consultora Monique Batista Carvalho esteve à disposição dos(as) membros(as) do CPA, acompanhando e mediando presencialmente as reuniões deles, observadas pelo pesquisador, garantindo circulação de lista de presença, incentivando práticas democráticas dentro grupo, ajudando a esclarecer os papéis do Conanda e do CPA em momentos específicos e colaborando com essas atividades;

n) Votações para decisões estratégicas — Houve dois casos principais em que foi necessária a realização de votações para consultar os(as) adolescentes sobre o melhor encaminhamento a ser tomado. No primeiro caso, ocorrido na primeira reunião observada, em 16 de Novembro de 2018, a votação se deu sobre qual o posicionamento do grupo quanto a deixar de realizar uma atividade cultural prevista na programação oficial do evento Encuentro de Niñas, Niños y Adolescentes – Subregión Sur, no dia seguinte, para que o grupo pudesse discutir sobre assuntos relacionados ao CPA, já que estavam sentindo que seus direitos à participação social, previstos na Resolução 191 do Conanda, estavam sendo violados e precisariam se organizar para lutar pela sua efetivação.

A maioria optou por ficar nas dependências da escola onde o evento estava sendo realizado, para se reunir e discutir suas pautas. Ao final da reunião quatro

adultos(as) membros(as) da Comissão Organizadora do Evento, ligados ao Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente chegaram ao local e negociaram sobre o resultado deliberado pelos(as) adolescentes, conforme relato que consta mais adiante, no item “o)”. No segundo caso, a votação ocorreu no segundo dia de reunião observada, em 17 de novembro de 2018, em que a intenção era definir se, após levantados os tópicos a constar na Carta Aberta a ser remetida por eles(as) ao Conanda, seria redigida e lida por todo o grupo, presencialmente, ou se os tópicos serviriam para nortear a redação da carta por um grupo menor de pessoas, que organizaria melhor as ideias, faria a redação e a encaminharia à consultora do grupo para que esta fizesse o documento chegar ao Conanda, durante a sua próxima Assembleia, a ser realizada alguns dias depois daquele evento, em Brasília;

o) Negociação/Acordo com equipe de organização de evento — Depois de deliberarem coletivamente pela permanência do grupo no dia seguinte, no local do evento, ao invés de irem para a quadra da Escola de Samba Estácio de Sá para realizar atividade de arte-educação, os(as) adolescentes receberam na sala quatro adultos(as) integrantes da Comissão Organização do evento, que também fazem parte do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A intenção era dialogar com adolescentes sobre a necessidade de reverem a decisão do grupo, tendo em vista que o convite realizado a eles(as) era para participarem da programação integral do evento. Houve breve debate, em que alguns adolescentes tentaram explicar as razões do grupo para realizarem a reunião do CPA. Após isso, a Comissão Organizadora se comprometeu a trazê-los(as) mais cedo, num ônibus específico, para terem tempo de se reunir na escola sede do evento, conciliando os interesses dos dois grupos de forma mais harmoniosa, pacto esse que, verificou-se depois pelo pesquisador, foi respeitado;

p) Reunião do segundo dia precedida por tempo para banho — A segunda reunião observada, realizada em 17 de Novembro de 2018, estava prevista para ocorrer imediatamente na chegada dos(as) adolescentes na escola que sediou o evento, tão logo chegassem ao referido local. No entanto, parte dos(as) adolescentes pediu um tempo rápido para banho, alegando calor, já que na ocasião a temperatura estava em 26° C, com 0% de chance de chuva segundo a previsão do

tempo de um telejornal local aos 43min34seg (BOM DIA RIO, 2018). Esse relato observacional se faz importante para trazer à tona a dimensão das limitações físicas dos(as) adolescentes, que também precisa ser pensada em práticas de participação social, uma vez que essas atividades são desenvolvidas em paralelo às necessidades básicas diárias tais como ir ao banheiro, se alimentar e proporcionar saúde mental e física.

q) Delegação de adolescentes para produzir carta aberta ao Conanda — A responsabilidade do grupo de adolescentes em executar a tarefa que se propuseram a fazer, de redigir a carta em nome do grupo, de modo a contemplar suas reivindicações também chamou atenção. No dia seguinte às duas reuniões observadas, mais precisamente na manhã do dia 18 de Novembro de 2018, os adolescentes Vinicius de Sousa Rocha Gomes, Flávio Henrique Silva Santos e Vitor Cardoso Alves se reuniram para se dedicar à redação da carta aberta ao Conanda. Na ocasião, o pesquisador contribuiu com o grupo, conforme relato no subcapítulo abordado anteriormente — item “g)” de “6.1.2 Resultados da Análise Descritiva da Pesquisa-Ação” —, no que foi considerado um dos resultados da Pesquisa-Ação e não da Observação Participante;

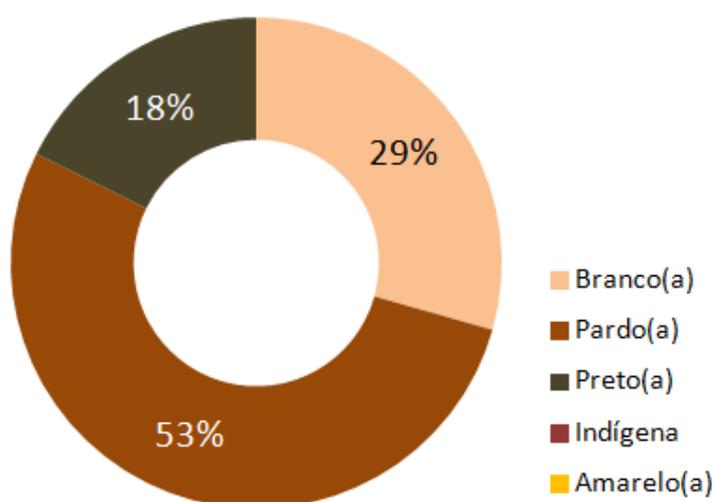
r) Críticas aos entraves da viabilização da participação social de adolescentes — Diversos adolescentes destacaram a necessidade de que adultos(as) criem as condições mínimas necessárias para a participação de adolescentes no exercício das atividades do CPA. Essas condições dizem respeito aos seguintes aspectos: efetivação da Resolução nº 199, que trata da participação de adolescentes com proteção e segurança; efetivação da criação de Comitês de Participação Social nos Estados brasileiros, de modo que os(as) adolescentes possam incidir com seus pares junto aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente para lutar por seus direitos e construir novas realidades em âmbito estadual e local; garantia de custeio do transporte de suas casas, no interior de seus estados ou mesmo na capital, até o aeroporto onde pegariam o voo para participação em atividades nacionais; comprometimento de Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente de modo que cumpram o seu papel de promover e viabilizar o que lhes cabe quando o assunto é a promoção e a garantia do direito à participação social de adolescentes.

6.1.4 Resultados das Análises dos Dados Quantitativos

Caracterização dos(as) adolescentes participantes

Os(as) 17 participantes representam uma série de diversidades, tais como a etária, geográfico-regional, de contextos de moradia, de modalidade de participação no CPA e também sexual e de gênero. O mesmo não acontece em relação à questão étnico-racial, tendo em vista que a ampla maioria é de integrantes negros(as), como é possível ver no gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 – AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTA: Indígenas e amarelos(as) não participaram da pesquisa.

Um total de 71% dos(as) participantes da pesquisa são pessoas negras – tendo em vista que 53% destes(as) se autodeclaram pardos(as) e 18% pretos(as), conforme classificação utilizada pelo IBGE.

Esses dados adquirem contornos simbólicos e representativos, podendo caracterizar esta dissertação como um exercício e uma prática afrofuturista. “Africanfuturismo é, basicamente, a ideia radical de que pessoas negras existem no futuro” (NÉRY, 2018), o que não é pouca coisa. Desse modo, apesar do genocídio da população negra no Brasil, bem como das representações de futuro que têm se apresentado nas produções cinematográficas e audiovisuais de maior bilheteria e audiência, as narrativas são de decadência estética, catástrofe climática e ambiental, de graves erros e ingerências científicas, internacionalmente

antidiplomáticos e fatalmente distópicos, de modo geral. Certamente, afirmações mais detalhadas, apresentando rigor metodológico e dados consolidados precisam ser apresentados para uma visualização detalhada desta realidade.

O que se pretende aqui, no entanto, é destacar a importância da afroparticipação de adolescentes e jovens negros(as) na pesquisa que possibilitou a realização desta dissertação, tendo em vista que isso incorre na prática juvenil de imaginar um futuro em que a participação social é desenvolvida com e para adolescentes, utilizando tecnologias, mídias e práticas de comunicação, tudo isso alinhado a trilhas educativas. Ou seja, os resultados a serem apresentados se tornam o registro e a compilação de dados que refletem a manifestação, sobretudo, de jovens negros sobre o um futuro que anseiam, levando em conta suas experiências vivenciadas no passado e no presente, seja em ambientes como a casa, a rua, a escola e os espaços de participação social que integraram ou ainda integram e circulam.

Disputar poder através do protagonismo de narrativa deixando de ser objeto (de estudo ou exploração) se torna necessário num mundo que nos mata, tanto físico quanto simbolicamente; um mundo estruturado para nos invisibilizar e fazer do futuro um lugar onde não estejamos. Por isso parece urgente pensar e criar um espaço onde pessoas pretas estão vivas e falam em primeira pessoa sobre assuntos variados. (MARIAH, 2018)

É preciso levar em conta que, matematicamente, é insustentável o índice de juvenicídio das negritudes no país. Se os índices de assassinato dessa população – cuja causa é múltipla e envolve uma complexa trama social de racismo, violência policial, ausência de políticas sobre drogas, violação de direitos humanos mais básicos e fundamentais, dentre outros fatores sociais e econômicos – continuarem seguindo a tendência da última década, chegará um momento em que esse grupo pode ser exterminado. “O Brasil é o país ‘campeão’ de assassinatos no mundo: em números absolutos, mais de 58 mil pessoas morrem assassinadas por ano. A maioria são jovens entre 15 e 29 anos – uma conta que equivale à queda de um avião a cada dois dias” (WERNECK, 2017). Ao escutar adolescentes e jovens negros(as) nos processos de pesquisa é proporcionar espaço qualificado de diálogo deles consigo mesmos, com a academia e, em último grau, com o exercício coletivo de mudar rumos de uma realidade que está posta, enquanto grupo étnico-racial.

Salienta-se também o caráter de luta desses(as) adolescentes e jovens contra a opressão impetrada socialmente em seus cotidianos.

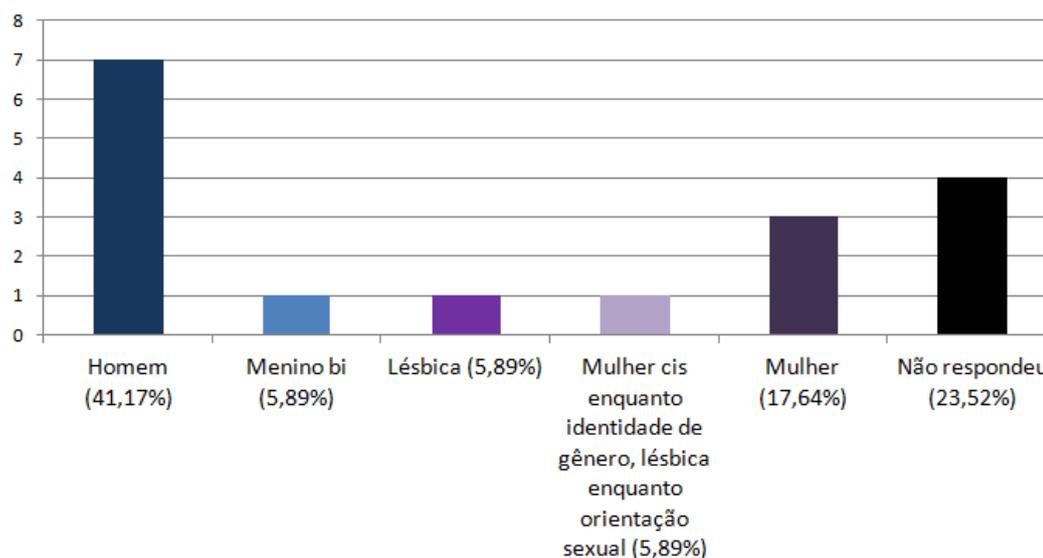
Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca. (FREIRE, 2014, p. 62)

Será possível perceber, à medida que os dados são apresentados e analisados, que os(as) participantes da pesquisa cumpriram muito bem a tarefa de compartilhar suas visões de mundo e prover alguns alicerces que ajudam a compreender como a comunicação e a educação podem ser utilizadas de forma criativa e estratégica na promoção da participação social de adolescentes em espaços públicos de decisão.

Gênero, Afetividade e Sexualidade

Quanto à diversidade sexual dos(as) participantes, é possível afirmar que a maioria é do sexo masculino (59%), enquanto o público feminino é de 41%. Quanto à identidade de gênero, as nomenclaturas indicadas por eles(as) foi bem mais plural, como pode ser verificado no gráfico abaixo. O formulário *online* de pesquisa não destinou, propositalmente, nenhum campo que perguntasse sobre a orientação sexual dos(as) participantes; compreendeu-se que não cabia, para os fins da pesquisa, indagar sobre tal orientação por ser uma informação de foro íntimo, podendo estar em construção no período da adolescência.

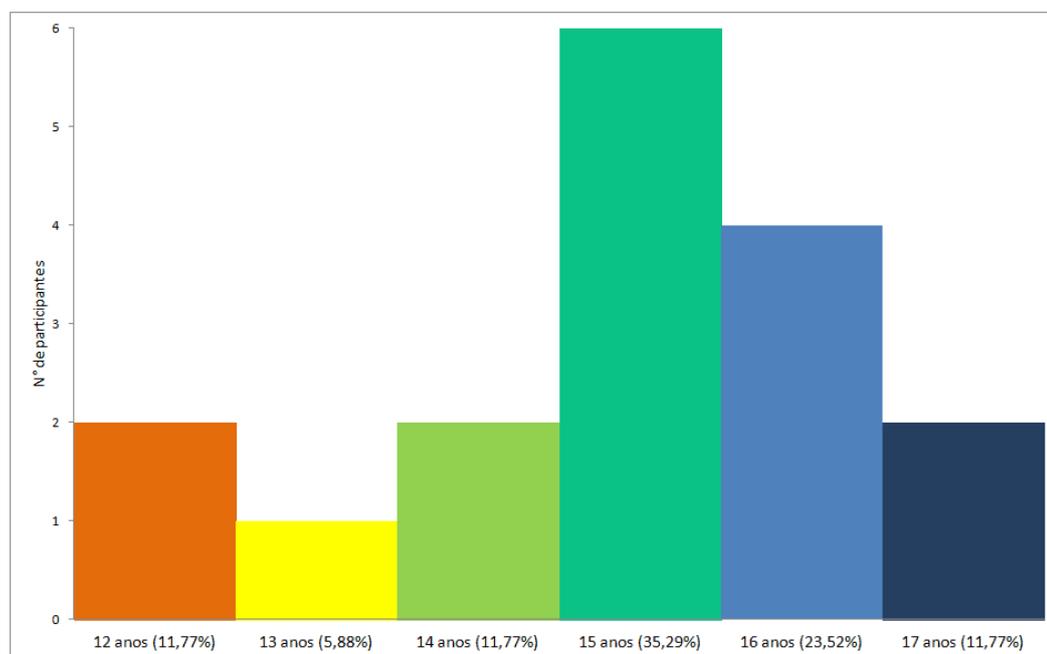
GRÁFICO 3 – AUTODECLARAÇÃO DE GÊNERO DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

Quando ingressaram no CPA, os(as) participantes da pesquisa tinham entre 12 e 17 anos, sendo que a maioria deles(as) – representando 58,82% – estava entre 15 e 16 anos, conforme aponta o gráfico a seguir.

GRÁFICO 4 – IDADES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA AO INGRESSARAM NO CPA



FONTE: O autor (2020).

Idade/série

Levando em consideração uma jornada estudantil sem distorção de idade série, ou seja, sem reprovações ou evasão escolar, por exemplo, os dados apresentados acima possibilitam perceber que é no período de Ensino Médio (aos 14, 15 e 16 anos) que o grupo pesquisado passou a se envolver mais diretamente com o CPA. Um dos possíveis motivos para isso pode ter sido o despertar para a importância da participação social e política ao entrarem em contato com disciplinas curriculares que contribuem para um maior mergulho nessa temática, tais como História – por apresentar de maneira mais crítica os principais eventos históricos com os quais já tiveram contato no Ensino Fundamental II –, Geografia – sobretudo, por abordar aspectos geopolíticos, diplomáticos e de relações internacionais bilaterais ou multilaterais, sejam de caráter econômico, científico e cultural –, Sociologia – por serem apresentados a teorias que ajudam a compreender as relações sociais que vão mudando ao longo do tempo, por diferentes movimentos de classes e grupos organizados ou não – e Filosofia – essencial para mobilizar as

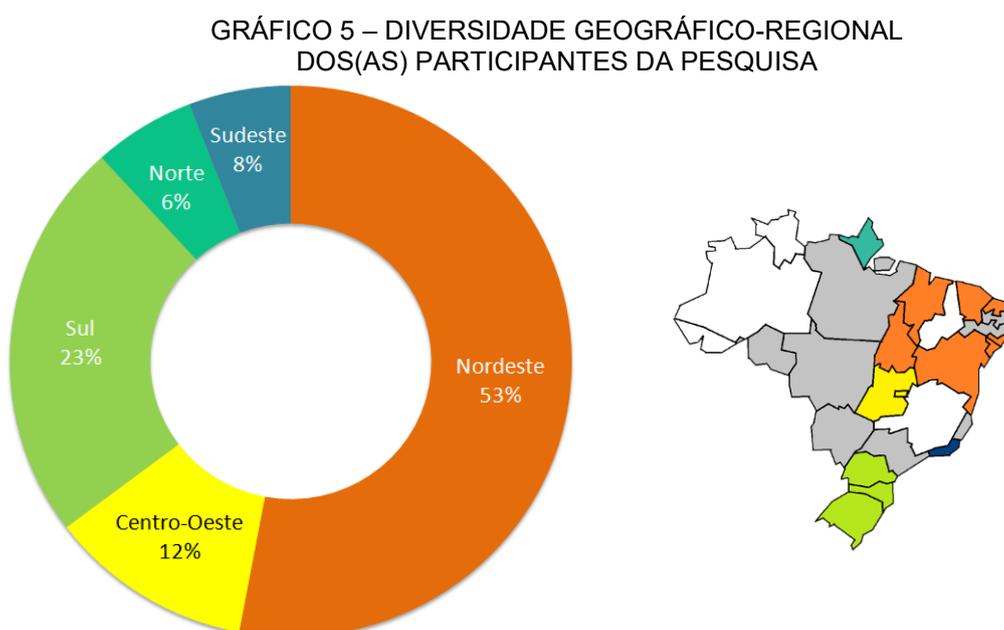
discussões sobre desenvolvimentos tecnológicos, culturais e da ciência, a partir das diferentes inquietações e necessidades humanas.

Grau de participação

Outra possibilidade, a ser abordada mais adiante, é o envolvimento dos(as) sujeitos(as) participantes da pesquisa em atividades de organizações da sociedade civil, tais como fóruns, redes, coletivos e organizações não governamentais de modo geral. Ao serem questionados(as) se já participaram de algum projeto social desenvolvido por alguma entidade, organização social ou coletivo, a ampla maioria dos(as) participantes da pesquisa – um total de 94,11% – afirmou que sim; apenas um adolescente (5,88%) respondeu não ter participado. Além disso, quando questionados(as) se entidades/organizações sociais são importantes para promover a participação social de adolescentes, todos(as) foram categóricos(as): 94,11% afirmaram que “sim” e 5,88% disseram que “mais ou menos”.

Procedência

Os(as) participantes da pesquisa advêm de todas as cinco regiões brasileiras, com destaque quantitativo de adolescentes e jovens da Região Nordeste, como aponta o gráfico a seguir.



FONTE: O autor (2020).

NOTA: Em cinza, estão indicados os estados em que houve adolescentes e jovens convidados(as) para participar da pesquisa, mas que não conseguiram efetivar a sua participação ou ainda que foram contatados(as) e não responderam aos convites.

A tabela abaixo contém a relação dos(as) participantes e a indicação da Unidade da Federação de cada um deles(as).

TABELA 9 – LISTAGEM DE PARTICIPANTES DA PESQUISA E SEU RESPECTIVO ESTADO

REGIÃO NORDESTE	
Nome	UF
Alex Rian Lima Costa	CE
Felipe Caetano da Cunha	CE
Flávio Henrique Silva Santos	AL
Julia Rebeca Noronha Costa	MA
Marcos Vinicius de Sousa Rocha Gomes	CE
Oto Paiva de Albuquerque	RN
Sillas Henrique Rodrigues Ferreira	BA
Sofia Soraya Sales Pinho	TO
Vitor Cardoso Alves	SE
REGIÃO CENTRO-OESTE	
Nome	UF
Davi Alves Silva	DF
Marcos Vinicius Soares da Costa	GO
REGIÃO SUL	
Nome	UF
Giovanna Cristina da Silva Barbosa	PR
Luciano Matheus Schmidt Simões	RS
Maria Eduarda Batista	PR
Victoria Lugros Meier	SC
REGIÃO NORTE	
Nome	UF
Rafaela de Oliveira Santos	AP
REGIÃO SUDESTE	
Rebeca Cristina Cassiano dos Anjos	RJ

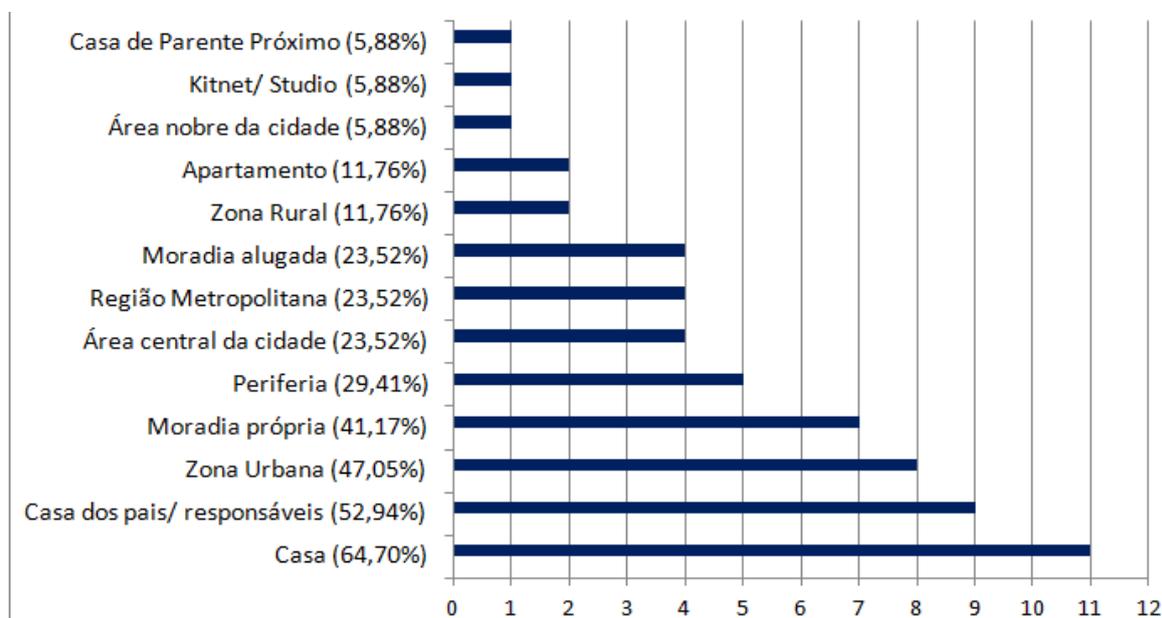
Fonte: O autor (2020)

Habitação

Em relação às condições de moradia atuais dos(as) participantes da pesquisa, pode-se dizer que a maioria vive em contextos urbanos, em casas, residindo com os pais/ responsáveis em moradias próprias. Há também os casos de moradia em regiões periféricas, em área central da cidade, em região metropolitana e moradia alugada. No próximo gráfico será possível compreender melhor esses contextos de moradia. Contudo, é importante levar em consideração que a pergunta que gerou essas informações possibilitava respostas intercruzadas, ou seja, havia múltiplas possibilidades de escolha de respostas para uma única pergunta. O

enunciado solicitava ao(à) participantes marcar todas as opções que mais caracterizam o local onde mora.

GRÁFICO 6 – CONTEXTOS DE MORADIA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



Fonte: O autor (2020)

O questionário aponta alguns outros modelos e circunstâncias de moradia que não foram assinalados por ninguém, a saber: assentamento, acampamento, república, casa de amigo(a), situação de rua e hostel/ hotel/ pousada/ flat.

Não respondimento

A não participação de determinados(as) integrantes do CPA/Conanda se deve por diversos motivos. Em um caso específico, uma integrante do estado do Rio Grande do Sul relatou problemas de ordem tecnológica. Reservou um tempo para preencher o formulário, no entanto, relataram que uma das questões não apresentava opções para clicar/escolher e que não conseguiria concluir o processo ao clicar em “enviar”. Atualizou a página da pesquisa, depois de diversas tentativas de envio do formulário e para a surpresa dela, todas as respostas selecionadas no questionário haviam sumido e precisariam ser respondidas integralmente de novo para tentar um segundo envio. Sendo assim, informou esse problema ao pesquisador e pré-indicou que tentaria realizar o preenchimento novamente, se fosse possível, o que acabou não se concretizando. Além deste caso, houve outros

seis em que convidados(as) aceitaram participar, mas não efetivaram a resposta ao formulário.

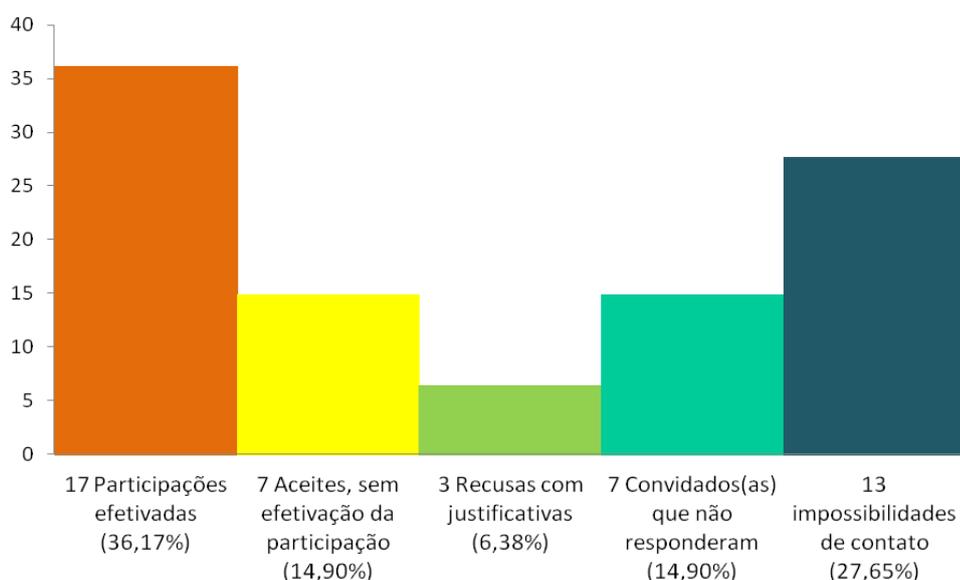
Três jovens: um do Maranhão, um de Rondônia e outro de São Paulo, justificaram seus motivos para a não participação na pesquisa. O primeiro deles explicou estar dedicado às ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 nas aldeias indígenas de seu Estado, o outro aos estudos em regime de internato e o terceiro aos estudos para o vestibular.

Em outros sete casos, existiram contatos do pesquisador com integrantes do CPA, no entanto, as comunicações não foram respondidas, em diferentes ocasiões. Houve tentativas pelos meios disponíveis, como por exemplo, mensagem de Facebook, mensagem de Instagram, mensagem de Whatsapp e e-mail. Após algumas tentativas, optou-se por não insistir mais, respeitando a impossibilidade dos retornos aos contatos realizados.

Por último, houve 13 casos em que o convite não pôde chegar até o(a) integrante do CPA, seja por terem trocado de número de Whatsapp, seja por não possuir e-mail ou não terem sido encontrados(as) em redes sociais.

O panorama de adesão à resposta do formulário de pesquisa está resumido abaixo, em formato de gráfico.

GRÁFICO 7 – PANORAMA DE ADESÃO DE INTEGRANTES DO CPA À PESQUISA



FONTE: O Autor (2020)

6.2 PERCEPÇÕES SOBRE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O VOTO, CONSELHOS DE DIREITOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Os primeiros aspectos a serem apresentados neste tópico são a autopercepção dos(as) participantes da pesquisa sobre a participação social e como veem a relevância desse direito para a vida das pessoas em geral. Nesse sentido, ao serem perguntados(as) se consideravam ser um(a) adolescente/jovem engajado(a) e participativo, não houve nenhuma resposta negativa.

A maioria (76,47%) afirmou que sim e a outra parte (23,52%) disse que “mais ou menos”; ninguém escolheu as opções “muito pouco” ou “não”. Sendo assim, os(as) participantes demonstram ter uma compreensão sobre a existência das intensidades da participação social. Em que pese não seja possível afirmar que todos(as) conheçam o que dizem os teóricos que defendem os conceitos de níveis de participação ou dos degraus da participação, fica evidente a compreensão deles(as) de que um(a) cidadão/cidadã pode ter um grau de participação maior ou menor.

Outro dado relevante nesse sentido é que 100% deles(as) afirmou que considera o direito à participação social um direito humano fundamental. Tal manifestação vai de encontro à Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU e ratificada pelo Brasil. Em seu artigo 12, a convenção afirma que deve ser assegurada à criança “o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança” (UNICEF, 2019).

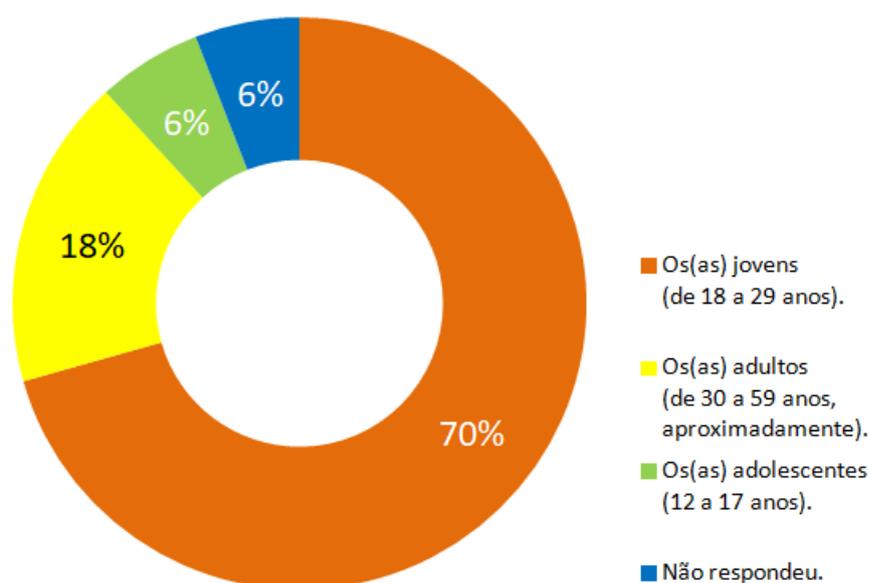
Indagados(as) sobre qual fase da vida é a mais adequada para começar a conhecer e a praticar o direito à participação social, 41,17% (7 participantes) responderam que seria a infância e 58,83% (10 participantes), que seria a adolescência. Ninguém marcou as opções “juventude”, “vida adulta” ou “fase idosa”. Seria necessário um maior aprofundamento no diálogo com os(as) participantes para compreender o motivo de não considerarem a infância como o período mais adequado para se ter contato e praticar a participação social.

Não se trata de um questionamento que possua resposta correta e errada, no entanto, há de se debruçar ainda mais sobre o que pode ter levado os(as) participantes a verem na adolescência a fase ideal para a participação social. Estariam eles(as) duvidando da capacidade das crianças em se adaptarem a essas

práticas? Estariam desacreditados(as) de que os(as) adultos(as) sejam capazes de se mobilizar por essa causa, desenvolvendo metodologias para promover uma participação significativa e inclusiva das crianças em processos decisórios? Estariam eles(as) acreditando que a participação social na infância seria um processo desgastante, tirando-lhes o tempo dos estudos e do brincar, por exemplo? As preocupações portanto, estariam no campo do comprometimento da saúde e bem-estar da criança? Do uso do tempo livre? Da cognição, capacidade de atuar de maneira mais efetiva e significativa? Da exposição a pautas mais profundas e complexas? São tantas as possibilidades que se optou por não adentrar à zona de pesquisa sobre participação social de crianças e manter-se no âmbito da participação social de adolescentes.

Quando incentivados(as) a avaliar a qual faixa etária pertencem as pessoas que são mais atuantes em promover a participação social no Brasil, apenas um único participante apontou o grupo dos(as) adolescentes. A maioria acredita que esse papel tem sido desempenhado, sobretudo, pelos(as) jovens e, em segundo lugar, pelos(as) adultos(as). A especificação das porcentagens e do detalhamento das faixas etárias consideradas estão descritas no gráfico a seguir.

GRÁFICO 8 – PERCEPÇÕES SOBRE O GRUPO ETÁRIO MAIS ATUANTE EM PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, ATUALMENTE, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



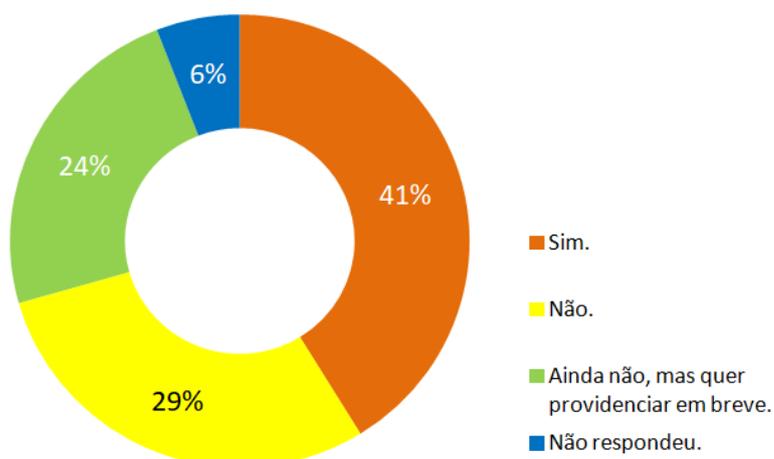
Fonte: O autor (2020)

Uma constatação valiosa que podemos fazer a partir disso é a de que os(as) participantes da pesquisa reconhecem que são os jovens e adultos que mais promovem a participação social ao mesmo tempo em que apontam que a fase da vida mais adequada para vivenciar tal participação seja a adolescência. Há dois grandes caminhos de possibilidades de interpretação desse cenário: 1. Os(as) participantes acreditam que está tudo bem quanto ao fato dos(as) jovens de 18 a 29 anos serem os(as) mobilizadores(as) para a participação social, e está tudo bem que isso se perpetue ou 2. Há um desejo de construção de um novo futuro, em que a promoção da participação social seja protagonizada por adolescentes de 12 a 17 anos.

O direito ao voto pode ser considerado como um dos principais atos constitutivos do imaginário social quando o assunto é o exercício da democracia e da cidadania, apesar dessa não ser a única forma de prática democrática, da expressão da liberdade de pensamento, da liberdade de opinião e de participação em atos decisórios que afetam o plano sociopolítico. No Brasil, o registro do voto é facultativo a partir dos 16 anos e obrigatório a partir dos 18 anos. Desse modo, o questionário de pesquisa reservou algumas perguntas acerca desse tema.

Questionados(as) se acreditavam que os(as) adolescentes deveriam ser mais incentivados(as) a votar entre os 16 e 18 anos, a maioria (70%) afirmou que “sim”, seguidos por uma porção que indicou “mais ou menos” (18%) e por quem afirmou que “não” (12%). Quais seriam os motivos que levam os(as) participantes a reagirem tão positivamente à participação de adolescentes nas decisões político-eleitorais? Não era este o público tido pelo senso comum como avesso à política? Um dado que pode denotar a coerência entre o discurso e a prática é a posse ou interesse de ter a posse de um título eleitoral, documento que habilita o adolescente ao exercício do voto. Analisando o gráfico abaixo, é possível perceber que a maioria dos(as) participantes da pesquisa (65%) já possui o título eleitoral ou expressa o desejo de providenciá-lo em breve.

GRÁFICO 9 – POSSE DE TÍTULO ELEITORAL POR PARTICIPANTES DA PESQUISA

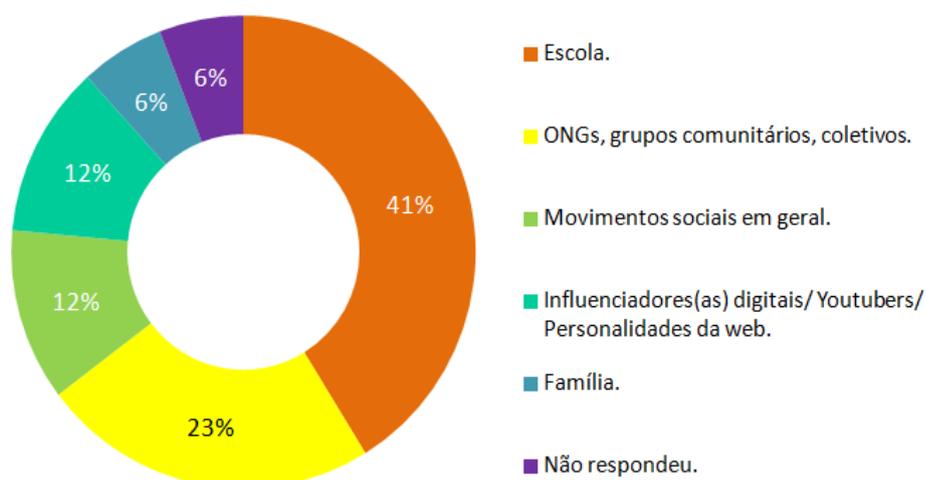


Fonte: O autor (2020)

A partir dos 18 anos, é possível se candidatar a um cargo político, ou seja, atuar de forma mais direta em uma atividade que, a princípio, tem uma função representativa, trabalhando para buscar atender às demandas sociais. Desse modo, imediatamente após a adolescência, em teoria, é possível se candidatar a cargos eletivos. Indagados(as) se acreditam que deveria haver mais candidaturas de jovens de 18 a 29 anos em cargos políticos, a maioria (76,48%) afirmou que “sim”, seguida por 11,76% indicando que “mais ou menos”; outros 11,76% que indicaram que “não”. Ou seja, 88,24% podem ser considerados(as) entusiastas ou, pelo menos, defensores(as) de uma maior candidatura de jovens à política.

Tendo em vista que a política-partidária não é o único espaço de exercício democrático, buscou-se abordar quais seriam os outros espaços sociais e quais os(as) agentes principais da promoção da participação social. Quando perguntados sobre quem é mais importante para fazer adolescentes/jovens se tornarem engajados(as), a escola foi a instituição mais citada, seguida por espaços de organizações sociais e coletivas, como aponta mais detalhadamente o gráfico a seguir.

GRÁFICO 10 – PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS PARA TORNAR ADOLESCENTES E JOVENS MAIS ENGAJADOS(AS), SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



Fonte: O autor (2020)

Apesar de todas as críticas construtivas que o ambiente escolar possa receber, quanto ao seu modelo de gestão, ao seu currículo conteudista, à forma que escolhe para desenvolver competências e habilidades dos(as) estudantes, à sua arquitetura e infraestrutura, é curioso perceber que esse ambiente ainda é lido como espaço mais importante para a construção de adolescentes e jovens mais engajados(as). Uma parte significativa do questionário aplicado aos/às participantes levantou respostas que ajudarão a compreender melhor a relação desse grupo etário com o ambiente esse ambiente de educação formal. Por isso, não iremos tratar mais detidamente sobre ele aqui e sim mais adiante.

Se observarmos a soma dos(as) que apontaram as “ONGs, grupos comunitários, coletivos” e “Movimentos sociais em geral”, percebemos que representam 35% das indicações de espaços considerados relevantes para formar adolescentes e jovens mais participativos(as). É muito provável que isso se dê por uma série de motivos, os quais esta pesquisa pode nos apresentar pelo menos dois apontamentos principais: o fato dos(as) entrevistados(as) terem, em sua grande maioria, participado de atividades de organizações sociais – a maioria (94,12%) afirmou que participou de projeto social desenvolvido por alguma entidade/ organização social/ coletivo e apenas uma pessoa (5,88%) não participou – e o fato

de que são esses os espaços que têm cumprido o papel de formação sociopolítica e pró-cidadania.

Martín-Barbero (2014, p. 121) acredita que “estamos passando de uma sociedade com sistema educativo para uma sociedade do conhecimento e aprendizagem contínua (...)”. Essa afirmação se dá ao defender que a dimensão educativa atravessa os diferentes espaços como o do trabalho, do lazer, da casa dentre outros. As organizações que desenvolvem projetos sociais se constituem, portanto, em locais propícios para complementar as discussões da escola e para suscitar outros debates e práticas que não estão inseridas no cotidiano escolar, de acordo com a área de atuação, missão, visão e valores que essas entidades possuem.

Se, por um lado, as organizações sociais se mostram importantes para o campo do desenvolvimento de adolescentes e jovens civicamente engajados(as), por outro se constituem em espaços que estão, aos poucos, deixando de existir. Segundo os resultados de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizada em 2016 e publicada em 2019, existiam 237 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil. “Em comparação com anos anteriores, houve queda no número de FASFIL ativas, tanto em relação a 2013 (-14,0%) quanto a 2010 (-16,5%)”, aponta o estudo (IBGE, 2019).

As entidades sociais de assistência social tiveram uma diminuição de 21,6% em 2016, se comparada a 2010.

As FASFIL eram voltadas, principalmente, à Religião (35,1%), Cultura e recreação (13,6%) e ao Desenvolvimento e defesa de direitos (12,8%) e concentravam-se mais no Sudeste (48,3%), Sul (22,2%) e Nordeste (18,8%) e menos no Norte (3,9%) e Centro-Oeste (6,8%). (IBGE, 2019)

A pesquisa FASFIL 2016 mostra, portanto, um sinal de alerta: um importante número de entidades sociais têm encerrado suas atividades nos últimos anos. Certamente, uma nova edição da pesquisa precisa ser produzida e lançada para que tenhamos acesso à versão mais atualizada dos dados. No entanto, avaliando a edição mais recente e cruzando isso com novas políticas de governo, que enfraquecem espaços democráticos como os conselhos de direitos e incentivam o voluntariado em detrimento do trabalho de técnicos(as) dedicados(as), com acompanhamento contínuo das atividades das organizações, as projeções não são das melhores. Seria necessário ter acesso aos números do investimento em editais

e chamadas públicas para o financiamento de projetos sociais com recursos públicos para um diagnóstico mais acertado sobre essa imbricada relação.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para impedir que um decreto do presidente Jair Bolsonaro pudesse se concretizar. O decreto n.º 9.759/19 (BRASIL, 2019), na prática, eliminava uma série de órgãos colegiados que compunham as atividades da administração pública federal.

O texto não nomeou individualmente quais estruturas serão eliminadas, mas trouxe uma redação genérica que, segundo especialistas, coloca em risco estruturas como a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e o Conselho Nacional do Idoso e Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros (COLETTA e FARIA, 2019).

Essa linha autoritária foi reforçada meses depois, na ocasião da expedição do decreto presidencial n.º 10.003/2019 (BRASIL, 2019b), dessa vez atacando o Conanda, Conselho ao qual os(as) integrantes do Comitê de Participação de Adolescentes é vinculado. Antes desse decreto, o Conanda elegia seus conselheiros(as) a cada dois anos de forma democrática. Os 28 representantes do governo federal – titulares e suplentes na composição do Conanda –, eram indicados(as) por ministros(as); os(as) 28 representantes da sociedade civil – também titulares e suplentes –, eram eleitos(as) por um processo organizado por entidades não-governamentais durante assembleia do Conanda. O decreto presidencial reduziu de 28 para 18 o número de integrantes do Conanda, que é considerado o principal órgão do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes. O ato também “modificou as regras para a escolha dos representantes de organizações não-governamentais, diminuiu o número de reuniões do conselho e dispensou integrantes que ainda estavam no exercício do mandato” (JORNAL NACIONAL, 2019).

Coube ao ministro STF, Luís Roberto Barroso, por meio de uma liminar, restabelecer o mandato de antigos conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, obrigando a realização de eleição de representantes da sociedade civil e também do retorno das reuniões mensais no órgão (JORNAL NACIONAL, 2019).

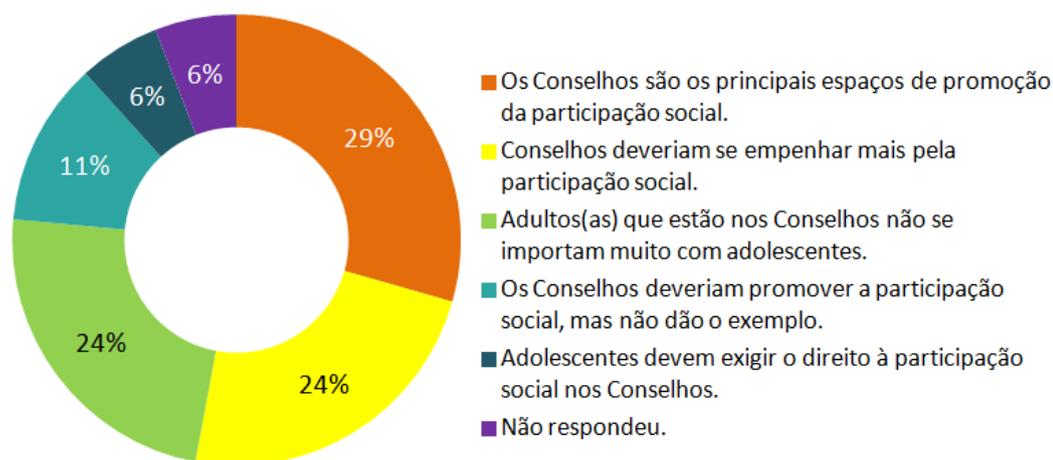
Levando em consideração a conexão dos(as) adolescentes participantes da pesquisa, justamente com um conselho que discute e defende direitos da criança e

do adolescente, é que foram criadas algumas perguntas específicas sobre essa temática, no questionário aplicado ao grupo. A primeira delas buscou identificar se acreditam que Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente – sejam os de âmbito municipais, estaduais ou nacional/ Conanda – são espaços importantes para ajudar a garantir e a promover o direito à participação social de adolescentes. Havia várias opções de indicação de percepções. A opção que recebeu o maior número de votos foi “os Conselhos são os principais espaços de promoção da participação social”, evidenciando o apreço de uma parte considerável do grupo por esses conselhos. Podemos considerar essa porção de respostas (29%), como as que representam otimismo e afirmação da legitimidade do espaço desses conselhos. No entanto, se somarmos os números de respostas que representam a insatisfação parcial com os conselhos, percebemos que este número chega a 59%; compreendendo quem escolheu as opções “conselhos deveriam se empenhar mais pela participação social”, “adultos(as) que estão nos conselhos não se importam muito com adolescentes” e “os Conselhos deveriam promover a participação social, mas não dão o exemplo”.

Cabe aqui perceber que, na raiz dessas três opções, está ancorada uma certa descrença nos(as) adultos(as), que historicamente ocupam os espaços de conselhos, como agentes eficientes em promover a participação social de crianças e adolescentes em conselhos que dizem respeito diretamente a esse público etário. Um total de 24% dos(as) participantes indicou diretamente a figura do(a) adulto(a) como aquele(a) que não demonstra se importar com a participação de adolescentes em conselhos, por motivos que essa pesquisa não esclarece diretamente, mas que abrem caminho para que tal investigação se aprofunde em outras oportunidades.

Houve ainda quem não respondeu ao questionamento (6%) e quem destacou o ativismo de adolescentes nesse processo, selecionando a opção “adolescentes devem exigir o direito à participação social nos Conselhos” (6%), conforme detalha o próximo gráfico.

GRÁFICO 11 – PERCEPÇÕES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CONSELHOS DE DIREITOS



FONTE: O Autor (2020)

Tendo em vista que não só os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente têm a função de promover, defender e ajudar a garantir direitos de crianças e adolescentes, outra pergunta foi inserida no questionário, de modo a buscar saber, a partir da ótica dos(as) participantes, se eles(as) também enxergam a importância da participação dessas juventudes em outros Conselhos de Direitos, tais como os Conselhos da Juventude, da Saúde, da Educação, de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo. Desse modo, quase todos(as) responderam que “sim” (94,11%), quando perguntados(as) se acreditavam que conselhos de direitos de outras áreas seriam espaços importantes para a participação social de adolescentes. Apenas uma pessoa (5,88%) respondeu “não sei opinar”.

6.3 INTERFACES DA COMUNICAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: HÁBITOS DE CONSUMO, PRODUÇÃO MÍDIÁTICA E CAMINHOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE E COM ADOLESCENTES

Merece destaque o dado que indica a crença da maioria dos(as) participantes (94,12%) de que a comunicação é um direito humano fundamental. Apenas um (5,88%) assinalou a opção “mais ou menos” quando indagados(as) a respeito. Tal percepção é um indicativo de que, cada vez mais, o direito à comunicação tem sido difundido e ampliado. Em 1948, esse direito foi previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, especificamente no artigo 19.º, afirmando que todos(as) têm

“direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (...)” (UN HUMAN RIGHTS, 1998).

Desde o momento em que a declaração universal foi pactuada entre os países signatários dos acordos da ONU até agora, novos contextos comunicacionais se estabeleceram e ainda se desenvolvem. Reportagem da Agência Brasil avalia que o reconhecimento do direito à comunicação no Brasil é muito recente:

A mídia passou a ocupar um lugar ainda mais central na vida pública. Por meio dela, é possível saber o que ocorre em diferentes partes do mundo, as pessoas formam opinião e valores, inclusive sobre diferentes grupos da sociedade, como mulheres, negros e homossexuais.

Por essa importância, ao longo das últimas décadas, a comunicação passou a ser reconhecida como um direito humano fundamental, por parte de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Já países como Equador e Bolívia recentemente incluíram a comunicação como direito humano em suas constituições. (MARTINS, 2014)

Um relatório do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2017, p. 6), no entanto, contrapõe a ideia de que o direito à comunicação tenha alcançado o patamar de direito fundamental, indicando que esse aspecto tem impacto negativo para a democracia e, conseqüentemente à participação social.

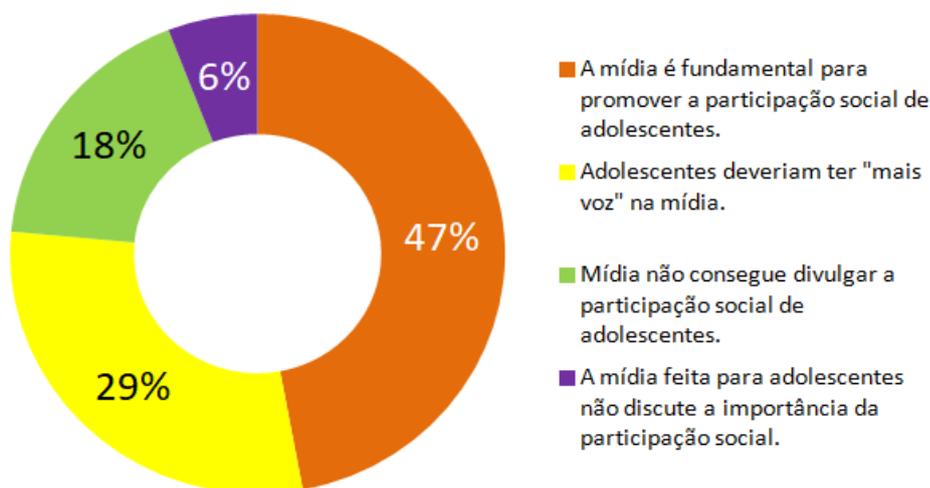
(...) os meios de comunicação tiveram papel central na construção da percepção da realidade, a partir de uma disputa de narrativas e da proposição de sentidos em um contexto no qual brasileiras e brasileiros estavam imersos. O papel dos grupos de mídia hegemônicos no país, na condução ou pelo menos na consolidação do processo que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff, foi de - veras reconhecido e discutido. (MARTINS *et al.*, 2017)

O direito à comunicação, expressa, dentre outras formas, pela luta por democratização da comunicação pode ser considerada uma das principais formas que a América Latina tem encontrado em busca de sua libertação de estruturas hegemônicas e interesses imperialistas em relação a países que buscam desestabilizar as democracias ou interferir nos processos políticos autônomos e soberanos: outro reflexo da ligação entre participação social e o direito à comunicação. Faxina (2016) aponta que essa participação deva ser dar por meio da prática do controle social:

Cuando se habla del control social, no se dice que el control debe ser del gobierno de turno, pero sí de una representación de la sociedad, en donde deben estar los representantes del gobierno, elegido democráticamente; del empresariado y de la sociedad civil, con especial destaque para la academia. Ahora, ¿quién es más democrático para definir la mejor comunicación para toda la sociedad: la familia dueña del medio o un conjunto representativo de toda la sociedad? (FAXINA, 2016, p. 59)

Os(as) participantes da pesquisa foram convidados(as) a expressar como veem o papel da mídia na promoção das práticas de participação social. Para a maioria (47%), a mídia é fundamental para alcançar esse objetivo. Em segundo lugar (29%), destacou-se a importância de prover mais espaço a esse público etário na mídia, como aponta o gráfico. Os(as) desacreditados na mídia como parceira para promoção da participação social somaram 34%, ao assinalarem as opções “mídia não consegue divulgar a participação social de adolescentes” e “a mídia feita para adolescentes não discute a importância da participação social”.

GRÁFICO 12 – PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA MÍDIA PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA

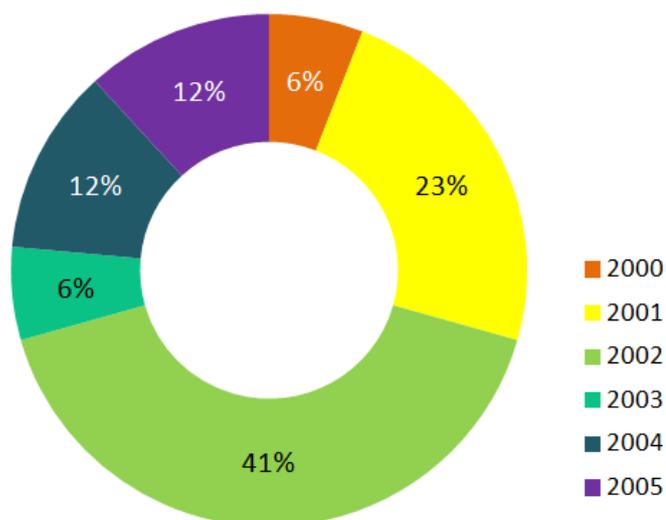


FONTE: O autor (2020)

Esse último gráfico oferece três pistas valiosas. A primeira delas é que há um grupo despertado para a importância das diferentes mídias e da comunicação como um todo – seja ela de âmbito local/comunitário, seja de âmbito nacional/internacional, também conhecido como comunicação de massa – para o fortalecimento da democracia e das práticas de participação social. Em sociedades democráticas, o jornalismo plural e responsável, que preza pela checagem de fatos e escuta das diferentes vozes coexiste com a democratização responsável da

produção e veiculação de conteúdos, constituindo-se como práticas fundamentais para a livre circulação de ideias, opiniões, informações, além de conteúdos educativos e de entretenimento. Provavelmente, seja o reflexo característico de se esperar da chamada Geração Z, constituída, segundo McCrindle (2014, p. 12-14), pelos(as) nascidos(as) entre 1995 e 2009, posto que a próxima seria a Geração Alpha. Os(as) participantes da pesquisa são nascidos entre os anos 2000 e 2005.

GRÁFICO 13 – ANO DE NASCIMENTOS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020)

O ano em que a maioria dos(as) participantes nasceu – 2002 – foi marcado por diversos fatos sociopolíticos, socioeconômicos, sociorreligiosos e socioculturais conectados ao campo da democracia e da participação social tais como o anúncio do fim dos apagões – regime de racionamento de energia que atingia diversas regiões do país – pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso; a eleição, como presidente, do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva; o fato de Benedita da Silva se tornar a primeira governadora negra do país; aproximadamente 10 milhões de pessoas (cerca de 98%) votavam “não” em um plebiscito que propunha a criação da Alca – Área de Livre Comércio das Américas –, um bloco econômico a ser liderado pelos Estados Unidos da América; a entrada em vigor da moeda Euro, nos 12 países da União Europeia, mesmo com intensos protestos de civis; o aumento do salário mínimo de R\$ 180 para R\$ 200, no Brasil; o número de brasileiros(as) que professam o catolicismo cai 11% e proporção de evangélicos(as) sobre de 9% para 15%.

No campo da comunicação, podemos destacar a criação da primeira *web TV* do Brasil e do mundo, a *All TV*; o assassinato no jornalista Tim Lopes, enquanto realizava uma reportagem sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em bailes *funks*, no Rio de Janeiro; o lançamento de um dos filmes que marcou o encerramento do período conhecido como cinema de retomada no Brasil, *Cidade de Deus*, do diretor Fernando Meirelles; estreava formato internacional de *reality show*, que tinha como proposta o confinamento de desconhecidos(as) dentro de uma casa, o *Big Brother* Brasil, pela TV Globo; duas edições do *reality show Casa dos Artistas* eram exibidas no mesmo ano, pelo SBT – Sistema Brasileiro de Televisão; os(as) escritores(as) Zélia Gattai e Paulo Coelho tomam posse na Academia Brasileira de Letras; o então Ministério da Ciência e Tecnologia discutia a necessidade de sincronizar o horário em toda a rede de computadores, para garantir a sequência correta de submissão de documentos e registros de dados através da web; as redes sociais digitais *Skype*, *Orkut*, *Facebook*, *Youtube* e *Twitter* ainda nem existiam – foram criados mais adiante em 2003, 2004, 2004, 2005 e 2006, respectivamente; chegava ao país os *consoles PlayStation 2* – produzido pela empresa *Sony* – e *Game Cube* – da empresa *Nintendo*; os aparelhos tecnológicos passam a deixar de precisar de cabos fixos, dando espaço aos conectores portáteis USB; e a Copa do Mundo FIFA 2002, que deu ao Brasil o título de pentacampeão, foi alvo dos primeiros testes de transmissão em alta definição, no Japão, com qualidade seis vezes maior que a transmissão da edição anterior – no Brasil, duas salas de cinema no Rio de Janeiro e São Paulo foram providenciadas para que convidados(as) assistissem à final da Copa em HD.

Esses exemplos de acontecimentos político-culturais e tecnológicos ajudam a olhar um pouco mais de perto qual é o mundo que acabava de recepcionar esses(as) adolescentes participantes da pesquisa e a propor que investiguemos ainda mais de perto toda essa influência das novidades do mundo digital alavancadas a partir do segundo milênio, de modo que possamos descobrir e buscar analisar as relações dessas juventudes com as práticas de comunicação, sejam nas múltiplas telas ou não.

A partir disso, a reflexão que precisa ancorar essas discussões sobre uso das tecnologias e práticas comunicacionais dos(as) participantes da pesquisa é a premissa de que, apesar de serem importantes, o mero acesso à *web*, aos dispositivos de comunicação, produção e disseminação de conteúdos, por si só, não

garantem que essas ferramentas serão utilizadas de forma segura, responsável e positiva, tampouco que garantirão processos de formação sociocultural do indivíduo seja pelos potenciais informativos, educativos, de entretenimento ou de prática do *prosume* – produção e, ao mesmo tempo, consumo de conteúdos.

Nesses moldes, não há absoluta garantia de que a participação social de adolescentes ocorre e/ou decorre através do acesso às novas mídias e aos conteúdos que nelas circulam ou são produzidas.

É ingênuo pensar que o simples surgimento de um ambiente tecnológico participativo pode transformar os cidadãos em pessoas socialmente engajadas. O fato de dispor de ferramentas que proporcionam a colaboração nunca será suficiente para engajar os cidadãos em uma problemática social ou cultural diante da qual adotam uma atitude indiferente. (PRATS, 2014, p. 276)

Práticas de comunicação e educação – ou, mais propriamente ditas, de educação midiática e Educomunicação – acabam se tornando fundamentais, uma vez que esses caminhos se tornam, justamente, os meios com grande potencial de serem os mais assertivos no auxílio a indivíduos em sua jornada formativa, posto que esses paradigmas são intimamente ligados à práticas educativas voltadas ao universo de crianças e adolescentes que nascem e se desenvolvem em contexto histórico ímpar quando o assunto são as TDICs – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Ou seja, ainda que tenham tido acesso, contato e convivência com dispositivos tecnológicos que não existiam uma década atrás, por exemplo, a educação midiática e a Educomunicação só têm a contribuir, pela sua natureza e abordagem pedagógica, para uma melhor utilização, produção e análise das mídias.

É preciso, contudo, refutar o imaginário que se cria a partir da difusão pelo senso comum de que nativos digitais nascem automaticamente com total domínio das tecnologias e, conseqüentemente, de como se comunicar adequadamente pelos diferentes canais que estão à disposição. Um olhar muito superficial sobre esse grupo social não deve levar a uma crença cega de que, por nascerem em um período histórico de constante aceleração tecnológica e comunicacional, já saibam operar, decodificar, ler criticamente, avaliar e perceber nas mídias as suas possíveis incoerências, inconsistências, incompletudes, desafios, fragilidades, oportunidades bem como seus interesses publicitários, mercadológicos e ideológicos. Pesquisadores(as) da Educomunicação, inclusive, procuram reforçar que as

relações com a mídia não devam ser romantizadas ou dotada de pleno entusiasmo, nesse sentido, apontando, a influência e poder que exercem ao alertar, por exemplo, que “os serviços de rede social se convertem em proprietários de informações que têm um valor incalculável: interesses, gostos, relacionamentos entre os membros da rede. As empresas compram bases de dados a preços exorbitantes” (PRATS, 2014, p.274). Ou ainda, “[...] a relação dialógica não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela opção por um tipo de convívio humano” (SOARES, 2011, p. 45).

A habilidade de operar os equipamentos, alterar configurações minuciosas, conhecer todos os comandos e possibilidades de personalizar interfaces dos dispositivos não significa necessariamente que saibam diferenciar informações genuínas, confiáveis e verdadeiras de conteúdo fraudulento ou *fake news*, que conheçam os canais de denúncia de crimes cibernéticos e das diversas violações de direitos no ambiente digital, que saibam fazer a leitura crítica da mídia, que conheçam as potencialidades e limites do direito autoral no Brasil ou, ainda, que utilizem das ferramentas e linguagens da comunicação para exercer e promover a democracia ou a participação social desde a adolescência, seja entre pares ou de maneira mais ampla e genérica socialmente.

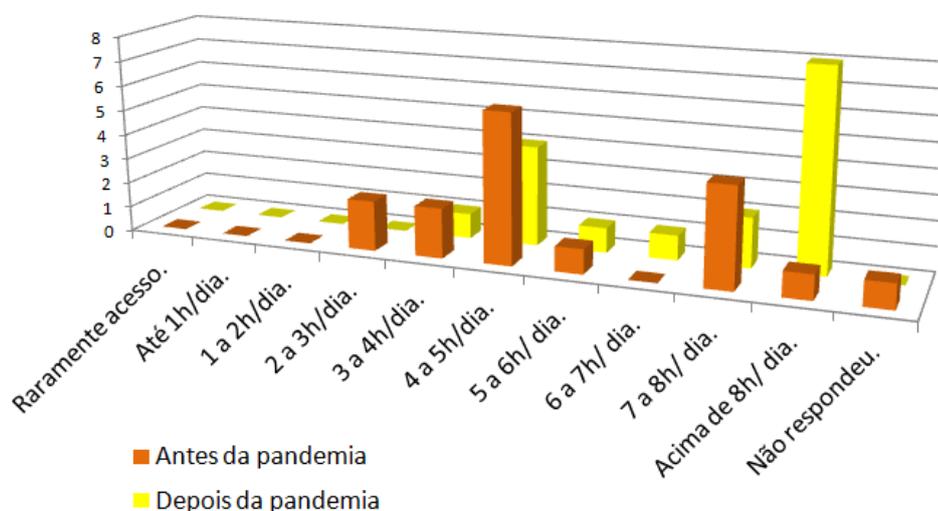
Educar para a democracia é ensinar desde cedo o valor da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, do respeito às diferenças, da pluralidade, da tolerância, da empatia, da preservação dos direitos políticos, das liberdades civis, da transparência, do livre acesso à informação e, principalmente, do respeito às liberdades individuais para a construção da cidadania. (BLANCO, 2020)

Devemos nos perguntar, portanto: é possível educar para a democracia e para a participação social fora das perspectivas da educação midiática e/ou da educomunicação? Certamente sim. No entanto, as políticas públicas brasileiras como as Diretrizes Curriculares Nacionais, as competências gerais de toda a educação básica – portanto, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – que constam na nova Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2018), bem como os setores de educação de organismos internacionais como a Unesco, defendem práticas que levem à literacia informacional, alfabetização midiática, letramento midiático, cultura digital, comunicação e pensamento científico, crítico e criativo.

Parte desta pesquisa se desenvolveu em período pandêmico da Covid-19. Nesse sentido, tornou-se de interesse da pesquisa buscar compreender a relação

dos(as) participantes com o tempo diário de contato com a *web*. Duas perguntas do questionário colaboraram diretamente para tratar disso, na parte do questionário que investigava as questões de hábitos de consumo e produção midiática: quantas horas diárias eram consumidas em atividades diárias na *web*, antes e depois da pandemia, contabilizando tempo de estudo, trabalho e uso pessoal.

GRÁFICO 14 – TEMPO DE USO DA WEB PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA ANTES E DEPOIS DO INÍCIO DA PANDEMIA DE COVID-19



FONTE: O autor (2020).

NOTA: O tempo de contato com a *web* inclui dedicação ao trabalho, estudos e uso para outros fins.

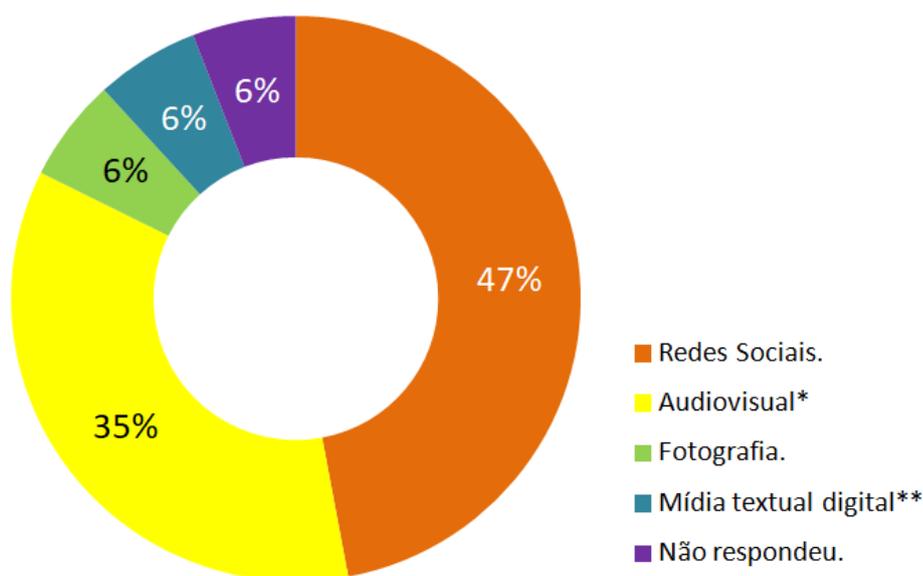
Surpreende perceber que antes da pandemia, boa parte do grupo passava até cinco horas diárias em atividades conectadas à *web* e outra parte expressiva até oito horas. O período a partir da pandemia fez disparar o número de participantes da pesquisa que assinalaram utilizar a *web* por mais de oito horas diárias.

Diante desse cenário, urge entender o que esses(as) participantes estão enfrentando em relação à sua própria saúde, haja visto que notadamente o alto tempo de exposição à luz emitida pelas telas pode gerar problemas de visão, o ato de ficar sentado por muitas horas em postura incorreta ou sem realizar alongamentos pode prejudicar a coluna, o excesso de trabalho e excesso de tarefas escolares e acadêmicas podem gerar cansaço, fadiga, estafa, stress e desenvolvimento de síndromes, como a síndrome de Burnout, isso sem mencionar as doenças e distúrbios de ordem psicológica e psíquica que podem ser

amplificadas com a combinação entre excesso de uso da web e o confinamento, isolamento e distanciamento social.

Longe da intenção de lançar olhares meramente apocalípticos à discussão sobre o uso da web, por parte dos(as) participantes da pesquisa, também se buscou compreender de que modo avaliam o uso das diferentes linguagens da comunicação como aliadas ao processo de construção de práticas inovadoras da participação social. A partir da pergunta “na sua opinião, qual é a ‘linguagem da comunicação’/ mídia mais estratégica para fazer adolescentes e jovens se tornarem mais engajados(as) e participativos(as)?”, as duas respostas que lideraram entre todas as opções disponíveis foram “Redes Sociais” e “Audiovisual”, respectivamente.

GRÁFICO 15 – MÍDIAS ESTRATÉGICAS PARA TORNAR ADOLESCENTES E JOVENS MAIS ENGAJADOS(AS) E PARTICIPATIVOS, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020)

NOTA: O questionário deixou expresso que o audiovisual* compreendia cinema, TV, vídeos em redes sociais etc., bem como também explicitou que a mídia textual digital** compreendia revistas *online*, jornais *online*, textos em blogs e em redes sociais, *e-books* etc.

Vale ressaltar que não se incentivou a criação de um *ranking*, no qual fosse possível solicitar a marcação de cinco principais linguagens, por exemplo; só era possível escolher uma única opção. Desse modo, para além das opções constantes no gráfico, algumas alternativas não foram assinaladas, a saber: mídia impressa (livros, jornais, revistas, cartilhas etc.), jogos digitais, jogos analógicos e mídia em áudio (rádio, *podcasts* etc.).

Ao perceber que a maioria indica, prioritariamente, as redes sociais digitais como a mais estratégica para tornar adolescentes e jovens mais participativos(as), conseqüentemente, também estão indicando que é no encontro das múltiplas linguagens comunicacionais e da interação e organização entre indivíduos e grupos que está a chave para a promoção da participação social.

Não é através de um único meio, um único formato midiático ou um único modo de se relacionar com o(a) outro(a) que se constrói o caminho de algum ideal de participação social entre grupos etários mais jovens. Todavia, é por meio do tecer das redes, com suas possibilidades de conexões, de interações e sociabilidades, que tal prática se viabiliza, mas que se inviabiliza ou se prejudica também. Ora se dá publicamente, ora se dá no *chat* privado. Ora se dá por mensagens que se autodestroem em questão de segundos ou que duram rigorosas 24 horas, ora se dá em publicações tidas como marcos históricos que anualmente se tornam lembranças dignas de serem resgatadas e republicadas. Ora se dão em verdadeiras comunidades em que seus membros(as) compartilham de um interesse muito peculiar, com trocas genuínas e criação de amizades e diálogos que perduram e se estendem por anos a fio. Ora se dão em grupos – ou podemos dizer amontoados – onde não se conhece absolutamente nenhum membro(a), tampouco há muita comunicação entre seus integrantes, no entanto, cria-se um galpão, um depósito digital de publicações, onde cada qual publica seu conteúdo e abandona o espaço tão logo tenha inserido aquilo que desejava disseminar.

Não obstante, é nas redes sociais digitais, assim como no ambiente *offline*, que a incomunicação pode se estabelecer gerando, inclusive, eventuais trocas de ofensas, manifestações contrárias rudes e acaloradas, bloqueio de contato, *unfollow*, cancelamentos digitais, linchamentos virtuais, denúncias à plataforma, judicialização de processos a partir de *prints* e junta de provas colhidas em meio digital, ataques virtuais para derrubada de páginas, práticas de *exposed* para trazer denúncias à tona e dar visibilidade a casos de importunação, assédio, tentativas de estupro, má conduta de profissionais de diferentes setores etc.

O uso alternativo das tecnologias da informação na reconstrução da sociabilidade e da esfera pública passa, sem dúvida, por profundas mudanças nos mapas mentais, nas linguagens e nos desenhos de políticas, exigidas pelas novas formas de visibilidade que tece a internet: processo e caminho que introduz uma verdadeira explosão do discurso público ao mobilizar a mais heterogênea quantidade de comunidades, associações, tribos. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 111)

As redes sociais digitais podem ser compreendidas aqui metafórica ou alegoricamente como catalisadoras de uma profusão de outras linguagens assinaladas e até mesmo das não assinaladas pelos(as) participantes da pesquisa, uma vez que são nessas redes que todas convergem. A fotografia, o texto reproduzido da mídia impressa, o hipertexto – reproduzido da mídia impressa ou construído genuinamente para o meio digital –, a ilustração, o infográfico – estático, animado ou interativo –, o audiovisual – em seus diferentes gêneros e formatos –, as mídias sonoras – sejam para proporcionar inclusão de pessoas com deficiência, promovendo a leitura do conteúdo desejado, seja para proporcionar outros formatos comunicativos –, os jogos digitais – sejam os de caráter de entretenimento, os informativos/*newsgames* ou educativos – ou ainda os jogos analógicos, cujos tabuleiros, cartas ou peças de montagem em 3D possam ser baixados, impressos e montados para jogar no ambiente *offline*: tudo circula através das redes sociais digitais.

Inúmeros também são os efeitos que o uso das redes sociais provocam e podem provocar no campo da participação social juvenil, sobretudo se observarmos as influências que esses tipos de mídia exercem na vida de adolescentes e jovens que possuem acesso a essas redes digitais. No entanto, é necessário fazer o exercício de compreender que a participação social ora nasce, ora deriva, ora se difunde, ora se constitui e ora simplesmente não existe nas redes costuradas no ambiente *online*.

Para Prats (2014, p. 268), “a interação tecnológica incrementa a sensação de controle que o interlocutor exerce sobre as telas e, através delas, sobre a realidade”. Nesse sentido, a sensação de controle, adquirida nas redes sociais pode caminhar com a sensação de controle sobre as relações e as práticas da comunicação no plano *offline*. Ou seja, por vezes, determinados comandos ou ações, como evitar dialogar com determinadas pessoas nas redes sociais digitais, por ela publicar conteúdos de ódio, degradantes ou vexatórios, que atacam determinados grupos sociais, religiosos ou étnico-raciais, por exemplo, também podem se dar no mundo fora das telas. Isso poderia se manifestar, por exemplo, em posturas como não visitar locais que aquela pessoa frequenta, não prestigiar eventos em que aquela pessoa terá espaço privilegiado de fala e de exposição de ideias retrógradas, não fomentar economicamente esse indivíduo – seja não adquirindo seus serviços, seus

produtos ou adquirindo itens de seus empreendimentos –, por exemplo. Ou seja, as relações nas esferas *online* tem o potencial de interferir, projetar e moldar as atitudes em ambiente *offline*. Do mesmo modo, o movimento contrário pode acontecer, de modo que rugas e animosidades do cotidiano *offline* gerem atos que vão se estabelecer nas redes sociais digitais.

[...] em certas circunstâncias, como a condição socioeconômica da família, em termos de resultados concretos – as redes sociais possibilitadas pela Internet vem ganhando importância na formação de hábitos e na maneira como os jovens convivem socialmente, construindo conceitos próprios quanto a formas de aprendizado, podendo, até mesmo, desenvolver aguçado senso crítico em relações com o mundo. (SOARES, 2011, p. 28)

Todavia, a Educomunicação, justamente por seu caráter dialógico e comunicativo, busca incentivar que os processos de construção coletiva e de relacionamento interpessoal ou social se deem, sobretudo, de maneira equilibrada, harmônica e democrática, tanto quanto possível. Quer dizer, ao mesmo tempo em que a escuta, o respeito e o lugar de fala do(a) outro(a) devam ser respeitados, também há de se considerar que o uso das redes sociais pelas juventudes impõem seus desafios nas mais diferentes dimensões: a sociointeracional, a socioeducativa, a sociocultural, a psicológica/ socioemocional, a intergeracional, a socioambiental e tantas outras, ajudando, inclusive, no processo constitutivo de identidades e constitutivo de modelos cognitivos de aprendizagem. “Viver em um ecossistema comunicativo”, em que o intercâmbio com as diferentes telas e plataformas requer uma exploração criativa e descobertas, faz com que estejamos sempre em condição de educar-nos e de aprender” (GÓMEZ, 2014, p. 281).

Sem o filtro da perspectiva educativa, usada por Gómez (2014), e utilizando o filtro da perspectiva da indústria cultural com fins mercadológicos, Jenkins (2014, p.183) recorrentemente aponta para os interesses comerciais nessas relações humanas mediadas pelas diferentes estratégias comunicacionais, o que também leva a buscar a criticidade em processos de avaliação de interações mediadas seja por ferramentas, aplicativos e redes sociais digitais geridas por grandes conglomerados de comunicação ou por estratégias de envolvimento seriado, contínuo e intenso entre as pessoas que estão nesses espaços digitais. Não é de estranhar o alto zelo das empresas de serviços e de desenvolvimentos produtos de comunicação e de entretenimento por seus usuários(as):

Em um mundo em que o público agora usa com regularidade o Twitter, o Facebook, blogs e sites de compartilhamento de vídeos para reagir às ofertas da mídia de massa, produtores de mídia e marqueteiros reconhecem e respeitam, cada vez mais, a influência desses intermediários autenticamente populares. (JENKINS, 2014, p. 183)

Tal discussão ajuda a compreender o motivo que leva tantas marcas – e ao mesmo tempo iniciativas de caráter social, ambiental e político também – a se estabelecerem em diferentes canais de comunicação, com especial atenção às suas redes sociais, cada vez mais alinhadas ao público com o qual se relacionam, antenadas à performance e às reações em suas postagens, bem como aos indicadores e informações catalisadas pelo big data (horários de melhor desempenho, faixa etária do público que frequenta aquele espaço digital, taxas de crescimento e declínio em curtidas e *follows* ao longo do tempo etc.). Nesse sentido, quem estiver disposto a dialogar com as adolescências e as juventudes deveria se furtrar a dar atenção para esses parâmetros típicos das redes sociais na web? Investir em relacionamento com as audiências juvenis, pelas redes sociais, configura-se numa opção ou se trata de uma realidade constituída, da qual já não se permite mais fugir? O diálogo e as conexões com adolescentes e jovens nos ambientes *offline* devem se estender para o mundo *online*? Ou, para além de se estender, precisam se ramificar em experiências de linguagem e interação genuinamente típicas do mundo digital, tais como memes, GIFs, vídeos com potencial viral, conteúdos de humor, enquetes e toda a profusão de conteúdos derivados possíveis e imagináveis? Levantar tais questionamentos podem ser úteis na busca por um ponto de equilíbrio nas interfaces constitutivas das relações entre comunicação via redes sociais digitais, educação e participação social de adolescentes.

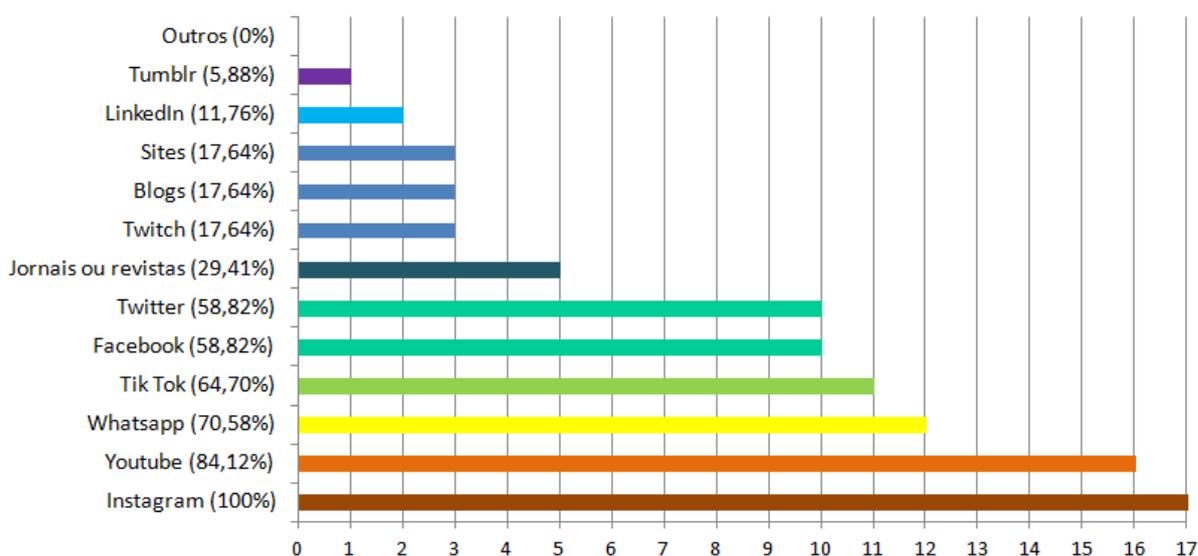
Os(as) participantes da pesquisa, além de apontarem majoritariamente as redes sociais como a principal ferramenta aliada em um processo de promoção da participação social de adolescentes, indicaram como segunda colocada as mídias audiovisuais, que só abordaremos mais aprofundadamente adiante. Por ora, ainda se faz necessário tecer análises sobre as redes sociais digitais apontadas por eles(as) de maneira mais específica.

Uma das questões feitas aos/às participantes foi a de criar um *ranking* de quais redes sociais, dentre 12 opções disponíveis, seriam as mais estratégicas para alcançar adolescentes e fazê-los(as) refletir sobre a importância da participação

social. Havia ainda a opção de selecionar “Outro” e digitar redes sociais que não estivessem na lista proposta; ninguém utilizou esse recurso.

Dentre as redes sociais elencadas para se assinalar, absolutamente todas possuem uma dimensão multimidiática, possibilitando a circulação de mídia textual, fotográfica, audiovisual, sonora etc. No entanto, levando em consideração as propostas que fizeram essas redes tinham ao serem criadas, podemos dizer que, em algumas, predomina o caráter fotográfico (como *Instagram* e *Tumblr*), o caráter audiovisual (como *Youtube*, *Tik Tok* e *Twitch*), e o caráter textual – seja com vistas à troca de mensagens e *networking* (como o *Whatsapp*, o *Facebook*, o *Twitter* e o *LinkedIn*) de leitura (como as redes sociais/ comunidades de jornais ou revistas, *blogs* e *sites*).

GRÁFICO 16 – REDES SOCIAIS MAIS ESTRATÉGICAS PARA ALCANÇAR ADOLESCENTES E FAZÊ-LOS(AS) REFLETIR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL, SEGUNDO OS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

A partir desses dados, observa-se, em primeiro lugar, uma profunda crença nas redes sociais de apelo visual como sendo as mais apontadas pelos(as) participantes como aquelas com maior potencial de fazer adolescentes e jovens a pararem para refletir sobre a relevância da prática da participação social. Essas redes ocupam o primeiro, segundo e quarto lugar no ranking, compreendendo o *Instagram*, única rede indicada por unanimidade, o *Youtube*, indicado pela grande maioria (apenas um dos/as participantes não assinalou essa rede) e o *Tik Tok*, rede

que surfa uma onda de ascensão no Brasil, apontado por mais da metade dos(as) participantes (64,70%).

Se em outros períodos históricos, as expressões de visualidades como a pintura em tela, a fotografia, o cinema e a televisão exerceram fascínio sobre as sociedades em que se desenvolveram, hoje, essas mesmas expressões seguem influenciando modos de consumo e produção midiática. Com os(as) participantes da pesquisa, não foi muito diferente. As expressões de multivisualidades passam a se desenvolver em novos ambientes, mediados pelas telas que não necessariamente [ou unicamente] as telas dos(as) artistas plásticos(as), dos papéis fotográficos, das salas de cinema ou dos aparelhos estáticos instalados em casa.

Agora, essas visualidades nos acompanham em dispositivos móveis, podem ser compartilhados, remixados, revistos quantas vezes estivermos dispostos a assistir e são produzidos e reproduzidos em unidades de duração extremamente curtas ou seriados, para serem acompanhados por inúmeros episódios, em intermináveis temporadas ao longo de grandes períodos temporais. Tais imagens coexistem em formatos relativamente recentes, como o *widescreen* das telas de cinema, que passa a ser adotado pelos novos televisores, *tablets* e *smartphones* ou ainda, mantém a proporção visual, ganhando novas adaptações de orientação: o *widescreen* da posição horizontal agora passa à posição vertical para se adequar à palma da mão do(a) usuário(a). Se as dimensões das fotografias pessoais impressas, em determinadas décadas, era de 10x15 cm, agora voltam a coexistir com a proporção quadrada, da época em que as câmeras de fotografia instantânea, como a *Polaroid*, eram o auge da tecnologia.

Diante dessa histórica batalha das imagens, dos imaginários e das imaginações, a intelectualidade tem mantido um permanente receio sobre o mundo das imagens, ao mesmo tempo que a “cidade das letras” continua procurando, a todo momento, controlar a imagem, confinando-a de forma maniqueísta ao campo da arte ou ao mundo da aparência enganosa e dos resíduos mágicos. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 104)

Mais adiante, será possível ver que os canais e entradas de leitura também ocupam espaço considerável entre os(as) participantes da pesquisa e que os dados aqui recém-apresentados não devem ser encarados, por exemplo, como o declínio ou aversão ao livro, leitura e à literatura. No entanto, é interessante que antes lancemos luzes à pauta das visualidades, apontadas por eles como sendo meios eficazes de promoção da participação social.

Quando perguntados(as) diretamente sobre acreditarem ou não que a fotografia tenha poder de ajudar mais adolescentes e jovens a se interessarem em conhecer ou praticar a participação social, 88% deles(as) afirmaram que sim; 12% apontaram que acha isso pouco provável; ninguém escolheu a opção “Não”.

É preciso tentar ver para além do que as lentes são capazes de nos mostrar ao verificar esses dados; o alcance do zoom pode não ser suficiente. Retornar para o contexto histórico e sociotécnico em que esses(as) participantes da pesquisa vêm ao mundo, pode nos ajudar a perceber outras camadas de informação. Se a televisão em seu auge já foi apelidada de babá eletrônica, hoje, quem haveria de ocupar esse papel supostamente educativo e de cuidado das crianças e adolescentes? As imagens, ao que se percebem ainda se impõem como instrumentos poderosos, segundo os(as) jovens entrevistados(as). No entanto, as relações que estabelecem com as imagens estáticas ou em movimento não denotam, de fato, essa valorização e apreço pelas mídias visuais? Ou podem revelar, no fundo, algum grau de banalização? A escolha unânime do *Instagram* como rede social que mais teria o poder, no atual momento, de fazer adolescentes refletirem sobre a relevância da participação social se ancora no fato de grande número de adolescentes utilizarem e integrarem esse espaço digital? Ou isso se dá, sobretudo, pela crença no poder revolucionário, transformador ou simbólico das imagens sobre esses públicos? Ou ainda, se dá pelo fato de alguma suposta supremacia da imagem sobre textos?

Longe de quisermos apontar respostas para essas perguntas, fato é que essa conexão com o mundo das imagens não é de hoje, tampouco se expressa por essa geração. Na verdade, levantar tais questionamentos nos serve muito mais como uma tentativa de expor o quanto seria necessário mergulhar em camadas muito profundas e em metodologias mais complexas e qualitativas – como a etnografia, a netnografia, as entrevistas em profundidade, a ergologia e os estudos de recepção, por exemplo – para conseguir dar conta de uma amplitude de perguntas que vão surgindo.

Pode-se dizer, de certa forma, que o culto às imagens é muito forte em sociedades ocidentais e em espaços do globo em que a cultura capitalista prega fortemente a ascensão econômico-financeira e, conseqüentemente, o que seria uma ascensão social, como modelo a ser perseguido e alcançado por aqueles(as) que, de fato, teriam se esforçado, e por caminhos meritocráticos, galgados o sucesso.

Nessa redoma em que se encontram as pessoas bem sucedidas desse modelo organizacional de sociedade, as imagens atuam como maneiras de demonstrar e/ou reforçar tal ideal de sucesso. Inclusive, se estabelece um mercado e uma série de ritos e práticas sociais que denotam a construção, fixação e desenvolvimento dessas imagens, o que pode ser feito de maneira bastante cartesiana, planejada e absolutamente intencional ou se dar por evidências simbólicas, que se expressam nos campos da semiótica e dos signos.

Assim, as imagens sociais podem ser construídas por rígidos processos de assessoria de comunicação, *media training*, *marketing* pessoal, filtro excessivo do que conteúdo que se publica ou se deixa publicar em diferentes canais de comunicação; ou, de outra maneira, através da simples observação ou recepção do que se percebe na esfera dos símbolos que acompanham as imagens produzidas, captadas e difundidas por e com esses indivíduos, tais como as roupas, acessórios e calçados que utiliza, os veículos que dirige, a região da cidade em que mora, a arquitetura da casa que possui, os espaços sociais que frequenta, os alimentos que consome, os posicionamentos socioambientais que divulga, por exemplo.

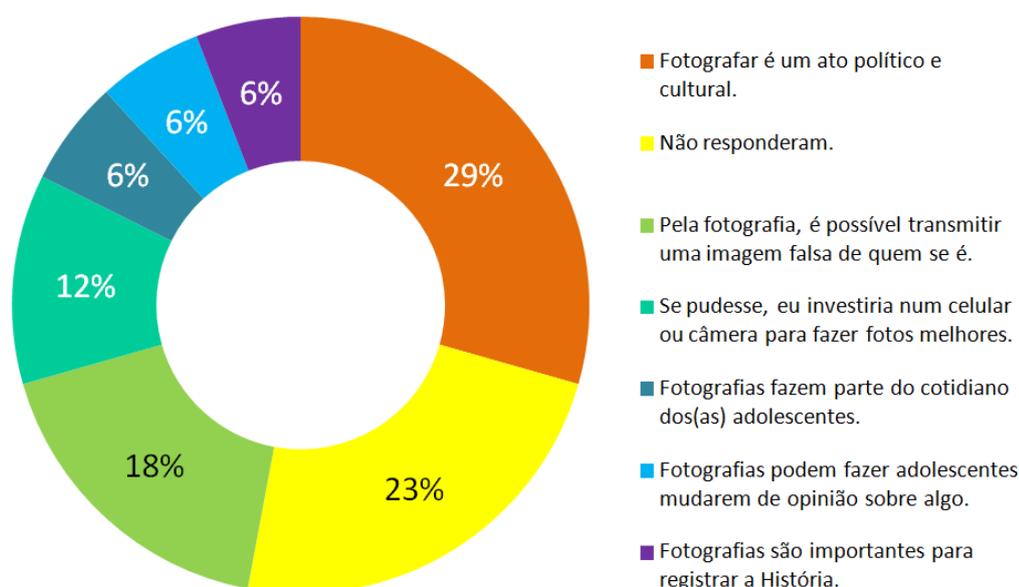
Ou seja, as construções identitárias também podem ser consideradas batalhas travadas na arena social, ainda que isso se de forma consciente ou não consciente no imaginário social, assimilada intencionalmente pelas juventudes ou não.

Atualmente, a produção de identidades passa necessariamente pelas telas. Leva a elas e, ao mesmo tempo, é o resultado delas. Porque estas telas não são uma opção esporádica de procura da informação ou entretenimento, como pode ter sido ir ao cinema num fim de semana há quarenta anos ou ler um livro ou jornal. Hoje, a interação com as telas por esse setor que está em interação com elas é “um dado”, é um ponto de partida e também de chegada, é uma condição da cotidianidade e do intercâmbio social em seu conjunto. Para subsistir no mundo contemporâneo, as telas, talvez umas mais que outras, se tornam imprescindíveis. (GÓMEZ, 2014, p. 284)

Pode ser que o apreço pelas redes sociais nos quais as imagens são as imperadoras do ambiente digital sejam parte do reflexo da sociedade em que adolescentes e jovens são inseridos(as) a partir do momento em que chegam ao mundo. Não significa que eles(as) não possam ingressar num movimento de questionamento, subversão, desconstrução ou reconstrução dessa lógica. Apenas aponta-se para um aspecto factual das engrenagens que estão girando quando esses(as) agentes sociais vislumbram ao existir na contemporaneidade.

A forma que encontramos para compreender como esses(as) participantes veem o mundo das imagens, num primeiro momento, no mundo das imagens estáticas – expresso, sobretudo pelas fotografias, e não pelas artes plásticas, pelos desenhos, ilustrações e manifestações de predomínio abstrato, por exemplo – se deu através da realização de uma pergunta específica sobre as percepções deles(as) sobre essa linguagem da comunicação. O resultado da indagação “quais das percepções abaixo, sobre a fotografia, você mais se identifica?” foi uma profusão de diferentes respostas, evidenciando como possuem um olhar crítico e, ao mesmo tempo, muito diverso e multifacetado sobre a fotografia, como aponta o Gráfico 16.

GRÁFICO 17 – PERCEPÇÕES DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE FOTOGRAFIA



FONTE: O autor (2020).

Levando em consideração as respostas que foram efetivadas/registradas por meio do questionário, observa-se a predominância da opinião de que “fotografar é um ato político e cultural”. Dentre diversas outras possibilidades para assinalar, a maioria das respostas (29%), optou-se por indicar a fotografia como um elemento de poder político e cultural que está nas mãos de quem fotografa. Ou seja, ato de fotografar – independentemente de ser exercido por um(a) fotógrafo(a)amador(a) ou profissional, ao passo que isso não estava explicitado no formulário – foi visto por parte dos(as) participantes como ação política, portanto de uma ação que é carregada de intenções, que expressa um desejo social individual e, ao mesmo

tempo, que reflete sobre o coletivo, e que possuem portanto, impacto social de mobilizar aqueles(as) que têm contato com o conteúdo/produto final: a fotografia.

É importante sabermos que existem não somente ações políticas comprometidas com a sociedade, com seu desenvolvimento ou efetivação dos direitos humanos. Há muitas pessoas que realizam ações em nome de interesses privados que visam somente ao lucro e à manutenção das desigualdades e da estrutura de poder. (GARCIA; SANTANA, 2008, p. 53)

Ao interpretar a fotografia como ato político e cultural, conseqüentemente, assume-se que o ato de fotografar pode ser um meio de expressar tanto conteúdos que promovam quanto conteúdos que violem os direitos humanos. Uma pessoa preconceituosa ou racista tenderia, dessa maneira, eventualmente ou propositalmente, fazer com que essa sua conduta se refletisse em sua produção fotográfica, assim como uma pessoa misógina ou sexista também poderia evidenciar esse seu caráter por meio das imagens que produz e veicula, seja de maneira consciente ou não.

Na construção de campanhas publicitárias de caráter público, que visam prestar contas à sociedade sobre as ações do governo de algum estado, por exemplo, como das políticas públicas de educação, podem não incluir no seu *casting* de modelos ou de personagens reais, uma quantidade equilibrada de estudantes negros(as); o racismo, nesse caso, poderia se evidenciar não de forma agressiva, com o cometimento de alguma injúria racial a uma pessoa específica, mas pelo enraizamento de uma cultura de não representatividade das negritudes na mídia, da não valorização da cultura e história desses povos afrodescendentes na sociedade e de um desconhecimento da legislação que aborda esse assunto – no caso, do capítulo 6 do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010). Não é incomum que fotógrafos esportivos homens, que cobrem as disputas femininas em grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas, retratem essas jovens, ora em enquadramentos que, de fato, ajudam a construir narrativas de momentos importantes da competição, ora em enquadramentos cuja intenção principal levam, meramente, a evidenciar aspectos de apelo sexual.

Por outro lado, coletivos de fotógrafos e fotodocumentaristas, movimentos sociais, entidades da sociedade civil organizada, grêmios estudantis, ativistas, artistas periféricos(as), comunicadores(as) populares, educadores(as), pesquisadores(as), ambientalistas, empreendedores de negócios de impacto social e milhares de criadores(as) de conteúdo digital relevante sobre as mais diferentes

temáticas sociais, ambientais e políticas passam a conquistar espaços nas redes sociais digitais, apostando na força da fotografia, para ampliar a visibilidade de seus trabalhos, atuações, denúncias, divulgações científicas e compartilhamento de conhecimentos com um público ávido por experiências e trocas de saberes.

Fotografia e imagem estática são potências para propagação de imagens e identidades, alinhadas com as sensações, percepções e constatações verificadas no ambiente *offline*, também são potências de construção de imaginários – inclusive de falsos imaginários –, de mitos e de manipulação da verdade para interesses pessoais, institucionais ou corporativos, por exemplo. Não por acaso, outras manifestações dos(as) participantes da pesquisa dizem respeito à percepção de que, “pela fotografia, é possível transmitir uma imagem falsa de quem se é” – 18% deles(as) escolheram essa alternativa – e “fotografias podem fazer adolescentes mudarem de opinião sobre algo” – opção assinalada por 6%. Ou seja, 24% dos(as) participantes apontam para o poder persuasivo da fotografia, que pode ser utilizada com diferentes finalidades sociais e ideológicas, quando a intenção é engajar adolescentes e jovens em processos de participação social.

Ainda sobre o **Gráfico 17**, vale ressaltar as duas últimas opções escolhidas – ainda que por uma proporção pequena, de 6% cada – pelos(as) participantes: numa delas, nota-se a máquina fotográfica como objeto de desejo e, conseqüentemente, do depósito de uma atribuição de poder estético que a posse dessa ferramenta pode proporcionar – expresso pela alternativa “Se pudesse, eu investiria em um celular ou câmera fotográfica para fazer fotos melhores”. Na outra opção restante, que chegou a ser assinalada, é interessante notar a percepção da fotografia como instrumento de presença e companhia da humanidade com a finalidade de documentação histórica – expresso pela alternativa “Fotografias são importantes para registrar a história”.

Ou seja, ainda que tímidas, há manifestações dos(as) participantes, que nos leva a refletir sobre o acesso aos dispositivos tecnológicos, de forma democrática, de modo que diferentes classes sociais possam usufruir dos resultados imagéticos que esse ferramental é capaz de entregar. Se formos revisitar a história, a quais classes ou estratos sociais pertencem às famílias e dinastias que puderam ser retratadas por meio de pinturas, relevos em paredes, monumentos, esculturas e fotografias, seja na Antiguidade, seja na Idade Média ou no período Moderno? Quais contornos, o acesso às tecnologias fotográficas vem adquirindo no período

contemporâneo? O acesso e popularização às câmeras e outros dispositivos de produção fotográfica tem se ampliado objetivando a inclusão de populações empobrecidas e populares ou isso tem se dado pela descoberta da indústria de novos públicos consumidores? Como estamos [se é que estamos intencionalmente] integrando as adolescências e juventudes em processos de acesso à prática da fotografia? Para além do acesso, quais as práticas formativas de produção, leitura, curadoria, crítica e avaliação fotográfica estamos proporcionando às adolescências e juventudes?

Mais uma vez, as práticas e discursos da Educomunicação e da educação midiática se evidenciam ao abordarmos a relevância desses paradigmas na construção de um mundo em que as adolescências, muito mais do que empurradas para o mundo das imagens e das visualidades, possam conhecer os códigos desse mundo, suas vias de trânsito, intencionalidades, efeitos sociais e individuais, técnicas, tecnologias, discursos, teorias e práxis que nela nascem ou dela derivam – não necessariamente em níveis de profundidade extremo ou mais complexos, mas ao menos em seus aspectos mais básicos, essenciais e latentes.

Numa perspectiva afrofuturista, a escolha da opção “fotografias são importantes para registrar a história”, por uma pequena parcela dos(as) participantes da pesquisa, gera uma reflexão sobre quais registros históricos, as negritudes estão gerando, quais permanecerão e como vão se perpetuar através das décadas e séculos. Quais narrativas visuais, as adolescências e juventudes negras estão construindo hoje? Quais dessas narrativas seguem invisibilizadas pela falta de acesso às tecnologias por essa parcela da população? Como as mediações tecnológicas e sociotécnicas excluem, incluem e/ou integram adolescentes negros(as) em produções narrativas mais qualificadas, de modo que possam promover uma efetiva participação social através das diferentes formas de expressão visual? Qual o papel dos(as) adultos(as) nesse processo? Qual o papel das branquitudes antirracistas e dotadas de consciência negra, no processo de colaboração e fomento das narrativas visuais de adolescentes e jovens negros(as)? Num mundo que enfrenta inúmeros desafios digitais, como a segurança dos dados, o armazenamento e o processamento de uma infinidade de informações, como salvaguardar a segurança dessas narrativas visuais? No caso de encerramento de algum serviço de armazenamento de conteúdo fotográfico digital, as sociedades estariam preparadas para resgatar suas fotos e, conseqüentemente, suas

narrativas? Diversos outros questionamentos são passíveis de serem elencados, ao pararmos para imaginar futuros distópicos e utópicos também.

Para encerrar as análises do **Gráfico 17**, é necessário elucidar que haviam outras opções de marcação para a pergunta “quais das percepções abaixo, sobre a fotografia, você mais se identifica?”, que não foram assinaladas. São elas: “A fotografia não é tratada com a devida importância que merece” e “Se pudesse, eu investiria em um curso para fazer fotos melhores”.

Perguntados(as) se gostam de fotografar, 70% afirmaram que sim, 18% que não, 6% que gostam mais ou menos e 6% que muito pouco. O grande sinal de alerta desse resultado, em especial, é a existência de jovens que demonstram pouco ou nenhum gosto pelo ato de fotografar; juntos(as) somam 24%. Ou seja, apesar de outrora demonstrarem confiança na fotografia como meio de promover a participação social, agora – ainda que seja uma minoria – demonstram que não querem exercer esse papel de produção imagética.

Avançando nas discussões sobre as mídias visuais e sua correlação com formatos capazes de arregimentar e despertar nas adolescências o interesse e a prática da participação social, abordaremos a ligação dos(as) participantes da pesquisa com o audiovisual: imagens em movimento e imagens com recursos sonoros. Não bastasse terem indicado com expressividade, as redes sociais de apelo audiovisual como sendo as mais estratégicas para a mobilização de adolescentes, eles(as) foram unânimes ao reafirmarem algo conectado a isso, ao responderem a pergunta “você acredita que vídeos podem ajudar adolescentes a se interessarem por conhecer seus direitos e deveres (inclusive o direito à participação social)?”. Se em relação à crença na fotografia como linguagem comunicacional capaz de mobilizar adolescentes em torno da participação social, houve uma minoria (12%) que achou isso pouco provável, aqui não houve dúvidas: todos(as) afirmaram que sim.

O Youtube emergiu como um site fundamental para a produção e distribuição da mídia alternativa – o marco zero, por assim dizer, da ruptura nas operações das mídias de massa comerciais, causada pelo surgimento de novas formas de cultura participativa. No entanto, temos que compreender o Youtube como parte de uma organização cultural maior. (JENKINS, 2011, p. 348)

Logicamente, o *Youtube* não é o único meio de acesso aos vídeos, que também circulam em outras redes sociais, de diferentes maneiras, e estão presentes

na televisão aberta, na televisão à cabo, nos serviços de *streaming* e vídeo *on demand*, nos cinemas, cineclubes, nos *games*, nas plataformas digitais, *sites* e aplicativos, dentre outros. Todavia, acreditar na força do audiovisual na promoção da participação social de adolescentes, significa, necessariamente, dizer, que os(as) adolescentes têm o hábito de gravar vídeos? Ou ainda: teriam o hábito de gravar vídeos dessa natureza, com essa finalidade? Quais os desafios ou oportunidades para instigar em adolescentes e jovens, de maneira mais ampla e difusa, a prática da produção audiovisual como caminho para pautarem suas demandas coletivas, mobilizar a sociedade e discutir temáticas ligadas à promoção de seus direitos?

Mais uma vez, a Educomunicação se apresenta como paradigma interessante para esses dilemas, sobretudo, por possibilitar que inovemos, para além de práticas já costumeiramente adotadas em estratégias pedagógicas como, por exemplo, exibir e debater filmes, proporcionar idas de estudantes ao cinema ou convidar críticos(as) de cinema, produtores(as) independentes, cineastas ou palestrantes para conversar sobre as múltiplas interfaces do cinema com seu próprio processo de produção – ou ainda, com temáticas do cotidiano dos(as) adolescentes. Tais iniciativas são válidas, louváveis e muito genuínas, quando desenvolvidas dentro de um planejamento pedagógico que faça sentido para a comunidade escolar.

Guillermo Orozco Gómez defende, inclusive, que a dimensão da prática educativa, de fato, se desenvolve para além de contextos escolares, abrangendo outros espaços sociais, atravessando e se desenvolvendo também pelo mundo das telas.

O que resulta de processos formais é só um tipo de aprendizado, mas existem muitos outros que são resultado de processos não formais e informais. Estes são os produzidos pela maioria das diversas interações do público e dos usuários com as telas. (GÓMEZ, 2014, p. 282)

Dentro da perspectiva educacional, o audiovisual pode levar à conexão com o aprendizado de outras inúmeras formas, que poderiam perpassar, por exemplo:

- a) Pela curadoria/ escolha do conteúdo audiovisual a ser trabalhado;
- b) Pela definição de critérios para os produtos audiovisuais a serem trabalhados (Priorizar obras dirigidas por mulheres? Priorizar obras produzidas por equipes compostas, sobretudo, por profissionais negros/as? Priorizar obras com recursos de acessibilidade, como legendagem para surdos/as e ensurdecidos/as e/ou tradução

para a Língua Brasileira de Sinais? Priorizar obras produzidas por ou com crianças e adolescentes?);

c) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de criação e produção de roteiro;

d) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de definição do gênero, formato, linguagem e duração do(s) produto(s) audiovisual;

e) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de gravação do(s) produto(s) audiovisual, o que inclui captação de áudio, captação de vídeo, direção, cenografia, iluminação, produção etc.;

f) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de produção de material de *making of*;

g) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de edição, escolha ou produção de trilha sonora etc.;

h) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de pós-produção, tais como finalização, revisão de conteúdo, organização de informações para créditos finais, desenvolvimento de estratégias de distribuição e divulgação;

i) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de concepção, desenho e fechamento de cartaz para obra audiovisual de caráter mais cinematográfico;

j) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de desenvolvimento de estratégias de convergência do vídeo com outras mídias (*e-books, fanzines*, exposições fotográficas sobre os bastidores da produção etc.);

k) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de criação e manutenção de cineclubes;

l) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de experimentação das rotinas de produção audiovisual, a partir do contato, em campo, com diferentes ambientes (visitas guiadas a estúdios de animação, a estúdios de emissoras de TV, a estúdios de TVs universitárias, a reuniões de agências de publicidade etc.);

m) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de produção artística para o audiovisual, tais como construção de figurinos, cenários, vinhetas em *stop motion* etc.;

n) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de redação de livros, cartilhas, manuais ou outras formas de expressão escrita (*blogs, sites*,

portais etc.) para difundir conhecimentos e experiências vivenciadas no âmbito dos processos educacionais de produção audiovisual;

o) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de iniciação científica, tais como desenvolvimento de projetos de pesquisa, de metodologias ou procedimentos inovadores de coleta e registro de dados, redação de resumos expandidos/ artigos científicos/ pôsteres/ relatos de experiência, bem como de divulgação científica;

p) Pelo envolvimento de crianças, adolescentes ou jovens nos processos de cobertura audiovisual colaborativa de eventos locais ou escolares.

A participação de educandos(as)/ adolescentes educadores(as) em processos de produção audiovisual, ainda que em maior ou menor nível de envolvimento, ou ainda de intensidades teórico-reflexiva e prática com as diferentes etapas dos processos constitutivos de vídeos e seus desdobramentos quanto à sua repercussão, contribui direta e indiretamente, de inúmeras formas, com seu desenvolvimento. Tal desenvolvimento pode se dar em campos de caráter técnico – por exemplo, ao operar um equipamento audiovisual; de caráter relacional interpessoal – por exemplo, ao ter que se relacionar com uma pessoa desconhecida para solicitar que aceite conceder uma entrevista; de caráter relacional coletivo – por exemplo, ao ter que lidar com uma equipe onde são frequentes as divergências de opiniões e de ideias criativas; de caráter do exercício de liderança – por exemplo, ao ter que lidar com atividades de maior responsabilidade no grupo, como de direção audiovisual; de caráter acadêmico científico – por exemplo, ao ter que se colocar como desenvolvedor de uma pesquisa aplicada em audiovisual, com todas as suas etapas e consequências; de caráter artístico-criativo – por exemplo, ao ter que buscar soluções para concepção e montagem de algum cenário para captação de entrevistas; de caráter cognitivo processual – por exemplo, ao ter que executar atividades paralelas com as quais, eventualmente, não tivesse sido estimulado a realizar antes, tais como estar atento(a) aos ruídos da captação de áudio e, ao mesmo tempo, olhando para o ecrã da câmera para verificar se os acontecimentos da cena estão dentro do enquadramento, de a bateria está prestes a acabar, se o cartão de memória suporta mais tempo de captação de vídeo; de caráter socioemocional – por exemplo, tendo que lidar com as emoções alheias e os próprios sentimentos em contextos conflitantes ou desafiadores; de caráter editorial

e representativo – por exemplo, ao ter que equilibrar a diversidade de gênero, etária e étnico-racial na captação de vídeos para uma determinada enquete; de caráter político-ideológico – por exemplo, em produções audiovisuais em que seja necessário dar espaços de fala para pessoas com diferentes maneiras de pensar e de estar no mundo, administrando assim como lidar com o impulso de favorecer de alguma forma esse(a) ou aquele(a) personagem.

Enfim, diversas são as possibilidades de enumeração do quanto a prática educacional em audiovisual tem uma potência geradora de aprendizados entre adolescentes e jovens que só são melhor assimilados a partir de seu envolvimento com os processos midiáticos. Escutar uma palestra ou ler uma cartilha sobre produção audiovisual, apesar de serem importantes e, inclusive, fazerem parte do processo formativo da educação, não são suficientes para que o(a) educando(a) perceba as nuances da trama comunicacional.

É se colocando em movimento e em ação coletiva, que ele(a) tem melhores condições de se ver em situações de processos decisórios, de edição, seleção, hierarquização de informações, de percepção dos impactos de sua participação, de senso de equipe, de cultivo de relações etc.

Essa participação ativa das crianças, adolescentes e jovens no processo de produção midiática tem demonstrado consequências interessantes. Os jovens participantes desses projetos **[de educação]** apontam o desejo de encontrar nas possibilidades de produção da cultura, através do uso dos recursos da comunicação e da informação, os sonhos cotidianos e a transformação da realidade local. (SOARES, 2011, p. 31, **grifo nosso**)

A partir de todas essas provocações sobre a importância de despertar e de proporcionar, sobretudo, a adolescentes e jovens, a prática educacional em audiovisual – e por que não de outras linguagens da comunicação? – que também precisamos nos questionar, enquanto sociedade, quais caminhos estamos buscando para que esse cenário se consolide. Num país em que ainda há escolas sem banheiros, sem bibliotecas ou recursos pedagógicos básicos, é utópico demais pensar na difusão de práticas educacionais em audiovisual nesses espaços? A iminência da concretização de maiores volumes de investimentos em educação básica, capitaneados pelo novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) são garantias de que serão adotadas medidas para a promoção da educação midiática, da educação e/ou de algum tipo de alfabetização midiática entre

adolescentes e jovens? Como garantir a efetiva participação das adolescências nos processos de produção audiovisual que reflitam, genuinamente, os seus anseios, olhares e inquietações? Como disseminar entre os(as) profissionais da educação a importância da superação das atitudes adultocêntricas – seja em processos audiovisuais ou em qualquer outros de caráter educativo?

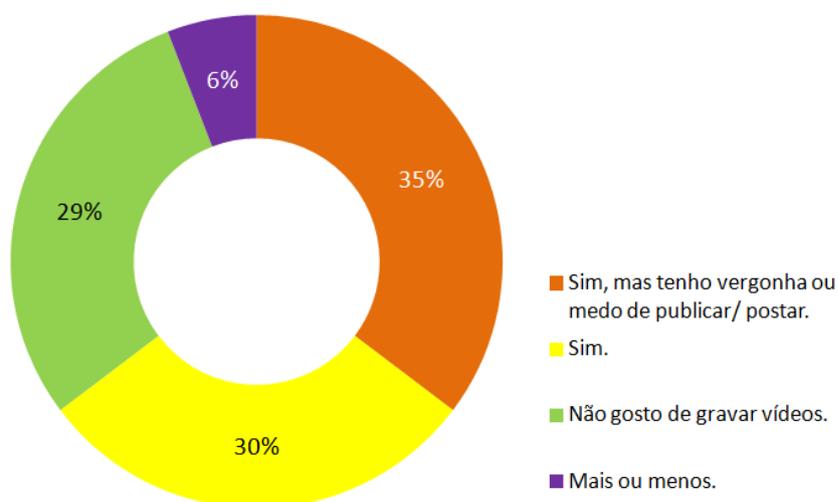
A produção audiovisual entre e/ou com adolescentes, numa perspectiva educ comunicativa, tende a ser prazerosa, emancipadora, lúdica e, pela sua natureza, bastante educativa. No entanto, ainda que se mostrem abertas a consumir audiovisual e ver nessa linguagem um horizonte para mobilização social das adolescências e juventudes, estariam esses públicos etários abertos também a integrar processos de produção audiovisual? E quanto aos/às participantes da pesquisa: estão dispostos à gravação de vídeos dessa natureza, com essas finalidades? O **Gráfico 18** aponta que, para a maioria (65%), sim. Dentro dessa maioria, há aqueles(as) que, para além de sinalizarem essa abertura à produção audiovisual, demonstraram também que possuem vergonha ou medo de tornar seus vídeos públicos. Afinal, quais seriam as motivações para essa vergonha ou para esse medo? Estaria essa vergonha relacionada à estética de si? Ou a algum receio sobre as reações e repercussões do vídeo ao serem assistidos(as) por terceiros? No caso de eventual medo: quais gatilhos estariam disparando essa sensação entre essa parcela do público pesquisado?

A Educomunicação não exclui, tampouco é indiferente ao conteúdo curricular escolar. Ela também pode ser aliada à práticas educativas que transcendam ou complementem os currículos mais tradicionais – representados, por exemplo, pelas disciplinas de História, Geografia e Matemática. Desse modo, a educomunicação é um caminho para fomentar a troca de conhecimentos na educação em direitos humanos, educação ambiental, educação política/ educação cívica, educação em saúde e, nesse caso de sinalização de vergonha e/ou medo de publicar vídeos, Joan Ferrés i Prats, defende a educação emocional:

[...] não pode haver uma educomunicação eficaz sem uma educação emocional. A educação emocional deveria servir para descobrir que, se as telas servem às instituições como instrumento de poder, é porque, através delas, conseguem gerenciar nossas emoções. A educação emocional deve servir também para aprender a incentivar os cidadãos, para motivá-los, para mobilizá-los. (PRATS, 2014, p. 276)

A educação emocional – ou educação socioemocional como tem sido atualizado o termo – segundo Prats adquire um ressignificado de certa retomada do poder como elemento que vai ajudar a dar condições de controle das emoções próprias, como também para o contágio social, levando as pessoas a serem mais mobilizadas.

GRÁFICO 18 – GOSTO PELA GRAVAÇÃO DE VÍDEOS, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

Indagados(as) se gostam de gravar vídeos, outra parte dos(as) participantes da pesquisa (6%) disseram que “mais ou menos” e ainda teve aqueles(as) que afirmam que não (29%). O que leva essa parcela de jovens a se posicionarem desta forma? Haveria impedimentos de ordem tecnológica para isso, como não possuírem equipamento adequado? Haveria alguma descrença em termos de aceitação/recepção do vídeo entre seus pares ou diante de alguma audiência, também conhecido como gíria no meio adolescente, com o “medo de flopar”? Ou a resposta estaria num real desinteresse por essa etapa da produção audiovisual em específico? Ou seja, ao indicarem que não gostam de gravar vídeos, não estaria excluída a possibilidade de se interessarem por outras etapas do processo de produção audiovisual (como roteirização, edição etc.)? O apelo estético da produção audiovisual dos(as) *digital influencers* e dos(as) *top content creators*, estaria causando algum tipo de sensação de impotência ou de desmobilização para a gravação de vídeos? Ou seja, o cenário, o equipamento profissional, o figurino, as

animações, efeitos especiais, qualidade do áudio estariam gerando um efeito de que, aquele nível, supostamente mais elevado/ profissional, em que os vídeos são veiculados seria inatingível e, portanto, não valeria a pena investir na produção desse tipo de material? Receio de se tornarem vítimas do *cyberbullying*, ou de sofrerem os reflexos por eventuais erros de posicionamento, frutos da cultura do cancelamento, também poderiam ser abordados. Certamente, todos esses questionamentos careceriam de maiores investigações para apontarmos respostas com maior nível de detalhamento, o que não se tem a pretensão de desvendar aqui.

Em suma, todas essas possibilidades de olhares vêm de encontro ao reconhecimento do audiovisual como linguagem predominantemente representativa, altamente eficaz para promover a participação social de adolescentes e que está, cada vez, mais alcançando este público etário ou sendo utilizado como expressão da comunicação dele.

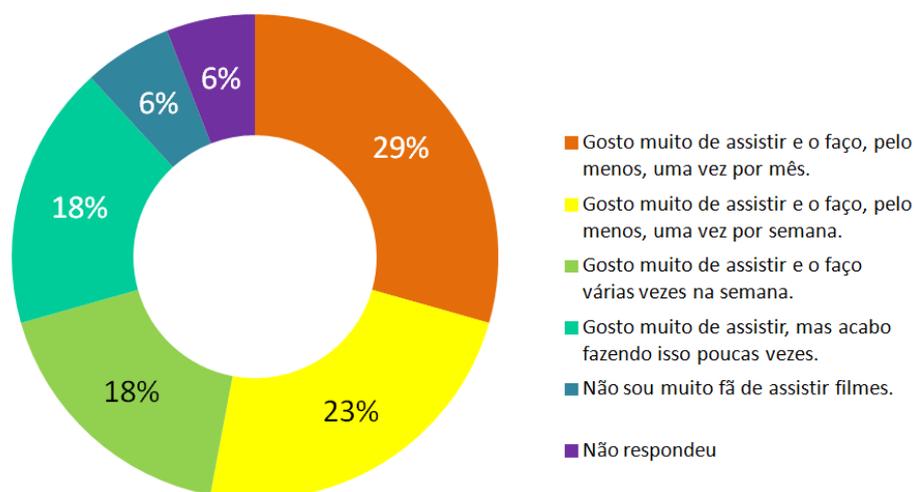
Ainda que seja possível e contundente frisar o abismo social e econômico entre as classes sociais empobrecidas e as mais abastadas, que dificultam o acesso a bens de consumo e dispositivos tecnológicos, é inegável vislumbrarmos o cenário que Jenkins (2019, p. 365) identifica na contemporaneidade: “Essas mudanças colocam recursos para o ativismo e a crítica social nas mãos de cidadãos comuns, recursos que já foram de domínio exclusivo dos candidatos, dos partidos e dos meios de comunicação de massa”.

Os hábitos de consumo de filmes e séries, por parte dos(as) participantes da pesquisa, também foram abordados, por diferentes particularidades que vamos melhor descrever em seguida. Inspirado por provocações de Gómez (2014), o questionário reservou questões que pudessem dar conta de verificar as relações deles(as) com essas diferentes experiências de vivenciar o audiovisual, fortemente marcado por temporalidades diferentes: ao passo que um filme pode ter duração aproximada de 1h30min, as séries proporcionam uma longa jornada de duração, divididas em episódios de 45 minutos cada, aproximadamente.

Atualmente, a produção de identidades passa necessariamente pelas telas. Leva a ela e, ao mesmo tempo, é o resultado delas. Porque essas telas não são uma opção esporádica de procura de informações ou entretenimento, como pode ter sido ir ao cinema num fim de semana há quarenta anos ou ler um livro ou jornal. Hoje, a interação com as telas por esse setor que está em interação com elas é “um dado”, é um ponto de partida e também de chegada, é uma condição da cotidianidade e do intercâmbio social em seu conjunto. (GÓMEZ, 2014, p. 284)

Dessa maneira, um dos enunciados da pesquisa dizia “sobre seus hábitos de assistir a filmes, você diria que:”, objetivando que indicassem a frequência que costumavam assistir filmes. Uma parcela muito pequena (6%) afirmou “não sou muito fã de assistir filmes” ou não respondeu (6%). O pódio foi liderado pelos(as) que assistem a filmes uma vez por mês – ocupando o 1.º lugar, com 29% –, os(as) que assistem uma vez por semana (23%) e os(as) que assistem várias vezes na semana (18%); ou seja, os(as) que mantêm esse hábito com alguma periodicidade somam 70%. Em média, consomem anualmente, de 12 a mais de 52 filmes aproximadamente. Resta mencionar aqueles(as) que, apesar de gostarem de assistir filmes, acabam fazendo isso poucas vezes; a falta de tempo específico para isso, que pode estar sendo ocupado em outras atividades, como estudos e trabalho, podem ser causas para a instauração dessa realidade.

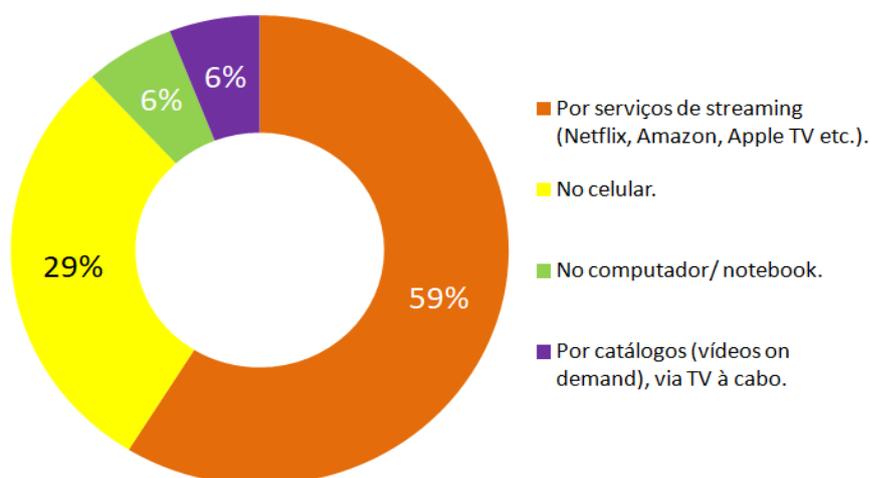
GRÁFICO 19 – CONSUMO DE CONTEÚDO CINEMATOGRAFICO PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

Questionados(as) sobre os meios em que assistem aos filmes, predominou a indicação das opções que se referem a vídeos disponibilizados por serviços de *streaming* – sejam os disponibilizados por aplicativos e plataformas, como *Netflix*, *Amazon Prime*, *Apple TV* etc., sejam os disponibilizados em catálogos de operadoras de TV à cabo, como o *Net Now*, *Telecine Play*, *HBO Go*, *Sky on Demand* etc. Se somarmos os(as) que indicaram essas opções, chegamos a 65% dos(as) participantes. A segunda opção mais assinalada foi “No celular” (29%), seguida por “No computador/ notebook” (6%).

GRÁFICO 20 – ONDE OS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS ASSISTEM A FILMES

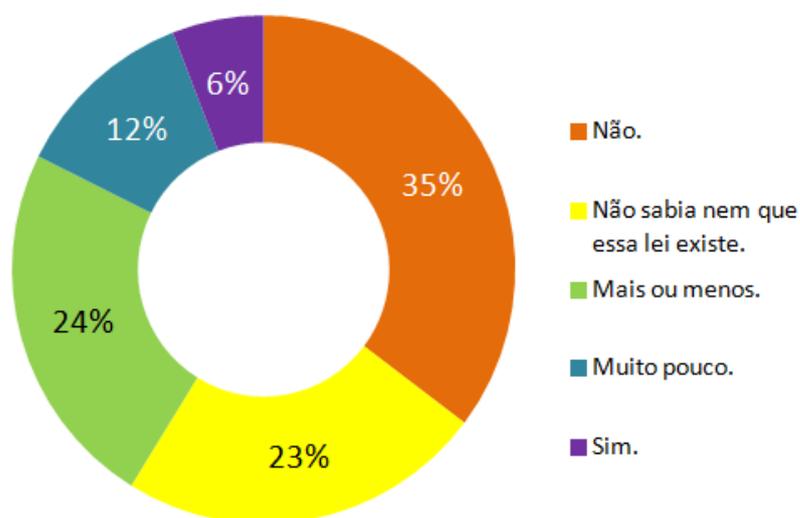


FONTE: O autor (2020).

Encerrando os questionamentos acerca da relação dos(as) participantes com o mundo dos filmes, questionou-se a percepção deles sobre uma legislação (BRASIL, 2014) específica que complementa outra lei pré existente – a que prevê Diretrizes e Bases da Educação nacional. Nesse sentido, “você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem a lei brasileira que determina a exibição e debate de, pelo menos, duas horas mensais de filmes do cinema brasileiro?”, foi a pergunta proferida. A referida lei acrescenta um novo parágrafo ao seu Art. 1.º, indicando que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2020).

Conforme o **Gráfico 21** aponta, uma parcela considerável dos(as) participantes da pesquisa (58%) afirmou que as escolas onde estudaram não deram conta de cumprir essa lei que, dentre outros efeitos, poderia reforçar e complementar conteúdos curriculares discutidos em sala, bem como contribuir com a formação do público para o consumo audiovisual de origem nacional. Parte desses(as) jovens que indicaram o não cumprimento dessa legislação (23% deles/as, mais especificamente) chegou a assinalar que não sabiam sequer sobre a existência dessa lei.

GRÁFICO 21 – CONHECIMENTO SOBRE A LEI DO CINEMA NACIONAL NAS ESCOLAS PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

Houve aqueles(as) que reconheceram o esforço parcial de suas instituições de ensino na exibição e debate de filmes do cinema brasileiro. Eles(as) somam 36%, se considerarmos quem assinalou as opções “mais ou menos” e “muito pouco”. Por último, um único participante, que reside na Região Centro-Oeste do Brasil, afirmou que sim, sua escola garantiu o direito ao acesso e discussão de obras cinematográficas brasileiras.

É curioso notar que, em 2014, ano em que a lei foi aprovada, apenas um filme nacional figurou entre as 20 maiores bilheterias daquele ano. Os outros 19 filmes de maior expressividade foram todos estrangeiros. “(...) o propulsor do crescimento do mercado cinematográfico brasileiro em 2014 foi o filme estrangeiro, particularmente o norteamericano”, é o que aponta o Informe Anual de Acompanhamento de Mercado divulgado pela Ancine (2015, p. 4).

TABELA 10 – AS 20 MAIORES BILHETERIAS DO CINEMA, NO BRASIL, EM 2014

	Título no Brasil	Público em 2014	Renda (R\$) em 2014
1.	A Culpa É das Estrelas	6.165.705	R\$ 69.100.777,00
2.	Malévola	5.755.409	R\$ 73.643.412,00
3.	Rio 2	5.212.811	R\$ 63.901.920,00
4.	X-Men: Dias de Um Futuro Esquecido	4.923.664	R\$ 64.417.536,00
5.	Noé	4.887.284	R\$ 68.477.613,00
6.	Jogos Vorazes - A Esperança: Parte 1**	4.755.582	R\$ 55.898.172,39
7.	Capitão América 2 - O Soldado Invernal	4.621.101	R\$ 62.818.154,00
8.	Como Treinar Seu Dragão 2	4.610.275	R\$ 55.043.570,00
9.	Transformers - A Era da Extinção	4.587.292	R\$ 61.735.174,00

10.	Planeta dos Macacos - O Confronto	4.103.629	R\$ 55.432.663,00
11.	O Espetacular Homem-Aranha 2	4.100.615	R\$ 55.227.320,56
12.	Frozen - Uma Aventura Congelante	3.931.888	R\$ 47.341.817,00
13.	Annabelle	3.712.314	R\$ 41.821.050,00
14.	As Tartarugas Ninja	3.366.763	R\$ 43.785.302,00
15.	Debi e Lóide 2	3.102.309	R\$ 44.141.564,00
16.	O Hobbit: A Batalha dos Cinco Exércitos	3.042.283	R\$ 35.180.723,84
17.	Até Que A Sorte Nos Separe 2*	2.930.693	R\$ 33.122.552,72
18.	Guardiões da Galáxia	2.864.628	R\$ 38.072.963,00
19.	300: A Ascensão do Império	2.839.023	R\$ 40.450.403,00
20.	Robocop	2.816.702	R\$ 33.468.226,11

FONTE: Ancine (2014, p. 7).

NOTAS: *Único filme brasileiro entre os 20 de maior bilheteria é de ficção, gênero comédia, foi distribuído pela Downtown Filmes/ Paris Films e estreou em 778 salas.

**Filme que estreou em maior número de salas: 1.580, ao todo.

Avançar no que poderíamos chamar de uma cidadania audiovisual, pode ser uma das formas de, ao mesmo tempo, valorizar também as produções nacionais como estratégia educativa, como formação política e educação em direitos humanos de crianças adolescentes e jovens, além de aliar a esses processos o despertar para a ação realizadora de conceber e desenvolver projetos autorais em audiovisual por essas próprias adolescências e juventudes, o que pode ser proporcionado tanto pela educomunicação, como por algum tipo de formação técnica em audiovisual voltada a adolescentes. Ou seja, não apenas a partir da influência da experiência de consumo de obras estadunidenses, tão amplamente difundidas nos cinemas e nas outras múltiplas telas, mas também a partir do consumo crítico de obras do cinema nacional e do ato de fazer cinema em espaços educativos formais – como escolas e universidades –, não formais – como em organizações da sociedade civil, legalmente constituídos como associações, fundações, institutos e sindicatos – e informais – como por meio de coletivos, movimentos sociais, cursos livres de profissionais do mercado ou de outros(as) agentes culturais da sociedade, por exemplo.

Fale-se aqui, portanto, da necessidade de algumas engrenagens sociais que precisam ser construídas, começar a girar ou, quando já existentes, passar a rodar com maior fluidez. No entanto, geralmente, isso se dá através de uma relação que pode ser:

a) complexa e confusa – em que cada qual faz da maneira que acha mais interessante, sem necessariamente se atentar para aspectos pedagógicos relevantes;

b) organizada e segura – em que há instrumentos legais norteadores, como regulamentações, portarias, instruções normativas ou manuais, por exemplo, sendo todos produzidos de maneira didática, de fácil compreensão, com possibilidade de suporte e saneamento de dúvidas de forma recorrente, aberta e simplificada;

c) burocrática – em que até há instrumentos legais e/ou norteadores, como regulamentações, portarias, instruções normativas ou manuais, porém, são conteúdos absurdamente extensos, pouco práticos, dispersos/ difusos, dispostos em interfaces pouco amigáveis e que obrigam a realização de procedimentos demorados ou de muitas exigências formais para acesso e aplicação.

d) híbrida – em que parte do processo pode ser complexo e confuso, parte organizado e seguro ou parte burocrático.

Acima de tudo, essas condições se dão a partir da vontade política de governos, de instituições como as escolas – públicas e privadas –, do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de ampla ação política de movimentos estudantis, culturais e sociais que defendem, promovem e ajudam a garantir políticas públicas para uma educação de qualidade, onde também cabe citar movimentos internacionais que se articulam com essa pauta, como o de pactuação da Agenda 2030, que visa alcançar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – os ODS –, prevendo entre 7 e 10 metas para o objetivo 4: Educação de Qualidade (ONU, 2015).

A participação social, nesse caso, acontece de maneira cruzada. Ao mesmo tempo em que ela é necessária para a construção de políticas públicas que fomentem a educomunicação em produção audiovisual e que fomentem o cumprimento da Lei de exibição e debate de filmes do cinema nacional, ela também pode se propõe a ser tema do debate, dos encontros, das oficinas e das aulas em processos educativos. Ou seja, a participação social figura, ora como caminho e meio para se alcançar conquistas sociais, ora como a própria finalidade e centro de debates que precisam ser fomentados para que possa se retroalimentar.

Avançando ainda mais nos diálogos sobre a integração do público pesquisado com as práticas de consumo e de percepção do audiovisual como ferramenta para promover e refletir sobre a participação social, não seria possível deixar de lado o universo das séries audiovisuais. Tais séries, compreende-se aqui, como todas as obras audiovisuais produzidas, planejadas e distribuídas de maneira

intencionalmente fragmentada, abarcando, portanto as séries de televisão, as séries exclusivas para plataformas de *streaming* e de vídeos *on demand*, as webséries, as séries de vídeos para *Youtube*, IG TV (Instagram TV) etc.

Desse modo, logo de início, há de se refletir sobre a gênese dos interesses da indústria cultural e de entretenimento ao criarem e desenvolverem os conteúdos em série. Para Jenkins (2014, p. 173), “desde o começo, o entretenimento serializado foi adotado para exigir um leitor comprometido e engajado, que pudesse acompanhar cada novo episódio e fazer de links entre segmentos de informações dispersas pelo desdobramento da narrativa”.

Gómez percebe nesse posicionamento da indústria, um desejo que não necessariamente prioriza a experiência do público. Na verdade, o que vem antes disso, é o desejo de explorar economicamente tudo o que um produto matriz tem a oferecer.

Cada vez mais, gostamos ou não, construir uma história não é suficiente, é preciso fazer algo a mais, acrescentar elementos para que tenha algo ao menos de espetáculo e aí, sim, possa ser consumida por mais público; para que consiga detonar emoções e sensações. Esta é a condição mercantil que domina o intercâmbio e a produção cultural atual ao redor das telas, na maior parte do mundo ocidental. (GÓMEZ, 2014, p. 287)

Torna-se importante resgatar as contribuições de Jenkins (2009), sobre aspectos das narrativas transmidiáticas que, acabam sendo justamente as estratégias que vão parcialmente de encontro a essas observações de Gómez (2014). Parcialmente, pois apesar de Jenkins também demonstrar total ciência sobre os interesses do marketing, da publicidade e de toda a cadeia da indústria das comunicações e do entretenimento, isso não necessariamente significa para ele algo perto de algum tipo de catástrofe ou de destruição da cultura do conhecimento e das possibilidades benéficas para os campos da educação, por exemplo.

Essas narrativas complexas em série agora estão se estendendo mais além do meio de televisão em webisódios, histórias em quadrinhos impressas e digitais, jogos de computador e experiências de realidade alternativa, cada um deles se tornando nova fonte de receita e, além disso, abastecendo a fascinação do público [...]. (JENKINS, 2014, 174)

Seria, portanto, o modelo do audiovisual seriado – e não somente seriado/temporalmente distribuído – mas também transmidiático – que transite em diálogo com outras mídias, formatos, plataformas e produtos –, um paradigma que pudesse

servir de inspiração para as práticas educacionais em geral? Ou ainda, para as práticas de promoção da participação social entre adolescentes? Se pararmos para pensar a divisão das etapas educacionais, vamos notar que, de certa forma, adotam um modelo seriado que até alguns anos recebiam nomenclaturas como primeira, segunda, terceira e quarta série do Ensino Fundamental 1, por exemplo – hoje, usa-se os termos primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto ano do Ensino Fundamental 1... Apesar da adoção de um modelo seriado, por que nem sempre a jornada educacional dos(as) estudantes parece envolvê-los com a mesma intensidade e fascínio exercidos pelas séries audiovisuais que esses públicos consomem?

Os livros didáticos também são divididos em capítulos e, portanto, seus conteúdos são distribuídos e discutidos de forma seriada, programática e com certa linearidade. Desse modo, quais inspirações as experiências audiovisuais transmidiáticas poderiam servir para tornar as jornadas educativas mais empolgantes, envolventes e, de fato, geradoras de novos conhecimentos e aprendizados? O fato de estarmos tratando do universo audiovisual exclui a possibilidade de conectar as narrativas transmídias vivenciadas nesse campo com narrativas transmidiáticas a serem construídas e desenvolvidas com e para estudantes, por exemplo? Essa transmídiação do conhecimento e das práticas educativas encaminhariam as infâncias, adolescências e juventudes para práticas meramente subservientes à uma sociedade do espetáculo? Ou trocas de saberes genuínos, ricos e significativos poderiam se dar a partir dessa realidade?

Se, por um lado, Paulo Freire defende que ensinar exige apreensão da realidade (FREIRE, 2015, p. 67), exige alegria e esperança (FREIRE, 2015, p. 70) exige a convicção de que a mudança é possível (FREIRE, 2015, p. 74) e exige querer bem aos educandos (FREIRE, 2015, p. 138), por outro, também crê que ensinar exige bom-senso (FREIRE, 2015, p. 60) e rigorosidade metódica (FREIRE, 2015, p. 28).

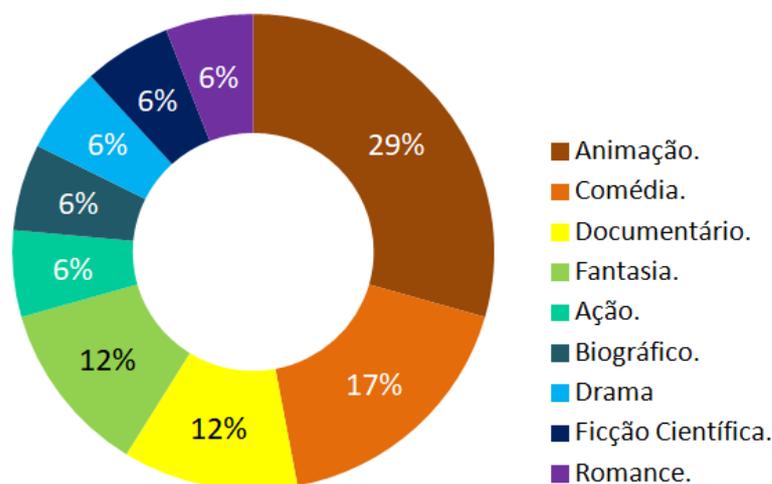
Uma de suas tarefas primordiais **[dentre as tarefas do(a) educador(a)]** é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. [...] essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (FREIRE, 2015, p. 28, **grifo nosso**)

A partir disso, também se leva em consideração que Freire (2015), para além de ser uma experiência que pode ser prazerosa, emancipadora e que leva em conta o encontro dos desejos do(a) educando(a) e do(a) educador(a), deve ser uma experiência que pressupõe disciplina, comprometimento (FREIRE, 2015, p. 94), além do equilíbrio entre liberdade e autoridade (FREIRE, 2015, p. 102).

A dosagem de eventuais adoções de serialização do aprendizado, sob a perspectiva das narrativas transmídias, tal qual ao que poderíamos chamar de um *storytelling* com fins educacionais, mediados pelas múltiplas linguagens da comunicação, se impõe como uma construção absolutamente desafiadora, a ser desenvolvida por muitas mãos, aliando profissionais da comunicação, profissionais da educação, sociedade civil organizada e – à luz das premissas da educomunicação – as próprias crianças, adolescentes e jovens.

Os(as) participantes da pesquisa chegaram a ser questionados(as) sobre os gêneros das séries audiovisuais que assistem, devendo selecionar uma única opção, dentre uma lista de possibilidades.

GRÁFICO 22 – GÊNEROS DAS SÉRIES MAIS ASSISTIDAS PELOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

Se somarmos os gêneros que costumam ter conteúdo predominantemente de ficção, perceberemos que lideram as escolhas: 82% deles(as) selecionaram essas opções. Os(as) demais escolheram gêneros conectados às produções baseadas em fatos reais e ao retrato da realidade, ao indicarem os gêneros Documentário e Biográfico. Se faz interessante notar que esses gêneros mais informativos indicam

que parte dos(as) participantes priorizam gêneros que ajudam a perceber a importância de não estereotipar, tampouco homogeneizar as adolescências e juventudes. Ao fugirem do padrão de consumo das séries de entretenimento, eles(as) sinalizam que também estão abertos a outros formatos e discussões dentro do campo audiovisual. Demonstram também que, além de darmos maior atenção à seara audiovisual, para processos de educação e do fomento à participação social, há que se pensar na produção e desenvolvimento de vídeos em diferentes gêneros haja vista que seus interesses são bastante diversificados – eles(as) assinalaram nove opções distintas como sendo seus gêneros audiovisuais favoritos.

Lançando luz sobre a última fase de análise sobre as discussões em torno do audiovisual, resta ainda versar sobre os apontamentos dos(as) participantes da pesquisa sobre os *games*, jogos digitais, eletrônicos e analógicos.

Em termos de contextualização do universo dos *games*, poderia ser interessante abordar seus aspectos históricos, suas correntes de estudos, bem como a sua conexão com as diferentes ciências e áreas do conhecimento. Outro aspecto interessante a ser explorado, seria também a importância do brincar e da ludicidade nas atividades com crianças e adolescentes, bem como a transição e a coexistência do mundo das brincadeiras para a virtualização de parte dessas práticas. No entanto, acreditando que todas essas possibilidades nos afastam dos objetivos desta Dissertação, optou-se por focar em análises, tão somente a partir das indicações apontadas pelos(as) participantes da pesquisa, à luz de contribuições de estudiosos das interfaces da Comunicação e dos *Games*, bem como do que dizem os autores que integram a fundamentação teórica.

Gómez (2014 a, p. 80) vê de forma crítica, a utilização dos games em processos educativos; ele reconhece que “[...] o jogo consegue fazer com que o jogador não apenas aprenda, mas que desfrute da aprendizagem, por se revelar tão atraente e estimulante como o processo educativo”. Por outro lado, também faz questão de ressaltar que podem incorrer em aspectos negativos.

Embora os videojogos e as demais tecnologias de informação constituam recursos para diferentes aprendizagens, eles também comportam riscos, que é importante mencionar para não se parecer ingênuo ou falsamente otimista em relação a essa tecnologia e seu potencial para a educação. (GÓMEZ, 2014 a, p. 80)

Em suma, o autor pontua a dimensão estritamente cognitiva como capaz de produzir efeitos positivos nos(as) jogadores(as), ao passo que nas dimensões

afetivas ou ideológicas, podem trazer malefícios, como representar uma catarse em jogos violentos – ou fazer com que jogadores/as se acostumem com a violência a partir do contato com esse tipo de narrativa –, bem como atuar como um componente viciante (GÓMEZ, 2014 a, p. 80).

Apesar de também ser crítico à utilização dos *games* em processos de educação, Prats (2014) demonstra também um forte entusiasmo em relação a essa mídia.

De um modo ou de outro, nos videogames pode ser visto, como expressão lúdica de participação através da interação, como esta última contribui para o desenvolvimento de habilidades específicas: melhora a coordenação motora ou a integração de estímulos visuais e auditivos, a coordenação perceptiva e neuro muscular, a rapidez de resposta e os reflexos, a capacidade de tomar decisões (acertadas?) em décimos de segundo, até limites que não tinham sido tocados por nenhuma tecnologia anterior. (PRATS, 2014, p. 268)

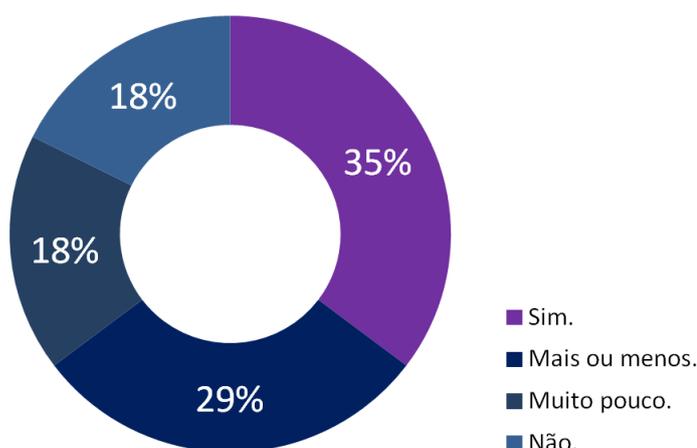
O que diferencia Prats (2014) de Gómez (2014) é que o primeiro vê a dinâmica dos *games* e da participação através da interatividade tecnológica como potências e ferramentas para a concretização de níveis supostamente superiores de participação.

Fátima Regis (2014) elucida, em um dos verbetes do Dicionário de Comunicação, aspectos de interação de multimeios que, de certa forma, se aproximam da visão transmidiática defendida por Jenkins (2009).

Para os estudos da comunicação, a importância dos *games* reside em sua característica de operar como um meio de meios, ou seja, um meio que acolhe os diferentes formatos, códigos e linguagens presentes nas formas literárias, cinematográficas, radiofônicas, televisivas, fotográficas e demais suportes midiáticos. Além disso, sensibilizam os diversos sentidos humanos, requerendo de seus jogadores o uso de habilidades cognitivas distintas, como sensorimotoras, sociais, afetivas, lógicas e representacionais. Os *videogames* tornam-se, assim, um potente meio de comunicação, interação e sociabilidade na cultura contemporânea. (REGIS, 2014, p. 277)

Em que pese existir vários(as) autores(as) que veem nos *games*, grande potencial educativo e, inclusive, de caminho para a promoção da participação social de adolescentes, boa parte dos(as) participantes da pesquisa (36%) sequer demonstraram gostar desses jogos digitais. A outra parte (64%), no entanto se dividiu em afirmar que gosta ou ainda que “gosta mais ou menos”.

GRÁFICO 23 – GOSTO PELA PRÁTICA DE JOGAR GAMES/ JOGOS DIGITAIS, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA

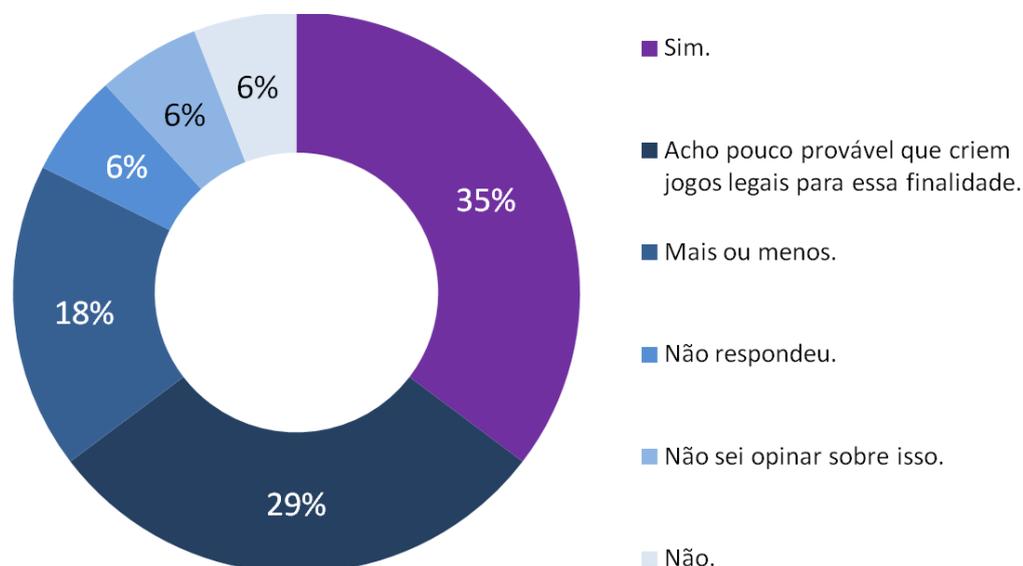


FONTE: O autor (2020).

Não foi aprofundado com os(as) participantes da pesquisa os motivos que os(as) levaram a gostar mais ou menos, gostar muito pouco ou a não gostar de *games*. Dessa forma, não é possível saber, por exemplo, se as raízes estão sob o viés econômico financeiro – compra de créditos para conseguir avançar em fases mais complexas em jogos *online* no computador –, o viés de acesso ao aparato tecnológico – compra de *consoles*/ aparelhos mais sofisticados de *videogame*, compra de celulares com capacidade para rodar games ou ainda a aquisição dos *gadgets*/ acessórios que tornam a experiência do jogar mais confortáveis, como controles, teclados com iluminação retrátil, cadeiras acolchoadas etc. – ou ainda o viés de aspecto comportamental mesmo, de não gostarem de se envolver com as fases do jogo ao longo de um período de tempo mais prolongado ou por não terem adquirido a cultura *gamer* por não terem sido expostos a ela em seu curso de vida.

Ainda que as práticas de jogar *games* sejam vistas de maneiras diferentes pelos(as) participantes da pesquisa, eles(as) se propuseram a responder se veem nessa mídia, um meio de promover a participação social de adolescentes. Ou seja, interessava saber se seja pelas possibilidades de narrativas, jornada no jogo, tipo de jogo ou possibilidades de jogá-lo sozinho(a), com um grupo ou em rede – com uma profusão maior de participantes ao mesmo tempo, por exemplo –, seriam pontos que pudessem contribuir com a prática da participação social.

GRÁFICO 24 – CRENÇA NOS *GAMES*/ JOGOS DIGITAIS COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA

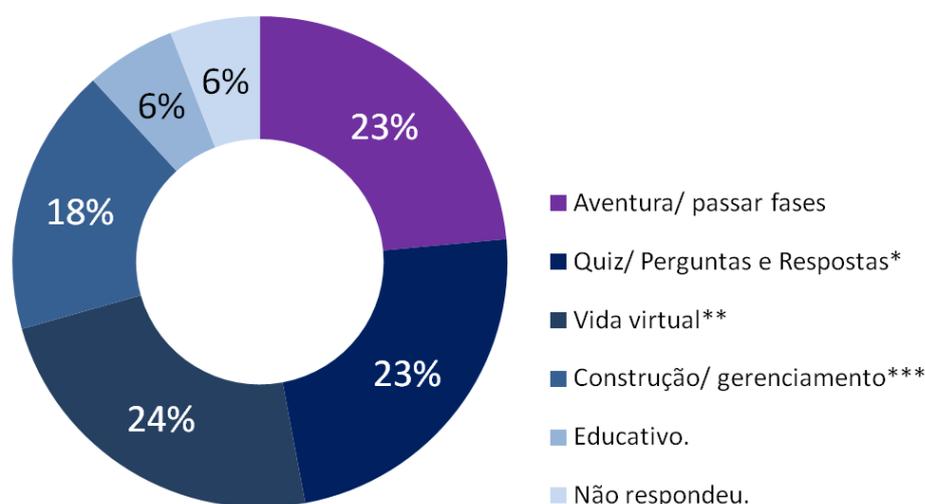


FONTE: O autor (2020).

O mais interessante de notar a partir do Gráfico 23 é que as informações nele contidas funcionam, de certa forma, como um espelho das informações expostas no Gráfico 22. Ou seja, existe uma absoluta proporcionalidade, por exemplo, entre a porcentagem de manifestações de quem gosta de *games* com o número de que acredita que é possível promover a participação social através desses jogos digitais. Do mesmo modo, os(as) que assinalaram “acho pouco provável que criem jogos legais para essa finalidade” também corresponde proporcionalmente à quantidade de pessoas que indicaram gostar “mais ou menos” de *games*.

Ainda que haja uma parcela descrente de que *games* interessantes possam ser desenvolvidos para funcionar como ferramenta de promoção da participação social de adolescentes, todos(as) participantes se envolveram no exercício de imaginar e, conseqüentemente, de indicar quais tipos/ gêneros de jogos digitais poderiam funcionar para atingir essa proposta. O resultado foi uma diversidade de possibilidades, como aponta o Gráfico 24.

GRÁFICO 25 – TIPOS DE GAMES CAPAZES DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTAS: *O jogo “Show do Milhão” foi inserido como exemplo, no questionário *online*.

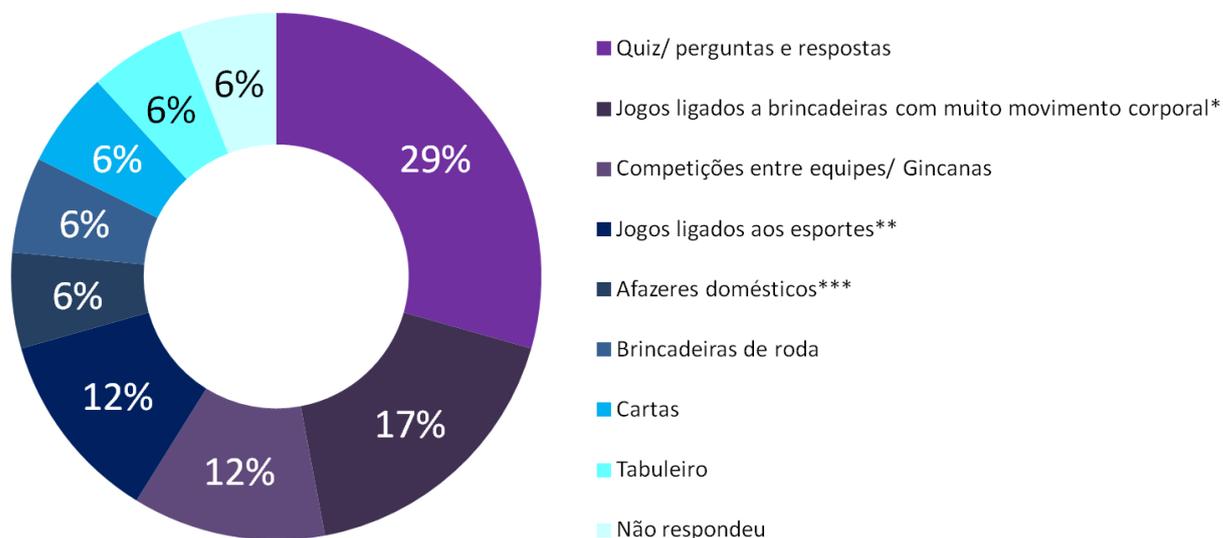
**Foram inseridos os exemplos dos jogos “The Sims” e “Second Life”, no questionário *online*.

***Foram inseridos os exemplos como a construção de cidades, de cenários, de confeitarias e citado o jogo “Minecraft”, no questionário *online*.

No questionário *online*, os(as) participantes só poderiam assinalar uma única opção em uma lista de treze opções. As possibilidades de jogos não escolhidas por ninguém foram: Luta (Ex.: *Mortal Kombat*, *Dragon Ball*), Tiro/ Shooter (Ex.: *Fortnite*, *Free Fire*, *Counter Strike* etc.), Corrida, Simulação de veículo (pilotagem de avião, de helicóptero, embarcações etc.), Esportes (Futebol, Tênis, *Skate*, Basquete, *Rugby* etc.), Dança (*Just Dance*, *Dance Central* etc.), Musical/ Ritmo (*Guitar Hero*, *Rockband*, *Rocksmith*, *DJ Hero*, *Magic Piano* etc.) e *Puzzle/ Quebra-cabeça/ Tetris*.

Pensando nas limitações e desafios de viabilização à ampla criação e difusão de jogos eletrônicos voltados à participação social de adolescentes, também houve o cuidado de consultar os(as) participantes da pesquisa sobre quais tipos de jogos analógicos poderiam ser mais estratégicos para essa finalidade.

GRÁFICO 26 – TIPOS DE JOGOS ANALÓGICOS CAPAZES DE PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTA: *Exemplos utilizados no formulário *online*: amarelinha, cabo de guerra, esconde-esconde.

**Exemplos utilizados no formulário *online*: vôlei, futsal, basquete e handebol.

***Exemplos utilizados no formulário *online*: administração de funcionamento ou de organização de cozinha, quarto etc.

Lideraram as escolhas os jogos que pressupõem atividades físicas e de movimento. Juntas, essas opções somam 53%, compreendendo os jogos ligados a brincadeiras com muito movimento corporal (17%) – como releituras da amarelinha, do esconde-esconde etc. –, as competições de equipe/ gincanas (12%), os jogos ligados aos esportes (12%), as simulações de afazeres e procedimentos (6%) – júri simulado, simulação de administração de cidades ou instituições, organização de casa etc. – e as brincadeiras de roda (6%). As demais opções se encaminham para modelos de jogos ligados a atividades de pouco movimento e atividade física, tais como o quiz/ perguntas e resposta – como testes de conhecimentos sobre determinado assunto, por exemplo –, bem como os jogos de carta e de tabuleiro.

Desta forma, além dos(as) adolescentes e jovens participantes da pesquisa, os(as) próprios(as) teóricos(as) da comunicação e da educação acabam por concordar entre si, de maneira genérica, sobre a existência dos benefícios dos *games* digitais ou analógicos em processos de educação, colaboração e resolução de problemas.

Para Gómez (2014 a, p. 79), “há um crescente consenso entre pesquisadores de novas tecnologias em educação ao considerar que é precisamente o lúdico, o

jogo como tal, o ‘terreno fértil’ adequado para facilitar processos de aprendizagem [...]”. Desse modo, o que seria interessante é avaliar as condições e possibilidades de concepção, desenvolvimento, eventual produção e impressão de material gráfico, eventual produção ou impressão 3D de peças, integração de adolescentes dos(as) sujeitos(as) nessas diferentes etapas de criação e utilização dos jogos que também tivessem como função a promoção de um maior engajamento e participação social de adolescentes em processos decisórios de suas escolas, comunidades, cidades, Estado e país.

A relevância da dimensão educomunicativa se coloca como estratégica mais uma vez, já que se trata de um paradigma que, ao mesmo tempo, possibilita a participação dos(as) envolvidos(as) na concepção dos jogos – o faz, inclusive, por meio de processos de construção que são educativos/ formadores e comunicacionais, portanto, com rotinas e procedimentos característicos da produção midiática – além de promover que, ao jogar, os(as) envolvidos(as) na dinâmica possam obter como resultado a reflexão sobre a importância da participação social de adolescentes na vida pública e comunitária, bem como de eventuais criações de ações de impacto que possam se colocar como ações concretas do grupo que participou do jogo.

A educomunicação, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência. (SOARES, 2011, p. 45)

Nessa seara, seria possível considerar o uso dos *serious games* e de *gamefication*, propostas paradigmáticas que podem ser aplicadas em contextos e processos de educação, podendo ser perfeitamente integrados às estratégias de educomunicação e de participação social de adolescentes.

7. CONCLUSÕES

Tendo em vista a diversidade de resultados verificados e a necessidade da articulação de todos eles para contribuir com as conclusões, optou-se por recorrer à Metodologia da Análise Hermenêutico-Dialética, presente nos estudos de Oliveira (2016) e Taquette e Borges (2020) como indicado no capítulo de Metodologia, para construir este capítulo. Sendo assim, é apresentada uma síntese da sistematização dos resultados em formato de Quadro, seguido de uma análise mais detalhada, desenvolvida na sequência.

As três colunas do QUADRO 3 dizem respeito às principais Categorias Teóricas abordadas nesta Dissertação; no quadro, levam os nomes de “Comunicação, Consumo e Produção Midiática”, “Educomunicação: Interfaces da Comunicação e Educação para a Participação Social” e “Comunicação e Participação Social de Adolescentes”.

Os tópicos enumerados no interior das colunas do QUADRO 3, dizem respeito às Categorias Empíricas, compostas por temáticas pesquisadas para a construção da dissertação: todas elas dizem respeito aos objetivos geral e específicos, bem como contribuem com a resposta ao problema de pesquisa. Ao todo, foram encontradas 10 Categorias Empíricas: 1. Hábitos de consumo midiático; 2. Hábitos de produção midiática; 3. Percepções de como mídia e tecnologias ajudam na promoção da participação social; 4. Acesso à educação em direitos humanos; 5. Participação social em ambiente escolar; 6. Participação social em espaços de educação não formais; 7. Existência de destempo entre escola e o(a) adolescente; 8. Articulação e organização coletiva intergeracional; 9. Promoção, fomento e execução das políticas públicas de participação social de adolescentes; 10. Produção comunicacional em promoção da participação social de adolescentes.

Por fim, é possível notar também que cada Categoria Empírica do QUADRO 3 é sucedida de tópicos não enumerados — chamadas de Unidades de Análise —, que correspondem aos dados obtidos, apresentados como breves sínteses frutos do resultado da análise hermenêutico-dialética. Ao todo, foram encontradas 17 Unidades de Análise, às quais discorre-se logo após a apresentação do referido Quadro.

QUADRO 3 – MATRIZ GERAL DE DADOS DA ANÁLISE HERMENÊUTICO-DIALÉTICA

COMUNICAÇÃO, CONSUMO E PRODUÇÃO MIDIÁTICA	EDUCOMUNICAÇÃO: INTERFACES DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES	COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES
<p>1. Hábitos de consumo midiático</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aparentemente imersos na cultura digital, consumindo conteúdo em todas as linguagens, em maior ou menor grau, com destaque para o consumo audiovisual e de redes sociais digitais. <p>2. Hábitos de produção midiática</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura à produção de conteúdo em todas as mídias, com ressalvas/peculiaridades quanto às práticas da leitura, da escrita e da performance de si em vídeos. <p>3. Percepções de como mídia e tecnologias ajudam na promoção da participação social</p> <ul style="list-style-type: none"> • A prática da participação ocorre nas múltiplas mídias e ferramentas: o império das mídias visuais. • Novas narrativas e formatos de apresentação da participação social precisam existir para alcançar a diversidade de gostos, estéticas e modos de consumo de adolescentes: oportunidades para os campos do infotainment e da educomunicação. • Paradoxo da importância da mídia de massa <i>versus</i> a descrença de que esses meios sejam parceiros de fato: oportunidades para as mídias alternativas. • Tecnologia como instrumento de apoio e não como solucionadora. 	<p>4. Acesso à educação em direitos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de cumprimento e do reconhecimento do cumprimento das legislações básicas que preveem a educação em direitos humanos nas suas mais diferentes interfaces. <p>5. Participação social em ambiente escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de maior incorporação do estudo e da prática da participação social no cotidiano escolar: fortalecimento dos movimentos estudantis. <p>6. Participação social em espaços de educação não formal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importâncias das organizações da sociedade civil na educação para a participação social, educação em direitos humanos e no desenvolvimento de programas e projetos contínuos e/ou recorrentes nesses campos: oportunidade para as entidades que praticam a educomunicação. <p>7. Existência de destempo entre escola e o(a) adolescente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pela predominância de abordagens meramente curriculares, escolas demonstram deixar de abordar assuntos que adolescentes gostariam que fossem mais explorados: oportunidades de desenvolvimento criativo de habilidades e competências da nova base nacional comum-curricular. 	<p>8. Articulação e organização coletiva intergeracional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios do relacionamento de adolescentes com adultos(as) que detêm poder decisório. • Superação do adultocentrismo <i>versus</i> identificação de adultos(as) aliados(as). • Fortalecimento das práticas de comunicação e <i>advocacy</i> de entidades e grupos de adolescentes que lutam pelo direito à participação social. <p>9. Promoção, fomento e execução das políticas públicas de participação social de adolescentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios do fomento e do financiamento público para a promoção da participação social de adolescentes em Conselhos de Direitos. • Consideração do impacto das condições socioeconômicas no engajamento/ participação social de adolescentes. <p>10. Produção comunicacional em promoção da participação social de adolescentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conteúdos já produzidos, em geral, são interessantes, profícuos e relativamente regulares, mas prática do discurso é permeada por entraves, morosidade e pouca efetividade. • Produção comunicacional sobre participação social de adolescentes deve continuar.

Fonte: O autor (2020).

7.1 COMUNICAÇÃO, CONSUMO E PRODUÇÃO MIDIÁTICA DE ADOLESCENTES PARTICIPATIVOS(AS)

Em relação à categoria teórica da **Comunicação, Consumo e Produção Midiática de Adolescentes Participativos(as)**, sobretudo a praticada entre o grupo de adolescentes envolvidos(as) em atividades de participação social no âmbito do Conanda, foram elencadas três subcategorias ou categorias empíricas: os hábitos de consumo midiático, os hábitos de produção midiática e as percepções de como mídia e tecnologias ajudam na promoção da participação social.

Observou-se que, entre o grupo pesquisado, há um **consumo midiático** em todas as linguagens apresentadas, em maior ou menor grau, seja em mídia audiovisual (cinema, televisão, séries *on demand*, fotografias, vídeos em redes sociais, *games*), impressa (revistas, jornais e livros), sonora (rádio, *podcasts* etc.) e mídias digitais convergentes (redes sociais, *sites*, portais de notícia etc.). É verdade que cada um(a) dos(as) participantes tem suas peculiaridades no consumo, em que alguns demonstram preferência por essa ou aquela linguagem midiática. No entanto, o que une todos(as) é uma abertura para o consumo de conteúdo em diferentes plataformas e fontes. Ao mesmo tempo, há uma crença de que todas essas linguagens e espaços de circulação de conteúdos informativos e de entretenimento são cabíveis para abordar e difundir conhecimentos e boas práticas acerca da participação social de adolescentes. Destacam-se que as narrativas audiovisuais e as que funcionam dentro da dinâmica de redes sociais digitais, vistas por eles(as) como as mais eficazes quando o assunto é promover a participação social de adolescentes e difundir esse conceito entre esse público etário.

Os **hábitos de produção midiática** também existem entre os(as) adolescentes participantes da pesquisa, que demonstraram, inclusive, uma maior inclinação à produção de conteúdos em linguagens fotográfica, textual e audiovisual, uma vez que já fazem isso de diferentes formas, em relação a essas linguagens. É necessário levar em conta que não há um aprofundamento acerca do quão confortável se sentem em relação a eles(as) mesmos(as) serem os(as) produtores(as) de conteúdo com o objetivo de difundir a cultura da participação social de adolescentes por meio da mídia, o que poderia ser melhor desenvolvido a partir do contato com práticas da educomunicação, com as quais poderiam perceber melhor suas aptidões e preferências pelas diferentes linguagens. No entanto, o que é possível destacar são as respostas majoritariamente positivas dadas ao

questionário *online* quanto à abertura que têm para a produção de conteúdo midiático em diferentes linguagens e a deliberação do grupo por solicitar ao Conanda, por meio de carta aberta, a criação dos próprios canais de comunicação/redes sociais do Comitê de Participação de Adolescentes — conforme apontou a análise dos dados coletados na Observação Participante e também na Pesquisa-Ação.

As **percepções de como a mídia e as tecnologias ajudam na promoção da participação social de adolescentes** demonstram quatro características principais: 1. a necessidade da multimídia, em que promover a participação social de adolescentes não é algo que possa se dar através de uma única mídia ou linguagem da comunicação e sim circular pelos diferentes meios e plataformas; 2. o uso e criação de novas narrativas e formatos de apresentação da pauta da participação social, que podem ter como saídas a intensificação da prática do infotimento³ e da educomunicação, por exemplo; 3. o paradoxo que é a consciência da importância das mídias de massa na promoção da participação social de adolescentes (ver GRÁFICO 12) ao mesmo tempo em que existe uma descrença de que podem contar com os *mass media* nessa luta, o que demonstra um forte potencial a ser explorado pelas mídias comunitárias, populares, alternativas e educacionais; 4. o uso instrumental das ferramentas tecnológicas e não o seu endeuamento, ou seja, os dispositivos eletrônicos e as possibilidades das tecnologias são tratados como caminhos que podem colaborar com soluções para a discussão e promoção da participação social de, com e entre adolescentes, mas a sua ausência não é motivo para que tal participação não ocorra.

Sendo assim, conclui-se que, aliando as informações de que já consomem conteúdo em diversas mídias, de que acreditam que as mídias tem papel importante para disseminar e ajudar a construir uma cultura de participação social entre adolescentes e que estão abertos à produção midiática, já realizando isso com alguma frequência, fica evidente que, ao terem contato com práticas educacionais, teriam o potencial de produzirem, de forma individual ou coletiva, iniciativas de comunicação em prol da promoção da participação social de adolescentes de maneira mais autônoma e criativa, lançando mão de estratégias

³ Para Martino (2009, p. 155) o infotimento é a “articulação estética para tornar informações reais agradáveis e fáceis de serem compreendidas ou mesmo borrar a fronteira entre informação e entretenimento passando mensagens sérias ao lado de atrações mais leves”.

mais adequadas para dialogar com o público etário do qual já fizeram parte, proporcionando caminhos mais assertivos e eficazes para a mobilização social de outros(as) adolescentes em torno da temática da participação social.

7.2 EDUCOMUNICAÇÃO: INTERFACES DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES

A categoria teórica da **Educomunicação: Interfaces da Comunicação e Educação para a Participação Social de Adolescentes** é estruturada sobre quatro categorias empíricas: o acesso à educação em direitos humanos, a participação social em ambiente escolar, a participação social em espaços de educação não formal e a existência do destempo entre escola e o(a) adolescente.

Avaliando parte das respostas do questionário *online* (ver GRÁFICOS 34, 35 e 36), nota-se que o público pesquisado aponta para algumas insuficiências no **acesso à educação em direitos humanos** praticados pelas suas escolas. Não é possível, nem é a intenção, acusar as escolas de não promoverem processos de educação em direitos humanos. No entanto, a percepção entre expressiva parcela dos(as) adolescentes é de que conteúdos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e de Educação Ambiental, por exemplo, foram insuficientes, poucos trabalhados ou não foram abordados ao longo da educação básica — Ensinos Fundamental I e II e Ensino Médio —, com respostas majoritariamente apontando para as opções “não” e “muito pouco”, quando indagados(as) sobre o assunto.

Quanto a discussão e prática da **participação social em ambiente escolar**, verificou-se que há uma consciência por parte dos adolescentes pesquisados(as) da importância do papel da escola na promoção desse debate e da criação das condições para que a participação, de fato, aconteça. O movimento estudantil se destaca, segundo os(as) adolescentes, no papel de despertar as juventudes para a participação social no ambiente escolar (ver GRÁFICO 37). Inclusive, a escola figura como o espaço social principal para a promoção da participação de adolescentes, deixando a família junto com influenciadores(as) digitais/ *youtubers*/ personalidades da *web* em último lugar (ver GRÁFICO 10). Logo após a escola, ONGs/ grupos comunitários/ coletivos ocupam o segundo lugar como atores/ espaços sociais propícios para a participação social, o que nos leva ao próximo resultado.

A **participação social em espaços de educação não formal** apareceu merece destaque tendo em vista o papel da família, do Estado e da sociedade em garantir direitos de crianças e adolescentes, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Nem sempre as famílias, muitas vezes atarefadas com o mundo do trabalho imposto pelos contextos capitalistas ou que se desenvolvem em contextos de despolitização/ ausência de diálogos que abordem questões políticas e sociais conseguem dar atenção à pauta da importância da participação social de adolescentes. As escolas, como relataram os(as) adolescentes participantes da pesquisa também são apontadas como espaços que pouco abordam e praticam tal participação — ainda que imperem como local estratégico para essa tarefa —. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos, redes e fóruns se colocam como espaços importantes capazes de atuar para a formação de adolescentes participativos(as), conscientes de seus direitos e deveres, dos canais de denúncia e de exercício de sua cidadania, bem como do acesso aos mais diferentes serviços públicos que, aliados a práticas de comunicação — que vão desde mobilizações pelas redes sociais, assinatura de petições *online*, organização popular através de veículos de comunicação alternativos etc. As entidades que praticam e disseminam a educomunicação entre adolescentes passam a ocupar um importante papel nesse cenário, já que a escola e os(as) adolescentes vivem relações que, nem sempre, possibilitam o diálogo interseccional entre a relevância da comunicação, da educação e da participação social de adolescentes.

Verificou-se ainda a **existência de destempo entre escola e o(a) adolescente/** estudante. Pela dinâmica da organização escolar, muitas vezes há o predomínio de abordagens meramente curriculares, que deixam de incorporar temáticas que dialogam com a vida cotidiana dos(as) estudantes nos mais diferentes contextos em que vivem — seja rural, periférico, ribeirinho, com deficiência, em instituição de acolhimento, aguardando adoção etc. Para além de um destempo com a realidade social, há também o destempo na esfera da comunicação, como explica Gómez:

[...] os destempos educativos dos atores, sujeito-audiência, também se manifestam na comparação com a vida escolar. A escola e a universidade têm horários fixos, turnos determinados, lugares certos. Em certa medida, mantêm-se como redutos da instrução e da preservação da cultura e das tradições autóctones. Voltada ao passado e resistente a olhar todo

presente, a escola (pública) atual vê ameaçado seu futuro e “explode” diante do sempre presente midiático-informático, inovador e sem horários, fato possível pelas mais recentes tecnologia da informação. A esse referencial pode-se ter acesso em qualquer momento e quase de qualquer lugar, não tendo de fazer deslocamentos físicos. (OROZCO, 2006, p. 95).

Ao não convergir com as realidades socioeconômicas, culturais, tecnológicas e comunicacionais com os(as) adolescentes, muitos conteúdos que adolescentes gostariam que fossem mais explorados acabam não abordados no cotidiano escolar: a participação social de adolescentes é um exemplo disso. Uma oportunidade para reoxigenar essa discussão pode ser encontrada tanto na adoção da educomunicação como política pública educacional a ser estabelecida nas escolas, bem como a intensificação do desenvolvimento das habilidades e competências previstas para cada fase escolar, à luz da nova Base Nacional Comum Curricular (ver ANEXO 1).

7.3 COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES

Em relação à Categoria Teórica **Comunicação e Participação Social de Adolescentes**, foram elencadas três Categorias Empíricas: a participação e organização coletiva intergeracional — desmembrada em três unidades de análise —, a promoção, fomento e execução das políticas públicas de participação social de adolescentes — desmembrado em duas unidades de análise — e a produção comunicacional em promoção da participação social de adolescentes — também desmembrado em outras duas unidades de análise —, como aborda-se detalhadamente a seguir.

Na **participação e organização coletiva intergeracional** se destacam, em primeiro lugar, os **desafios do relacionamento de adolescentes com adultos(as) que detém poder decisório**. Percebe-se, portanto, a importância do desenvolvimento das capacidades de negociação, argumentação, diplomacia, persuasão, defesa de ideias baseadas em dados e fortalecimento de grupos, coletivos, grêmios estudantis e outras formas de participação de, com e entre adolescentes para aperfeiçoar o diálogo com as dinâmicas por vezes impostas, estabelecidas ou desejadas pelos adultos(as). Isso não significa que os(as) adolescentes devam sempre se curvar e aceitar de maneira passiva a todas as regras e imposições de adultos(as), sem nenhuma crítica ou tensionamento, mas

que tenderão a ser mais bem sucedidos em alguns casos onde forem capazes de decodificar as melhores formas de diálogo e tratativas com seus interlocutores(as) ao conhecerem os meandros dos processos de comunicação com esse outro público etário. Essas habilidades foram verificadas como existentes, durante em observação participante de atividades presenciais com o grupo de adolescentes pesquisados(as) e mostra-se como um pilar fundamental para o diálogo entre pares e também com outras gerações: infância, juventudes, adultos e idosos.

Em espaços como o de Conselhos de Direitos, ainda que já discutam direitos de crianças e adolescentes, a composição é constituída de diversos atores sociais representantes do Poder Público e das entidades da sociedade civil organizada: os(as) adolescentes acabam adotando estratégias próprias ou sendo levados a se manifestarem quando oportunidades são criadas para isso. Nem sempre os(as) adolescentes vão conseguir avançar com suas pautas, a depender da forma como se posicionam individual ou coletivamente com adultos(as) que detém poder decisório. Isso pode se dar por inúmeros motivos, não explorados pela pesquisa em profundidade, o que nos leva à segunda unidade de análise: a **importância da superação do adultocentrismo versus identificação de adultos(as) aliados(as)**.

É necessário criar mecanismos, estratégias de ação e de comunicação para superar a visão de que o modo ideal de ser e de estar no mundo é aquela preconizada e vivenciada pelo(a) adulto(a), já que adolescentes e todos os diferentes grupos etários são importantes e contribuem para a construção social. Não se pretende aqui tratar adultos(as) como grupo a ser pormenorizado, tampouco tratar adolescentes como grupo a ser privilegiado e exaltado. A proposta é equilibrar forças, somando saberes e ideias desses diferentes atores sociais.

Tramolo (2013, p. 23), ao tratar sobre as características de um(a) adulto(a) aliado(a) — a quem considera um novo modelo de adulto(a) —, afirma que os direitos de crianças e adolescentes não se contrapõem ou competem com os direitos de adultos e que apoiá-los “mostra a capacidade crescente das gerações jovens de se fazerem responsáveis por suas vidas e seu entorno e apresenta-nos o desafio de compartilhar decisões”.

Desse modo, as pessoas com pensamentos e atos adultocêntricos precisam passar por um processo de desconstrução, para que mais adultos(as) aliados(as) possam emergir.

A última unidade de análise dessa Categoria Empírica trata-se do **fortalecimento das práticas de comunicação e *advocacy* de entidades e grupos de adolescentes que lutam pelo direito à participação social**. Surge aqui pelo fato da pesquisa ter percebido que tanto o fortalecimento das ações e estratégias de divulgação da atuação de adolescentes em prol da garantia de direitos humanos, quanto a participação de entidades da sociedade civil em reuniões de conselhos de direitos e em outros espaços decisórios estratégicos e de impacto social são mecanismos importantes na luta pela participação social de adolescentes.

A comunicação e as estratégias tipicamente midiáticas, além de disseminar informações a um maior número de pessoas, ajudam na compreensão e na tradução de determinados conteúdos à população em geral e podem segmentar a linguagem para que a pauta atraia de maneira mais efetiva os grupos de adolescentes, podendo também surtir efeito entre os(as) formadores(as) de opinião e até mesmo de adultos(as) com poder decisório. Isso ficou evidenciado na prática da pesquisa-ação, em que foi construído um guia de como criar Comitês de Participação de Adolescentes em Conselhos de Direitos (Ver APÊNDICE 1), bem como foram adotadas medidas de *advocacy* em defesa da criação de mecanismos que ajudassem a formalizar a necessidade de implementação da participação social de adolescentes em conselhos de direitos no Paraná, como os juventude (CEJUV PR e CMJ Curitiba), o de direitos humanos (COPEL PR) e o de direitos da criança e do adolescente (CEDCA PR).

Na categoria empírica da **promoção, fomento e execução das políticas públicas de participação social de adolescentes**, destacam-se num primeiro momento os desafios do fomento e do financiamento público para a promoção da participação social de adolescentes em Conselhos de Direitos. A participação social de adolescentes, se executada com seriedade, à luz do Comentário Geral nº 12 da ONU e das indicações do Conanda, têm um custo. Afinal, se desejamos que os(as) adolescentes precisam se deslocar de suas casas para participar de reuniões, precisam fazer alguma refeição durante o período dedicado às atividades externas, precisam participar de atividades formativas com pessoas qualificadas, precisam utilizar dispositivos/ ferramentas de comunicação, precisam de acesso à internet etc., se faz necessário que providenciem essas questões básicas por conta própria ou devem contar com o custeio dessas despesas por parte de quem cabe garantir o seu direito à participação, principalmente quando foram legitimamente selecionados

para ocupar determinado local. O desafio portanto, é criar mecanismos logísticos, administrativos e legais de garantir essa participação social com a devida segurança: acompanhante no táxi/ ônibus/ avião/ barco quando em viagem, autorização de hospedagem em hotéis quando desacompanhados(as) dos pais e supervisionados(as) por terceiros(as), dentre outras peculiaridades. Em que pese a análise documental tenha encontrado resoluções do Conanda que já tratam dessa questão, ainda é notado que os Estados e municípios pouco tem se movimentado para a garantia do direito à participação de adolescentes em suas reuniões e demais atos, constituindo uma violação do direito desses(as) atores sociais. Reservar e garantir a aplicação de recursos para essa finalidade torna-se peça importante na garantia da participação.

A segunda e última unidade de análise dessa categoria empírica é a **consideração do impacto das condições socioeconômicas no engajamento/participação social de adolescentes**, que possui um pouco de ligação com a unidade de análise anterior. É importante que adolescentes de modo geral tenham noções do direito à participação social e política e tenham ideias de como exercê-lo das mais diferentes formas. Contudo, há de se considerar que, a depender das condições socioeconômicas, dos(as) adolescentes poderá haver necessidade de maior ou menor investimento público para a garantia da participação social, já que nem sempre as suas famílias poderão arcar com o custeio de coisas básicas como transporte e alimentação. Na observação participante, ficou evidente que o custeio de coisas muito simples como o deslocamento de um adolescente de sua casa até um aeroporto, por exemplo, pode ser determinante para impedir de que participe de um evento/ reunião estratégica da qual têm o direito de participar, inclusive baseado em suas prerrogativas enquanto membro eleito do CPA e de resoluções expedidas pelo próprio Conanda. No entanto, essas coisas nem sempre foram providenciadas a contento, segundo relatos dos(as) adolescentes captado em áudio.

Na última Categoria Empírica, a da **produção comunicacional em promoção da participação social de adolescentes**, há uma unidade de análise apontando que conteúdos já produzidos na última década, hospedados no então *site* do Conanda que estava disponível até 2019, em geral, são interessantes, profícuos e relativamente regulares. No entanto, a prática do discurso que atravessa as páginas daquelas publicações — averiguadas por análise documental — é permeada por entraves, morosidade e, pode-se dizer, pouca efetividade em relação

a todo o seu potencial. A Revista Conferindo, no entanto, impera como uma farol capaz de apontar para outras possibilidades de prática colaborativa, ao se constituir numa revista produzida a partir de práticas educomunicativas, produzida por e para adolescentes em um contexto de realização e cobertura de um evento símbolo da participação social: a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2016. Uma única publicação teve a força de mostrar como a educomunicação, associada à inteligência coletiva de adolescentes, somada às ações de adultos(as) aliados(as) foi capaz de materializar o potencial comunicativo, multimidiático, convergente e criativo do grupo etário pesquisado, que construiu suas próprias narrativas, com linguagem segmentada para adolescentes, material fotográfico autoral, pautas que demonstram um olhar jovem sobre a Conferência e a apresentação de um produto de comunicação de impacto.

A segunda unidade de análise diz respeito à **continuidade da produção comunicacional sobre participação social de adolescentes**. Acredita-se que tal produção seja uma maneira de difundir o conceito da participação social de adolescentes, já que esse é o termo que tem sido utilizado pelos movimentos sociais de direitos da criança e do adolescente na última década (2008-2018) e segue sendo abordado por esses atores sociais, ganhando força também após a instituição desse direito através do Estatuto da Juventude em 2013.

Contudo, é possível concluir que tal produção comunicacional tende a ser mais efetiva caso ocorra levando em consideração os demais resultados encontrados nesta pesquisa e elencados na Análise Hermenêutico-Dialética aqui apresentada. Ou seja, que seja uma produção comunicacional coproduzida com adolescentes por meio de práticas da educomunicação, aliada ao infotimento, veiculada em múltiplas linguagens — com foco no audiovisual e nas redes sociais — a ser divulgado em veículos de comunicação de massa quando possível e nos veículos de comunicação alternativa, executado paralelamente à abordagem didática de iniciativas de escolas e organizações sociais — de modo que desenvolvam a educação em direitos humanos, em convergência com temas ligados às realidades locais dos(as) adolescentes —, identificando adultos(as) aliados(as) e também aos(às) adultos(as) parceiros(as) detentores(as) de poder decisório em conselhos de direitos, com garantia de financiamento das ações de participação social que forem necessárias, atentando para as particularidades socioeconômicas dos indivíduos envolvidos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter lançado olhares sobre a participação social de adolescentes fez perceber ainda mais a importância de pensar também no exercício da participação social de crianças, respeitando suas habilidades e saberes. Sendo assim, urge a necessidade de estudar, compreender e se preparar para lidar com a chamada Geração *Alpha*, que compreende os nascidos a partir de 2010.

A dissertação também ajudar a levantar aspectos que demonstram a necessidade de abordar os desafios da inclusão no contexto da participação social para e com crianças, adolescentes e jovens com deficiência bem como de outras adolescências invisibilizadas, como as LGBTQI+, as que estão em situação de rua, de comunidades e povos tradicionais, as indígenas e as que vivem em contextos de exclusão digital.

É preciso também investir no envolvimento de adolescentes e jovens em experiências transmidiáticas verdadeiramente significativas, empolgantes e mobilizadoras, de modo que esses grupos etários sejam contemplados com as linguagens midiáticas e educativos que vão de encontro a seus interesses individuais e coletivos, bem como produzir efeitos sociais a curto, médio e longo prazo, melhorando índices de educação, ajudando a desenvolver novas tecnologias, influenciando mudanças nas práticas de comunicação – seja na mídia escolar, na comunicação popular e comunitária, na publicidade ou nos meios de comunicação de massa.

Há de se ir além da produção de *games* e jogos analógicos apenas para fins de manutenção de uma indústria do entretenimento, bem como de jogos educativos pouco empolgantes e desafiadores. Uma possibilidade de gerar conteúdos mais significativos é não deixar de compor equipes apenas com profissionais do *design*, das tecnologias da informação, programadores(as) e pesquisadores(as), mas avaliar como os(as) próprios(as) adolescentes e jovens poderiam participar desse processo criativo como consultores(as) de projetos de desenvolvimento de *games*, sobretudo com dinâmicas que ajudem a perceber a relevância e o impacto da participação social, bem como que possam gerar efeitos reais sobre os processos decisórios, sendo remetidos relatórios ou dados a governos ou organismos internacionais de direitos humanos, por exemplo.

Nota-se também a oportunidade de aprofundar as investigações acerca da importância das artes (teatro, dança etc.), como expressões comunicativas na

promoção da participação social. Nas simulações de caráter dramático e na criação de peças teatrais, por exemplo, cenas ou esquetes de humor, por exemplo, os(as) adolescentes tendem a reproduzir arquétipos – e, infelizmente, até estereótipos – de como enxergam os papéis sociais dos(as) personagens que representam. A psicologia também pode ser aliada quando o assunto é a produção de desenhos e a avaliação de seus significados, por exemplo; uma área do conhecimento que muito pode contribuir nesse sentido.

Uma pulsante necessidade também é de que grupos que defendem a democracia, a comunicação e a educação passem a fomentar mais a cultura da participação social desde adolescência, traçando estratégias e disseminando informações e conteúdos sobre a importância dessas bandeiras, uma vez que tais causas podem não ter aderência e atenção da população que – no contexto sócio-político-econômico brasileiro da atualidade – pode ter outras prioridades. Utilizar criteriosamente as ferramentas, meios de comunicação e linguagens específicas para dar visibilidade às pautas tratadas aqui, alinhando-as de maneiras segmentadas aos diferentes públicos é um grande desafio, já que uma porção de agentes precisariam ser envolvidos(as).

Percebe-se a necessidade de integrar espaços de poder, com caráter decisório, deliberativo ou consultivo, para pautar questões como as que foram levantadas nesta Dissertação, por exemplo.

Sempre que possível, torna-se necessário criar maneiras de o(a) pesquisador(a) ingressar nos grupos, órgãos, Conselhos, Fóruns e Redes que discutem as políticas públicas afetas à sua área de pesquisa, de modo que possa observar e até mesmo participar das decisões, deliberações e encaminhamentos realizados nesses âmbitos. No caso desta dissertação, a atuação em instâncias que debatem as interfaces da comunicação, educação e participação social de adolescentes, contribuiu para uma atuação ativa e propositiva, encontrando aliados(as) para fazer as mudanças desejadas passarem a se concretizar.

É estratégico a realização de movimentos que contribuam para a reserva, inclusão e execução de recursos públicos para fazer com que os direitos à comunicação, à educação e à participação de adolescentes se tornem reais e mais amplos. O que parece acontecer é a delegação dessa tarefa única e exclusivamente ao Poder Público, já que adolescentes e jovens não têm acesso sistemático e eficaz

a uma educação que dê conta da troca de conhecimentos sobre seus direitos mais fundamentais.

Ainda tratando da questão da destinação de recursos públicos, é preciso fazer o controle social e monitoramento da execução orçamentária para aquilo que, de fato, foram reservados. A participação em espaços como o CEDCA PR, o CEJUV e o COPED PR, por exemplo, fazem o pesquisador perceber inúmeras deficiências nesse aspecto, uma vez que há diversos casos em que boas propostas são desenvolvidas, registradas em Planos, atas e outros instrumentos, porém o Executivo aparenta dificuldade crônica em aplicar recursos naquilo que, muitas vezes, foi pactuado publicamente e/ou definido pelas instâncias deliberativas.

Cada vez mais, é preciso envolver adolescentes no debate, de forma qualificada e continuada, seguindo também todas as especificidades que o Brasil pactuou com a ONU e que foram apresentadas no QUADRO 1 deste trabalho, considerando a Educomunicação como terreno fértil para potencializar isso ainda mais, por todas as razões já apresentadas.

Há que se produzir e disseminar dados sobre as relações entre comunicação, educação e participação política de adolescentes. Entretanto, o cenário de redução de investimentos em educação e na ciência & tecnologia que o país atravessa, gera um clima de inseguranças, incertezas e assombros sobre possíveis interrupções futuras de trabalhos que venham estar em andamento.

Por último, a participação social, política e democrática – de qualquer grupo etário que seja – só será possível se estiver alinhada à luta pela democratização da comunicação. Enquanto as *fake news*, censura às artes, aos filmes, aos livros e à comunicação tiverem o espaço que estão tendo dentro da atmosfera supostamente republicana que temos, será muito mais difícil desenvolver uma Comunicação e uma Educação libertária, contra-hegemônica, plural, livre, democrática e emancipadora de cidadãos e cidadãs. E esse ideal não deve ser plantado nem na adolescência, mas sim, desde a mais tenra infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Diego Henrique da Silva; FERNANDES, José Carlos. Estratégias de comunicação e *advocacy* para a promoção da criação de CPAs – Comitês de Participação de Adolescentes a partir de resoluções do Conanda. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42, 2019, Belém. **Anais...** Belém: UFPA – Universidade Federal do Pará, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, 2016. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0421-1.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

ANDI; AUÇUBA. **Infância e comunicação**: referências para o marco legal e as políticas públicas brasileiras. Brasília: Auçuba Comunicação e Educação, ANDI Comunicação e Direitos, 2011. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/file/50238/download?token=9dF0HcE9>>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

ANCINE. **Informe de acompanhamento do mercado**: distribuição em salas de exibição. Informe Anual 2014. Brasília: Agência Nacional de Cinema, 2015. Disponível em <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/Informe_Distribuicao_2014.pdf>. Acesso em 29 ago. 2020.

BASTOS, Heliodoro Teixeira; PEREZ, Clotilde. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. Disponível em <https://issuu.com/gabrielviana5/docs/psicodinamica_das_cores_em_comunic>.

BLANCO, Patricia. O desafio diário de educar para a democracia. **Instituto Palavra Aberta**, São Paulo, 18 set. 2020. Disponível em <<https://www.palavraaberta.org.br/artigo/o-desafio-diario-de-educar-para-a-democracia>>. Acesso em 29 ago. 2020.

BOM DIA RIO. **Previsão do tempo**. Rio de Janeiro: Globo Rio, 16 nov. 2018. Programa de Televisão. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/7165486/programa/>>. Acesso em 05 Dez. 2020.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350>. Acesso em 29 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.003, de 4 de Setembro de 2019. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Secretaria Geral da Presidência da República**. Brasília, DF, 04 set. 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10003.htm>. Acesso em 29 ago 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em 17 jul. 2020

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de Agosto de 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de Junho de 2014. **Portal da Casa Civil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 16 jul. 2020.

BRUM, Eron; IJUIM, Jorge Kanehide. Ensinar Jornalismo... ou aprender jornalismo? In PERUZZO, Cecília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (org.). **Retrato do ensino em comunicação no Brasil**: análises e tendências. Taubaté, SP: Intercom, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. JOSCELYNE, Vera Lúcia Mello (Trad.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

CEDCA. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Curitiba. **Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 20 abr. 2018**. P. 31, linhas 1202 - 1209. Disponível em <http://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/reunioes_2018/Ata-19-20-abril.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

CEDCA. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Curitiba. **Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 15 de jun. 2018**. P. 30, linhas 1151 - 1164 e 1164 - 1172. Disponível em <http://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/reunioes_2018/Ata-junho.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

CEDCA. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Curitiba. **Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 17 ago. 2018**. P. 37. Disponível em <http://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/reunioes_2018/Ata-agosto.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

CEDCA. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Curitiba. **Ata da Assembleia Ordinária realizada no dia 26 abr. 2019**. P. 11 - 13, linhas 357-433. Disponível em <http://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/Reunioes_2019/4AtaOrCEDCA_ABRL_2019_ORDINARIA.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

CEDCA. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. **Deliberação 066/2018**. Indica a composição da Comissão Especial a fim de viabilizar o Comitê de Participação de Adolescente – CPA Estadual. Disponível em: <http://www.cedca.pr.gov.br/sites/cedca/arquivos_restritos/files/migrados/File/deliberacoes2018/Deliberacao-066.pdf>. Acesso em 05 dez. 2020.

CELLARD, André. Análise Documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. NASSER, Ana Cristina (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2012. 3ª ed.

CMJ CURITIBA. Conselho Municipal da Juventude de Curitiba. **Ata da 82ª Reunião Ordinária realizada em 30 de Julho de 2020**. P. 01-02. Disponível em <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/atas.aspx?conselho=11&Nome=Conselho%20Municipal%20da%20Juventude-CMJ>>. Acesso em 05 dez. 2020.

COLETTA, Ricardo Della; FARIA, Flávia. STF forma maioria para restringir extinção de conselhos federais por Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2019, Poder. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/supremo-forma-maioria-para-barrar-extincao-de-conselhos-federais-por-bolsonaro.shtml>> Acesso em 29 ago. 2020.

CONANDA. **Resolução nº 191, de 07 de Junho de 2017**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em: <http://www.direitoscacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/resolucao-no-191-de-07-de-junho-de-2017/at_download/file>.

CORAZZA, Helena. Contribuições da Educomunicação para uma cultura democrática. In Asociación de Comunicadores Católicos Del Paraguay; Asociación Católica Latinoamericana y Caribeñade la Comunicación. **Comunicación, ciudadanía y democracia: para una vida plena y solidaria**. Assunción: ACCP Signis Paraguay, Signis ALC, 2016). Disponível em <https://issuu.com/signisalc/docs/v_comlac_-_digital>.

CPA CONANDA. **Carta aberta ao Conanda**. Rio de Janeiro, 17 nov. 2018. Não publicado.

DEDIHC. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná. Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Curitiba. **Ata da Assembleia Ordinária realizada em 06 de Abril de 2018**. P. 3. Disponível em <<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/ATACOPEDAbril2018.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

ENRICONI, Louise. **Advocacy: o que é?** Portal Politize. Publicado em: 10 Ago. 2017. Disponível em <<https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>>.

FAXINA, Elson. La democratización de las comunicaciones em América Latina. In Asociación de Comunicadores Católicos Del Paraguay; Asociación Católica Latinoamericana y Caribeñade la Comunicación. **Comunicación, ciudadanía y**

democracia: para uma vida plena y solidaria. Assunción: ACCP Signis Paraguay, Signis ALC, 2016). Disponível em <https://issuu.com/signisalc/docs/v_comlac_-_digital>.

FERRARI, Márcio. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência.** In NOVA ESCOLA. São Paulo: Nova Escola, 2008. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à Prática educativa. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-30, Jun. 2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06.pdf>>. Acesso em 04 out. 2020.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2020.** São Paulo: Fundação Abrinq, 2020. Disponível em <https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/026/original/CE_N%C3%81RIO_DA_INF%C3%82NCIA_E_ADOLESC%C3%84NCIA_NO_BRASIL_2020.pdf?1583947110>. Acesso em: 04 out. 2020.

GARCIA, Carol; SANTANA, Mônica. **Guia de atitude:** Reflexões e Práticas para o Monitoramento e a Ação Política. Salvador: Cipó Comunicação Interativa, Rede Sou de Atitude, 2008.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação Social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis (org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Educomunicação:** recepção midiática, aprendizagens e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2014.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Entre telas: novos papéis comunicativos e educativos dos cidadãos. In APARICI, Roberto. **Educomunicação:** para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

HART, Roger. **La participacion de los niños:** de la participacion simbólica a La participacion autentica. UNICEF: Nova York, 1993. Disponível em <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/ie_participation_spa.pdf>.

IBGE. **FASFIL 2016:** número de entidades sem fins lucrativos cai 14% em relação a 2013. Brasília: Agência IBGE Notícias, 2019. Publicada em 05 Abr. 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24162-fasfil-2016-numero-de-entidades-sem-fins-lucrativos-cai-14-em-relacao-a-2013>

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. ARNAUD, Patricia (Trad.). São Paulo: Aleph, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2ª ed. ALEXANDRTIA, Susana L. de. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

JORNAL NACIONAL. Liminar de Barroso suspende decreto de Bolsonaro sobre o Conanda. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, 23 dez. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/12/23/liminar-de-barroso-suspende-decreto-de-bolsonaro-sobre-o-conanda.ghtml>>. Acesso em 29 ago. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1ª ed. COSTA, Carlos Irineu da (Trad.). São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Carolina Cunha; SILVA, Diego Henrique da; CORDEIRO, Elisangela; ADRIÃO, Maria; CORREIA, Vania. **Participação cidadã de adolescentes**: guia prático. São Paulo: Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), Viração Educomunicação, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/portfolio_viracao/docs/guia_participacao_final>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

MARIAH, Morena. **Afrofuturo**: uma perspectiva. Medium, Rio de Janeiro, 27 maio 2018. Disponível em <<https://medium.com/@faleafrofuturo/afrofuturo-uma-perspectiva-5e11e95dd470>>. Acesso em 17 jul. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MELO, Dafne (Trad.). São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis, Vozes, 2018.

MARTINS, Helena. Comunicação: reconhecimento como direito humano fundamental é recente. **Agência Brasil**, Brasília, 01 out. 2014. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/comunicacao-reconhecimento-como-direito-humano-fundamental-recente>>. Acesso em 27 ago. 2020.

MARTINS, Helena; MOURA, Iara; URUPÁ, Marcos; MOURÃO, Mônica. **Direito à comunicação no Brasil 2016**. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo, 23 mar. 2017. Disponível em <<https://intervezes.org.br/arquivos/interliv010dac2016.pdf>>. Acesso em 27 ago 2020.

MCCRINDLE, Mark. **The ABC of XYZ**: Understanding the Global Generations. 2014. Sidney: McCrindle Research, 2014. Disponível em: Disponível em: <http://mccrindle.com.au/resources/The-ABC-of-XYZ_Chapter-1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MEC. **Base nacional comum curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 4 dez. 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em 18 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base nacional comum curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, CONSED – Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf>.

MMFDH. **Comitê de participação de adolescentes - CPA**. Brasília: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/comite-de-participacao-de-adolescentes-cpa>>. Acesso em: 05 Dez. 2020.

MMFDH. **Conferências conjuntas de direitos humanos reunirão sete mil participantes em Brasília**. Brasília: Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos, 22 abr. 2016. <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2016/abril/conferencias-conjuntas-de-direitos-humanos-reunirao-sete-mil-participantes-em-brasilia>>. Acesso em 05 dez. 2020.

MMFDH. **Edital de Seleção nº 05, de 14 de novembro de 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/EDITALDESELEON05.pdf>>. Acesso em: 05 Dez. 2020.

MMFDH. **Resolução nº 216, de 19 de Dezembro de 2018**. Designa os membros para compor o Comitê de Participação de Adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Brasília: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao_216.pdf>. Acesso em: 05 Dez. 2020.

MMFDH. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília. **Ata da 278ª Assembleia Ordinária do Conanda realizada no dia 21 nov. 2011**. P. 5. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resumo-executivo-ndeg-278-final.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

MOREIRA, Douglas Silva. **Participação de crianças e adolescentes**: um exercício de cidadania ativa. In CADÊ PARANÁ. Infância, Adolescência e Direitos - Informe Temático Vol. 2. Jul 2019. Curitiba, PR: Centro Marista de Defesa da Infância Paraná, Rede Marista de Solidariedade, 2019. Disponível em: <http://www.cadeparana.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Participa%C3%A7%C3%A3o-de-Crian%C3%A7as-e-Adolescentes_um-exerc%C3%ADcio-de-cidadania-ativa-1.pdf>.

NCE USP. **Educomunicação**: apresentação. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Comunicação e Educação, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducomunicacao>>.

NERI, Nátaly. **Afrofuturismo**: a necessidade de novas utopias. In TEDx Petrópolis. Petrópolis: TEDx Talks, 12 de jan. de 2018. Vídeo digital (16 min), color. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=D1y9yZRpis>>. Acesso em 16 jul. 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. 7ª ed.

ONU. **Convenção sobre os direitos da criança**. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque, 1990. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>.

ONU. **Objetivos do desenvolvimento sustentável 4**: Educação de Qualidade. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>. Acesso 17 jul. 2020.

ONU. **Observación general nº 12**: El Derecho Del Niño a Ser Escuchado. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2009. Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsqlkirKQZLK2M58RF%2f5F0vHKTUsoHNPBW0noZpSp5d6MOecQAKeVQ5zIMW6E4MsxsybMZYsNW0fST2NaEt%2f7X9Hqr8rKkn28tX%2b5GBThm2sp>>.

PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO. **Missão, visão e valores**. 2015. Disponível em <<https://parafusoeducom.org/missao-visao-e-valores>>.

PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO. **Planejamento de trabalho**: propostas do coletivo Parafuso Educomunicação ao CMJ Curitiba. Curitiba: Parafuso Educomunicação, Universo Educom, Renajoc – Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras(es), 15 ago. 2020. Disponível em <<https://parafusoeducom.org/wp-content/uploads/2020/08/Planejamento-de-Trabalho-Propostas-da-Parafuso-Educom-ao-CMJ-17.08.2020.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO. **Propostas de pautas do coletivo Parafuso Educomunicação à reunião de janeiro de 2020 do CEJUV PR**. Curitiba: Parafuso Educomunicação, 11 jan. 2020 Disponível em <<https://parafusoeducom.org/wp-content/uploads/2020/01/01.-Sugest%C3%B5es-de-Pautas-para-Reuni%C3%A3o-de-Janeiro-de-2020-CEJUV-PR.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Deliberação COPED nº 002, de 05 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias e ações, com indicativos de serem contempladas e executadas com recursos do tesouro do Estado correspondente ao período de 2020-2023. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 12 mai. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Deliberação COPED nº 003, de 05 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre Planejamento Estratégico para o

período de 2020-2021. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 12 mai. 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. 1ª ed. ROUANET, Luiz Paulo (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação**: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: III COLÓQUIO BRASIL ITÁLIA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Belo Horizonte: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia Comunitária, Liberdade de Comunicação e Desenvolvimento In PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

PRATS, Joan Férres i. Educomunicação e cultura participativa. In APARICI, Roberto. **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

PROTOCOLO Integrado do Estado. **Protocolo 16.762.670-0**. Curitiba, 27 jul. 2020. Acervo institucional do coletivo Parafuso Educomunicação, após submissão via E-Protocolo do Estado do Paraná.

REGIS, Fátima. Games. In CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: a contribuição que a Rede CEP pode oferecer às políticas públicas. In **Educomunicar**: comunicação, educação e participação para uma educação pública de qualidade. São Paulo: Rede CEP – Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação, 2011. Disponível em https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/06/educomunicar_rede-cep.pdf.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: Conceito. In **ABPeducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação**. São Paulo: ABPeducom, 2012. Disponível em <http://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/>.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10 ed. São Paulo: Cortez: 2000.

TRAMOLO, Sergio Rodríguez; NAVARRETE, Loreto. **Superando el adultocentrismo**. Santiago de Chile: Unicef, 2013. Disponível em <<http://unicef.cl/web/wp-content/uploads/2012/12/UNICEF-04-SuperandoelAdultocentrismo.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2018.

UN HUMAN RIGHTS. **Declaração universal dos direitos humanos**. United Nations: Office of the High Commissioner for Human Rights. Assembleia Geral das Nações Unidas, Portugal, 20 jul. 1998. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 26 jul. 2020.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos da criança**. Unicef Brasil: Brasília, 2019. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

UNIVERSO EDUCOM. **10 passos simples para a criação do CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) na sua cidade**. Curitiba: CEDCA e COPED, 2019. Disponível em <<http://universoeducom.org/wp-content/uploads/2019/06/10-passos-para-criar-o-CPA-na-sua-cidade.pdf>>.

VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO. Eu comunico, tu comunicas, nós educamos!: Adolescentes realizam cobertura da 10ª CNDCA. **Revista Conferindo**: Cobertura educamunicativa da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-14, Ago., 2016. Disponível em <https://issuu.com/portfolio_viracao/docs/revista_conferindo_final>. Acesso em: 21 Jul. 2018.

VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO. **Guia de educamunicação**: conceitos e práticas da Viração. São Paulo: Viração Educamunicação, 2011. Disponível em <https://issuu.com/portfolio_viracao/docs/guia_educamunicacao>.

VIVARTA, Veet (Coord). **Infância e comunicação**: referências para o marco legal e as políticas públicas brasileiras. Brasília: ANDI, 2011.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. BUENO, Daniel (Trad.). Porto Alegre: Ed. Penso, 2016.

WERNECK, Jurema. Um pacto pela vida dos jovens negros. **Anistia Internacional Brasil**, 17 maio 2017. Disponível em <<https://anistia.org.br/um-pacto-pela-vida-dos-jovens-negros>>. Acesso em 17 jul. 2020.

ANEXO 1 – COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA⁴

Base Nacional Comum Curricular

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

⁴ Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 9-10.

APÊNDICE 1 – GUIA “10 PASSOS PARA CRIAR O COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES (CPA) NA SUA CIDADE”

10

PASSOS SIMPLES PARA CRIAR O

COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES (CPA)

NA SUA CIDADE



MOBILIZE A GALERA!

1 Faça com que a garotada da cidade saiba que o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente existe e que esse Conselho quer criar um grupo de adolescentes atuantes e criativos!

CRIE UMA CHAMADA PÚBLICA

2 Recolha as inscrições dos(as) adolescentes que querem fazer parte do CPA – Comitê de Participação de Adolescentes no Município. Para isso, é importante fazer com que o maior número de adolescentes saibam dessa oportunidade. Avisar nas salas de aula, nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, Centros da Juventude, nas ONGs e nas redes sociais da internet pode ser boa estratégia!

ESCLAREÇA O QUE É UM CPA

3 Comunique aos(às) adolescentes o que se espera da atuação deles(as) no CPA. Informe quais serão suas atribuições, por quanto tempo ocuparão esse espaço e que tipo de apoio vão receber (formação, certificados, alimentação, custeio de transporte etc.).

SELECIONE COM CRITÉRIO

4 O ideal é que o CPA seja uma boa representação de todos(as) os(as) adolescentes da cidade. Para isso, é importante ter diversidade socioeconômica, de gênero (com meninos, meninas, LGBTQs etc.), étnico-racial (negros/as, pardos/as, indígenas, quilombolas, ciganos/as etc.), e regional (de diferentes regiões e bairros).

FORMALIZE A CRIAÇÃO DO CPA

5 Depois de formar o grupo “CPA” no município, reúna todos(as) os(as) adolescentes titulares e suplentes e realize um ato formal da composição desse grupo. Divulgue a lista com os nomes desses(as) adolescentes numa resolução ou deliberação do CMDCA e convide-os(as) a participar de todas as reuniões do Conselho.

REÚNA O GRUPO COM FREQUÊNCIA

- 6** Promova uma participação frequente, efetiva, consciente e qualificada dos(as) adolescentes nas reuniões e demais atividades do CMDCA. Mais do que estarem de corpo presente, eles(as) precisam se apropriar das discussões que acontecem no CMDCA, com linguagem adequada a eles(as).

OUÇA OS(AS) ADOLESCENTES

- 7** Na hora de criar alguma campanha de comunicação, atividade de mobilização, programação de evento, conferência municipal ou desenhar projetos, programas e ações, envolva os(as) adolescentes nos processos decisórios dando a eles(as) as informações necessárias e incentivando a sua autonomia cidadã. Com certeza, eles têm ideias incríveis pra dar!

PROPORCIONE ESTRUTURA

- 8** Para participar de um dia inteiro de reunião, por exemplo, esses(as) adolescentes vão precisar pelo menos de transporte, alimentação e articulação com família e escola. É importante providenciar termos de autorização dos responsáveis para a participação dos(as) adolescentes nas reuniões do CPA e CMDCA, além de dialogar com a escola para que ela saiba dessa atividade do(a) estudante.

GARANTA FORMAÇÃO CONTÍNUA

- 9** Só participar da reunião do CMDCA não basta. Com frequência, os(as) adolescentes também precisam participar de momentos de formação para conhecer mais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Planos Decenais de Direitos da Criança, equidade de gênero, equidade racial, uso seguro e responsável da internet, conhecer os(as) integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, os canais para denunciar as violações de direitos e vários outros conteúdos para que possam se empoderar de seus direitos e deveres.

AVALIE, REGISTRE E COMUNIQUE TUDO

- 10** É importante avaliar o que os(as) adolescentes estão achando dos processos de formação e de participação no CMDCA. Garantir o registro fotográfico de todas as atividades, produzir relatórios anuais e criar meios de divulgar a atuação do CPA também é fundamental! Por meio da educomunicação, eles(as) mesmos(as) podem se responsabilizar por comunicar suas ações.



Ilustrações: freepik.com

FIQUE SABENDO!

O Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) criou o CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) em âmbito nacional e recomendou que sejam criados CPAs em todos os Estados e Municípios brasileiros também. O documento que formaliza esse desejo do Conanda é a Resolução nº 191, de 07 de Junho de 2017. Baixe a resolução e a leia na íntegra em www.direitosdacrianca.gov.br

Mobilização:



Apoio:



APÊNDICE 2 – DOCUMENTO “10 PROPOSTAS DE PAUTAS PARA INTERLOCUÇÃO DO COPED PR E CNDH: PLATAFORMA DE DEMANDAS NACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS”



**PROPOSTAS DE PAUTAS
PARA INTERLOCUÇÃO DO
COPED PR* E CNDH****

PLATAFORMA DE DEMANDAS NACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS

*Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná | **Conselho Nacional de Direitos Humanos

APRESENTAÇÃO

Este documento compreende um conjunto de propostas a serem apresentadas, debatidas e, eventualmente, aprovadas no todo ou em parte pelo COPED PR - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná, que levará as demandas selecionadas/ elencadas pelo Conselho Estadual ao CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos, em ocasião oportuna de reunião presencial em Brasília (DF), por conselheiros(as) eleitos(as) para essa atividade.

As propostas foram construídas em articulação entre o coletivo Parafuso Educomunicação com o portal Universo Educom e a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores, levando em consideração apontamentos dessas três iniciativas, bem como as suas respectivas atuações com adolescentes e jovens, as demandas apontadas por esse público em atividades como oficinas, palestras, debates, projetos sociais, materiais de educação e manifestos que eles(as) participam e/ou produzem. A Parafuso Educomunicação é uma iniciativa social que integrou o COPED na gestão 2016-2019 e foi eleita novamente para atuar no Conselho de 2019 a 2021).

A plataforma de demandas aqui apresentadas foi dividida em duas partes. Na primeira, apresentamos as propostas que acreditamos ser importantes para foco e atuação do CNDH em âmbito nacional e a segunda parte com as propostas a serem tocadas em conjunto/ colaboração do COPED com o CNDH.

DIEGO HENRIQUE DA SILVA ALVES

Conselheiro do COPED PR
Relator da Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos

Articulação



5

PROPOSTAS DE FRENTE DE ATUAÇÃO PARA O CNDH

1. MONITORAR A CONCRETIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH 3) E PRESTAR CONTAS À SOCIEDADE

Acreditamos ser importante que a sociedade brasileira saiba o que tá rolando com o Programa Nacional de Direitos Humanos. Está parado? Não está sendo monitorado? As ações previstas estão sendo desenvolvidas? Se sim, quando e onde? Com aporte de quais recursos? Garantir o monitoramento, controle social e divulgação de como anda a execução de todas as ações previstas no PNDH 3 através de relatório periódico, como prevê o próprio Programa, proporcionando manutenção de um Comitê Gestor do Plano e disseminando suas diretrizes e resultados. Retomá-lo caso necessário.

2. ARTICULAR, COM O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, AVANÇOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Avançar na incidência pelo aumento e fortalecimento do investimento na educação, para que haja previsão orçamentária e demais providências compatíveis com as ações previstas: a) na Política Nacional de Educação Ambiental (lei nº 9795, de 27 de Abril de 1999); b) no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); c) no Plano Nacional de Educação (2014-2024); d) na formação de educadores(as) para trabalharem as habilidades e competências previstas na BNCC - Base Nacional Comum Curricular, que inclui a educação midiática/ educomunicação; e) na garantia de cumprimento da lei da obrigatoriedade da educação em História e Cultura



Afrobrasileira (Lei nº 10.639/2003); f) na garantia de cumprimento da lei que garante a exibição mensal de 02 horas de obras do cinema brasileiro nas escolas (§ 8º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); g) na garantia do cumprimento da lei que prevê a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso nos diferentes níveis de ensino (Art. 22 do Estatuto do Idoso); h) na garantia do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a disponibilização de educação de qualidade (Capítulo 4 do ECA); i) na garantia do cumprimento da disponibilização de educação de qualidade às juventudes (Seção II, do Estatuto da Juventude).

3. INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE CONSELHOS ESTADUAIS DE COMUNICAÇÃO EM TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Recomendar aos Estados que ainda não possuem seus Conselhos Estaduais de Comunicação, que os criem, prioritariamente por força de lei estadual, e garantam a sua manutenção e funcionamento regular e democrático. Num país em que as *fake news*, a desinformação, o baixo investimento público em educação midiática e educomunicação, as manifestações de ódio em redes sociais digitais, a violação de direitos humanos pela mídia, a má representação de negros(as) e indígenas no audiovisual informativo e de entretenimento, a publicidade infantil opera de maneira sorrateira e a comunicação pública é atacada e misturada à

comunicação estatal, é necessário contar com ações de um conselho específico para tratar desses assuntos.

4. LUTAR PARA ERRADICAR O GENOCÍDIO E AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS POPULAÇÕES NEGRA, INDÍGENA, FEMININA, LGBTI+ E EM SITUAÇÃO DE RUA

Fortalecer a articulação com os mais diferentes setores, entidades, governos e atores políticos para dar visibilidade a essas pautas e traçar constantes estratégias para educar sobre, enfrentar e cessar as diferentes formas de violência (psicológica, física, emocional, patrimonial, institucional, estrutural, sexual, financeira, bem como o bullying, o cyberbullying, o racismo, a injúria racial e a LGBTIfobia) contra os públicos aqui mencionados.

5. FINANCIAR CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS EM TODAS AS REGIÕES BRASILEIRAS

Incidir para que o Governo Federal volte a fomentar o financiamento de atividades em, pelo menos, 32 Centros de Referência em Direitos Humanos em todo o Brasil, nos moldes do que ocorria em 2014. Na época, a população podia contar com esses espaços para orientações sobre direitos e serviços, por meio de equipe especializada composta por advogado(a), psicólogo(a) e assistente social. Os Centros ofereciam também apoio para a emissão de documentação civil básica e a realização de ações de formação em direitos humanos e cidadania.



5 PROPOSTAS DE ATUAÇÃO CONJUNTA DO COPED PR E CNDH

1. FORTALECER NACIONALMENTE A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CONSELHOS DE DIREITOS

Desenvolver estratégias nacionais de fomento à participação de adolescentes e jovens em conselhos de direitos – sejam os conselhos temáticos como de educação, saúde e cultura ou nos conselhos setoriais de políticas públicas, como os de direitos humanos, direitos da criança e do adolescente e os de promoção da igualdade racial, por exemplo –, promovendo entre os diferentes Conselhos Nacionais o incentivo à participação qualificada desses públicos em suas reuniões e atividades, estimulando as juventudes a proporem ideias e soluções criativas para as diferentes demandas.

2. FOMENTAR O RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO COMUNICACIONAL, ARTÍSTICO-CULTURAL E DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Colocar o COPED à disposição, por meio da Comissão de Acompanhamento Legislativo, Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos – e de outros(as) membros(as) do COPED que tenham interesse por esse tipo de ação –, para a construção de iniciativas nacionais de reconhecimento da produção artística, cultural, comunicacional e de educação em direitos humanos, através da realização de concursos, prêmios, seminários, workshops, mostras e bienais que reconheçam e deem visibilidade a conteúdos e produções, como reportagens, veícu-

los de comunicação, fotografias, produções audiovisuais, desenhos, charges, ilustrações, obras de arte, espetáculos teatrais, de dança, de circo e projetos, ações e programas de educação, produzidos em todo o território nacional.

3. ARTICULAR PARTICIPAÇÕES DE REPRESENTANTES DO CNDH EM EVENTOS ESTADUAIS ESTRATÉGICOS

Integrar o CNDH em eventos do COPED, sobretudo, nosso encontro anual comemorativos ao 10 de Dezembro – Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, convidando representante(s) do Conselho Nacional a compor, presencialmente, mesa e/ou participar de debates, oficinas, conferências, entre outros.

4. PROMOVER PARCERIA VISANDO COMPOSIÇÃO DE JÚRI ESPECIALIZADO EM EVENTUAIS CONCURSOS E PREMIAÇÕES PROMOVIDOS PELO COPED

Convidar membros(as) do CNDH a integrarem o corpo de jurados convidados(as) em eventuais concursos artísticos, culturais ou de comunicação que o COPED venha a promover.

5. DISSEMINAR MUTUAMENTE MATERIAIS ESTRATÉGICOS DE CUNHO INFORMATIVO E EDUCACIONAL DE AMBOS OS CONSELHOS

Contribuir na disseminação de materiais educativos e/ou frutos de campanhas e ações de comunicação estratégicos do CNDH nos canais de comunicação do COPED e vice-versa.

APÊNDICE 3 – MATÉRIA SOBRE INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO PLANEJAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE CURITIBA (CMJ CURITIBA)

HOME QUEM SOMOS O QUE FAZEMOS NOTÍCIAS PROJETOS GALERIA FALE COM A GENTE!

PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO

Planejamento de trabalho

FOTO: LEANNE SANTOS

Inscreva-se para receber nossas principais notícias, oportunidades e boletins!

Nome *
Seu nome aqui

Email *
Seu e-mail

Organização, Empresa, Universidade ou movimento social que integra *

Telefone ou Celular (Opcional)
(XX) XXXX-XXXX

Me envie bons conteúdos!

powered by MailMunch

FACEBOOK

Parafuso Educom...
Liked 27K likes 70

Seattle Mercedes Benz Repair

TWITTER

CONFERÊNCIA ESTADUAL PARANÁ
AO VIVO

parafusoeducom
3 months ago
Tá rolando agora à tarde (e vai continuar até quinta-feira) a Conferência Estadu...

SELECIONADA
CONECTAR
PRESENCIA CONFIRMADA
Paula Nishizima
07/07
16:00 à 17:00
BATE-PAPO SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO
Educomunicação: como pensar práticas de mídia com adolescentes e jovens.

PARAFUSO EDUCOM ELABORA PLATAFORMA COM 31 PROPOSTAS DE AÇÕES AO PLANEJAMENTO DO CMJ CURITIBA

Parafuso Educomunicação · agosto 17, 2020 · CMJ Curitiba, Notícias · 0 comments

2

O coletivo **Parafuso Educomunicação**, entidade que integra a cadeira de movimentos sociais de juventude negra no **CMJ – Conselho Municipal da Juventude de Curitiba (PR)** oficiou a mesa diretora do Conselho no último sábado (15/08/2020) enviando o documento com 31 propostas de ação para os três próximos semestres do Conselho.

A ação nasce a partir de uma deliberação ocorrida na última reunião Plenária do CMJ Curitiba (que ocorreu em 30 de Julho de 2020), em que todos(as) os(as) conselheiros(as) foram convidados(as) a levantar ideias de projetos, ações e programas a serem desenvolvidos coletivamente. A ideia da construção de um planejamento partiu do atual presidente do Conselho, **Matheus Masiero**, de 19 anos, que representa as juventudes da Regional administrativa de Santa Felicidade no CMJ.

Planejamento de trabalho

Propostas do coletivo Parafuso Educomunicação ao CMJ Curitiba

Cadeira de movimentos sociais de juventude negra

PARAFUSO educomunicação

EDUCOM

RENOVAC

CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CURITIBA

Documento destaca propostas inspiradas por outros(as) conselheiros(as) membros(as) do CMJ Curitiba. | Capa: Reprodução.

de mídia com adolescentes e jovens

parafusoeducom
6 months ago

Bora acompanhar a participação da Paula? . Só quem se inscrever pelo link, conse...



parafusoeducom
6 months ago

PESQUISAR

Search the site...

POSTS RECENTES

Parafuso Educom produz conteúdo para campanha de prevenção ao suicídio de jovens para o CEJUV outubro 1, 2020

Conselho de Juventude do Paraná publica Moção de Repúdio contra o PL das escolas cívico-militares setembro 26, 2020

Assista ao vídeo que produzimos para a 10ª Conferência dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente do Paraná setembro 22, 2020

CATEGORIAS

- Afro Educom >
- CEJUV >
- Click Parafuso >
- CMJ Curitiba >
- COPED >
- Curitiba e Região >
- Educomunica Curitiba >
- Educomunica Paraná >
- Fórum DCA/ PR >
- Nacional >
- Notícias >
- Parafuso Lab >
- Paraná >
- Projetos Parafuso >
- Região Sul >
- Renajoc >
- Uncategorized >
- Viraliza! >

TAGS

- adolescente
- adolescentes
- afro educom
- blog educação e mídia
- campanha
- cejuv
- cepat
- click parafuso
- comunicação
- conferência de direitos

Dentre as propostas levantadas, há iniciativas que contemplam as temáticas de **todos os 11 direitos previstos no Estatuto da Juventude**, bem como algumas estratégias específicas para o fortalecimento do Conselho. O material foi construído com o apoio do portal **Universo Educom**, além de ser concebido no âmbito de representação local da Renajoc – Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores(as). [Clique aqui para fazer o download](#) da versão completa e atualizada do documento.

“As primeiras repercussões foram bastante positivas. Inclusive, já recebemos um e-mail da Assessoria de Juventude da **Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude** dizendo que já estão fazendo os encaminhamentos em relação às propostas que competem à Secretaria, que trarão respostas sobre as solicitações contidas no documento já na próxima reunião do CMJ e tem até conselheiros(as) manifestando que estão analisando o material.”

*conselheiro **Diego Henrique da Silva Alves**, membro do CMJ Curitiba, pelo coletivo Parafuso Educomunicação.*

A próxima reunião do Conselho deve acontecer no dia 27 de Agosto de 2020 (quinta-feira), pela manhã, via plataforma **Google Meet**, já que tradicionalmente realiza seus encontros na última quinta-feira de cada mês.

Curitiba, 15 de Agosto de 2020

Introdução

Em atenção a uma importante demanda do CMJ Curitiba, de construir um planejamento de ações para os três semestres finais do atual mandato, produzimos este documento contendo as propostas do coletivo Parafuso Educomunicação para serem analisadas e votadas pelo CMJ.

Ao todo, foram levantadas 31 propostas. Elas contemplam a área de Fortalecimento do CMJ, bem como outras 11 áreas que correspondem aos 11 Direitos previstos no Estatuto da Juventude. Sendo assim, a intenção é que as propostas sejam capazes de abranger ações para as juventudes curitibanas de maneira mais ampla, diversa e plural possível.

Como estamos na cadeira de movimentos sociais de juventude negra, também incluímos propostas específicas para essa parcela da população. É só ficar de olho que você encontra essas propostas ao longo de todo o documento!

Esperamos que as propostas aqui indicadas gerem debates frutíferos e que contribuam genuinamente para mais esse importante passo para o Conselho. Queremos agradecer ao presidente do CMJ, **Matheus Masiero**, por ser o responsável de apresentar a todos(as) essa pauta fundamental de planejamento de trabalho do Conselho! Também aproveitamos a ocasião para estender os nossos votos de estima ao vice-presidente, **Alexandre da Costa Filho**, à equipe de Assessoria da Juventude da SMELJ - Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba (PR) e a todos(as) os(as) conselheiros(as), importantes atores sociais na construção do presente e do futuro que queremos para as juventudes da nossa cidade.

Antes de encerrar, vale lembrar: o material aqui apresentado foi construído no âmbito de representação local da Parafuso Educomunicação na Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores(as), com o apoio do portal Universo Educom.

Abração, pessoal!



Juliana Cordeiro
Cofundadora da Parafuso Educomunicação



Diego H. da Silva
Cofundador da Parafuso Educomunicação

Pág. 02

PROPOSTAS PARA A JUVENTUDE NEGRA

Levando em consideração o papel representativo da Parafuso Educom dentro do CMJ Curitiba, foram inseridas diversas propostas voltadas especificamente à juventude negra, tais como:

- Proposta 5 | Participação Social de Adolescentes no COMPER – Conselho Municipal da Política Étnico-Racial;
- Proposta 7 | Efetivação de legislação antirracista nas escolas;
- Proposta 8 | Fiscalizar formação antirracista de educadores(as), professores(as) e profissionais da educação;
- Proposta 14 | Escuta das Juventudes do Movimento Negro;
- Proposta 20 | Financiamento de ações artístico-culturais da juventude negra;
- Proposta 21 | Investir recursos para financiar atividades na Semana da Consciência Negra;
- Proposta 22 | Formação de afroinfluenciadores(as) digitais;
- Proposta 23 | Reparação de suposto ato de racismo institucional.



Proposta de planejamento de trabalho do suposto ato de racismo institucional.



O **Conselho Municipal da Juventude de Curitiba** é um órgão colegiado consultivo, deliberativo, propositivo, controlador e fiscalizador da política da juventude em Curitiba. Conforme indica a [página do CMJ no Portal dos Conselhos de Curitiba](#), bem como a Lei de criação do órgão, a Prefeitura deve consultar o Conselho sobre as tomadas de decisão sobre a juventude.

Sobre Últimos Posts

Parafuso Educomunicação

Coletivo que tem como missão "Usar a comunicação como ferramenta para promover direitos humanos e uma cultura de participação social, principalmente entre adolescentes e jovens". Integramos a Renajoc e o núcleo da Revista Viração no Paraná. Atuamos na região de Curitiba (PR), mas desenvolvemos projetos e ações pontuais no interior e, em outros Estados do Brasil. Siga a gente no Instagram! <http://instagram.com/parafusoeucom>

Facebook Pinterest Twitter Google+

CMJ Conselho Municipal Curitiba Estatuto da Juventude
 Juventude juventude negra juventudes
 Planejamento de Trabalho Plano de Ação Smej

PARAFUSO COMPARTILHA EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS "EDUCOMUNICA!", EM EVENTO DO NCEP/ UFPR

março 10, 2016 · 0 comments
 A edições "Curitiba" e "Paraná" do projeto **Educomunical** foram

1237 9 Read more >

ASSISTA À LIVE "JUVENTUDES NA EDUCOMUNICAÇÃO", COMEMORATIVA AO INTERNATIONAL YOUTH DAY

agosto 12, 2020 · 0 comments
 O jornalista e educador

84 0 Read more >

COPED PR PROMOVE MESA REDONDA EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

dezembro 08, 2017 · 0 comments
 O COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná promove na próxima

732 12 Read more >

LEAVE A COMMENT!
 You must be logged in to post a comment.

APÊNDICE 4 – MATÉRIA SOBRE SOLICITAÇÃO DA INCLUSÃO DA PAUTA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO PARANÁ (CEJUV PR)



CONHEÇA AS 18 PAUTAS QUE ESTAMOS PROPONDO AO CONSELHO PARANAENSE DE JUVENTUDE NA PRIMEIRA REUNIÃO DO ANO

Parafuso Educomunicação · janeiro 12, 2020 · Notícias, Paraná · 0 comments



O coletivo **Parafuso Educomunicação** **protocolou um pedido**, no último sábado (11/01/2020), indicando 18 pautas a serem tratadas em diferentes Comissões do **Conselho Estadual de Juventude (CEJUV)**, bem como na reunião Plenária. As temáticas das pautas giram em torno de diversos temas como a Conferência Estadual de Juventude, participação social de adolescentes junto ao Conselho, fortalecimento da participação presencial de conselheiros(as) nas reuniões, pedidos de informações sobre publicização de documentos e previsões orçamentárias, sugestão de realização de eventos e de aplicação de pesquisas, dentre outros assuntos.

Quem quiser ter acesso ao detalhamento do que se pretende tratar em cada uma das pautas, pode **baixar o documento que foi protocolado ao CEJUV**, e ler o trecho que contém o "Resumo Executivo das Pautas Solicitadas".

A primeira reunião do CEJUV acontece no dia 28 de Janeiro (terça-feira), no Palácio das Araucárias, que abriga - dentre outras - a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), em Curitiba (PR) e é aberta à participação de qualquer pessoa que queira participar.

Em Dezembro de 2020, o coletivo Parafuso Educomunicação foi eleito como suplente-complementar da cadeira de Movimentos Estudantis. O jornalista, educador e cofundador do coletivo Parafuso Educomunicação, **Diego Henrique da Silva Alves**, é quem representa a entidade no CEJUV.



Curitiba (PR), 11 Janeiro de 2020.

Propostas de Pautas do coletivo Parafuso Educomunicação à Reunião de Janeiro de 2020 do CEJUV PR

LISTA SIMPLIFICADA DE PAUTAS

1. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

- 1.1 Publicização de todas as pautas, memórias e atas do CEJUV;
- 1.2 Previsão orçamentária para as políticas públicas de juventude para o período 2020-2023;
- 1.3 Publicização de todos os Relatórios das Conferências Estaduais de Juventude do Paraná;
- 1.4 Evento comemorativo ao Aniversário do Estatuto da Juventude;
- 1.5 Publicização do Plano Estadual de Juventude do Paraná;
- 1.6 Aplicação de Pesquisa para traçar o perfil dos(as) membros(as) do CEJUV;
- 1.7 Participação do CEJUV na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná;
- 1.8 Disponibilização de contatos de representantes dos Grêmios Estudantis do Paraná pela SEED ao CEJUV;
- 1.9 Cobertura Educomunicativa da Conferência Estadual de Juventude, com possibilidade de financiamento do CEDCA PR;
- 1.10 Relatoria da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

Inscreva-se para receber nossas principais notícias, oportunidades e boletins!

Nome *

Email *

Organização, Empresa, Universidade ou movimento social que integra *

Telefone ou Celular (Opcional)

Me envie bons conteúdos!

powered by MailMunch

FACEBOOK



Seattle Mercedes Benz Repair

TWITTER



parafusoeducom
3 months ago
Tá rolando agora à tarde (e vai continuar até quinta-feira) a Conferência Estadu...



Clique na imagem para baixar a íntegra do pedido de pautas protocolado ao CEJUV PR; documento com 9 páginas.

Veja a seguir a lista simplificada com todas as 18 pautas propostas:

1. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

- 1.1 Publicização de todas as pautas, memórias e atas do CEJUV;
- 1.2 Previsão orçamentária para as políticas públicas de juventude para o período 2020-2023;
- 1.3 Publicização de todos os Relatórios das Conferências Estaduais de Juventude do Paraná;
- 1.4 Evento comemorativo ao Aniversário do Estatuto da Juventude;
- 1.5 Publicização do Plano Estadual de Juventude do Paraná;
- 1.6 Aplicação de Pesquisa para traçar o perfil dos(as) membros(as) do CEJUV;
- 1.7 Participação do CEJUV na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná;
- 1.8 Disponibilização de contatos de representantes dos Grêmios Estudantis do Paraná pela SEED ao CEJUV;
- 1.9 Cobertura Educomunicativa da Conferência Estadual de Juventude, com possibilidade de financiamento do CEDCA PR;
- 1.10 Relatoria da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE

- 2.1 Propostas das Conferências: Solicitação e sistematização de relatórios das etapas atuais das conferências municipais de juventude já realizadas e a realizar no Estado do Paraná (2019-2020);
- 2.2 Compartilhamento dos resultados parciais do levantamento de Conselhos Municipais de Juventude.

3. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 3.1 Produção de Diagnóstico da Situação das Juventudes do Estado do Paraná, Plano Decenal Estadual de Juventude e Plano Estadual de Juventude Negra;
- 3.2 Mapeamento de demandas da Assessoria Especial de Juventude no Plano Estadual Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4. PAUTAS GERAIS PARA A PLENÁRIA

- 4.1 Custeio da participação de membros(as) da sociedade civil que são titulares, suplentes-complementares e suplentes do CEJUV em todas as assembleias e atos do Conselho (residentes no local da reunião ou não);
- 4.2 Instalação de Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Juventude do Paraná;
- 4.3 Implantação de um Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) no CEJUV;
- 4.4 Compartilhamento de Nova Lei do CEJUV e de Nova Proposta de Regimento Interno.

Sobre Últimos Posts



Parafuso Educomunicação

Coletivo que tem como missão "Usar a comunicação como ferramenta para promover direitos humanos e uma cultura de participação social, principalmente entre adolescentes e jovens". Integramos a Renajoc e o núcleo da Revista Viração no Paraná. Atuamos na região de Curitiba (PR), mas desenvolvemos projetos e ações pontuais no interior e, em outros Estados do Brasil. Segue a gente no Instagram!
<http://instagram.com/parafusoeducom>



Facebook Pinterest Twitter Google+

CEJUV juventudes Paraná Participação social pautas



10 MOMENTOS MARCANTE DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

março 16, 2016 · 0 comments

Nas tardes dos dias 15 e 16 de março, pude participar de boa parte da

1233 11 Read more >



COMO TÊM SIDO AS 10 PRIMEIRAS OFICINAS DO 'CLICK PARAFUSO'?

julho 07, 2016 · 0 comments

O projeto Click Parafuso, executado pela

845 8 Read more >



NOTA SOBRE DIVULGAÇÃO DOS(AS) SELECIONADOS(AS) AO 'EDUCOMUNICA! PARANÁ'

novembro 01, 2015 · 0 comments

Pedimos aos/ às adolescentes que se inscreverem para concorrer às vagas de

942 9 Read more >

parafusoeducom
6 months ago
Bora acompanhar a participação da Paula?
. Só quem se inscrever pelo link, conse...



parafusoeducom
6 months ago

PESQUISAR

Search the site...

POSTS RECENTES

Parafuso Educom produz conteúdo para campanha de prevenção ao suicídio de jovens para o CEJUV
outubro 1, 2020

Conselho de Juventude do Paraná publica Moção de Repúdio contra o PL das escolas cívico-militares
setembro 26, 2020

Assista ao vídeo que produzimos para a 10ª Conferência dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente do Paraná
setembro 22, 2020

CATEGORIAS

Afro Educom >
CEJUV >
Click Parafuso >
CMJ Curitiba >
COPED >
Curitiba e Região >
Educomunica Curitiba >
Educomunica! Paraná >
Fórum DCA/ PR >
Nacional >
Notícias >
Parafuso Lab >
Paraná >
Projetos Parafuso >
Região Sul >
Renajoc >
Uncategorized >
Viraliza! >

APÊNDICE 5 – MATÉRIA SOBRE MEDIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM QUE HÁ ANEXO CONTENDO INCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NAS ATIVIDADES DO CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ (COPEP PR)



REPRESENTANTES DA PARAFUSO EDUCOM E APP-SINDICATO MEDIAM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COPEP PR

Parafuso Educomunicação · novembro 19, 2019 · COPEP, Notícias · 0 comments

O conselho do COPEP PR – Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná, **Diego Silva Alves**, que também é membro do coletivo Parafuso Educomunicação, está compondo a equipe que vai mediar as atividades de construção do Planejamento Estratégico do Conselho para o período de 2020-2021, nesta terça-feira (19/11/2019). Ele vai realizar a atividade em parceria com Clau Lopes, pedagogo, ativista e Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e Direitos LGBTI da APP Sindicato – Sindicatos dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

A construção do planejamento foi desenvolvida inspirada em fundamentos da educomunicação, andragogia (campo de estudos da educação voltada para o público adulto) e o *design thinking* (abordagem que busca resolver problemas de forma colaborativa). Está previsto, por exemplo, o mapeamento afetivo das conexões dos(as) conselheiros(as) e participantes com as principais demandas do COPEP, além de uma "Análise SWOT", para identificar as principais forças, fraquezas, ameaças e oportunidades percebidas pelos(as) membros(as).

"A atividade foi pensada com muita dedicação para que os participantes consigam atingir os objetivos de construir um bom planejamento e, ao mesmo tempo, proporcionar trocar afetivas e entregas do que esperam de bom em prol da garantia dos direitos humanos no Estado do Paraná", explica Diego.



Replicação das metodologias

A Parafuso Educomunicação, em parceria com o portal Universo Educom, produziu um Guia Metodológico para nortear o desenvolvimento da atividade. O arquivo é aberto e está disponível para download em formato PDF. A intenção é que os(as) participantes e demais interessados(as) possam adaptar e/ou replicar métodos utilizados durante o evento, que ocorre dentro de uma Assembleia Extraordinária do COPEP.



Inscreva-se para receber nossas principais notícias, oportunidades e boletins!

Nome *

Email *

Organização, Empresa, Universidade ou movimento social que integra *

Telefone ou Celular (Opcional)

Me envie bons conteúdos!

powered by MailMunch

FACEBOOK



Seattle Mercedes Benz Repair

TWITTER



parafusoeducom
 3 months ago
 Tã rolando agora à tarde [e vai continuar até quinta-feira] a Conferência Estadu...



Clique na imagem para baixar o Guia Metodológico das atividades de Planejamento Estratégico do COPED | Imagem: Reprodução.

Pré-mapeamento das demandas

No processo de organização da atividade, foram levantadas 38 propostas com base em demandas levantadas pelo COPED ao longo do atual mandato. A maior parte delas foi registrada durante uma reunião específica para indicar ao Governo do Estado a necessidade de prever recursos do PPA – Plano Plurianual 2020-2023 e da LOA – Lei Orçamentária Anual dos próximos quatro anos, a fim de desenvolver ações deliberadas pelo Conselho.

Clique [aqui](#) para fazer o *download* do instrumental que será utilizado no Planejamento Estratégico e conhecer o pré-mapeamento das 38 demandas que poderão ou não integrar a versão final do Planejamento Estratégico do COPED 2020-2021.

Proposta de Programação

Veja abaixo a proposta de cronograma de trabalho que será apresentada aos/às conselheiros/as, para a mediação do Planejamento.

PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO
Assembleia Extraordinária do COPED PR | 19/11/2019

MANHÃ
08h30 às 10h00
- Abertura da Plenária;
- Aprovação da Pauta;
- Atividade de Análise das Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades do COPED (Análise SWOT/ Análise FOFA);
- Foto oficial com produções da manhã.

10h00 às 12h00
- Mapeamento afetivo das pautas e demandas do COPED (Mapear as crenças e descrenças dos/as conselheiros/as sobre as pautas prioritárias do Conselho);
- Dinâmica "Conselheiro(a) Proativo(a)" (Identificação das frentes em que os/as conselheiros/as se dispõem a atuar mais fortemente até o fim do atual mandato);
- Indicação de ações que ainda não estavam pré-mapeadas pelo Conselho ou pela equipe de mediação do Planejamento Estratégico.

12h00 às 13h00
Almoço.

TARDE
13h00 às 15h30
- Preenchimento Coletivo de Instrumental Digital do Planejamento Estratégico do COPED 2020-2021.

15h30 às 16h00
- Dinâmica "Pé Na Estrada*" (Levantamento de cidades para realização de reuniões descentralizadas do COPED e/ou Audiências Públicas Temáticas até o final do atual mandato). *Executaremos apenas se a atividade anterior terminar dentro do prazo previsto.

16h00 às 17h00
- Diálogo e deliberação sobre pautas do COPED PR a serem levadas ao CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos (Apresentação das ideias dos/as conselheiros/as + Apresentação de plataforma do coletivo Parafuso Educomunicação com 10 ideias de ações).

17h00 às 17h30
- Preenchimento de cartão avaliativo do planejamento;
- Foto oficial da tarde;
- Encerramento.

Sobre Últimos Posts



Parafuso Educomunicação

Coletivo que tem como missão "Usar a comunicação como ferramenta para promover direitos humanos e uma cultura de participação social, principalmente entre adolescentes e jovens". Integramos a Renajoc e o núcleo da Revista Viração no Paraná. Atuamos na região de Curitiba (PR), mas desenvolvemos projetos e ações pontuais no Interior e, em outros Estados do Brasil. Siga a gente no Instagram!
<http://instagram.com/parafusoeducom>

Facebook Pinterest Twitter Google+

Análise SWOT APP Sindicato COPED direitos humanos
Guia Metodológico Paraná planejamento estratégico
Universo Educom

parafusoeducom
6 months ago
Bora acompanhar a participação da Paula? . Só quem se inscrever pelo link, conse...

Hoje é dia internacional do orgulho LGBTQIAP+

parafusoeducom
6 months ago

PESQUISAR

Search the site...

POSTS RECENTES

- Parafuso Educom produz conteúdo para campanha de prevenção ao suicídio de jovens para o CEJUV outubro 1, 2020
- Conselho de Juventude do Paraná publica Moção de Repúdio contra o PL das escolas cívico-militares setembro 26, 2020
- Assista ao vídeo que produzimos para a 10ª Conferência dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente do Paraná setembro 22, 2020

CATEGORIAS

- Afro Educom
- CEJUV
- Click Parafuso
- CMJ Curitiba
- COPED
- Curitiba e Região
- Educomunicação Curitiba
- Educomunicação Paraná
- Fórum DCA/ PR
- Nacional
- Notícias
- Parafuso Lab
- Paraná
- Projetos Parafuso
- Região Sul
- Renajoc
- Uncategorized
- Viraliza!

TAGS

- adolescente
- adolescentes
- afro educom
- blog educação e mídia
- campanha
- cejuv
- cepat
- click parafuso
- comunicação
- conferência de direitos
- conferência municipal dca
- conselho
- conselho estadual
- coped
- curitiba

APÊNDICE 6 – MATÉRIA SOBRE APROVAÇÃO DO GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, NO ÂMBITO DE COMISSÃO ESPECIAL DO CEDCA PR




O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA PR) aprovou, por unanimidade, o material informativo “10 passos simples para criar o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) na sua cidade” durante a reunião ordinária do mês de Abril de 2019, em Curitiba (PR). Em duas páginas, de maneira sucinta e objetiva, o panfleto foi concebido para incentivar que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) criem Comitês de Adolescentes locais, de maneira organizada e contínua, para que as políticas públicas discutidas, acompanhadas e criadas nas cidades levem em consideração os anseios do grupo etário que defendem. Futuramente, a intenção é que além dos Conselhos Municipais, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná também crie o seu próprio Comitê de Participação de Adolescentes a nível estadual.

Deixe o seu e-mail para receber informações e conteúdos relevantes sobre **educomunicação**.

Nome *
Seu nome completo aqui

Email *
Seu e-mail aqui

Whatsapp (Opcional)
Coloque seu número com DDD aqui

Eu sou (marque quantas opções quiser): *

- Educomunicador (a)
- Professor (a)
- Empreendedor (a)
- Jornalista
- Gestor(a) Público(a)
- Comunicador(a) Popular
- Pesquisador (a)
- Estudante Universitário (a)
- Adolescente
- Educador (a) Ambiental
- Arte-educador(a)
- Outro

Organização social, Coletivo, Escola, Universidade ou Empresa onde atua *

Compartilhe conosco de onde você é

Cidade e UF *
Exemplo: Porto Alegre (RS)

Quero receber conteúdo relevante

powered by MailMunch

REDES SOCIAIS



INSTAGRAM

Instagram did not return a 200.

TWITTER

Tweets por @universoeducom

6 REÚNA O GRUPO COM FREQUÊNCIA
Promova uma participação frequente, efetiva, consciente e qualificada dos(as) adolescentes nas reuniões e demais atividades do CMDCA. Mais do que estarem de corpo presente, eles(as) precisam se apropriar das discussões que acontecem no CMDCA, com linguagem adequada a eles(as).

7 OUÇA OS(AS) ADOLESCENTES
Na hora de criar alguma campanha de comunicação, atividade de mobilização, programação de evento, conferência municipal ou desenhar projetos, programas e ações, envolva os(as) adolescentes nos processos decisórios dando a eles(as) as informações necessárias e incentivando a sua autonomia cidadã. Com certeza, eles têm ideias incríveis pra dar!

8 PROPORCIONE ESTRUTURA
Para participar de um dia inteiro de reunião, por exemplo, esses(as) adolescentes vão precisar pelo menos de transporte, alimentação e articulação com família e escola. É importante providenciar termos de autorização dos responsáveis para a participação dos(as) adolescentes nas reuniões do CPA e CMDCA, além de dialogar com a escola para que ela saiba dessa atividade do(a) estudante.

9 GARANTA FORMAÇÃO CONTÍNUA
Só participar da reunião do CMDCA não basta. Com frequência, os(as) adolescentes também precisam participar de momentos de formação para conhecer mais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Planos Decenais de Direitos da Criança, equidade de gênero, equidade racial, uso seguro e responsável da internet, conhecer os(as) integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, os canais para denunciar as violações de direitos e vários outros conteúdos para que possam se empoderar de seus direitos e deveres.

10 AVALIE, REGISTRE E COMUNIQUE TUDO
É importante avaliar o que os(as) adolescentes estão achando dos processos de formação e de participação no CMDCA. Garantir o registro fotográfico de todas as atividades, produzir relatórios anuais e criar meios de divulgar a atuação do CPA também é fundamental! Por meio da educação, eles(as) mesmos(as) podem se responsabilizar por comunicar suas ações.



FIQUE SABENDO!

O Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) criou o CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) em âmbito nacional e recomendou que sejam criados CPAs em todos os Estados e Municípios brasileiros também. O documento que formaliza esse desejo do Conanda é a Resolução nº 191, de 07 de junho de 2017. Baixe a resolução e a leia na íntegra em www.direitosdacrianca.gov.br

Mobilização:



[Clique aqui para baixar o material em formato PDF.](#)

A discussão sobre promoção da participação de adolescentes em espaços de criação, debate e decisão sobre políticas públicas no Paraná ressurgiu com mais força após a realização da **Etapa Sul da Caravana dos Direitos da Criança e do Adolescente**, realizada pelo **Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em Porto Alegre (RS), no mês de Fevereiro de 2018. Na ocasião, dentre os diversos temas discutidos, a participação dos(as) adolescentes nos processos político-sociais que envolvem as decisões que vão impactar suas vidas foi pontuado como fundamental.



Grupo de Adolescentes representantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que participaram da Etapa Sul da Caravana pelos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2018. | Foto: Diego Henrique da Silva Alves.

Além disso, o diálogo entre o **COPED – Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná**, o **Fórum DCA PR – Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná** e o **CEDECA** também foi bastante importante para dar à pauta a importância que ela merece. Foi a partir desses diálogos que a Câmara Setorial de Capacitação, Mobilização e Articulação do CEDECA e, posteriormente, o Conselho como um todo, resolveu criar uma Comissão Especial temporária, específica para tratar do assunto, que segue com os trabalhos até hoje e não tem previsão de data de encerramento. Foi a partir dos diálogos dessa Comissão Especial, que surgiu a ideia da produção de uma orientação aos municípios paranaenses que os incentivasse a criar Comitês de Participação de Adolescentes nos CMDCA's.

Universo Educom
@universoedcom
Pesquisa do Unicef quer saber quais as preocupações de meninas adolescentes da América Latina universoedcom.org/pesquisa-do-un...

23 de set. de 2020

Universo Educom
@universoedcom
Dia histórico: hoje, pela manhã, o #Conanda empossou o Comitê de Participação de Adolescentes (#CPA)!

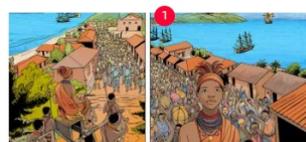
No entanto, o time não está completo e ainda falta garantir melhor estrutura para participação remota da garotada.

Bora acompanhar os desdobramentos (:

22 de set. de 2020

Incorporar Ver no Twitter

TRENDING TOPICS DO UNIVERSO EDUCOM!



Baixe material pedagógico da Série Mulheres na História da África, produzido pela Unesco

Está disponível em português, para download gratuito, a obra 'Njinga Mbande: Rainha do Ndongo e do Matamba', uma publicação digital sobre uma das lideranças mais expressivas que Angola já teve, um marco de governança feminina fora do comum, que se revelou como negociadora e diplomata ímpar, além de apresentar táticas de guerra e espionagem importantes [...] **MORE**



Baixe livro gratuito, ilustrado por Ziraldo, que ajuda a conhecer quem foi Chico Mendes

Conhecer o meme que tá bombando, saber qual é o próximo hit do Verão, ter escutado o novo álbum daquele(a) cantor(a) pop inteirinho e estar em dia com as séries mais descoladas do momento não representa problema algum. Afinal, entretenimento, lazer e diversão também são dimensões das nossas vidas que precisam de atenção. Agora, ter [...] **MORE**



Baixe a versão mais atualizada do Estatuto da Criança e do Adolescente, que o CEDECA RJ produziu

O CEDECA RJ – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro tem publicado, anualmente, as atualizações do Estatuto da Criança e do Adolescente em formato de livro/ cartilha e o melhor de tudo: disponibilizando a versão digital dessas publicações na web! Clicando aqui você pode baixar a edição [...] **MORE**





Reunião da Comissão Especial CPA/ CEDCA, em Abril de 2019. | Foto: Murilo Rodrigues Caldeira/ CEDCA.

O portal **Universo Educom** e o coletivo **Parafuso Educomunicação** contribuíram voluntariamente com a redação, projeto gráfico e diagramação do material informativo, que foi aprovado em todas as instâncias por unanimidade, a saber, na Comissão Especial que discute a criação do CPA Estadual, na Assembleia Ordinária do CEDCA (em Abril de 2019) e na Assembleia Ordinária do COPED (em Maio de 2019). O conteúdo do panfleto foi construído a partir dos principais aspectos da Resolução nº 191 do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, portanto não é um instrumento definitivo e nem representa uma forma única e engessada para a criação de CPAs municipais; outras maneiras, diferentes dos 10 passos indicados no material, podem e devem existir. A intenção do CEDCA PR, contudo, é instigar a criação dos Comitês de Adolescentes, sem deixar os municípios desamparados quanto a informações, subsídios e propostas metodológicas.

#CEDCA #COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES #CONANDA #COPEDE #CPA #FÓRUM DCA #PARANÁ #PARTICIPAÇÃO CIDADÃ #PARTICIPAÇÃO CÍVICA #PARTICIPAÇÃO POLÍTICA #PARTICIPAÇÃO SOCIAL

NEWSLETTER

Quer receber conteúdo incrível sobre educomunicação?

Receba gratuitamente as melhores notícias e oportunidades no seu e-mail!

Previous article
Next article

← **Concorra a uma formação em comunicação, com tudo pago, para defensores(as) da infância na Região Sul**
→ **Vídeo de animação ajuda a compreender os 5 direitos fundamentais da criança e do adolescente**

WHAT DO YOU THINK?

0 points

WHAT'S YOUR REACTION?

0	0	0	1	2	0	2
ARGH!	TRISTE	OMG	WIN	SMACK	GEEK	AMEI



Baixe versão atualizada do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

O portal Universo Educom já publicou o ECA 2017, editado pelo CEDECA RJ – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro. Agora, compartilhamos com vocês a edição 2018 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. O material possui 261 páginas e traz a íntegra do Estatuto, [...] **MORE**



0 SHARES 2.5K VIEWS 33

ADOLESCENTES ENTRETENIMENTO NA ESCOLA

18 ideias de marca páginas pra você usar à vontade

Nem sempre dá pra terminar de ler o livro numa sentada só. As vezes ficamos dias pra terminar o bendito e sempre é bom ter um marcador de páginas por perto pra saber exatamente onde é que a gente parou. Por conta disso, separamos várias ideias super criativas de marcadores de páginas pra você comprar, [...] **MORE**



0 SHARES 1.7K VIEWS 1 NA ESCOLA

Jogo online 'Aventura nas Águas' ajuda a conscientizar sobre água e sustentabilidade

Está disponível na web o jogo educativo 'Aventura nas Águas' que une história em quadrinhos e desafios diversos para ajudar jogadores(as) a compreenderem a importância da água para as pessoas e para o equilíbrio ambiental. De modo geral, é preciso ler histórias em quadrinhos que problematizam algumas questões e, em seguida escolher as fases/ desafios [...] **MORE**

BY UNIVERSO EDUCOM
HÁ 4 ANOS

APÊNDICE 7 – MATÉRIA PRODUZIDA NO CONTEXTO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DO CPA/ CONANDA



HOME > ADOLESCENTES > BRASIL AFORA > COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLES.

ADOLESCENTES BRASIL AFORA

Comitê de Participação de Adolescentes aproveita evento no RJ para reuniões de articulação

BY DIEGO SILVA 476 VIEWS
HÁ 2 ANOS

Share

Tweet



Quase todo o grupo que compõe o CPA – Comitê de Participação de Adolescentes, vinculado ao **Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, realizou reuniões para discutir o futuro do grupo durante o tempo livre da programação do *Encuentro de Niñas, Niños y Adolescentes – Subregión Sur*. O evento latino-americano ocorreu entre os dias 15 e 18 de Novembro de 2018, no **Colégio Marista São José, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ)** e foi preparado para receber aproximadamente 300 crianças e adolescentes do Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai e Argentina, numa das atividades do projeto **#TejiendoRedesInfancia**, promovido pela **Red Lamyc – Rede Latino-americana e Caribenha de Defesa de Crianças e Adolescentes**.

Um dos encontros, realizado na noite do dia 16 de Novembro (sexta-feira), foi mediado pela consultora do Conanda, Monique Carvalho, que está acompanhando o desenvolvimento das ações relacionadas ao CPA. A atividade foi uma oficina intitulada "Participar é um direito! Experiências de adolescentes nos espaços de discussão nos seus estados". Na ocasião, os(as) adolescentes compartilharam as suas angústias com os rumos da consolidação do CPA. Segundos os(as) adolescentes, desde Fevereiro de 2018, as reuniões do grupo estão sendo adiadas e que, até então, o CPA nunca conseguiu estar presente coletivamente em nenhum espaço, nem mesmo numa reunião ordinária do Conanda.



Equipe de organização do evento e membros da Coordenação do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) contribuiu com soluções para que o grupo pudesse ter suas reuniões sem deixar de participar das atividades previstas na programação. Foto: [Diego Silva](#)/ Universo Educom.

Outra reunião do CPA, realizada no dia 17 de Novembro (sábado), resultou em diversos encaminhamentos acordados entre o grupo. De modo geral, foram aprovadas a redação de diversas cartas abertas ao Conanda, solicitando informações, recomendando algumas iniciativas e repudiando irregularidades apontadas por membros do Comitê; assim que o portal Universo Educom tiver acesso às cartas, publicaremos aqui. A estratégia foi redigir as cartas com rapidez para que elas pudessem ser remetidas ao Conanda, que se reuniria nos dias 21 e 22 de Novembro nas comissões permanentes e em Assembleia.



Reuniões foram abertas à participação de outros(as) adolescentes que não compõem o CPA mas quiseram se inteirar das discussões. Foto: [Diego Silva](#)/ Universo Educom.

Para entender um pouco mais sobre o CPA

Em Julho de 2017, o Conanda publicou uma [resolução que cria o CPA](#), estipula as suas atribuições e recomenda que sejam criados comitês de participação de adolescente nos municípios e Estados brasileiros. O grupo teria a função, dentre outras coisas, de atuar como organismo consultivo na construção de ações e de propostas de políticas públicas na área da infância e da adolescência. "Compete ao CPA apresentar ao CONANDA propostas de pautas, resoluções, campanhas sobre os direitos da criança e do adolescente e temas para deliberação", afirma um trecho do documento (Inciso II do Artigo 5º).

#ADOLESCENTES #CONANDA #CPA #DIREITO À PARTICIPAÇÃO #PARTICIPAÇÃO CIDADÃ #PARTICIPAÇÃO SOCIAL #RIO DE JANEIRO

NEWSLETTER

**Quer receber conteúdo incrível sobre
educomunicação?**

Receba gratuitamente as melhores notícias e oportunidades no seu e-mail!

APÊNDICE 8 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, SOBRE INCLUSÃO DE PAUTA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO PARANÁ (CEJUV PR)

Agenda Nossos Conteúdos + Currículo Lattes Serviços Bio Contato

f t i in y m @ % Q

BLOG DO DIEGO
Comunicação, educação e direitos humanos.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA JUVENTUDES EQUIDADE RACIAL JORNALISMO CIÊNCIA E PESQUISA BIBLIOTECA VÍDEOS

JUVENTUDES

Coletivo Parafuso Educomunicação protocola 18 pautas para reunião do Conselho Estadual de Juventude

Data: 13 jan 2020
Autor: Diego Silva
0 Comentários
— Editar

O coletivo de jornalistas e educadores(as) Parafuso Educomunicação protocolou no sábado (11/01/2019), um pedido para que o CEJUV PR – Conselho Estadual de Juventude do Paraná analise e discuta 18 pautas em suas comissões e também por todo o grupo de conselheiros(as). A ideia é que as questões sejam tratadas já na reunião de Janeiro de 2020, o primeiro encontro do ano entre os(as) membros(as). Logo abaixo você pode ler a lista de pautas solicitadas, porém há também como fazer o [download do documento completo, com 9 páginas](#), onde cada um dos pontos é explicado com maior detalhamento.

1. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO
 1.1 Publicação de todas as pautas, memórias e atas do CEJUV;
 1.2 Previsão orçamentária para as políticas públicas de juventude para o período 2020-2023;
 1.3 Publicação de todos os Relatórios das Conferências Estaduais de Juventude do Paraná;
 1.4 Evento comemorativo ao Aniversário do Estatuto da Juventude;
 1.5 Publicação do Plano Estadual de Juventude do Paraná;
 1.6 Aplicação de Pesquisa para traçar o perfil dos(as) membros(as) do CEJUV;

O AUTOR

Diego Silva

Jornalista, educador, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Twitter @diegohsilva | Instagram @diego.com | <https://facebook.com/diego.com>

Visualizar Perfil Completo →

CURTA A NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK!

SE INSCREVA EM NOSSO CANAL!

INSTAGRAM



1. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

- 1.1 Publicação de todas as pautas, memórias e atas do CEJUV;
- 1.2 Previsão orçamentária para as políticas públicas de juventude para o período 2020-2023;
- 1.3 Publicação de todos os Relatórios das Conferências Estaduais de Juventude do Paraná;
- 1.4 Evento comemorativo ao Aniversário do Estatuto da Juventude;
- 1.5 Publicação do Plano Estadual de Juventude do Paraná;
- 1.6 Aplicação de Pesquisa para traçar o perfil dos(as) membros(as) do CEJUV;
- 1.7 Participação do CEJUV na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná;
- 1.8 Disponibilização de contatos de representantes dos Grêmios Estudantis do Paraná pela SEED ao CEJUV;
- 1.9 Cobertura Educomunicativa da Conferência Estadual de Juventude, com possibilidade de financiamento do CEDCA PR;
- 1.10 Relatoria da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE

- 2.1 Propostas das Conferências: Solicitação e sistematização de relatórios das etapas atuais das conferências municipais de juventude já realizadas e a realizar no Estado do Paraná (2019-2020);
- 2.2 Compartilhamento dos resultados parciais do levantamento de Conselhos Municipais de Juventude.

3. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 3.1 Produção de Diagnóstico da Situação das Juventudes do Estado do Paraná, Plano Decenal Estadual de Juventude e Plano Estadual de Juventude Negra;
- 3.2 Mapeamento de demandas da Assessoria Especial de Juventude no Plano Estadual Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4. PAUTAS GERAIS PARA A PLENÁRIA

- 4.1 Custeio da participação de membros(as) da sociedade civil que são titulares, suplentes-complementares e suplentes do CEJUV em todas as assembleias e atos do Conselho (residentes no local da reunião ou não);
- 4.2 Instalação de Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Juventude do Paraná;
- 4.3 Implantação de um Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) no CEJUV;
- 4.4 Compartilhamento de Nova Lei do CEJUV e de Nova Proposta de Regimento Interno.

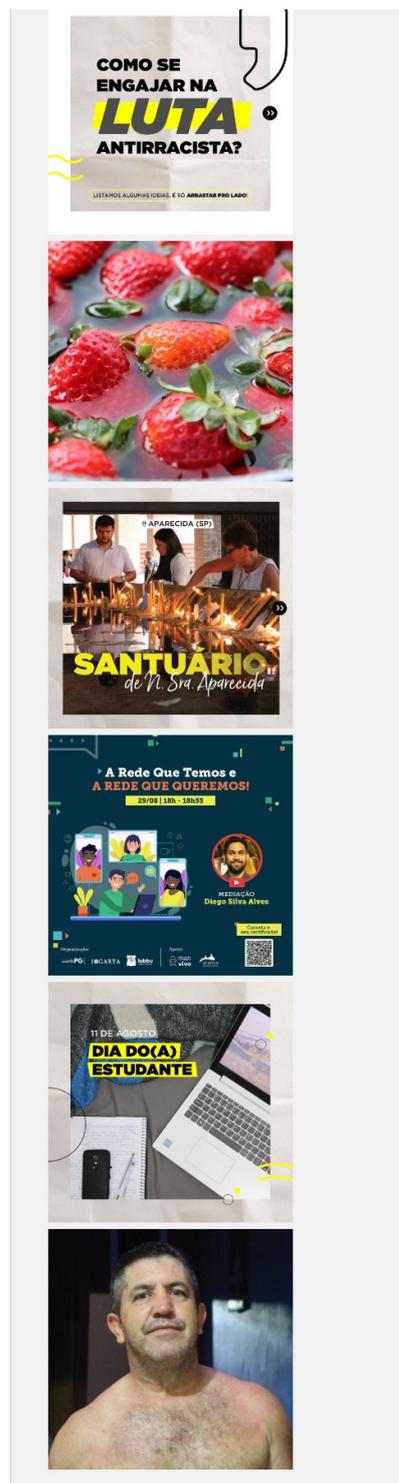
— O QUE ESPERAR DO NOSSO MANDATO?

Em outro texto, publicado aqui no blog, nós já indicamos as principais frentes de atuação que as juventudes do Paraná podem esperar da nossa representação no âmbito do Conselho Estadual de Juventude do Paraná. [Clique aqui](#) para acessar o texto e ver todos os tópicos explicados um a um!

Anúncios

Eventualmente, é possível que alguns visitantes vejam um anúncio aqui, assim como um banner de Privacidade e Cookies no rodapé da página. Você pode ocultar estes anúncios completamente ao fazer upgrade para um de nossos planos pagos.

[FAÇA O UPGRADE AGORA](#) [IGNORAR MENSAGEM](#)



APÊNDICE 9 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, EM QUE HÁ O COMPROMISSO PÚBLICO DE DEFESA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES NO CEJUV PR, COMPLEMENTANDO A PESQUISA-AÇÃO

Agenda Nossos Conteúdos ▾ Currículo Lattes Serviços Bio Contato

f t i in y m p o

BLOG DO DIEGO

Comunicação, educação e direitos humanos.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA JUVENTUDES EQUIDADE RACIAL JORNALISMO CIÊNCIA E PESQUISA BIBLIOTECA VÍDEOS

JUVENTUDES, MOVIMENTOS E CAUSAS SOCIAIS

O que esperar do nosso mandato no Conselho Estadual de Juventude do Paraná?

Membros(as) do novo mandato do Conselho Estadual da Juventude e convidados(as) que participaram da primeira reunião do novo mandato do CEJUV PR, em 09 de Dezembro de 2019. | Foto: Diego Silva/ Parafuso Educom.

Data: 16 dez 2019
 Autor: Diego Silva
 1 Comentário
 – Editar

A **Parafuso Educomunicação** foi eleita e participou, no dia 09 de Dezembro de 2019, da primeira reunião do novo mandato ao CEJUV PR – Conselho Estadual de Juventude do Paraná, realizada na Sala de Gestão/ Espaço Fani Lerner, no Palácio das Araucárias, em Curitiba (PR). Devo representar o coletivo no período de 2019-2021, como suplente-complementar da cadeira de Movimentos Estudantis.

Fiz esse post para tornar público o que as juventudes do Paraná podem esperar do nosso mandato no Conselho. Bora começar?

1. Mandato Aberto

O coletivo Parafuso Educomunicação está preparando, já para o início de 2020, a abertura de canais de comunicação específicos para receber ideias e propostas de políticas públicas, ações e projetos voltados a garantir, promover e defender direitos das juventudes no Paraná. Através das redes sociais e de formulário específico, jovens de todo o Estado poderão enviar as demandas coletivas de suas cidades, comunidades, grupos, coletivos, fóruns e redes que representam.

2. Luta pelo fortalecimento do Conselho

Já conseguimos identificar alguns problemas que consideramos sérios em relação ao funcionamento do Conselho, como a não publicação prévia das pautas, a não publicação das atas após cada uma das reuniões e o não custeio das despesas básicas de conselheiros(as) que moram no local da reunião e em cidades mais distantes. Vamos lutar para que a estrutura mínima de funcionamento do Conselho seja garantida.

3. Articulação com Movimentos Estudantis do Paraná

Por conta da cadeira que ocupamos, que é a de suplente-complementar de Movimentos Estudantis, queremos fortalecer os laços com as entidades e grupos que representam as demandas. Até o início de 2020, queremos iniciar os diálogos eventuais tratativas com diferentes instâncias dos movimentos estudantis e produção...

O AUTOR

Diego Silva

Jornalista, educador, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Twitter @diegohsilva | Instagram @diego.com | https://facebook.com/diego.com

Visualizar Perfil Completo →

CURTA A NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK!

SE INSCREVA EM NOSSO CANAL!

INSTAGRAM

5. Forte atuação pela Educação, Comunicação e Participação Social

Desde a primeira reunião, já manifestamos nosso interesse em participar da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização do CEJUV PR, o que foi aprovado em Assembleia. O objetivo dessa Comissão Temática Permanente, segundo o Regimento Interno é "Construir estratégias políticas de mobilização social, visando a articulação das instâncias de Juventude e demais órgãos e instituições de defesa dos direitos, do regime democrático e das políticas públicas, publicizando informações, encaminhamentos e ações políticas relativas à juventude".

6. Contribuição no processo de formação de Conselheiros(as)

Durante a primeira Assembleia do CEJUV PR, a Parafuso Educomunicação também se candidatou a compor o Grupo de Trabalho que vai desenvolver um Programa de Formação Continuada para Conselheiros(as) do CEJUV. A ideia é proporcionar, mensalmente, atividades de formação em direitos da juventude voltadas para membros(as) do Conselho, tudo em parceria com a conselheira que idealizou essas formações, a Larissa Marsolik.

7. Luta pelo financiamento para políticas públicas de juventude

Conselheiros(as) que me antecederam no CEJUV PR já incluíram numa minuta de Projeto de Lei de criação do Conselho, um trecho que fala especificamente sobre a criação de um Fundo Estadual da Juventude. A proposta já foi redigida e aprovada pelo Conselho, porém, essa Lei ainda não foi apreciada nem aprovada na Alep - Assembleia Legislativa do Paraná. Nossa luta, portanto, vai ser somar esforços com outros(as) conselheiros(as) do atual mandato para que o Fundo seja aprovado e o Conselho possa deliberar sobre a sua destinação.

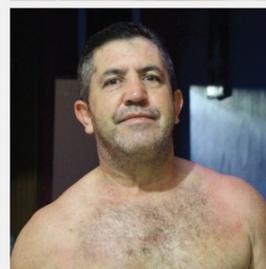
8. Participar ativamente da organização da Conferência Estadual de Juventude

A Comissão Organizadora Nacional da 4ª Conferência Nacional de Juventude nem publicou seu Regimento Interno, contendo as diretrizes para as etapas Estaduais e Municipais das Conferências e o coletivo Parafuso Educomunicação já está animado com a ideia de compor a Comissão Organizadora Estadual da Conferência.

—

REPERCUTINDO NO INSTAGRAM

Divulgamos nossa conquista – que também pertence às juventudes do Paraná – lá no Instagram. Aproveite pra deixar o seu like 😊



BAIXAR PORTFÓLIO



ME SEGUE NO TWITTER @DIEGOHSILVA (



Éita! Olha um negro ocupando mais um espaço de poder, passando na sua timeline! Por muito tempo, fomos a minoria em diversos espaços públicos que discutem as nossas vidas mas, aos poucos, isso está mudando pra melhor.

Se você mora no Paraná, já pode contar conosco para lutar pelos direitos das juventudes no Estado! Todas as juventudes, negras, brancas, quilombolas, empreendedoras etc.!

No dia 09 de Dezembro – véspera do meu aniversário –, participamos da primeira reunião do novo mandato do Conselho Estadual da Juventude do Paraná (o @cejuvpr), já na condição de conselheiro! O coletivo @parafusoeducom foi eleito como suplente-complementar da cadeira de Movimentos Estudantis e eu é quem vou acabar representando a equipe em mais este Conselho.

Lá no meu blog pessoal, o www.diegohom.wordpress.com, levantamos a lista de tudo o que você pode esperar do nosso mandato no Conselho.

Estamos animados para construir um mandato aberto, escutando as demandas das juventudes não só no campo de movimentos estudantis e do direito à educação de qualidade, mas também das áreas em que temos expertise como a da cultura, direito à comunicação, direito à participação social, promoção da equidade étnico-racial e direito ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Quer começar a participar desde já? Deixe no campo de comentários a sua ideia de política pública, projeto ou ação para melhorar a vida de jovens no Estado do Paraná. Periodicamente, vamos sistematizar as propostas e apresentá-las ao Conselho, defendendo e lutando para que bons encaminhamentos sejam dados a cada uma delas!

Lembra da utilização do termo "poder" no início desse texto? Pois é, pra nós – e para a Constituição Federal também – todo poder emana do povo. Portanto, acreditamos que o poder é coletivo e, por isso, queremos compartilhá-lo com você! Participe de verdade! :

#CEJUV #CEJUVPR #ConselhoEstadual #Juventudes #JuventudeParaná #ParticipaçãoSocial #ControleSocial #Democracia #ParticipaçãoJuvenil #ProtagonismoJuvenil #DireitosDaJuventude #MandatoAberto #ParafusoEducom #Paraná #negrosnopoder #representatividadeimporta #nenhumdireitoaomens #blackpower #Renajoc #ParticipaçãoPolítica #ParticipaçãoDemocrática

ver todos os 57 comentários

Adicione um comentário...

FIQUE DE OLHO NO SITE DA PARAFUSO EDUCOM!

A partir do início de Janeiro, o coletivo Parafuso Educomunicação vai abrir canais de comunicação específicos para receber, sistematizar e publicar as demandas das juventudes do Estado. Participe enviando a sua ideia quando a campanha do coletivo começar a rodar ou, se preferir já pode ir se manifestando desde já através do e-mail parafusoeducom@gmail.com

Bora construir novos rumos para as políticas de juventude no Paraná! #tamojunto

Anúncios

Eventualmente, é possível que alguns visitantes vejam um anúncio aqui, assim como um banner de Privacidade e Cookies no rodapé da página. Você pode ocultar estes anúncios completamente ao fazer upgrade para um de nossos planos pagos.

[FAÇA O UPGRADE AGORA](#) [IGNORAR MENSAGEM](#)

Share this:

[Publique Isso](#) [Twitter](#) [Facebook](#) [Mais](#)

Personalizar botões

[★ Curtir](#)

Seja o primeiro a curtir este post.



Coletivo Parafuso Educomunicação protocola 18 pautas para reunião do Conselho Estadual de Juventude

Em "Juventudes"



Veja 'Stories' de divulgação da nossa participação em reunião do Conselho de Juventude do Paraná

Em "Juventudes"



Resumo da Reunião de Fevereiro de 2020 do Conselho Estadual de Juventude do Paraná

Em "Juventudes"

[CEJUV](#) [CONSELHO ESTADUAL](#) [JUVENTUDE](#) [JUVENTUDES](#)
[PARAFUSO EDUCOMUNICAÇÃO](#) [PARTICIPAÇÃO SOCIAL](#)

Publicado por Diego Silva

Jornalista, educador, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Twitter @diegosilva | Instagram @diegohom | <https://facebook.com/diegohom> Ver todos os posts por Diego Silva



7 de jan. de 2021

Diego Silva Alves Retweetou

Pantera_ESQUERDISTA @RFPANTHER_

2015: Se não aprovarem o golpe da Dilma, o país quebra.

2018: Votem no Bolsonaro, se a esquerda ganhar, o Brasil quebra.

2019: Se não aprovar a Reforma da Previdência, o Brasil quebra.

2020: O Brasil está quebrado e não posso fazer nada.

Ué? #impachmentDeBolsonaroUrgente

7 de jan. de 2021

Diego Silva Alves Retweetou

Jonas Di Andrade @jonasdiandrade

Estas são as 6 crianças que foram mortas, vítimas do estado genocida. Eu fico imaginando como vai ser o natal dessas famílias... além delas, tivemos Emily e Rebeca.

Famílias foram destruídas. Mães negras não terão seus filhos para sequestrar o natal juntos. É justo isso?



17 de dez. de 2020

[Incorporar](#) [Ver no Twitter](#)

PESQUISAR

Buscar

```
!function(c,h,l,m,p)
{m=c.createElement(h),p=c.getElementsB
yTagName(h)
[0].m.async=1,m.src=i.p.parentNode.insert
Before(m,p)}
(document,"script","https://chimpstatic.co
m/mcjs-
connected/js/users/8043676b53df632d4
0442ee95/01fd4b88ee2b836dce19a3a8
b.js");
```

APÊNDICE 10 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, DISSEMINANDO MATERIAL PRODUZIDO NO ÂMBITO DA PESQUISA-AÇÃO

Agenda Nossos Conteúdos ▾ Currículo Lattes Serviços Bio Contato

BLOG DO DIEGO
Comunicação, educação e direitos humanos.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA JUVENTUDES EQUIDADE RACIAL JORNALISMO CIÊNCIA E PESQUISA BIBLIOTECA VÍDEOS

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, MOVIMENTOS E CAUSAS SOCIAIS

Baixe o Guia que incentiva a criação de Comitês de Participação de Adolescentes em Conselhos de Direitos

10 PASSOS SIMPLES PARA CRIAR O **COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES (CPA)** NA SUA CIDADE

Clique na imagem para fazer o download do Guia "10 passos simples para criar o CPA na sua cidade". | Arte: Diego Silva. Ilustração: freepik.com.

Data: 15 set 2019
Autor: Diego Silva
0 Comentários
— Editar

O CEDCA PR – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, juntamente com o COPED PR – Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná e outros parceiros aprovou em Abril de 2019, o Guia "10 passos simples para a Criação do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) na sua cidade", a ser enviado aos CMDCA – Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de todo o Estado do Paraná. A intenção é promover a criação e manutenção desses Comitês, de modo que as políticas públicas na área da infância e da adolescência seja construída, avaliada e acompanhada junto aos próprios(as) adolescentes.

O documento resume e sugere, em duas páginas, algumas ações que podem ser executadas para a Criação dos CPAs, de modo que eles contemplem os principais aspectos recomendados pelo Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em Julho de 2017, o Conanda expediu a Resolução nº 191, que dispõe sobre a criação do CPA Nacional e recomenda a criação de CPAs nos Estados e Municípios brasileiros.

O Fórum DCA PR – Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, bem como o coletivo Parafuso Educomunicação e o portal Universo Educom foram parceiros na concepção, redação, design e disseminação/publicação do Guia. É importante destacar que o conteúdo do Guia não é a única forma de fazer com que os CPAs sejam criados. Entretanto, o material funciona como uma sugestão geral, que leva em consideração princípios democráticos e plurais para que o Comitê, de fato, represente a diversidade de adolescentes do município onde os CPAs serão implementados e dá dicas de como pode ocorrer a seleção de adolescentes, sua formação continuada, o registro das ações, avaliação etc.

10 PASSOS SIMPLES PARA CRIAR O **COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES (CPA)** NA SUA CIDADE

MOBILIZE A GALERA!
1 Faça com que a garotada da cidade saiba que o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente existe e que esse Conselho quer criar um grupo de adolescentes atuantes e criativos!

CRIE UMA CHAMADA PÚBLICA
2 Recolha as inscrições dos(as) adolescentes que querem fazer parte do CPA – Comitê de Participação de Adolescentes no Município. Para isso, é importante fazer com que o maior número de adolescentes saibam dessa oportunidade. Avise nos salões de aula, nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, Centros da Juventude, nas ONGs e nas redes sociais da internet pode ser boa estratégia!

O AUTOR

Diego Silva

Jornalista, educador, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Twitter @diegohsilva | Instagram @diego.com | https://facebook.com/diego.com

Visualizar Perfil Completo →

CURTA A NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK!

SE INSCREVA EM NOSSO CANAL!

INSTAGRAM



3 ESCLAREÇA O QUE É UM CPA
Comunique aos(as) adolescentes o que se espera da atuação dos(as) no CPA. Informe quais serão suas atribuições, por quanto tempo ocuparão esse espaço e que tipo de apoio vão receber (formação, certificados, alimentação, custos de transporte etc.).

4 SELEÇÃO COM CRITÉRIO
O ideal é que o CPA seja uma boa representação de todos(as) os(as) adolescentes da cidade. Para isso, é importante ter diversidade socioeconômica, de gênero (com meninas, meninos, LGBTQI+ etc.), étnico-racial (negros(as), pardos(as), indígenas, quilombolas, ciganos(as) etc.) e regional (de diferentes regiões e bairros).

5 FORMALIZE A CRIAÇÃO DO CPA
Depois de formar o grupo "CPA" no município, reúna todos(as) os(as) adolescentes titulares e suplentes e realize um ato formal da composição desse grupo. Divulgue a lista com os nomes dos(as) adolescentes numa resolução ou deliberação do CMDCA e convide-os(as) a participar de todas as reuniões do Conselho.



6 REUNA O GRUPO COM FREQUÊNCIA
Promova uma participação frequente, efetiva, consistente e qualificada dos(as) adolescentes nas reuniões e demais atividades do CMDCA. Mas, do que estiverem de corpo presente, eles(as) precisam se apropriar das discussões que acontecem no CMDCA, com linguagem adequada a eles(as).

7 OUÇA OS(AS) ADOLESCENTES
Na hora de criar alguma campanha de comunicação, atividade de mobilização, programação de evento, conferência municipal ou desenvolver projetos, programas e ações, envolva os(as) adolescentes nos processos decisórios dando a eles(as) as informações necessárias e incentivando a sua autonomia cidadã. Com certeza, eles têm ideias incríveis pra dar!

8 PROPORCIONE ESTRUTURA
Para participar de um dia inteiro de reunião, por exemplo, os(as) adolescentes vão precisar pelo menos de transporte, alimentação e articulação com família e escola. É importante providenciar termos de autorização dos responsáveis para a participação dos(as) adolescentes nas reuniões do CPA e CMDCA, além de dialogar com a escola para que ela saiba dessa atividade do(a) estudante.

9 GARANTA FORMAÇÃO CONTÍNUA
Se participar de reunião do CMDCA não basta. Com frequência, os(as) adolescentes também precisam participar de momentos de formação para conhecer mais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Plano Decenal de Direitos da Criança, equidade de gênero, equidade racial, uso seguro e responsável da internet, conhecer os(as) integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, os canais para denunciar as violações de direitos e vários outros conteúdos para que possam se empoderar de seus direitos e deveres.

10 AVALIE, REGISTRE E COMUNIQUE TUDO
É importante avaliar o que os(as) adolescentes estão achando dos processos de formação e de participação no CMDCA. Garanti o registro fotográfico de todas as atividades, produzir relatórios anuais e criar meios de divulgar a atuação do CPA também é fundamental! Por meio da educcomunicação, eles(as) mesmos(as) podem se responsabilizar por comunicar suas ações.

FIQUE SABENDO!
O Conselho (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) criou o CPA (Comitê de Participação de Adolescentes) em âmbito nacional e recomendou que sejam criados CPAs em todos os Estados e Municípios brasileiros também. O documento que formaliza esse desejo do Conselho é a Resolução nº 191, de 07 de Junho de 2017. Baixe a resolução e leia na íntegra em www.diretosedoadolescente.gov.br

Mobilização: 
Apoio: 

Anúncios

Eventualmente, é possível que alguns visitantes vejam um anúncio aqui, assim como um banner de Privacidade e Cookies no rodapé da página. Você pode ocultar estes anúncios completamente ao fazer upgrade para um de nossos planos pagos.

[FAÇA O UPGRADE AGORA](#) [IGNORAR MENSAGEM](#)

Share this:

[Publique Isso](#) [Twitter](#) [Facebook](#) [Mais](#)

Personalizar botões

[★ Curtir](#)

Seja o primeiro a curtir este post.



Agenda Diego Silva - Outubro de 2020

Em "agenda"



Pesquisa explica estratégias para promover participação de adolescentes em Conselhos de Direitos

Em "Ciência e Pesquisa"

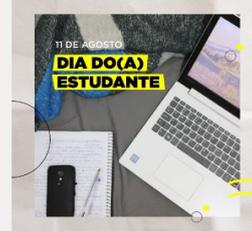


Agenda Diego Silva - Novembro de 2020

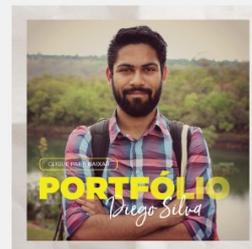
Em "agenda"

Publicado por Diego Silva

Jornalista, educcomunicação, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem Local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. [Twitter @diegohsilva](https://twitter.com/diegohsilva) | [Instagram @diegohcom](https://www.instagram.com/diegohcom) | <https://facebook.com/diegohcom> Ver todos os posts por Diego Silva



BAIXAR PORTFOLIO



ME SIGUE NO TWITTER @DIEGOSILVA !:

Tweets por @diegohsilva

Diego Silva Alves Retweetou

Ciro Gomes @cirogomes
Desumano e cruel com todas as vítimas da pandemia. Nosso povo vai dar a resposta! #ImpeachmentDeBolsonaroUrgente



7 de jan. de 2021

APÊNDICE 11 – POST DE BLOG DO PESQUISADOR, FAZENDO A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE PARTE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Agenda Nossos Conteúdos ▾ Currículo Lattes Serviços Bio Contato

f t i in y t p r

BLOG DO DIEGO

Comunicação, educação e direitos humanos.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA JUVENTUDES EQUIDADE RACIAL JORNALISMO CIÊNCIA E PESQUISA BIBLIOTECA VÍDEOS

CIÊNCIA E PESQUISA, MOVIMENTOS E CAUSAS SOCIAIS

Pesquisa explica estratégias para promover participação de adolescentes em Conselhos de Direitos



Clique na imagem para fazer o download da apresentação do trabalho. | Arte: Diego Silva Alves com ilustração da freepik.com.

Data: 14 set 2019

Autor: Diego Silva

0 Comentários

— Editar

O Grupo de Pesquisa "Políticas e Estratégias de Comunicação", que se reuniu durante a 42ª edição do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – o [Intercom 2019](#) –, foi o espaço de encontro para relatar os resultados de uma pesquisa-ação que narra estratégias de promoção da participação de adolescentes em Conselhos de Direitos. O encontro em que o artigo científico foi apresentado aconteceu na sexta-feira (06/09/2019), na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA).

No artigo "[Estratégias de comunicação e advocacy para a promoção da criação de CPAs – Comitês de Participação de Adolescentes a partir de resoluções do Conanda](#)", narramos todos os passos que foram adotados para construir, coletivamente, ações que fossem capazes de disseminar informações que constam, sobretudo, na [Resolução nº 191 do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente](#), documento que dispõe sobre a Criação do Comitê de Participação de Adolescentes naquele Conselho e recomenda a criação desses Comitês em âmbitos Estadual e Municipal.



Clique na imagem para fazer o download da apresentação do trabalho. | Arte: Diego Silva Alves com ilustração de freepik.com.

O AUTOR



Diego Silva

Jornalista, educador, pesquisador em comunicação e educação e co-fundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, em Curitiba (PR). Integra a Renajoc - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens, o Núcleo Virajovem local da Revista Viração e é membro do COPED - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná. Twitter @diegohsilva | Instagram @diego.com | <https://facebook.com/diego.com>

Visualizar Perfil Completo →

CURTA A NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK!



SE INSCREVA EM NOSSO CANAL!



INSTAGRAM



Qual foi o caminho da pesquisa?

1. Pontapé inicial/ vontade de agir a partir da observação participante da [Etapas Sul da Caravana Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente](#), promovida pelo Conanda, em Porto Alegre (RS);
2. Identificação de como o Conanda vem tratando do assunto "participação social de adolescentes" na última década (2008-2018), através de uma análise documental;
3. Explicação das estratégias de pesquisa-ação adotadas para fazer a pauta "participação de adolescentes em Conselhos de Direitos" ganhar força, sobretudo no Estado do Paraná mas também com impacto nacional;
4. Redação das reflexões teóricas que articulam conceitos e visões de pesquisadores(as) sobre as inter-relações entre "participação social em conselhos de direitos", "adolescência" e "comunicação";
5. Construção de considerações finais, registro do processo através de [artigo científico](#) e de [material de apoio para apresentação expositiva](#).

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 2 a 7/09/2019

Estratégias de comunicação e advocacy para a promoção da criação de CPAs – Comitês de Participação de Adolescentes a partir de resoluções do Conanda¹

Diego Henrique da Silva ALVES²
José Carlos FERNANDES³
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR

RESUMO

O artigo descreve as ações de *advocacy* e estratégias de comunicação adotadas para a aprovação e disseminação do material gráfico "10 passos simples para criar o Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) na sua cidade", que pode ser considerado um instrumento de apoio na promoção da participação social de adolescentes em conselhos de direitos. O objetivo, contudo, foi analisar e avaliar quais as estratégias de comunicação e *advocacy*, mobilizadas pelo coletivo curitibano Parafuso Educomunicação e portal Universo Educom, foram determinantes para o avanço da pauta da participação social de adolescentes em âmbito estadual. As metodologias utilizadas foram pesquisa ação e análise documental. Como resultados, destacam-se a importância da formação de redes e parcerias estratégicas e o engajamento de atores juvenis e de outras gerações para a concretização de avanços sociais neste campo.

PALAVRAS-CHAVE: participação social; adolescentes; *advocacy*; políticas públicas; comunicação.

1. Introdução

Para compreender melhor a essência deste trabalho, é fundamental discutir um conceito que será bastante utilizado: o de participação social de adolescentes. Para isso, faremos uso das definições construídas através de marcos legais e por estudiosos do assunto, como o paraguaiense Juan Díaz Bordenave: "Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade" (BORDENAVE, p. 13, 1994).

¹ Trabalho apresentado ao GIP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do PPGCom UFPR - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (Instituto de Comunicação e Formações SocioCulturais), jornalista, educador, cofundador do coletivo Parafuso Educomunicação e do portal Universo Educom, associado à JBEducum - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação, ao JEDUCA - Associação dos Jornalistas de Educação e filiado ao Fórum DCA PR - Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Ex-bolsista CAPES/ CNPq. E-mail: diegohenrique@ufpr.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social e do PPGCom - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Coordenador do NCEP UFPR - Núcleo de Comunicação e Educação Popular, e-mail: zccfernandes1964@gmail.com

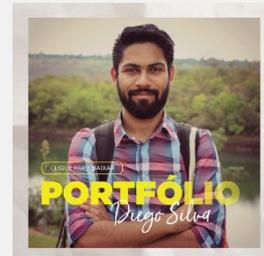
Clique na imagem para baixar o artigo completo, em formato PDF. | Imagem: Reprodução.

Quais os principais resultados alcançados?

1. Um levantamento que reuniu 20 documentos do Conanda (entre revistas, guias e resoluções) publicados na última década, o que equivale a uma média de um documento sobre "participação social de adolescentes" por semestre, o que é um número que eu leio como muito satisfatório;
2. A vitória da articulação que o pesquisador ajudou a promover entre o COPEP PR - Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná e o CEDCA PR - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná para discutir a "participação social de adolescentes em conselhos de direitos";
3. A conquista da criação de uma Comissão Especial do CEDCA específica para tratar da criação de um Comitê de Participação de Adolescentes, que já se reúne há mais de um ano;
4. A construção de um Guia a ser enviado para todos os CMDCAS - Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná e para o Conanda, com "[10 passos simples para criar um CPA na sua cidade](#)".



BAIXAR PORTFÓLIO



ME SEGUE NO TWITTER @DIEGOHSILVA (:





Clique na imagem para fazer o download do Guia "10 passos simples para criar o CPA na sua cidade". | Arte: Diego Silva. Ilustração: freepik.com.

A relevância de mobilizar adolescentes para participar ativamente de Conselhos de Direitos

Primeiramente é preciso ter clareza que a participação social é um direito, expresso pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de maneira mais ampla, e pelo Estatuto da Juventude, de maneira mais específica/ detalhada. Além disso, está prevista em documentos internacionais de organismos nos quais o Brasil é signatário como, por exemplo, no Comentário Geral nº 12, da ONU – Organização das Nações Unidas.

Os Conselhos de Direitos, sobretudo os que discutem os Direitos da Criança e do Adolescente possuem muitos(as) adultos(as), técnicos(as), representantes dos interesses governamentais e da sociedade civil (ONGs, coletivos, Fóruns etc.), porém, nem sempre costumam integrar de maneira ampla, direta, democrática e frequente, a participação de adolescentes nos processos decisórios. Ou seja, ainda se faz políticas públicas para adolescentes sem participação de adolescentes, podendo levar a posturas e encaminhamentos que podem ser considerados como adultocêntricos.

Adolescentes que participam ativamente das rotinas de diálogo e deliberação em Conselhos se tornam mais sensíveis e preparados(a) para conhecer e promover direitos da criança e do adolescente de forma mais ampla, além de se tornarem mobilizadores(as) de outros(as) adolescentes nos espaços em que atuam, tais como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Empresas em que trabalham, movimentos, coletivos e fóruns que integram, além dos ambientes escolares, comunitários e até com a própria família, dentro de casa.



Adolescentes do CPA/ Conanda se reúnem durante o Encontro de Niñas, Niños y Adolescentes, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2018 | Foto: Diego Silva Alves.

Anúncios

Eventualmente, é possível que alguns visitantes vejam um anúncio aqui, assim como um banner de [Privacidade](#) e [Cookies](#) no rodapé da página. Você pode ocultar estes anúncios completamente ao fazer upgrade para um de nossos planos pagos.

[FAÇA O UPGRADE AGORA](#) [IGNORAR MENSAGEM](#)

[Ciro Gomes](#)
@cirogomes

Desumano e cruel com todas as vítimas da pandemia. Nosso povo vai dar a resposta!
[#impeachmentDeBolsonaroUrgente](#)



7 de jan. de 2021

[Diego Silva Alves](#)
Retweetou

[Pantera_ESQUERDISTA](#)
@RPANTHER_

2015: Se não aprovarem o golpe da Dilma, o país quebra.

2018: Votem no Bolsonaro, se a esquerda ganhar, o Brasil quebra.

2019: Se não aprovar a Reforma da Previdência, o Brasil quebra.

2020: O Brasil está quebrado e não posso fazer nada.

Uê? [#impeachmentDeBolsonaroUrgente](#)

7 de jan. de 2021

[Diego Silva Alves](#)
Retweetou

[Jonas Di Andrade](#)
@jonasdiandrade

Estas são as 6 crianças que foram mortas, vítimas do estado genocida. Eu fico imaginando como vai ser o natal dessas famílias... além delas, tivemos Emily e Rebeca.

Famílias foram destruídas. Mães negras não terão seus filhos para sequer passar o natal juntos. É justo isso?



17 de dez. de 2020

[Incorporar](#)

[Ver no Twitter](#)

PESQUISAR

Buscar



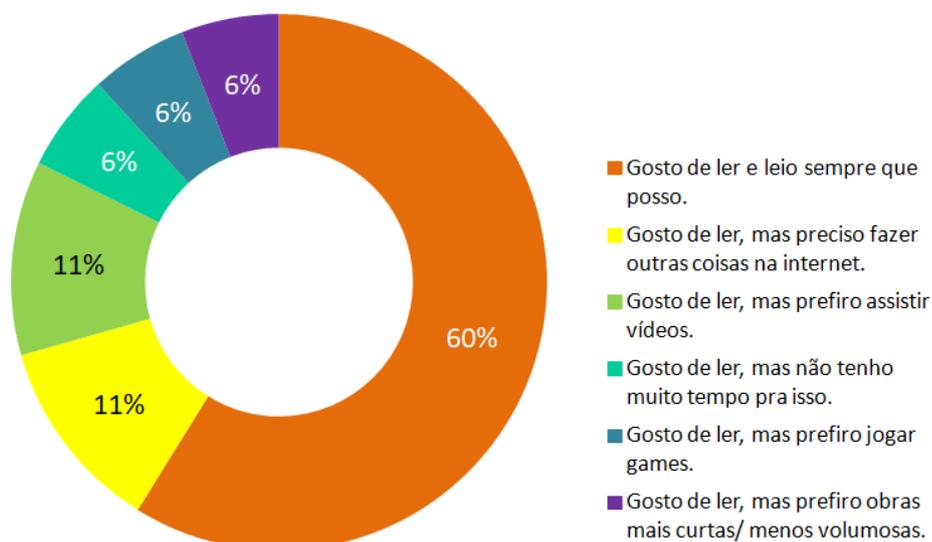
```
!function(c,h,i,m,p)
{m=c.createElement(h),p=c.getElementsByTagName(h)
[0].m.async=1,m.src=i,p.parentNode.insertBefore(m,p)}
(document,"script","https://chimpstatic.com/m/mcjs-
connected/js/users/8043676b53df632d4
0442ee95/01fd4b88ee2b836dce19a3a8
b.js");
```

**APÊNDICE 12 – PROPOSTA DE MODELO DE PLANO DE INTERVENÇÃO PARA
REALIZAÇÃO DE PESQUISA-AÇÃO**

PLANO DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO
<p>1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA Pesquisador(a): Professor(a) Orientador(a): Instituição de Pesquisa: Programa de Pós-Graduação ao qual a pesquisa está vinculada, se for o caso: Título provisório do Trabalho:</p>
<p>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA <i>Indicação do problema que o Plano de Intervenção pretende resolver ou ajudar a resolver</i></p>
<p>3. OBJETIVOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO <i>Objetivo Geral do Plano de Intervenção</i> <i>Objetivos Específicos do Plano de Intervenção</i></p>
<p>4. PRAZO <i>Indicação de previsão do Mês e ano de Início + Mês e ano final de realização da pesquisa. Se necessário, prever cronograma ou outro mecanismo mais detalhado de indicação de semanas e datas disponíveis para realização da Pesquisa-Ação.</i></p>
<p>5. PLANO DE AÇÃO 5.1 Ação 1 5.2 Ação 2 5.3 Ação 3</p>
<p>6. INSTRUMENTOS DE REGISTRO DO PROGRESSO DE PESQUISA 6.1 Previsão de instrumentos de coleta de dados 6.2 Instrumentos de registro dos resultados da Pesquisa-Ação</p>
<p>7. PREVISÃO DE DADOS A SEREM COLETADOS</p>

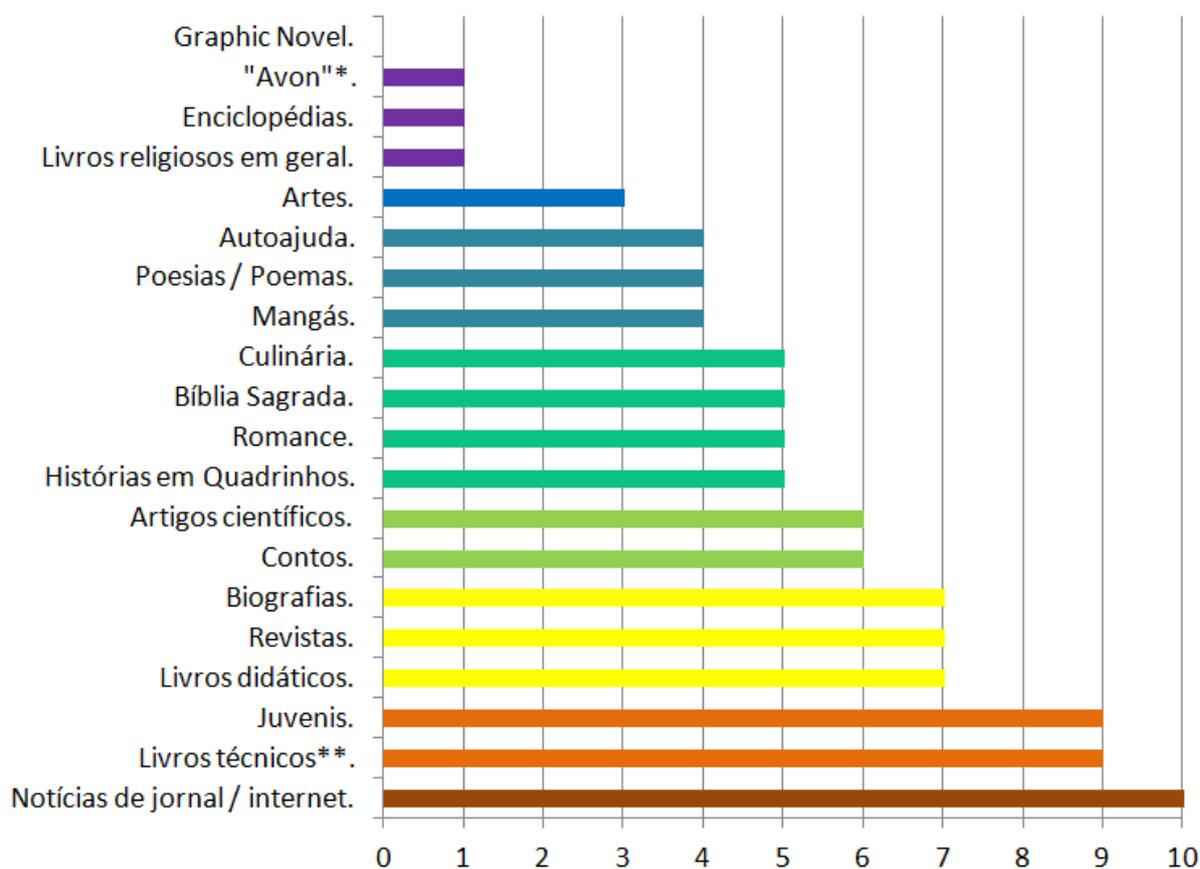
APÊNDICE 13 – OUTROS GRÁFICOS PRODUZIDOS A PARTIR DAS RESPOSTAS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA

GRÁFICO 27 – PRÁTICAS DE LEITURA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



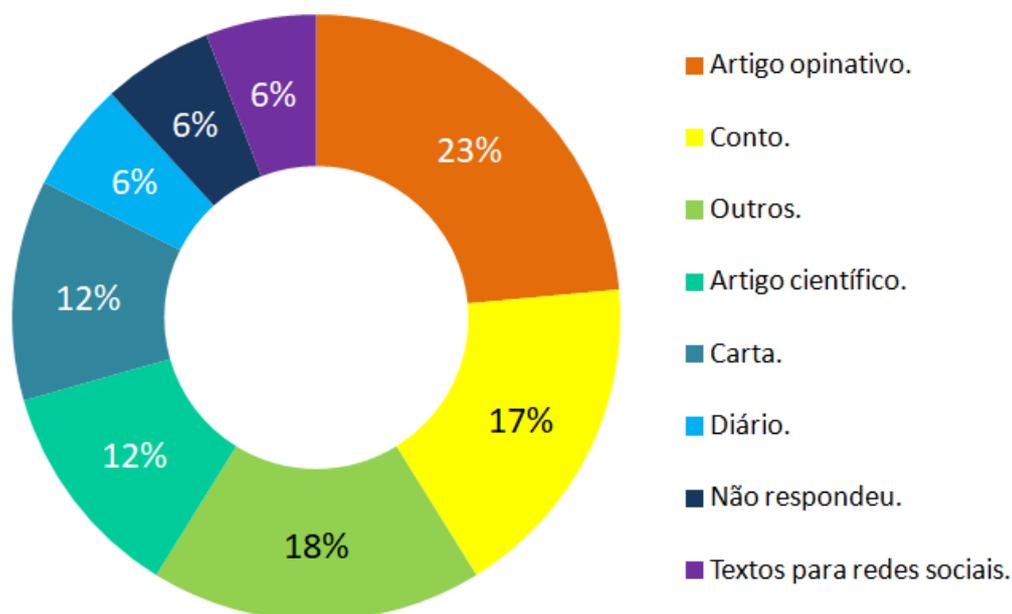
FONTE: O autor (2020).

GRÁFICO 28 – TIPOS DE CONTEÚDO QUE PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS GOSTAM DE LER



FONTE: O autor (2020).

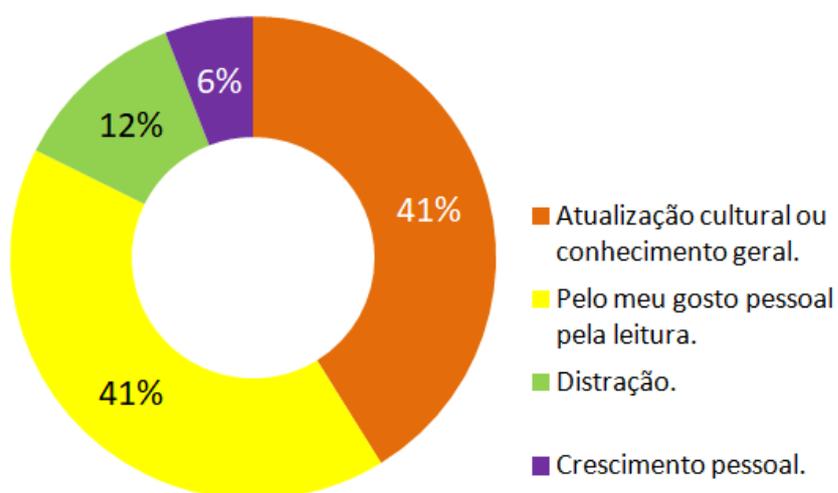
GRÁFICO 29 – GÊNEROS TEXTUAIS QUE PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIS GOSTAM DE ESCREVER



FONTE: O autor (2020).

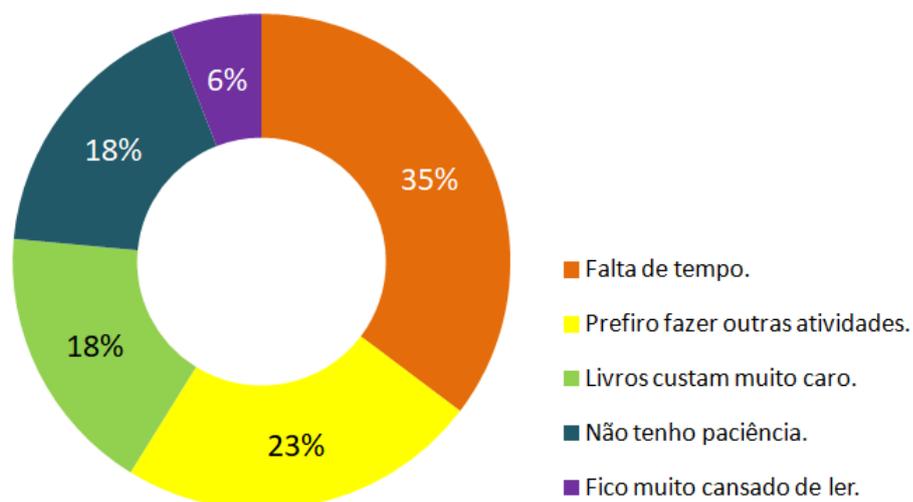
NOTA: Outras opções existentes que não foram assinaladas foram "Crônica", "Poesia/ poema/ soneto/ haikai", "Texto de e-mail", "Texto para blogs e sites", "Lenda", "Biografia/ Perfil", "Roteiro para vídeos" e "Comentário".

GRÁFICO 30 – PRINCIPAL MOTIVO PARA LER, SEGUNDO PARTICIPANTES DA PESQUISA



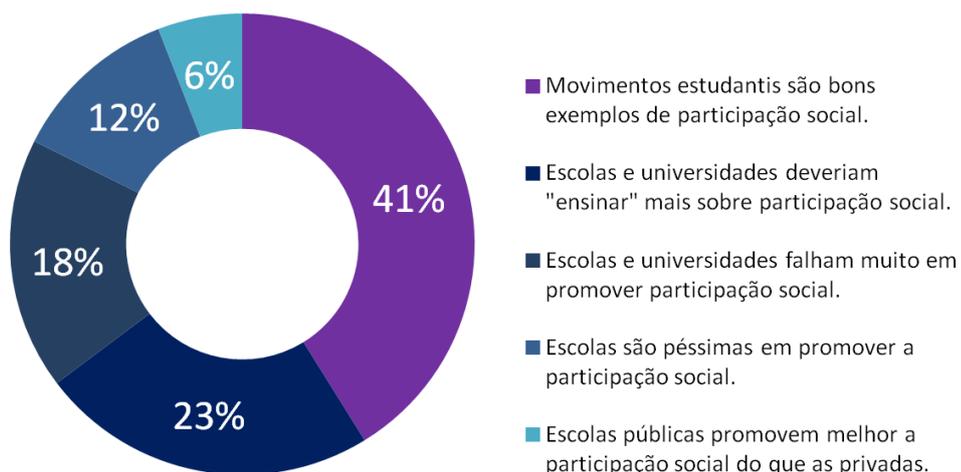
FONTE: O autor (2020).

GRÁFICO 31 – PRINCIPAL MOTIVO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA NÃO LEREM MAIS DOS QUE JÁ LÊEM



FONTE: O autor (2020).

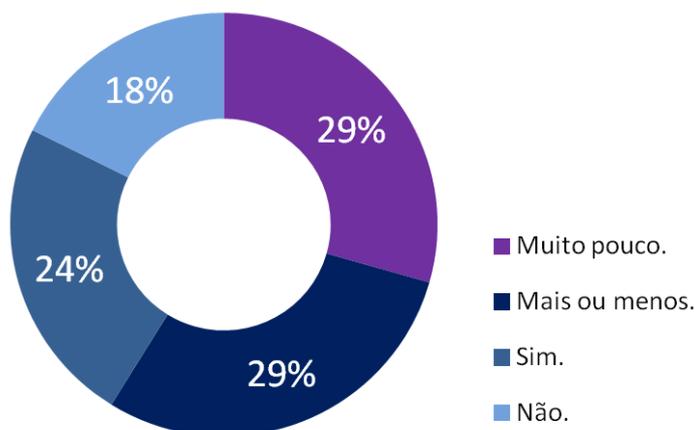
GRÁFICO 32 – PERCEPÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



FONTE: O autor (2020).

NOTA: A pergunta formulada foi "Qual a sua percepção sobre as escolas e instituições de ensino superior como espaços para aprender e praticar a participação social?"

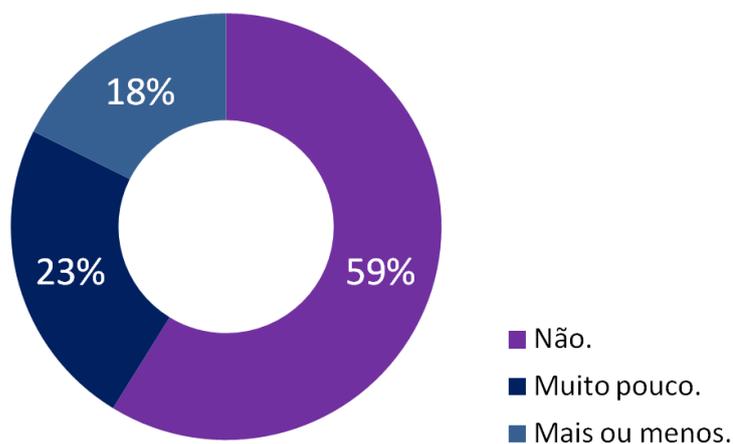
GRÁFICO 33 – PERCEPÇÕES SOBRE A ÁTUAÇÃO DAS PRÓPRIAS ESCOLAS DOS(AS) PARTICIPANTES DA PÉSQUISA QUANTO À PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



FONTE: O autor (2020).

NOTA: A pergunta formulada foi “Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de formar cidadãos e cidadãs mais participativos(as)/ engajados(as)?”.

GRÁFICO 34 – PERCEPÇÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTA: A pergunta formulada foi “Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente?”.

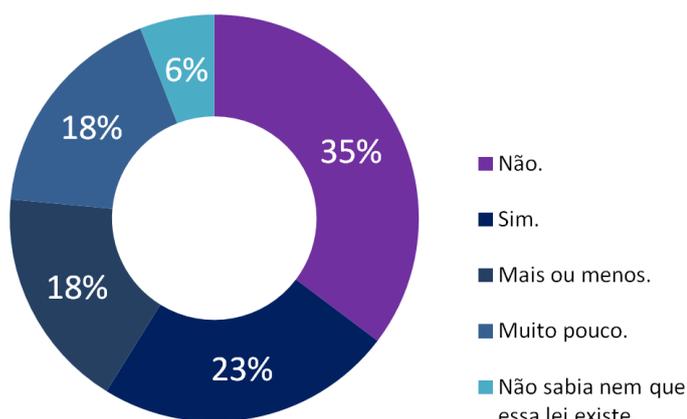
GRÁFICO 35 – PERCEPÇÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ESTATUTO DA JUVENTUDE PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTA: A pergunta formulada foi “Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de divulgar o Estatuto da Juventude?”.

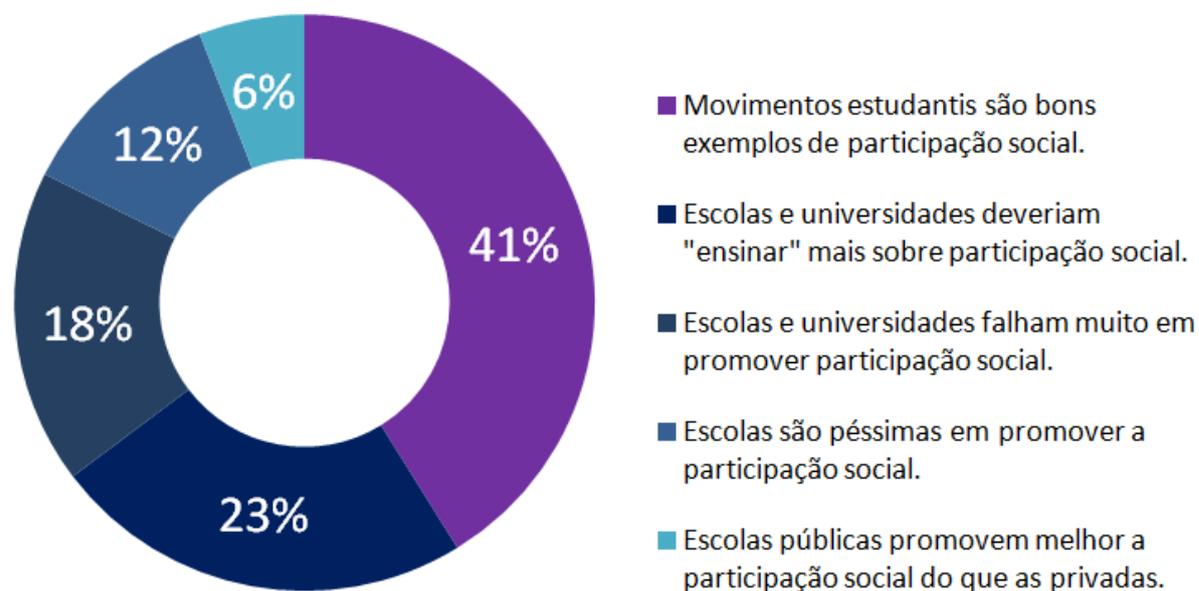
GRÁFICO 36 – PERCEPÇÕES SOBRE A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA E NA ESCOLA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA



FONTE: O autor (2020).

NOTA: A pergunta formulada foi “Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem a lei brasileira que determina a abordagem de conteúdos sobre a educação ambiental?”.

GRÁFICO 37 – PERCEPÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES



Fonte: O autor (2020).

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Fique atento(a) para não deixar as perguntas com o asterisco vermelho (*) sem respostas (:

* Required



**PESQUISA
'COMUNICAÇÃO,
EDUCAÇÃO
E PARTICIPAÇÃO
SOCIAL DE
ADOLESCENTES'**

Diego Henrique da Silva Alves | Mestrando do PPGCOM UFPR
José Carlos Fernandes | Professor Orientador PPGCOM UFPR

PARAFUSO
Educação
UFPR

Olá, caro(a) participante! Como vai?

Este questionário é parte da metodologia de uma pesquisa desenvolvida pelo mestrando Diego Henrique da Silva Alves, do PPGCOM da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Queremos saber como as práticas de comunicação e de educação ajudam adolescentes a se tornarem mais participativos e mais conscientes sobre seus direitos e deveres. E pra isso, desenvolvemos uma série de perguntas a serem respondidas exclusivamente por adolescentes e jovens que já integraram o CPA/ Conanda.

Além de responder a este formulário, vai ser importante providenciar a assinatura de um documento em que você ou o/a seu/sua responsável (caso você seja menor de idade) autorize a sua participação e demonstre que estão fazendo esse consentimento de forma livre/ espontânea e esclarecida. Deixe o seu e-mail no formulário que eu vou enviar o arquivo pra você ler, inserir a sua assinatura (pode ser uma foto da assinatura, no documento) e enviá-lo pra gente. Se não tiver e-mail ativo, podemos fazer isso por Whatsapp. Ok?

PRAZO PARA RESPONDER A PESQUISA: até o próximo domingo (30/08/2020).

Nº de perguntas do questionário: 57.

Tempo estimado para responder: de 1h a 1h30min, aproximadamente.

E se ficar alguma dúvida, por favor nos procure!

--

CONTATOS

Diego Henrique da Silva Alves
ediegohenrique@hotmail.com
Whatsapp | (41) 9 9890-6758
Instagram | @diegohc



Parte 1
**DADOS BÁSICOS
E IDENTIFICAÇÃO**

Nome Completo

Your answer

Nome Social (ou forma como mais gosta de ser chamado/a)

Your answer

Cidade e Estado onde reside atualmente

Exemplo: Brasília (DF)

Your answer

Cidade onde residia quando foi eleito(a) ao CPA/ Conanda

Your answer

Data de Nascimento (DD/MM/AAAA)

Your answer

Qual era a sua idade ao integrar o CPA/ Conanda?

Your answer

Como foi a sua seleção para integrar o CPA?

Choose

Celular (com DDD)

Informação será usada apenas em caso de extrema emergência relacionado a sanar alguma dúvida sobre a participação nesta pesquisa ou para necessidade de realização de entrevistas.

Your answer

Instagram (Exemplo: @diegohcom)

Your answer

Twitter (Exemplo: @universoeducom)

Your answer

E-mail

Your answer



Como você se autodeclara?

Choose

Sexo biológico

Choose

Identidade de Gênero (Opcional)

Exemplos: Homem, Mulher, Travesti, Mulher Lésbica etc. Sua resposta não será divulgada individualmente, sob nenhuma hipótese.

Your answer

Marque todas as opções que mais caracterizam o local onde você mora

- Periferia
- Área central da cidade
- Área nobre da cidade

—

- Região Metropolitana
- Zona Urbana
- Zona Rural
- Assentamento
- Acampamento
- Situação de Rua
- Moradia própria
- Moradia alugada
- República
- Casa
- Apartamento
- Hostel/ Hotel/ Pousada/ Flat
- Kitnet/ Studio
- Instituição de Acolhimento/ Casa de passagem/ Albergue
- Casa dos pais/ responsáveis
- Casa de Amigo(a)
- Casa de Parente Próximo
- Other: _____



1. Você se sente ou se considera um(a) adolescente/ jovem engajado(a) e participativo?

Choose ▼

2. Você acredita que o direito à participação social é um direito humano fundamental?

Choose ▼

2. Na sua opinião, qual é a fase da vida mais adequada para começar a conhecer e a praticar o direito à participação social?

Choose

3. Qual a sua percepção sobre as escolas e instituições de ensino superior como espaços para aprender e praticar a participação social?

Choose

4. Qual das opções abaixo mais tem a ver com a sua visão sobre o papel da mídia (revistas, emissoras de rádio, emissoras de TV, empresas desenvolvedoras de games, agências de comunicação etc.) em relação à promoção e à prática da participação social?

Choose

5. Você acredita que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (sejam os Municipais/ CMDCAs, Estaduais ou Nacional/ Conanda) são espaços importantes para ajudar a garantir e a promover o direito à participação social de adolescentes?

Choose

6. Você acredita que Conselhos de Direitos de outras áreas (sejam os Conselhos da Juventude, da Saúde, da Educação, de Promoção da Igualdade Racial etc.) seriam espaços importantes para a participação social de adolescentes?

Choose

7. Você concorda com a afirmação "Ninguém deve ser obrigado a expressar opiniões contra sua vontade"?

Choose

8. Você concorda com a afirmação "As opiniões dos(as) adolescentes devem ser tratadas com respeito, considerando-se também o contexto socioeconômico, ambiental e cultural dos participantes"?

Choose

Choose ▼

9. Você concorda com a afirmação "A criança ou adolescente deve receber informações completas sobre a forma, finalidade e possível repercussão da participação"?

Choose ▼

10. Você concorda com a afirmação "As atividades de participação de adolescentes devem abordar questões que considerem importantes de acordo com seus conhecimentos, habilidades e capacidades"?

Choose ▼

11. Você concorda com a afirmação "Os ambientes e métodos usados em atividades de participação social de adolescentes devem ser adaptados e acessíveis"?

Choose ▼

12. Você concorda com a afirmação "A participação social de adolescentes deve oferecer oportunidades iguais para todos(as), sem discriminação por qualquer motivo, e incentivar a participação em contextos de vulnerabilidade"?

Choose ▼

13. Você concorda com a afirmação "Adultos(as) precisam de preparação e conhecimento prático para facilitar a participação social e as próprias meninas e meninos também podem fazer essa facilitação/ promoção da participação"?

Choose ▼

14. Você concorda com a afirmação "Todas as precauções para minimizar possíveis riscos e consequências negativas da participação devem ser tomadas"?

Choose ▼

15. Você concorda com a afirmação "Os(as) participantes devem ser

informados(as) sobre como suas opiniões foram interpretadas e utilizadas, e de como sua participação influenciou o resultado"?

Choose

16. Você acredita que deveria haver mais candidaturas de jovens de 18 a 29 anos em cargos políticos?

Choose

17. Você acredita que os(as) adolescentes deveriam ser mais incentivados(as) a votar entre os 16 e 18 anos de idade (quando o voto ainda não é obrigatório)?

Choose

18. Você possui título eleitoral?

Choose

19. Na sua opinião, quem é mais importante para fazer adolescentes/ jovens se tornarem engajados(as)/ envolvidos com a participação social?

Choose

20. Na sua opinião, qual dos grupos etários abaixo é o mais atuante em promover o direito à participação social no Brasil, atualmente:

Choose

21. Você acredita que o direito à comunicação e à liberdade de expressão é um direito humano fundamental?

Choose

22. Marque as alternativas que contém os grupos ou entidades/órgãos que você gostaria de conhecer algum dia. Indique quantas opções quiser.

Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA do

- seu Estado).
- Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA).
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).
- Fórum Estadual pela Liberdade de Expressão e Democratização do seu Estado (se houver).
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (do seu Estado).
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (da sua cidade).
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).
- Câmara Municipal/ Câmara de Vereadores(as) do seu município.
- Ministério Público Estadual.
- Ministério Público Federal.
- Assembleia Legislativa/ Assembleia dos(as) Deputados(as) do seu Estado.
- Câmara Federal/ Câmara dos(as) Deputados(as) Federais.
- Senado Federal.
- Representantes do Movimento Estudantil da sua cidade.
- Representantes do Movimento Estudantil do seu Estado.
- UBES - União Nacional dos(as) Estudantes Secundaristas.
- UNE - União Nacional dos(as) Estudantes.
- Palácio do Planalto (sede do Governo Federal).
- Sede do Governo do seu Estado.
- Prefeitura da sua cidade.
- Ordem dos(as) Advogados(as) do Brasil - Sede do seu Estado.
- Ordem dos(as) Advogados(as) do Brasil - Conselho Federal.
- Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF).
- Ministério da Educação (MEC).
- Outros Ministérios específicos, em Brasília (DF). Exemplo: de Ciência e Tecnologia, da Saúde etc.
- Sede da TV Câmara, em Brasília (DF).
- Sede da TV Justiça, em Brasília (DF).
- Sede da TV Brasil/ NBR, em Brasília (DF).
- Sede da EBC - Empresa Brasil de Comunicação.
- Other: _____





23. Quantas horas diárias você passava acessando a internet? Incluindo tempo de trabalho ou para estudos, ANTES da pandemia.

Choose ▼

24. Quantas horas diárias você passa acessando a internet? Incluindo tempo de trabalho ou para estudos, DEPOIS da pandemia.

Choose ▼

25. Sobre as suas práticas de leitura, você diria que:

Choose ▼

26. Quais tipos de conteúdo abaixo você mais gosta de ler? Marque os cinco principais.

- Histórias em Quadrinhos.
- Mangás.
- Graphic Novel.
- Notícias de jornal/ internet.
- Romance.
- Contos.
- Poesias/ Poemas.
- Livros técnicos (específicos sobre a sua área de estudos).
- Livros didáticos.
- Revistas.
- Bíblia Sagrada.
- Livros religiosos em geral.
- Artigos científicos.
- Enciclopédias.
- Autoajuda.
- Artes.
- Culinária.
- Biografias.
- Juvenis.

Other: _____

27. Qual o principal motivo que te faz ler?

Choose



28. Qual a principal razão para não ler mais do que já lê?

Choose



29. Você gosta de games/ jogos digitais?

Choose



30. Você acredita que o desenvolvimento de games/ jogos digitais poderiam ajudar adolescentes a se interessarem mais pela participação social?

Choose



31. Que tipo de jogo digital listado abaixo você acredita que poderia ser adaptado para tratar de temas ligados à "participação social de adolescentes"?

Choose



32. Qual tipo de "jogo analógico" (jogo "não eletrônico"/ jogo "não digital") listado abaixo você acredita que poderia ser adaptado para tratar de assuntos ligados à "participação social de adolescentes"?

Choose



33. Sobre seus hábitos de assistir filmes, você diria que:

Choose



34. Onde você mais assiste filmes?

Choose



35. Você gosta de assistir séries?

Choose



36. Qual é o gênero de série que você mais gosta de assistir?

Choose



37. Você gosta de escrever?

Choose



38. Qual tipo de texto você mais gosta de escrever?

Choose



39. Você acredita que bons textos podem ajudar adolescentes a se interessarem mais a conhecerem seus direitos e deveres (inclusive o direito à participação social)?

Choose



40. Você gosta de gravar vídeos?

Choose



41. Você acredita que vídeos podem ajudar adolescentes a se interessarem por conhecer seus direitos e deveres (inclusive o direito à participação social)?

Choose



42. Você gosta de fotografar?

Choose ▼

43. Você acredita que a fotografia tem o poder de ajudar mais adolescentes e jovens se interessarem em conhecer e praticar a participação social?

Choose ▼

43b. Quais das percepções abaixo, sobre a fotografia, você mais se identifica?

Choose ▼

44. Você gosta de escutar rádio e/ou podcasts?

Choose ▼

45. Você acredita que as mídias sonoras (rádio, podcast etc.) têm o poder de ajudar mais adolescentes e jovens se interessarem em conhecer e praticar a participação social?

Choose ▼

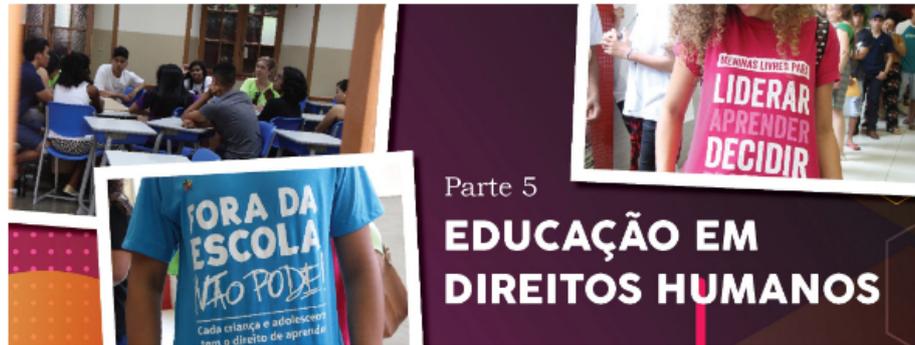
46. Na sua opinião qual é a "linguagem da comunicação"/ mídia mais estratégica pra fazer adolescentes e jovens se tornarem mais engajados e participativos?

Choose ▼

47. Quais redes sociais são as mais estratégicas para alcançar adolescentes e fazê-los(as) refletir sobre a importância da participação social?

- Youtube
- Tik Tok.
- Twitch
- Tumblr.
- Facebook.
- Instagram.
- Blogs.
- Sites.

- Whatsapp.
- Jornais ou revistas online/ digitais.
- LinkedIn.
- Twitter.
- Other: _____



48. Você acredita que as Entidades/ Organizações Sociais são importantes para promover a participação social de adolescentes?

Choose ▼

49. Você já participou de algum projeto social desenvolvido por alguma entidade/ Organização Social/ Coletivo?

Choose ▼

50. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de formar cidadãos e cidadãs mais participativos(as)/ engajados(as)?

Choose ▼

51. Você acredita que toda escola pública deveria ter um Grêmio Estudantil engajado e que defenda os direitos dos(as) estudantes?

Choose ▼

52. Quais dos assuntos abaixo você gostaria que fossem mais abordados na sua escola? Marque até 5 opções.

- Direitos da criança e do adolescente.

-
- Direitos da juventude.
- Direitos do Idoso.
- Direitos da Mulher.
- Direitos das pessoas com deficiência.
- Direitos da população negra.
- Direitos da população indígena.
- Educação ambiental.
- Ensino religioso (sobretudo em relação ao cristianismo).
- Ensino religioso (sobretudo em relação às religiões de matrizes africana).
- Ensino religioso (sob uma visão plural e diversificada, abrangendo todas as crenças possíveis).
- Sexualidade.
- Educação afetiva e sexual.
- Educação financeira.
- Moda, beleza, estética e autoestima.
- Cultura de Paz.
- Literatura.
- Enfrentamento à homofobia.
- Enfrentamento ao racismo.
- Enfrentamento ao bullying.
- Educação emocional
- Identificação e enfrentamento à depressão, ao suicídio, síndrome do pânico etc.
- Drogas.
- Educomunicação.
- Robótica.
- Uso dos games na educação.
- Educação para o mundo do trabalho.
- Educação para o uso consciente das tecnologias.
- Cidadania.
- Inclusão.
- Cinema Brasileiro.
- Igualdade/ equidade de direitos entre meninos e meninas.
- Other: _____

53. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem a lei brasileira que determina o ensino sobre história e cultura africana, afrobrasileira e indígena?

Choose



54. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem a lei brasileira que determina a abordagem de conteúdos sobre a educação ambiental? *

Choose

55. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem a lei brasileira que determina a exibição e debate de, pelo menos, duas horas mensais de filmes do cinema brasileiro?

Choose

56. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Choose

57. Você acredita que a sua escola cumpre/ cumpriu bem o papel de divulgar o Estatuto da Juventude?

Choose

Submit

Page 1 of 1

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

Google Forms

